



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Deise Aparecida Recoaro

**SINDICALISMO DE MOVIMENTO SOCIAL E A ORGANIZAÇÃO
DAS MULHERES NA CUT
UMA INSPIRAÇÃO FEMINISTA**

Tese de Doutoramento em Sociologia - Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e
Sindicalismo, orientada pelo Professor Doutor Hermes Augusto Costa e apresentada à
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Novembro de 2021



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Sindicalismo de movimento social e a organização das mulheres na CUT: Uma inspiração feminista

Deise Aparecida Recoaro

Tese de Doutoramento em Sociologia – Relações de Trabalho, Desigualdades
Sociais e Sindicalismo, apresentada à Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Doutora

Orientador: Prof. Doutor Hermes Augusto Costa

Coimbra

Novembro de 2021

Dedicatória

Ao meu jovem filho e companheiro, Gabriel ... “Pra poder ser livre como a gente quis.
Quero te ver feliz”

Às minhas sobrinhas Isadora e Lorena. Por mim, por elas e por todas!

Agradecimentos

As motivações para escrever esta tese vêm de longe... e recebi inspiração e incentivo de muita gente.

Agradeço, portanto:

Às minhas amigas e aos meus amigos, Alexandra, Márcio, Solange, Marcia (In Memoriam), Sidneizinho, Gessé, Maurão, Farias, Cida e Sidney que me levaram a descobrir-me como “ser político”, desde a época do grêmio estudantil na Escola Estadual Prof. Dr. Luiz Lustosa da Silva, passando pelo Alicerce, Convergência Socialista e na militância até hoje.

À Ivone Silva, amiga das ciências sociais, que me oportunizou uma experiência riquíssima no movimento sindical bancário, juntamente com o empenho do companheiro Gutemberg.

A parceria e a amizade de Ana Tércia e Vera Lúcia (a Verinha), na construção da Campanha Nacional por Igualdade de Oportunidade na categoria bancária, e o incentivo de Ana Tércia para eu sistematizar essa experiência.

À Maria Ednalva Bezerra (In Memoriam) mulher de personalidade marcante, nordestina, lésbica, a primeira que ouvi se autodeclarar feminista no movimento sindical. A ela devo meu engajamento e aprendizado.

À Andreia, com quem dividi muitas angústias (e risadas) durante o mandato na Contraf – Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, por ter me levado à militância orgânica na AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras.

Ao Prof. Iram Jácome e Profa. Ângela Araújo, por acreditarem no potencial do meu trabalho, por ocasião do ato de inscrição no programa de doutoramento em Sociologia – Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo.

Ao Prof. Elísio Estanque e à Profa. Madalena Duarte, pela acolhida e pelos comentários na prova de defesa do Projeto. Ao pessoal do grupo de estudos RETS – Relações de Trabalho e Sociedade, e aos colegas de turma 2016.

Ao pessoal da EBRAC – Esquerda Brasileira em Coimbra, na figura do companheiro Érick Morris, pelo acolhimento e revisão do meu abstract.

Ao pessoal da Biblioteca Norte/Sul, pela atenção e carinho no atendimento.

Ao CES – Centro de Estudos Sociais, pela intensa vida acadêmica durante minha passagem por lá.

À Didice Godinho, que leu meu projeto de pesquisa e que me apresentou valiosos comentários. Agradeço-lhe também as preciosas e instigantes trocas de mensagens.

À amiga Cida, pela leitura atenta e carinhosa de dois dos capítulos e pelas conversas de duas horas por telefone.

Ao companheiro Gilmar Carneiro, por ter se disponibilizado a ler e comentar o capítulo sobre a CUT.

Ao Gabriel Fernandez, bolsista da UFABC, pelo enorme e gratificante trabalho de aplicação do questionário durante o 13º Concut.

À equipe da REMIR, que colaborou com a recolha dos questionários.

Ao pessoal do projeto Memória da UFABC e ao pessoal da AMA-A, nas pessoas da Profa. Marilda Menezes, da Profa. Gabriela Marinho e do companheiro Lulinha, pela oportunidade de uma vida acadêmica no Brasil.

Agradeço imensamente a meu orientador, Prof. Hermes Costa, professor dedicado e intelectual respeitado, que mesmo distante, esteve sempre presente com seus valiosos comentários e pronto atendimento nas minhas demandas.

Às “manas” Teresa Cristina e Luciana Vieira do Enfrente, que não deixaram a peteca da nossa organização cair mesmo diante da pandemia – sororidade pulsante!

À Silvana, amiga e cúmplice das angústias acadêmicas, que ao tomar conhecimento da minha candidatura ao programa, disse: “foi feito pra você!”

Para toda a turma da nossa aventura em Ilhéus: aos anfitriões Regina e Joel, a Letícia e Chico, Claudio e Silvana, e à molecada. Mal sabíamos que aquilo tudo que vivemos serviria para aguentar o baque do isolamento social que estava por vir.

Aos meus pais, Antonio e Irene, a minhas irmãs Silvana e Dayane e ao meu irmão Emerson (pela ajuda com o Excel e com as tecnologias). Agradeço-lhes a paciência e a compreensão por ocasião de minhas ausências – vocês são meu porto seguro!

Para Seu Luiz Jard (In Memoriam), a quem eu tentava explicar minha tese pelo número de páginas que tinha que escrever. Para Jakelline Jard, pelas vibrações positivas e pela ajuda com os gráficos.

Ao Sidney, por sua existência na minha vida e por seu companheirismo, leituras e comentários em todas as etapas da tese. Agradeço-lhe a cumplicidade.

Às companheiras e companheiros da CUT que cederam entrevista e acolheram essa pesquisa, na lembrança de João Felício e Luci Paulino, que partiram dessa vida antes da conclusão deste trabalho. PRESENTES!

Agradeço as entidades que me apoiaram para o cumprimento dos créditos em Coimbra, Portugal.

FETEC-CN – Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte; FENAE - Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal; Sindicato dos Bancários de Florianópolis; Sindicato dos Bancários de Araranguá e Região; Angelina e Michelena do Sindicato dos Bancários do Sul da Bahia; Sindicato dos Bancários de Londrina; Sindicato dos Bancários de Rondônia; Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro; CUT – Central Única dos Trabalhadores; Sindicato dos Bancários de Curitiba; Sindicato dos Bancários de Piracicaba; Sindicato dos Bancários do Pará e Sindicato dos Bancários de Mato Grosso.

As mulheres querem se reapropriar dos fragmentos dessa história sem memória, não para cristalizar e fabricar novas múmias, mas para que estejam presentes na nossa consciência e nas nossas práticas cotidianas, para que façam parte da nossa revolta, nossas experiências, nossos sonhos.

Elisabeth Souza-Lobo

RESUMO

Este trabalho parte do conceito de sindicalismo de movimento social (SMS) com objetivo de propor uma relação de aproximação desse modelo à forma de atuação das mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Trata-se de um conceito relativamente novo na literatura brasileira, porém muito evocado por autores estrangeiros como saída para a crise dos modelos sindicais existentes. Por meio de revisão bibliográfica, análise de documentos, pesquisa de campo, aplicação de questionários e entrevistas, procuro verificar a hipótese de que as sindicalistas cutistas desenvolveram habilidades próprias do SMS para se fazerem presentes e atuantes no ambiente sindical, historicamente hostil à participação das mulheres. A pesquisa revelou que a parceria com o movimento feminista foi importante para politizar as relações de gênero tanto na vida, como no trabalho e no movimento sindical e, com isso, ampliou a pauta da Central e colocou a necessidade de transformar as relações sociais pautadas pelo patriarcado.

Palavras-chave: Sindicalismo; CUT; Sindicalismo de movimento social; Mulheres sindicalistas; Feminismo.

ABSTRACT

This paper analyzes the concept of social movement unionism (SMU) aiming to establish a closer relation of its model with the way in which women in the Central Única dos Trabalhadores (CUT) operate. It is a relatively new concept in the Brazilian literature, but it is frequently evoked by foreign authors as a way out of the crisis of existing union models. Through literature review, document analysis, field research, application of questionnaires and interviews, I seek to verify the hypothesis that CUT union members have developed SMU-specific skills to make themselves present and active in the union environment, historically hostile to women's participation. The research revealed that the partnership with the feminist movement was important to politicize gender relations in life, at work and in the union movement and, with this, it expanded the Central's agenda and raised the need to transform social relations guided by the patriarchy.

Keywords: unionism; CUT; social movement; Social Movement Unionism; women unionists; feminism.

Listas de siglas e abreviaturas

8M – 8 de março
AE – Articulação de Esquerda
AFL-CIO - American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations
ALCA - Acordo de Livre Comércio das Américas
AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras
Apeoesp - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
Artsind – Articulação Sindical
CEDOC – Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT
Cesit - Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho
CFemea - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CGTP - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CMS – Coordenadora dos Movimentos Sociais
CNDES – Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CNMT - Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora
CNQMT - Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora
CNTSS – Confederação dos Trabalhadores em Segurança Social
Conclat – Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
Concut – Congresso Nacional da CUT
Contag – Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
COSATU - Congress of South African Trade Unions
CSA - Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Américas
CSD – CUT Socialista e Democrática
CSI - Confederação Sindical Internacional
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DS – Democracia Socialista
FBP – Frente Brasil Popular
FES Brasil – Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil
FFE - Frente Feminista de Esquerda
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FNL – Frente Nacional de Luta
FNT – Fórum Nacional do Trabalho
FPSM – Frente Povo Sem Medo

FSM – Fórum Social Mundial
INSS – Instituto de Seguro Social
KMU - May First Labor Movement
LGBT - Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis
MASP – Museo de Artes de São Paulo
MBL – Movimento Brasil Livre
MM – Marcha das Margaridas
MMM - Marcha Mundial das Mulheres
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Brasil
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-teto
NAFTA - Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG - Organização não governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
ORIT - Organização Regional Interamericana de Trabalhadores
PCdoB - Partido Comunista Brasileiro
PLADA - Plataforma de Desenvolvimento para as Américas
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PT - Partido dos Trabalhadores
REMIR - Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista
SMS – Sindicalismo de Movimento Social
SNMT – Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora
SOF - Sempreviva Organização Feminista
SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres
UBM - União Brasileira de Mulheres
UNE – União Nacional dos Estudantes
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

Lista de Quadros

Quadro 1 : Tipos de Sindicalismo.....	15
Quadro 2: Sindicalismo de movimento social: motivações e características.....	32
Quadro 3: Classificação dos tipos de coalizão entre sindicalismo e movimentos sociais.....	101
Quadro 4: Cronologia da organização de mulheres na CUT por coordenação, eventos e resoluções.....	127
Quadro 5: Ocupação dos principais cargos da Executiva Nacional da CUT por Congresso e por sexo.....	133
Quadro 6: Síntese do Método do Caso Alargado.....	146
Quadro 7: Lista das atividades de Pesquisa de Campo por data e local.....	149
Quadro 8: Lista das pessoas entrevistadas por cargo e ordem cronológica de realização.....	153
Quadro 9: Quadro comparativo de atuação da AMB e MMM.....	189
Quadro 10: Composição da direção executiva nacional da CUT por cargo, sexo, categoria e Estado.....	210

Lista de Figuras

Figura 1: Esquema de Ronaldo Munk.....	29
Figura 2: Esquema da organização da Comissão/Secretaria de Mulheres por vínculo de secretaria na Direção Executiva.....	109
Figura 3: Esquema de organização das mulheres na CUT.....	110
Figura 4: Imagem da abertura do 13º Concut.....	157
Figura 5: Balança política ideológica da CUT conforme interesses históricos e imediatos.....	220

Listas de Tabelas

Tabela 1: Participação das Mulheres nos Congressos Nacionais da CUT.....	104
Tabela 2: Número absoluto e porcentagem de participantes do 13 ^o Concut e das pessoas que responderam ao questionário, por sexo.....	158

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Perfil dos delegados e delegads do 13 por sexo e idade.....	158
Gráfico 2: Perfil dos delegados e delegadas do 13 por sexo e cor.....	159
Gráfico 3: Percepção tototal dos delegados e delegadas do 13° Concut, sobre os pontos de SMS.....	161
Gráfico 4: Percepção das mulheres do 13° Concut quanto aos pontos de SMS e à atuação do Coletivo de Mulheres.....	162
Gráfico 5: Percepção das mulheres do 13° Concut quanto aos pontos de SMS e à atuação da CUT em geral.....	162
Gráfico 6: Militância em outro movimento dos delegados e delegadas do 13° Concut por sexo.....	163
Gráfico 7: Militância dos delegadas e delegadas do 13° Concut por tipo de movimento e sexo.....	163
Gráfico 8: Perfil das integrantes do coletivo de mulheres por idade.....	165
Gráfico 9: Perfil das integrantes do coletivo de mulheres por idade e tempo de participação no coletivo.....	166
Gráfico 10: Totalidade das respostas por grau de concordância segundo a forma de organização.....	167
Gráfico 11: Sobre relações com setores vulneráveis por forma de organização.....	167
Gráfico 12: Sobre relação com os movimentos por tipo de organização.....	168
Gráfico 13: Resposta sobre relação de horizontalidade com os movimentos por tipo de organização.....	169
Gráfico 14: Percepção das integrantes do coletivo de mulheres sobre articulação com partidos e governo por tipo de atuação.....	169
Gráfico 15: Percepção do Coletivo Nacional de mulheres da CUT sobre o papel transformador por tipo de organização.....	186

Sumário

RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
INTRODUÇÃO	1
PARTE I: TIPOS DE SINDICALISMO E AS MULHERES	10
1. SINDICALISMO DE MOVIMENTO SOCIAL E A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES	11
1.1. PARA COMEÇO DE CONVERSA: UMA BREVE APRESENTAÇÃO DOS TIPOS DE SINDICALISMO.....	12
1.2. SINDICALISMO “E” MOVIMENTO SOCIAL: ALGUMAS ABORDAGENS	16
1.3. SINDICALISMO “DE” MOVIMENTO SOCIAL E A INSPIRAÇÃO BRASILEIRA	18
1.4. SINDICALISMO DE MOVIMENTO SOCIAL: DO SUL AO NORTE GLOBAL	23
1.5. A GLOBALIZAÇÃO DO SMS: UMA CONTRIBUIÇÃO DE RONALDO MUNCK.....	28
1.6. AS POSSIBILIDADES E LIMITES DO SINDICALISMO DE MOVIMENTO SOCIAL	33
1.7. MULHERES, MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICALISMO	39
1.8. MULHERES E SINDICATOS: ESPAÇO PRIVILEGIADO DE MUDANÇAS, PORÉM HOSTIL	42
1.9. MULHERES SINDICALISTAS E O FEMINISMO: FORÇA IMPULSIONADORA.....	46
2. SINDICALISMO E FEMINISMO: O TRABALHO COMO CENTRO	52
2.1. O LUGAR DA MULHER NA SOCIEDADE DE CLASSE: DA PARTICIPAÇÃO À RESISTÊNCIA.....	53
2.2. A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E SEUS IMPACTOS: NA VIDA, NO TRABALHO E NO SINDICATO	58
2.3. REVITALIZAR OS SINDICATOS PELO PROTAGONISMO DAS FEMINISTAS	65
2.4. MOVIMENTO POPULAR, MOVIMENTO DE MULHERES E FEMINISMOS NO BRASIL.....	67
2.5. O FEMINISMO É PARA TODO MUNDO?	73
PARTE II: A CUT E A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES.....	77
3. A CUT E OS MOVIMENTOS SOCIAIS	78
3.1. “CUT MOVIMENTO” <i>VERSUS</i> “CUT INSTITUIÇÃO”: POR QUE NÃO AS DUAS?.....	80
3.2. CUT COMO REFERÊNCIA DE SINDICALISMO DE MOVIMENTO SOCIAL	84
3.3. CUT CIDADÃ: UMA OUTRA CENTRAL PARA AS CAUSAS SOCIAIS?	85
3.4. CUT NO GOVERNO: DILEMAS E CONTRADIÇÕES	90
3.5. MOMENTOS DIFÍCEIS PARA O SINDICALISMO.....	94
3.6. POR UMA CLASSIFICAÇÃO DA RELAÇÃO DA CUT COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS	99
4. A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CUT	103
4.1. PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO: PELA INSERÇÃO, FORMAÇÃO E UNIDADE	106
4.2. FORMAÇÃO: A TEORIA COMO ALIADA	111
4.3. DA UNIDADE: “MULHERES SÃO COMO AS ÁGUAS, CRESCEM QUANDO SE JUNTAM”	117
4.4. DAS LUTAS: PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO COMEÇA COM AS COTAS	119
4.4.1. <i>O que fazer com a prole? A luta por creche</i>	<i>121</i>
4.4.2. <i>Pela legalização do aborto: feminismo na veia</i>	<i>122</i>
4.4.3. <i>Ampliação da pauta e da luta: campanha pela Igualdade de Oportunidade</i>	<i>123</i>
4.4.4. <i>A Marcha das Margaridas: para não dizer que não falei das flores... ..</i>	<i>125</i>
4.5. DAS CONQUISTAS COMO PROCESSO	126
4.6. DAS BARREIRAS ENFRENTADAS: O TETO DE VIDRO SINDICAL	132
4.7. DOS DESAFIOS: NAVEGAR É PRECISO.....	137

PARTE III: AS MULHERES DA CUT E O SINDICALISMO DE MOVIMENTO SOCIAL.....	141
5. UM OUTRO SINDICALISMO É POSSÍVEL	142
5.1. REFLEXÕES METODOLÓGICAS, PESQUISA DE CAMPO E TÉCNICAS UTILIZADAS	144
5.1.1. <i>Análise documental</i>	148
5.1.2. <i>Observação direta</i>	149
5.1.3. <i>Entrevistas</i>	152
5.1.4. <i>Questionário</i>	155
5.2. O SMS SEGUNDO A PERCEÇÃO DOS DELEGADOS E DELEGADAS DO 13º CONCURTO.....	157
5.3. O SMS SEGUNDO A PERCEÇÃO DAS INTEGRANTES DO COLETIVO NACIONAL DE MULHERES DA CUT	164
5.4. AS MULHERES APRIMORARAM O MODELO DE SMS DA CUT?	170
5.4.1. <i>Das parcerias</i>	172
5.4.2. <i>Da Ampliação das pautas</i>	179
5.4.3. <i>Do papel transformador</i>	183
5.5. DUAS ORGANIZAÇÕES IRMÃS DAS MULHERES DA CUT: AMB E MMM	187
5.6. SER OU NÃO SER FEMINISTA	191
5.7. COMO FAZER VALER O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA REVITALIZAÇÃO SINDICAL?	200
CONCLUSÕES	214
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	228

INTRODUÇÃO

Ao longo dos meus mais de vinte anos de experiência sindical, presenciei a organização das mulheres na CUT ganhar força e volume, por isso sempre estranhei o fato de a maioria dos estudiosos do sindicalismo brasileiro ignorarem ou não darem a devida atenção para esse fenômeno. Por outro lado, também vi muitas mulheres sindicalistas negando o feminismo ou, de certa forma, abandonando as questões de gênero para ganharem projeção política com temas considerados “mais importantes” para a luta sindical. No entanto, nos últimos dez anos, assisti a um crescimento vertiginoso do movimento feminista no Brasil e no mundo, a ponto de as sindicalistas abandonarem a meticulosa resposta “sou feminina”, quando indagadas sobre ser ou não feminista.

Se, por um lado, o movimento feminista vem crescendo no Brasil, por outro lado o sindicalismo vem perdendo o prestígio de outrora. Diante disso, lanço-me ao desafio de refletir sobre essa relação – sindicalismo e feminismo –, em virtude da oportunidade que tive junto ao programa de doutoramento em Relações de Trabalho, Desigualdade Social e Sindicalismo, que me proporcionou contato com o conceito de sindicalismo de movimento social, que até então desconhecia.

Na escrita do meu projeto de pesquisa, tive a triste confirmação da percepção que carreguei na minha militância, no que se refere à escassez de estudos quando o assunto são as formas de resistências das mulheres no movimento sindical. Essa escassez está expressa, simbolicamente, em um dossiê intitulado “Para onde foram os sindicatos?”, publicado em uma das principais revistas científicas do país¹.

No momento seguinte da pesquisa, esse mesmo sentimento se confirmou, por ocasião de minha participação no XX Encontro Internacional da

¹ Em dezembro de 2015, o *Caderno CRH* lançou um dossiê intitulado “Para onde foram os sindicatos?”, organizado por Marco Aurélio Santana, que reúne sete artigos escritos por autores de referência sobre o tema. Nessa publicação, nenhum dos artigos trata diretamente da participação das mulheres, quando muito são mencionadas como referência secundária para expor determinadas teses. Não obstante, um dado é destacado no artigo de Iram Jácome Rodrigues (2015): vem aumentando o número de sindicalização entre a população rural e entre as mulheres (Santana, 2015).

Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), realizado de 4 a 7 de dezembro de 2018, em Salvador, Bahia. Durante o Encontro, busquei participar de mesas e atividades que fizessem a ponte entre sindicalismo e feminismo, sindicalismo e mulheres, e constatei uma carência de trabalhos sobre sindicatos. Havia apenas o meu próprio trabalho (Recoaro, 2018) e mais um sobre trabalhadoras rurais.

No entanto, ao avançar na escrita desta tese, surgiu um alento: em agosto de 2019, o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) e o Programa de Gênero e Políticas Públicas, do Instituto de Estudos Sociais em Contextos de Desigualdades da Universidade Nacional de José C. Paz (IESCODE-UNPAZ) abrem um edital de convocatória de ensaios sob a seguinte chamada: *Feminismos y sindicatos en Iberoamérica: experiencia, encuentros y desencuentros*, que resultou na publicação de um livro em 2020.

Segundo Sorj (2019), a produção acadêmica segue o ritmo das ruas, ou seja, as mobilizações pautam a academia, nesse caso, o movimento feminista é o grande responsável por nos presentear com uma publicação como a da CLACSO. Vejo como uma oportunidade política e teórica juntar os dois campos: sindicalismo e feminismo. Isso porque, se a “voz das ruas” conclama o feminismo como um campo de maior interesse acadêmico, devido ao seu poder de mobilização, o sindicalismo, por sua vez, tem uma vasta experiência nas transformações das relações sociais, especialmente a de classe. No entanto, enfrenta atualmente uma das suas maiores crises.

Com efeito, “para onde vão os sindicatos” dependerá em larga medida da participação das mulheres, dos seus anseios, das suas demandas e sonhos, pois a força de trabalho feminina vem aumentando, assim como a adesão aos sindicatos e a participação em sua gestão. Se os estudos acadêmicos, assim como as lideranças sindicais, continuarem ignorando ou secundarizando a presença das mulheres como sujeitos ativos na história do sindicalismo, vão perder a oportunidade de revitalização, além de cometerem uma injustiça, com tais omissões.² Em outras palavras, o sindicalismo não irá a lugar algum, se não considerar a participação das mulheres.

² Parafrazeando Boaventura de Sousa Santos (2014: viii): “Não existe justiça social global sem justiça cognitiva global” (tradução livre da autora).

No Brasil, o pesquisador José Luiz Soares (2016) propôs-se a estudar a importância do crescimento da política de gênero no sindicalismo brasileiro. Ele analisa o percurso não linear de ocupação dos espaços que as mulheres foram conquistando no interior da CUT, assim como as estratégias usadas por elas para fazer valer suas pautas, que vão, desde dar visibilidade e reconhecimento às mulheres como sujeitas ativas, pela apropriação do conceito de gênero, pela transversalidade e pela consolidação com a criação de secretarias, até a conquista da paridade na Central. Soares conclui que:

Será preciso igual atenção à reprodução das políticas sindicais de gênero nos cenários políticos e econômicos vindouros. Caberá avaliar a solidez das mudanças em curso e dos direitos adquiridos. Pode-se dizer que esse ponto é central para o sindicalismo brasileiro do século XXI (Soares, 2016: 27).

Concordo com Soares (2016), porém continuo a estranhar uma certa escassez nos estudos sobre a principal organização de mulheres no meio sindical brasileiro: a organização nacional de mulheres da CUT, a maior e mais importante Central do país, por onde irradiam as políticas de gênero para Estados e sindicatos filiados, que se tornou referência para outras centrais.

Além de Soares (2016), por ocasião do fechamento desta tese, deparei a recente pesquisa de mestrado de Priscila Moreira Borges: “Trabalhadoras do Brasil, uni-vos: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) - uma história escrita sob uma perspectiva de gênero” (Moreira Borges, 2021). No entanto, para mim, não obstante as valiosas contribuições destes novos trabalhos, as duas grandes referências, quando o assunto é sindicalismo e feminismo, ainda são Beth Lobo e Didice Godinho.

A socióloga Elisabeth Souza Lobo (2011) deixou-nos uma série de artigos, reunidos no livro *A classe Operária tem dois sexos*. Seus textos provocam o movimento sindical a dar voz e vez a uma parcela da classe trabalhadora que era invisível aos olhos dos sindicalistas, homens, em sua maioria.

O trabalho que Beth Lobo realizou com seus estudos é leitura obrigatória para qualquer pessoa que venha a tratar da temática de gênero e sindicatos no Brasil. Além de se cercar de todas as problemáticas que as mulheres vivenciam no trabalho e no sindicato, a autora nos mostra a autenticidade com que elas

passam a participar do movimento sindical. Ela teve a capacidade de prever e antecipar fenômenos que persistem no fazer sindical dessas ativistas, além de se envolver diretamente com o processo formativo e militante das mesmas, a ponto de ter sua vida interrompida em um acidente de carro, ao lado de uma líder rural, a caminho de uma atividade com as mulheres.³

A ex-sindicalista e socióloga Maria Berenice Delgado Godinho (1996), em *A organização das mulheres na Central Única dos Trabalhadores: A Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora*, contribui com importante reflexão sobre a inserção de mulheres na maior central sindical do país. Com o seu trabalho, desfez o mito de que as cotas de gênero depreciam a participação da mulher no movimento sindical. Didice Godinho, como é conhecida no meio sindical e na militância feminista, também é uma importante referência pessoal para o desenvolvimento desta tese, pois viveu com intensidade esse processo reflexivo na condição de sindicalista da CUT, e hoje é uma importante estudiosa do tema.

Ambas, Delgado e Souza-Lobo, fizeram importantes reflexões que as tornam referências, porém hoje sentimos falta de uma atualização desses estudos no Brasil. E foi na literatura internacional que encontrei maior aproximação ao objetivo principal desta tese, ou seja, perceber a influência do feminismo junto à organização das mulheres da CUT no aperfeiçoamento do modelo de sindicalismo de movimento social (SMS). Dos estudos de Delgado e Souza-Lobo para cá, o mercado de trabalho mudou significativamente, com forte impactos no perfil da classe trabalhadora que, por sua vez, vem transformando a cultura sindical vigente.

Enquanto Souza-Lobo centra seus estudos num período histórico do “novo sindicalismo”, fornecendo vários pontos de partida para entendermos a intersecção de classe, gênero e raça, Delgado, por sua vez, apresenta-nos o resultado dessa atuação no interior da CUT e reforça a tese de que as mulheres mudaram a Central, pois a atuação da Comissão Nacional sobre a Mulher

³ Elisabeth morreu em 15 de março de 1991, vítima de um acidente de carro nos arredores de João Pessoa (PB). No mesmo acidente faleceu Maria da Penha Nascimento Silva, militante feminista e sindicalista rural, prometida de morte em lista divulgada pela Comissão Pastoral da Terra - conforme nota sobre a autora no livro *A Classe operária tem dois sexos* (Souza-Lobo, 2011).

Trabalhadora ramificava-se em praticamente todas as áreas, a ponto de ser considerada uma “mini-CUT” (Delgado, 1996: 120).

Com Sue Ledwith (2012), podemos aprofundar essa compreensão e até mesmo alargar o entendimento que essas mudanças tiveram no movimento sindical, para além das fronteiras nacionais, pois os dramas, dilemas e caminhos encontrados por mulheres que atuam no movimento sindical são muitos parecidos, para não dizer idênticos, mesmo em realidades econômicas tão diferenciadas.

A porta de entrada que encontrei para verificar a influência do feminismo no movimento sindical é o próprio sindicalismo, ou seja, é a partir da prática dessas sindicalistas que pude identificar a relação com o feminismo - o feminismo como ingrediente importante na motivação de uma prática libertadora (Crain, 1993; Teixeira e Leone, 2010; Brickner, 2013; Kirton, 2017; Guillaume, 2018).

O sindicalismo brasileiro e latino-americano foi marcado por fortes batalhas contra ditaduras e por necessidades de parceria com os movimentos sociais e comunitários, para se firmar como agente político (Medeiros, 2016). O feminismo socialista alinhou-se prontamente às demandas das trabalhadoras no Brasil. A industrialização tardia admitiu maior participação das mulheres, tanto no mercado de trabalho, como nos sindicatos, apesar das dificuldades de inserção (Cappellin, 1994; Rago, 1995-1996; Souza-Lobo, 2011).

Apesar das diferentes formas de interação e de tensão entre o sindicalismo e o feminismo, há mais similitudes que diferenças entre as mulheres que militam nestes diversos espaços: nos sindicatos, no feminismo ou em outro movimento social. Todas enfrentam as tensões provocadas por uma cultura patriarcal de manutenção de um poder branco e masculino em todos os espaços de atuação públicos e privados (Hirata e Kergoat, 1994; Sousa Santos, 2014)

Se as discriminações e opressões de gênero são tidas como um fenômeno universal, e se muitas mulheres entram para os sindicatos para se tornarem agentes políticos de transformação social, por que apenas uma parcela minoritária “abraçou” a causa das mulheres? Por que, em determinado período histórico, muitas das sindicalistas engajadas na luta das mulheres negavam o feminismo? Em que momento o feminismo se tornou parte do discurso dessas

sindicalistas? Quais impactos essa aproximação com o feminismo causou no movimento sindical?

A contribuição que pretendo oferecer com esta tese, para o avanço do conhecimento científico atual sobre o tema é, pois, dupla. Por um lado, importa reconhecer o protagonismo das mulheres na ampliação de direitos e defesa da democracia nas organizações sindicais. Por outro, trata-se de realçar o potencial aprimoramento do conceito de sindicalismo de movimento social, com base na atuação das mulheres que são comumente ignoradas nesse processo de consolidação de um modelo alternativo à crise que o sindicalismo vem sofrendo no mundo hoje.

O sindicalismo de movimento social surge em resposta à crise que os sindicatos vêm atravessando em diversas partes do mundo. As mulheres sempre atuaram em um ambiente de crise, portanto estão potencialmente mais aptas para esse tipo de sindicalismo, não porque são melhores ou piores de que os homens, mas em decorrência de uma questão de sobrevivência política.

Conforme alerta Costa (2008: 250), ao citar Gay Seidman, “as origens do sindicalismo de movimento social residem no ‘novo sindicalismo’”, marcado pela unidade com outros movimentos sociais e comunitários na luta contra a ditadura militar (de 1964 a 1984). Além do seu papel clássico de defender os interesses da classe trabalhadora por melhoria de salários e condições de vida, era central, para o “novo sindicalismo”, a luta por uma democracia participativa e pelo reconhecimento institucional dos sindicatos. Tudo isso, somado a radicalidade no discurso e nas mobilizações, marcou a concepção da CUT como uma central combativa que se referenciava no modelo socialista de sociedade (Costa, 2008; Antunes e Silva, 2015).

Ao apresentar o “estado da arte”, no Capítulo 1, recorro à produção internacional disponível, até porque há carência de estudos sobre o SMS no Brasil. Apesar disso, curiosamente, o sindicalismo brasileiro serviu de inspiração para muitos autores e autoras que veem nesse modelo uma saída para a sobrevivência do sindicalismo no mundo. Por outro lado, Peter Waterman (1999) e Kim Moody (1997) reconhecem que o movimento feminista reúne as melhores práticas no que diz respeito à organização social, e Marion Crain (1993) e Sue Ledwith (2012), entre outras autoras, observam como o feminismo se aproxima

dos sindicatos, por meio da atuação das sindicalistas (Kainer, 2009; Kirton, 2017, Guillaume, 2018; Pinto, 2020).

No Brasil, especialmente, essa relação entre sindicalismo e feminismo estabelece-se desde o novo sindicalismo, conforme constata Elisabeth Souza-Lobo (2011). Qual contribuição a atuação das mulheres trouxe para o movimento sindical? Como as mulheres sindicalistas podem servir de exemplo prático para uma formulação teórica como a de sindicalismo de movimento social? Por fim, Rachel Brickner (2013), em pesquisa com as sindicalistas no México, aponta para aquilo que pretendo verificar no Brasil: a possibilidade de aproximação entre o modelo de sindicalismo de movimento social e as práticas vividas por mulheres sindicalistas.

No Capítulo 2, apresento um diálogo com a literatura sobre feminismo e a relação com o sindicalismo marcado pela centralidade do trabalho. A convivência com as feministas trouxe mudanças na cultura sindical, em defesa de mais horizontalidade e menos hierarquia. Isso atrai mais mulheres para os sindicatos, não só para o debate das relações de trabalho, mas também para a transformação das relações sociais e aumenta a consciência feminista das sindicalistas, tanto teórica como prática, transformando-as, e também as pessoas ao seu redor.

A literatura sindical recomenda rever a democracia, ampliar a representação e incluir os chamados grupos minoritários, mas isso não basta. Esses grupos devem assumir o protagonismo dessas mudanças pois abarcam as condições de participação, tanto as objetivas como as subjetivas.

Na prática, a construção de coalizão com as feministas trouxe importantes contribuições, porque enriquece a ação sindical e estabelece parcerias com outras organizações, aumenta a capacidade de mobilização, revê debates e objetivos sindicais e inspira para uma nova visão de transformação social. A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) são as duas principais organizações feministas que estabelecem ações conjuntas com as mulheres da CUT, principalmente nos atos de 8 de março, na Frente Nacional pela Legalização do Aborto e na Marcha das Margaridas (MM).

Sob a luz das reflexões teóricas sobre sindicalismo de movimento social, analiso a relação da CUT com os movimentos sociais no Capítulo 3 e o modo

como essa relação variou conforme a conjuntura política. A CUT nasceu sob influência do novo sindicalismo, em contraposição ao peleguismo e assistencialismo característicos do modelo corporativista da estrutura sindical, sob forte controle do Estado (Boito Jr, 1991; Jácome Rodrigues, 1997; Rodrigues, 1979). A luta contra a ditadura e por “diretas” marcou uma CUT de massas e muito próxima dos movimentos sociais.

A Constituição de 1988 trouxe motivação para um papel mais institucional da CUT e de conformação com a estrutura sindical vigente. O neoliberalismo introduzido pelo governo Fernando Collor (1990-1992) colocou a CUT na defensiva, o que foi agravado com o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Nesse mesmo período, a “CUT cidadã” apresentou-se como uma justificativa para uma atuação para além da pauta sindical, por meio de conselhos e negociações tripartites e da busca de se manter na cena política como agente ativo da sociedade civil (Sader 1988; Vêras de Oliveira, 2011).

No entanto, a partir dos anos 1990, os estudos apontam para um arrefecimento da capacidade de ação coletiva, com deterioração dos indicadores sindicais, em contexto de desestruturação do mercado de trabalho, de inserção do país na globalização, de adoção de políticas ancoradas no Consenso de Washington e de flexibilização das relações de trabalho. O sindicalismo persiste, mostrando capacidade de ação, mas perde densidade e força na sociedade (Krein & Dias, 2017:06).

No governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), o movimento sindical busca se revitalizar pelas vias institucionais, com a legalização das centrais e reforçando características que condenavam no passado, como a manutenção do imposto sindical. Houve acomodação das lideranças, fragmentação do movimento, com a criação de novas centrais, e maior distanciamento das bases e dos movimentos sociais (Galvão, 2014; Colombi, 2018).

Na sequência, no Capítulo 4, dedico-me mais profundamente à análise do objeto desta pesquisa e, por que não dizer, às “sujeitas desta pesquisa”: a organização das mulheres na CUT Nacional. A atuação das mulheres sindicalistas é concomitante com o chamado “novo sindicalismo”, e tem forte intersecção com os movimentos feministas, conforme reconhecem Marilane Teixeira e Eugenia Leone: “É nesse contexto, de surgimento de um novo

sindicalismo, que emerge a luta das mulheres no campo sindical” (Teixeira, Leone, 2010: 4).

Para apresentar a organização das mulheres na CUT, optei por analisar três processos que perduram ao longo do tempo e se fazem presentes atualmente: o da organização, o das lutas e o das conquistas. Esses processos visam provocar transformações em direção às relações mais igualitárias de gênero, dentro e fora do movimento sindical; no entanto, como todo movimento por mudanças, provocam reações e resistências.

Por fim, no Capítulo 5, faço uma exposição mais detalhada dos instrumentos metodológicos que utilizei na pesquisa. A partir dos dados coletados, explico as principais evidências que fazem crer que a organização das mulheres da CUT é a que mais se aproxima do modelo de sindicalismo de movimento social (SMS). Para isso, utilizo-me de três características fundamentais que definem o SMS: a parceria com os movimentos sociais, a ampliação da pauta sindical e o papel transformador que assume.

PARTE I: TIPOS DE SINDICALISMO E AS MULHERES

1. Sindicalismo de movimento social e a organização das mulheres⁴

Nesse capítulo abordarei a construção de um conceito relativamente novo ou pouco citado na literatura brasileira quando se aborda os tipos de sindicalismos: trata-se do “Sindicalismo de Movimento Social”. Muito evocado por autores como uma saída para crise dos modelos existentes ou em decadência, como forma de revitalização do sindicalismo. Curiosamente, a origem desse conceito se baseia, entre outras, na experiência brasileira. Esse modelo é apresentado no final dos anos 1980, tem sua origem nas experiências do Sul Global, entre elas a brasileira (Moody, 1997; Waterman 2002; Munck, 2010; Seidman, 1994; 2011).

O Sindicalismo de Movimento Social - SMS e suas derivações resultam de reflexões acerca da globalização e de um resgate do “velho internacionalismo operário” para se repensar as antigas formas de atuação dos sindicatos diante dos novos cenários político, econômico e social (Waterman, 2002; Santos e Costa, 2005; Munck, 2010). O SMS, em que pese as polêmicas em torno da validade e efetividade desse modelo, segundo Saidman (2011), continua vigorando nos debates e reflexões do mundo acadêmico.

Não me proponho aqui verificar se o sindicalismo está ou não em crise, se tende ou não ao fracasso ou ao fim. Entendo que o sindicalismo vem se adaptando às mudanças e buscando novas táticas e estratégias para se manter ativo e representativo na sociedade. Para Leôncio Martins Rodrigues (1999) a crença no poder de manutenção dos sindicatos varia conforme a preferência ideológica de quem o estuda e pesquisa, sendo os mais otimistas identificados com a esquerda e os mais pessimistas com a direita. No meu caso, estou no campo das otimistas.

A meu ver, os propósitos do Sindicalismo de Movimento Social apresentam muitas semelhanças com a atuação das mulheres sindicalistas, pois as demandas das mulheres extrapolam as relações de trabalho, se ampliam para o ambiente familiar entre outros espaços, rompendo com a dicotomia público e privado, do pessoal e político (Varikas, 2016). Portanto, não é possível separar as demandas das

⁴ Parte deste estudo foi publicado em artigo com o mesmo título na Revista BIB, São Paulo, n. 93, 2020 (publicada em maio de 2020), pp. 1-24. Disponível em: http://anpocs.com/images/BIB/n93/BIB_0009301_deise2.pdf

mulheres trabalhadoras por exemplo, das relações sociais estabelecidas com base numa sociedade machista, racista e patriarcal.

Compartilho com as formulações de Moody (1997), Waterman (2008) e Brickner (2013) e reforço a hipótese de que o movimento sindical tem muito que aprender com as feministas, entre outros movimentos, para se manter vivo e atuante nesse mundo globalizado.

Para iniciar minha reflexão a respeito do conceito, modelo ou ainda, tipo de Sindicalismo de Movimentos Social (SMS), se faz necessário entender as outras possibilidades de existência e suas principais características. Para isso vou me apoiar em autores e autoras que trataram da relação entre esses dois campos: sindicalismo e movimento social. Levando em conta algumas questões: sindicalismo e movimento social são partes complementares de um mesmo objetivo? Ou são excludentes, do tipo: se é instituição não pode ser movimento? Se representa a classe trabalhadora, não pode representar os movimentos sociais? O que unifica e o que afasta o sindicalismo dos movimentos sociais, ou vice-versa?

Para interagir com as questões acima, vou me apoiar na sistematização feita por Hermes Costa (2011; 2018), quanto a classificação dos tipos de sindicalismos a fim de perceber suas variações e contextos. Além disso, perceber como se dá a relação entre sindicalismo e movimento social, para então pensarmos na construção do conceito de Sindicalismo de Movimento Social (SMS). Por último, verificar em que medida os propósitos do SMS se aproxima com as práticas política das mulheres sindicalistas.

1.1. Para começo de conversa: uma breve apresentação dos tipos de sindicalismo

Costa (2005, 2011, 2018) fez um importante trabalho de sistematização dos tipos de sindicalismo, considerando as teorias clássicas que resgata para entender o sindicalismo contemporâneo. As teorias variam conforme o período histórico, por exemplo as teorias éticas e morais, marcadas pela influência religiosa metodista do século XIX, cuja missão era combater a injustiça e a pobreza. Já na primeira fase da

Revolução Industrial temos a chamada teoria psicológica em consideração à reação dos trabalhadores diante das inovações tecnológicas e do individualismo. E, por último, as teorias do mercado, da classe e da sociedade, em que se enquadra o tipo de sindicalismo que me proponho a estudar: o de movimento social.

E ainda que se possa dizer que o movimento sindical tendeu quase sempre a privilegiar as reivindicações de ordem salarial e se tenha em conta que, no contexto europeu, a concretização destas reivindicações não ocorre nem ao mesmo tempo nem com a mesma intensidade em todos os países, será acertado dizer-se que as reivindicações dos sindicatos são, no essencial, reivindicações por direitos humanos (Costa, 2005:31).

Costa (2011, 2018) admite que há uma diversidade de teorias e conceitos sobre o sindicalismo, e essa diversidade também vale para as tipologias, pois podem variar conforme o contexto político, econômico e cultural do lugar de origem. O autor identifica três tipos de sindicalismo, com base nos estudos de Michael Poole: o econômico, o político e o de movimento social. Cada tipo atua de modo complementar, conforme aquilo que Hyman (2001) (*apud* Costa, 2011) considerou como identidade, ideologia e estratégia, que são construídas na tensão provocada pelos seguintes agentes: mercado, classe e sociedade.

Seguindo a sistematização de Costa (2011, 2018), no sindicalismo do tipo econômico, bastante estudado por Sidney Webb e Beatrice Webb (1987), a tensão se dá na relação estabelecida no mercado, ou seja, entre trabalhadores e as empresas, por meio da lei da oferta e da procura. A identidade desse tipo de sindicalismo é formada por demandas concretas, especialmente por melhores salários. Quanto à ideologia, podemos classificá-la como liberal, do tipo pragmático, que tem como estratégia o sindicalismo de negócio para ampliar seu poder de força e representação. Trata-se de um sindicalismo característico do período de expansão do capitalismo, nos países industrializados, e o melhor exemplo é o dos Estados Unidos. Em contrapartida, como também veremos adiante, em Michel Crozier (1962), os Webbs também consideravam que esse tipo de sindicalismo não era puramente econômico, porque também contribuiu para as forças democráticas, por meio do *business unionism* (sindicato de negócio) americano.

No sindicalismo do tipo político, a tensão é provocada pelo conflito de classes, e a identidade é formada pelo antagonismo de interesses entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores, que detêm somente sua força de trabalho. Esse tipo

de sindicalismo tem por ideologia a luta de classes por influência marxista. Como estratégia, a superação da relação de exploração por meio da consciência de classe, e os sindicatos funcionam como veículo de mobilização. Costa (2011, 2018) faz questão de destacar a concepção da corrente de pensamento pluralista, que também, como a marxista, admite o conflito de interesses. No entanto, os pluralistas acreditam na negociação e conciliação como resolução de conflito, enquanto os marxistas entendem o conflito político e de classe como sinônimo do conflito industrial; portanto, esses pontos de vista são inconciliáveis (Costa, 2011, 2018).

No sindicalismo de negociação ou de participação não se evidencia as classes como antagonicas, ao contrário, apostam-se na negociação e parcerias sem acionar as atividades sindicais mais contundentes. Por outro lado, o sindicalismo de contestação possui uma forte capacidade mobilizadora e se expressa sob a forma de oposição e antagonismo de classe.

Por fim, temos o sindicalismo de movimento social, visto por muitos autores como uma saída para a crise de representação que os sindicatos vêm sofrendo em decorrência das mudanças no mundo do trabalho, e como uma forma de revitalizar o movimento sindical, mediante parceria com outros movimentos sociais, parceria esta que funciona como uma espécie de agente de integração e diálogo social. Portanto, a relação se dá com os movimentos sociais e, por isso, segue uma linha ideológica de respeito à diversidade e à pluralidade, em uma relação horizontalizada de democracia, e tem como estratégia representar interesses para além da corporação. É característico de países em que não há liberdades democráticas consolidadas e nos quais ocorrem periódicas crises sistêmicas.

Quadro 1: tipos de sindicalismo

Tipologias	Identidade	Ideologia	Estratégia	Contexto
Econômico	Sindicatos como atores econômicos que atuam no mercado de trabalho	Função materialista Consciência do emprego e não de classe	Institucionalização do mercado de trabalho Negociação coletiva	Produção industrial
Político	Sindicatos como veículo de mobilização anti-capitalista e de luta de classes	Marxista e pluralista Conflito político e de classe como sinônimo do conflito industrial – ordem negociada a partir de interesses competitivos	Politização das relações de trabalho Organização em sindicato como inevitável diante do conflito Relação com partidos	Pós-capitalista
Movimento Social	Sindicatos como agentes de integração social, diálogo social	Integração na sociedade	Revitalização dos sindicatos e de um novo internacionalismo Parceria com os movimentos sociais	Crise do sindicalismo Mudanças nas relações de trabalho

Elaboração própria com base em Costa (2005, 2011, 2018)

Esses tipos, como alerta Costa, não são estáticos e exclusivos de uma região ou de uma ideologia (se mais à esquerda ou à direita).⁵ Os tipos podem variar, de acordo com o contexto vivido. De qualquer maneira, a identidade é uma marca decisiva na formação de cada tipo de sindicalismo, e, como previu Freire (2001), o modo como um sindicato nasce vai determinar como irá comportar-se durante sua existência. Além disso, diante das mudanças no mundo do trabalho, para Hyman (2001) (*apud* Costa, 2011), não vai restar muita alternativa, a não ser aliar-se à sociedade civil para manter-se ativo.

⁵ Se considerarmos a classificação feita pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), conforme relata Costa (2011), verificaremos que ela não se diferencia muito das funções aqui descritas, e ainda se vale do tripé das funções principais: democrática, econômica e social. Essa tripla função dos sindicatos se traduz na luta contra a pobreza e por distribuição de renda, correspondendo à função econômica. No que se refere à classe social, traduz-se na tensão e também na busca por estabelecer uma ordem na mediação, e, por último, funciona como agente de integração social e de inclusão democrática.

1.2. Sindicalismo “e” movimento social: algumas abordagens

Em que pese o atual estágio da chamada crise do sindicalismo, é incontestável a importância que os sindicatos alcançaram na formação da sociedade capitalista. Para Alain Touraine (1970) (*apud* Freire, 2001), o movimento operário foi o primeiro e mais importante exemplo de movimento social. Na sociedade industrial, o movimento dos trabalhadores conseguiu reunir um conjunto de condições que nenhum outro movimento conseguiu alcançar para promover transformações na sociedade.

Touraine (1970), segundo Freire, estabelece alguns critérios de atuação para conceber esse reconhecimento de movimento social ao movimento operário, entre eles: gera uma identidade com uma realidade social; corporiza-se por intermédio de um grupo profissional; agrega um grande número de indivíduos; instrumentaliza práticas de associativismo e de luta social; apresenta-se como alternativa política na sociedade e reclama seu reconhecimento para se legitimar; propõe estratégia de ruptura e táticas de ação; cria uma bipolaridade política entre “eles” e “nós”, a ponto de interferir na ordem internacional, traduzindo a luta de classes entre países, opondo Estados imperialistas aos explorados, solidários ou pacifistas (Freire, 2001: 181).

Os sindicatos de hoje, para Alain Touraine (1970), não correspondem mais ao conceito de movimento social, pois já não se encaixam nos critérios mencionados. O sindicalismo vem perdendo o papel mobilizador e transformador característico do movimento operário.

Ainda na linha de avaliação da importância do movimento operário e dos sindicatos na sociedade, Michel Crozier (1962), ao propor uma sociologia do sindicalismo, admite que o movimento operário não se restringe a uma reação a determinada situação de insatisfação e de reivindicação. Vislumbra também uma mudança na sociedade e se impõe como um novo fator de equilíbrio social que pode tanto ceder a uma situação revolucionária, como ser fator de manutenção da ordem.

A introdução do sindicato implica numa desorganização das relações existentes, a esta desorganização supõe, nas condições culturais da nossa sociedade, uma ideologia revolucionária. Porém, uma vez instalado, aceito, reconhecido pela sociedade global, o sindicato impele seus membros a participar, por seu intermédio, da organização social e, deste modo, liga-os a ordem estabelecida. Isto deveria conduzir rapidamente ao

desaparecimento da tendência revolucionária. Efetivamente, ela se enfraquece, mas não deixa de persistir (Crozier, 1962: 35).

A tensão entre “Reforma” ou “Revolução” varia conforme o país. À medida que as desigualdades sociais são menos acentuadas e os sindicatos têm maior inserção na vida social, as tensões são menos importantes, como nos países anglo-saxões e nórdicos. Já nos países em que as desigualdades sociais são mais expressivas e os sindicatos não conseguem impor sua participação na sociedade, o grau de radicalização e de disputa ideológica é maior, a exemplo dos países latinos (Crozier, 1962: 37).

Kim Moody (1997), por sua vez, vai diferenciar a inserção do movimento sindical na sociedade conforme o processo de industrialização: nos países por onde começou a industrialização e nos países onde a industrialização se deu de forma tardia, ou no mundo colonial. Nos países originais, a industrialização, a urbanização e o sindicalismo andavam de mãos dadas, portanto mais bem integrados. Já, nas colônias, a formação da classe trabalhadora se deu inseparável dos movimentos anticoloniais (Moody, 1997: 218).

Hugo Dias (2011) em sua tese segue na mesma linha de observação a respeito dos impactos das mudanças dos processos produtivos na sociedade capitalista sobre as relações de trabalho, e por consequência, da crise que se abre no modelo sindical baseado no industrial/nacional. Ele reconhece a dificuldade de renovação dos quadros envelhecidos e na sua grande maioria masculinos, o que dificulta também a interlocução com a diversidade que compõe a sociedade pós-industrial. O autor admite algumas alternativas, uma delas é pela adoção das práticas típicas dos movimentos sociais, ou seja, do sindicalismo de movimentos social. Dias (2011) considera o sindicalismo de movimento social como uma estratégia de revitalização dos sindicatos que propriamente um modelo transferível ou aplicável para diferentes realidades. O autor analisa a atuação das centrais portuguesas, mais voltada para ações institucionais do que para práticas rebeldes dos movimentos, mais pragmática do que contestatária, ele defende que o movimento sindical deve se servir dos dois. Como, de resto, se observa no estudo de Dora Fonseca (2016) mais adiante.

O sindicalismo de movimento social foi abordado por Boaventura de Sousa Santos e Hermes Costa em “Trabalhar o Mundo” (2005), a partir do prisma internacionalista. Ao analisarem os pressupostos do “velho” internacionalismo

operário proposto por Richard Hyman, os autores concluem que a partir da ruína ou da não efetivação das promessas do “velho” internacionalismo operário, nasce e se desenvolve as bases para o “novo” internacionalismo (Santos e Costa, 2005).

Para Hyman *apud* Santos e Costa (2005), o velho internacionalismo operário foi projetado sobre a base de três pressupostos: o primeiro pressuposto, era de que o proletariado protagonizaria a emancipação humana das amarras da opressão e exploração sobre a classe trabalhadora; o segundo, que o avanço do capitalismo promoveria a homogeneização do proletariado; e o terceiro pressuposto, é que essa homogeneização criaria uma identidade de classe, uma solidariedade, independente de nacionalismo e rivalidades entre Estados-nação (Santos e Costa, 2005: 40). Porém, essas profecias não só não se concretizaram, como geraram resultados opostos aos esperados: intensificação da exploração da força de trabalho com avanço do neoliberalismo no mundo, individualismo e segmentação da classe trabalhadora com aumento da xenofobia por razões da escassez de postos de trabalho.

Surge, então, a necessidade de repensar o sindicalismo, de revitalizá-lo, para que retome a cena e a relevância social que ocupou no passado. Nesta seção, vimos que a ação sindical tem o poder de extrapolar o muro das fábricas, por meio do movimento operário, reconhecido como a principal referência de movimentos sociais, graças ao seu caráter transformador. No Brasil, o novo sindicalismo assume esse caráter transformador e se torna um marco importante para a história do sindicalismo.

1.3. Sindicalismo “de” movimento social e a inspiração brasileira

O sindicalismo no Brasil não é um fenômeno recente, porém o tipo de sindicalismo que se desenvolveu entre os anos de 1970 e 1980 foi classificado como “novo sindicalismo”, por se contrapor ao sindicalismo de bases corporativistas, consagrado por Getúlio Vargas, e por combater o regime militar (Moody, 1997: 206).

Se considerarmos a experiência brasileira, quando da formação daquilo que Eder Sader (1988) chamou de “novos movimentos sociais”, o conflito fabril dos anos

de 1970 e 1980 extrapola o contexto sindical. Para ele, compreender as relações impostas pelo tipo de produção capitalista ajuda a entender, mas não explica tudo e também não age sozinho, pois o movimento sindical conta com outros atores (e atrizes) para reelaborarem essa experiência.

Para Sader (1988), é muito importante identificar o sujeito para elaboração das identidades, e essa compreensão de sujeito pode representar autonomia para uns e sujeição para outros. Para os movimentos sociais, a construção desse sujeito está relacionada a projetos, autonomia e elaboração da própria identidade, por meio do discurso. Segundo esse autor, o discurso é que dá sentido às coisas ou novos significados à definição de identidades — noção de sujeito coletivo. As matrizes discursivas renovam-se, dando lugar às novas relações entre os atores e, assim, para novos movimentos sociais que atuam em diferentes lugares, como na fábrica, na igreja ou no bairro.

Quem pretende captar a dinâmica de movimentos sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolvem e poupando-se de uma análise específica de seus imaginários próprios irá perder aquilo que os singulariza. Irá perder, por exemplo, aquilo que diferenciou a liderança metalúrgica de São Bernardo do Campo da direção sindical dos metalúrgicos de São Paulo, ou uma comunidade de base de uma sociedade amigos do bairro. O que, em definitivo, é deixar de escapar o principal (Sader, 1998: 43)

As matrizes discursivas são, para Eder Sader (1988), modos de abordagens da realidade com diversas atribuições e significados. Não são simples ideias, e dependem de lugares e práticas. Para o autor, os novos movimentos sociais surgem a partir da crise de três instituições da época: da Igreja católica, que se abre para um papel mais comunitário de base; da esquerda, que abandona a guerrilha e passa a se organizar mediante as demandas concretas da classe trabalhadora; e dos sindicatos, que, diante de uma relação de subserviência ao Estado e descrédito entre seus representados, veem surgir um movimento chamado de “novo sindicalismo”.

O Estado Novo, de Getúlio Vargas, cria um tipo de sindicalismo submisso aos governos de plantão e dependente do imposto sindical para manter seus aparelhos burocráticos e suas funções assistencialistas. Porém, diante da oposição fabril que se formava, abriu-se uma crise de representatividade desse tipo de sindicalismo acomodado e surgiu um sindicalismo chamado “autêntico”, mais próximo das bases, porém ainda submisso à legalidade e à manutenção da ordem (Sader, 1998: 182).

Podemos perceber que as transformações no movimento sindical brasileiro ocorreram no âmago da própria estrutura vigente, de um sindicalismo acomodado, passando pelo autêntico, até chegar ao “novo sindicalismo”. Tudo isso graças às tensões provocadas e à soma de elementos conjunturais, tais como: aumento da pressão dos trabalhadores que viam seus salários corroídos pela inflação; falta de interlocução dos sindicatos com o governo, que por sua vez camuflava os índices; ramificação da mobilização por meio de igrejas e organizações de bairro; e a transformação no cerne da estrutura sindical.

O “novo sindicalismo” se beneficiava do clima da distensão política. Mas isso quer dizer que não acomodava passivamente aos projetos de “abertura” do governo, mas sim que explorava suas possibilidades. Apoiava-se numa mobilização existente nas bases e que carecia de amparo legal (Sader, 1998: 183).

Para Leila Blass (1999), apesar de surgir das estruturas vigentes, o novo sindicalismo tem uma prática inovadora, no que diz respeito à democracia sindical, que se dá com a aproximação dos dirigentes ao “chão de fábrica”, ou seja, próximos aos trabalhadores. É constituído por vários atores sociais por meio de diferentes lugares, como nos mostrou Sader (1989). Nesse sentido, configura-se como movimento social, pois não se restringe às demandas e reivindicações internas da fábrica e apresenta-se como processo (e parte) da mudança social necessária à vida dos trabalhadores: “onde tudo liga com tudo”. “Quanto mais os sindicatos, enquanto instituição, se fazem presentes no cotidiano de trabalho e de vida de trabalhadores(as) dentro e fora da empresa, mais se distanciam de sua face institucional” (Blass, 1999: 35).

O “novo sindicalismo”, praticado antes da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi uma das inspirações para o modelo de sindicalismo de movimento social e chamou a atenção da pesquisadora Gay Seidman (1994),⁶ que destaca o potencial de mobilização e envolvimento da militância sindical perante questões nacionais. No caso do Brasil, tanto no combate ao regime militar e na luta por democratização, como nos movimentos sociais em prol de uma vida digna nos centros urbanos. Mesmo em um ambiente de repressão política, de controle das entidades sindicais e de falta de uma cultura operária, em virtude da industrialização

⁶ A autora compara a experiência do Brasil e da África do Sul quanto à atuação da militância sindical operária em combate aos regimes autoritários, como o regime militar e o *apartheid*.

tardia, a militância tomou o sindicato, fez greve, fundou um partido e derrotou o sistema, além de lutar por políticas públicas como transporte e habitação, em uma conjuntura de expansão da industrialização e da urbanização.

No entanto, as mudanças conjunturais do país, os efeitos da globalização e a reestruturação do trabalho nos moldes do neoliberalismo alteraram suas principais características. Para Roberto Vêras Oliveira (2002), o “novo sindicalismo” surge com uma atuação nacional contra-hegemônica e classista, e como resultado da luta dos movimentos contra a ditadura. Tanto Seidman (1994) como Oliveira (2002) destacam essa passagem do sindicalismo como movimento para o sindicalismo instituição, à medida que o mercado de trabalho se expande, que a economia cresce e os sindicatos passam a firmar acordos coletivos.

Oliveira destaca a centralidade da atuação nacional da CUT quando da sua criação, pois naquele momento havia uma disputa por uma sociedade alternativa, ou seja, uma sociedade democrática e, por vezes, socialista conforme resoluções de congresso e discursos de diversas lideranças sindicais da época. Essa centralidade, porém, vem se deslocando para uma atuação regional/local devido a perda de soberania nacional que vem se intensificando cada vez mais, com a internacionalização dos mercados e flexibilização das relações de trabalho. O Estado vai se tornando um agente a serviço do mercado, e o mercado, por sua vez, ditando as regras das negociações descentralizadas com a pulverização dos sindicatos.

A Constituição de 1988 estabeleceu novos espaços de participação popular, criação de conselhos, câmaras e maior institucionalização dos sindicatos na atuação em espaços de formulação de políticas sociais como saúde, educação, emprego e renda (Ferraz, 2014). A ocupação desses espaços por dirigentes sindicais gerou uma exigência maior de qualificação e também, e por consequência, maior distanciamento da base. Esse deslocamento de atuação secundarizou o debate em torno das grandes pautas nacionais, de inclusão social, de distribuição de renda e de um Estado democrático de direito. O movimento sindical, passa assim a atuar também como um agente de prestação de serviços públicos.⁷

Surge daí o termo “sindicato cidadão” para compensar a perda de poder de barganha nas convenções coletivas, o movimento sindical busca uma maior

⁷ O movimento feminista (assim como outros movimentos) também passou por uma transição similar, alguns foram transformados em ONG's – Organização Não-Governamental, de prestação de serviços públicos ou de assessoria.

intervenção através da participação nas políticas públicas de emprego. Privilegiando assim a negociação ao invés da mobilização; a participação ao invés do confronto, diante disso, Oliveira levanta o seguinte questionamento: isso tem interferência no caráter classista e na luta contra hegemônica? (Oliveira, 2002: 18)

Hermes Costa (2008), por sua vez, reconhece a importância do papel propositivo da “CUT cidadã” ao buscar parceria nas diferentes esferas da sociedade, se propondo inclusive a representar os “sem carteira assinada”. A “CUT cidadã” vai se concretizar em projetos de geração de emprego e renda ou de educação atingindo especialmente a “massa” que estava fora dos sindicatos. Por outro lado, Ricardo Antunes e Jair Silva (2015) acreditam que essa passagem do novo sindicalismo para o sindicato cidadão vai afastando as lideranças sindicais de um ideário mais classista, e assim levando também uma despolitização das bases.

Se para Seidman (1994) e Costa (2008), o “novo sindicalismo” serviu de inspiração para o modelo de SMS, graças a parceria com os movimentos sociais e o engajamento da militância. Para a autora Ana Paula Colombi (2018), o SMS deve ser encarado hoje como uma das estratégias dentro de um propósito maior, que é de revitalização dos sindicatos. Essa estratégia é válida para outros países que não o Brasil, pois a revitalização brasileira vai se dar por outras vias, mais intucionalizadas e menos mobilizadora que a dos movimentos sociais. A autora citando Boito, argumenta:

Nos países centrais, berço dessa abordagem, esse debate surgiu com o propósito de enfatizar a capacidade de resposta do agente sindical frente ao contexto de crise do sindicalismo no bojo da década de 80. No Brasil a hipótese da revitalização sindical surge apenas nos anos 2000, momento em que o movimento sindical teria se deparado com um contexto propício à superação do período de refluxo” (dos anos 90) (Colombi, 2018:28).

Como abordarei no capítulo 3, passado o período dos ajustes neoliberais dos anos 1990, com privatizações e endurecimento do governo FHC com o movimento sindical, foi no Governo Lula que o sindicalismo viu a chance de revitalização pelas vias institucionais e parceria com o governo para retomar o protagonismo na sociedade. Para Colombi (2018) a revitalização passa por uma ampliação da agenda e da representação sindical, diante das necessidades impostas por um mercado de trabalho cada vez mais desregulamentado. Já o SMS funciona como uma estratégia de sobrevivência encontrada pelo movimento sindical internacional.

1.4. Sindicalismo de movimento social: do Sul ao Norte global

Em *Destino do sindicalismo*, Leôncio Martins Rodrigues (1999) parte dos dados dos países “centrais” para reconhecer uma tendência de enfraquecimento do sindicalismo no mundo globalizado, tendo como principal parâmetro a queda acentuada da taxa de sindicalização nesses territórios. Diante disso, sindicalistas e pesquisadores têm buscado formular alternativas de revitalização do movimento.

Segundo Martins Rodrigues (1999), os sindicatos apresentam três alternativas de sobrevivência. A primeira é a saída coletiva, que consiste em ampliar a representação para setores historicamente discriminados, como jovens, mulheres, negros e imigrantes, entre outros. Porém, o autor vê com ressalvas essa alternativa, por identificar resistências desses setores em se sindicalizarem, até porque os sindicatos não correspondem às demandas ou pautas de grupos historicamente discriminados por questões identitárias.

Existe também a saída individualista, com prestação de serviços para seus filiados, distanciando-se assim da função principal dos sindicatos. Pode, no entanto, comprometer ainda mais as finanças dos sindicatos, pois se propõe a competir em serviços que não são especializados. Por último, a saída organizatória, com a fusão e a unificação das entidades sindicais para otimização de recursos. Também difícil de viabilizar, pois, segundo Martins Rodrigues (1999), essa reorganização é motivo de muita confusão juridicamente e disputa de poder interno ao movimento.

Quanto aos pesquisadores, ou seja, no campo teórico, Martins Rodrigues (1999) classifica os autores como otimistas ou pessimistas, sendo os mais à esquerda os otimistas, e os mais liberais ou de direita, os mais pessimistas. Para os otimistas, os sindicatos terão capacidade de adaptação ao cenário internacional de mudanças do mercado de trabalho (flexibilização, fragmentação, terceirização etc.). Para os pessimistas, as entidades sindicais não terão capacidade de reação diante desse cenário hostil e tendem ao desaparecimento.

Entre os otimistas, portanto mais à esquerda, como Hyman (1994) (*apud* Martins Rodrigues, 1999), existem quatro possibilidades de “emergentes identidades” de sobrevivência do sindicalismo, que podem variar de acordo com a identidade ideológica, as tradições culturais e os contextos nacionais, ou seja, não se trata de modelos fixos ou exclusivos o tempo todo, mas preponderantes, conforme as variáveis mencionadas (Costa, 2011; Martins Rodrigues, 1999: 285). Esses modelos são identificados por Martins Rodrigues como: de oferta de serviços; de cooperação com as empresas para aumento da produção; de parceria social com governos e partidos para se manter como agente público; e de sindicalismo como uma organização de movimento popular.

Nessa perspectiva, o próprio Martins Rodrigues (1999) pode ser enquadrado no tipo pessimista. O autor não aposta na possibilidade de revitalização do sindicalismo numa sociedade pós-industrial para uma sociedade de serviços. Isso não significa um desaparecimento de imediato do sindicalismo, mas que, para continuar existindo por mais tempo, teria que optar por investir em categorias mais organizadas e já modernizadas. Essas categorias seriam as já estruturadas pelo mercado, uma espécie de elite de trabalhadores, que pode até ser reduzida numericamente, porém estabilizadas e adaptadas às transformações no mundo do trabalho.

De outro modo, Leôncio Martins Rodrigues, apesar de pessimista, é também um dos poucos autores brasileiros a reconhecer o modelo de sindicalismo de movimento social como saída para a crise. O autor reconhece essa alternativa como sendo mais à esquerda, com perfil mais mobilizador e democrático. Porém, esse tipo de sindicalismo, para ele, pode transformar-se em tudo ao longo do tempo, menos em sindicato, pois perderia seu poder oposicionista (de interesses) e reivindicatório.

Martins Rodrigues (1999) até reconhece a importância do caráter mobilizador desse tipo de sindicalismo (típico dos movimentos sociais), porém com limitações do caráter institucional que os sindicatos devem ter para negociar e firmar acordos. Além disso, alerta para as contradições que esse tipo de relação pode causar, tanto para o bem como para o mal: entre ter que aumentar a produção de determinada empresa e ser contra a poluição que esse processo pode causar para a comunidade local.

Estanque (2009), ao analisar o sindicalismo e os movimentos sociais no contexto europeu e português, lança uma provocação, ou uma tensão entre esses

dois campos: movimentos sociais tendem ao fim, quando alcançam suas conquistas, e o sindicalismo não. Desde a década de 1930 já se criticavam a burocratização e a falta de democracia dentro das entidades sindicais, mas, apesar disso, ambas continuam existindo e atuando. Para o autor, se considerarmos a tendência de radicalização das políticas neoliberais, os sindicatos poderão assumir novamente a cena, como no século XIX. “Os motivos de rebelião existem de sobra, resta saber quais os novos sujeitos que irão protagonizá-la. Acredito que eles estão em construção” (Estanque, 2009: 65).

Dora Fonseca (2016), anos mais tarde, traz a resposta que Estanque (2009) deixa em aberto para a experiência portuguesa: a rebelião se deu pelas principais vítimas diante da radicalização das políticas neoliberais: os jovens precários. A autora, ao analisar as gigantescas manifestações que ocorreram entre 2011 e 2013, em Portugal, observa a relação entre os novos movimentos sociais de combate a precariedade e a austeridade, detecta nos jovens precários uma nova potência de organização que surgem para desafiar inclusive os sindicatos. Apesar de existir uma relação de conflito e estranhamento entre esses movimentos e os sindicatos, ambos foram empurrados para estratégia conjunta na soma de esforços contra a precarização do trabalho e por direitos. Se por um lado, as tensões se deram por conta da atitude vanguardista do sindicato em querer reafirmar seu papel negociador, do outro, os movimentos também enfrentaram dilemas internos entre se beneficiar da instituição sindicato ou manter autonomia em relação a esse. A autora vê com otimismo a relação de colaboração/articulação entre movimento e sindicato, pois os objetivos e as ameaças são as mesmas diante da ofensiva das políticas de austeridade.

Também inspirados nas experiências espanhola e portuguesa, Braga e Santana (2015b), ao analisarem a recente relação entre sindicalismo e juventude no Brasil, apontam para a necessidade de aproximação do movimento sindical a outros movimentos sociais, em especial dos jovens trabalhadores precários. Para esses autores, ainda que essa aproximação, inicialmente, possa representar uma ameaça para o *status quo* sindical, ela é de fundamental importância para a renovação dos sindicatos como atores sociais e políticos. A exemplo do sindicato dos trabalhadores de telemarketing na cidade de São Paulo, que mesmo filiado a uma Central mais pragmática e conservadora, desenvolveu práticas de um sindicalismo do tipo movimento social, graças ao perfil dos trabalhadores representado – mulheres,

jovens, população LGBT – e as formas inovadoras de mobilização (Flores, et al. 2011).

Voltando aqui à abordagem de Crozier (1962) sobre os tipos de movimento operário como fator de mudança da sociedade, o próprio considera que o tipo norte-americano, foi o que melhor representou o sindicalismo como movimento social. Na opinião de Crozier, o sindicalismo norte-americano está mais integrado na vida social da empresa e dos negócios e serve como um equilíbrio social entre os interesses radicalizados de uma representação operária independente de um lado, e dos negócios e da estabilidade econômica do país, do outro lado. Nesse sentido, ele admite a função de agente de transformação social, por parte do sindicalismo, sem que isso represente uma ameaça ao sistema.

Foi sua pressão que levou os sindicatos a introduzir nos seus programas de reivindicações numerosas questões (direitos de aposentadoria, promoção, férias, previdência social) que nada tinham a ver com os clássicos objetivos econômicos. Há um fator de transformação social pouco aparente mas muito poderoso que suscitou, em contrapartida, a reação do movimento patronal das 'relações humanas. (Crozier, 1962:39).

Crozier (1962) via nos EUA o melhor exemplo de intervenção social do sindicalismo, por basicamente agir pelos mesmos objetivos da patronal, ou seja, por interesses econômicos, por um sindicalismo de negócio e independente de relação com partidos e governos. Isso não quer dizer que esse tipo de sindicalismo se aproxime do tipo de movimento social, porém é importante destacar o poder de intervenção social que os sindicatos nos EUA tiveram e continuam tendo, como veremos adiante.

Andréia Galvão (2014), por sua vez, considera o conceito de sindicalismo de movimento social como típico dos Estados Unidos. Esse modelo funcionaria como uma estratégia de revitalização do sindicalismo, por meio de categorias provenientes das teorias dos movimentos sociais. Para justificar esse entendimento, a autora baseia-se na experiência do movimento “janitors for justice”, de parceria com outros movimentos sociais nos Estados Unidos, na década de 1980. Já, para Kim Scipes (2014), o sindicalismo norte-americano não deve ser classificado como sindicalismo de movimento social, mas como um sindicalismo de justiça social. Para esse autor, o sindicalismo de movimento social representa um tipo de sindicalismo que está mais voltado para o Sul global do que para o Norte global, portanto não se enquadra no

caso norte-americano.⁸ Ainda, para Scipes (2014), existe uma confusão na aplicação do termo, por conta da internacionalização do debate teórico.

Scipes (2014) também defende que o sindicalismo de movimento social foi desenvolvido para um tipo específico de mercado de trabalho. Esse tipo de organização sindical não está restrito a uma única área geográfica, pois se apresenta em diferentes continentes e organizações, como: CUT, no Brasil; Congresso dos Sindicatos Sul-africanos (*Congress of South African Trade Unions* — COSATU), na África do Sul; ou, ainda, Kilusang Mayo Uno (*May First Labor Movement* — KMU), nas Filipinas. No entanto, não se aplica para a América do Norte, pois, como identificado por outros autores (Costa, 2011; Crozier, 1962), o sindicalismo norte-americano é predominantemente do tipo econômico e, segundo Scipes, está subdividido em sindicalismo de negócio e de justiça social. Para ele, não se pode usar o mesmo nome para qualificar tipos diferentes de fenômenos sociais, pois isso pode comprometer a solidariedade global. O sindicalismo de movimento social nasce com o propósito de mudar a ordem social, combatendo, por exemplo, os regimes autoritários, enquanto nos Estados Unidos a demanda é por superar a opressão imposta pelo sistema econômico, porém sem alterar a ordem social vigente.

Ainda no que se refere ao continente americano e ao sindicalismo de movimento social, Josué Medeiros (2016), propõe outra forma de classificação: o “sindicalismo sociopolítico”. Apesar de o autor não explicitar a relação entre os dois modelos de sindicalismo, o sociopolítico com o de movimento social, acredito que a base de argumentação é muito parecida. Característico das experiências sindicais no continente americano, mais especificamente latino-americano, o sindicalismo sociopolítico se consolidou com criação da Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA), em 2008.

A CSA assume o lugar do que foi a Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), organização sindical nascida nos EUA que tinha como principal objetivo combater o comunismo. Por outro lado, na América Latina os movimentos sociais lutavam por democracia contra a ditadura militar que, conforme relata o autor, a própria ORIT apoiou para combater o comunismo. Com o fim da guerra fria e a intensificação das políticas neoliberais no mundo e a atuação das

⁸ As noções metafóricas de Sul global e Norte global foram amplamente difundidas pela obra do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2018; 2014; 2013).

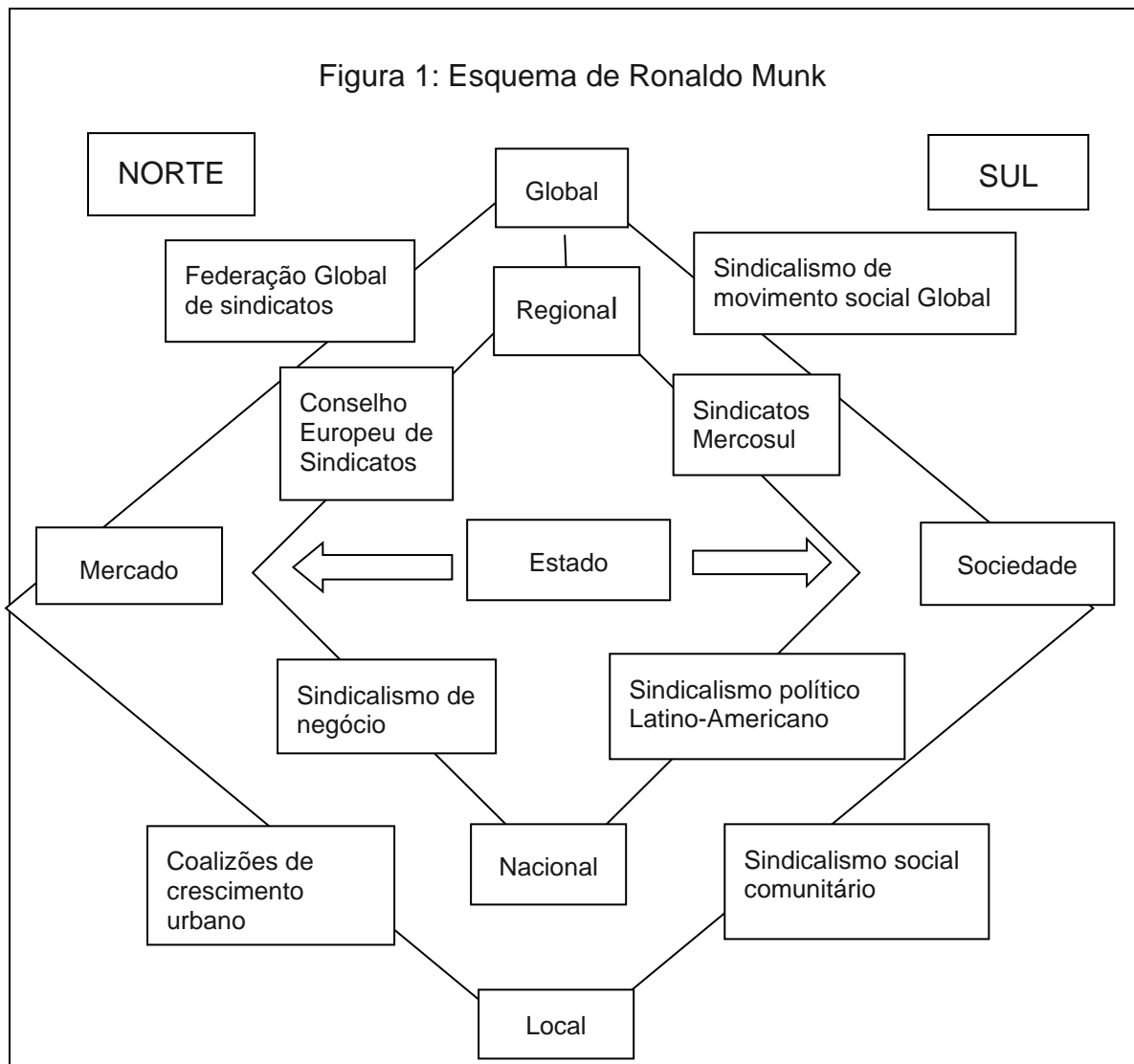
multinacionais, a ORIT passa a atrair ou se aproximar do movimento sindical de países latinos.

Houve resistência do sindicalismo de esquerda em aderir à essa organização, justamente devido ao histórico da ORIT de perseguição aos comunistas. Porém, o efeito da adesão foi de atrair o sindicalismo dos EUA para lutas nunca pensadas quando da criação da ORIT, como por exemplo: na luta contra a Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA), e pelo fim do embargo à Cuba. Portanto, podemos concluir que o sindicalismo sociopolítico defendido pelo autor tem forte influência do sindicalismo latino e de tradição marxista.

1.5. A globalização do SMS: uma contribuição de Ronaldo Munck

Ronaldo Munck (2010) soube captar muito bem a síntese de algumas polêmicas em torno da proposta de Sindicalismo de Movimento Social: se mais característico do Sul ou do Norte Global; se mais ou menos voltado para o sindicalismo de movimento social; se mais ou menos inserido institucionalmente na sociedade; se mais voltado para o conflito ou para o diálogo social; ou ainda, em qual escala é possível atuar (se local ou global).

Munck apresenta um esquema no formato de diamante, o qual adotei como conclusão dessa seção de apresentação das principais polêmicas e visões sobre o SMS. Para a linha horizontal, o autor destaca os agentes que interferem diretamente na vida de trabalhadores e trabalhadoras: mercado, Estado e sociedade. Sendo que o Estado encontra-se no meio da relação entre mercado e sociedade, porque enquanto ele regula a abertura e forma de atuação desse mercado (se mais aberto ou menos), ele também tem a função de proteger a sociedade da ganância do sistema. Essa relação do Estado com a sociedade pode ser mais ou menos conflituosa, mais ou menos paternalista, mais ou menos participativa.



Fonte: Munk (2010).

Os sindicatos se colocam desde a sua formação como representantes de interesses que também ajustam essa relação entre mercado, Estado e sociedade. Na linha vertical temos a escala de atuação que o sindicalismo se propõe a atuar, Munck nos alerta que não há uma hierarquia nessa escala e que ela assume um caráter mais voltado para o SMS, conforme o perfil sócio, político e econômico que se divide em Sul e Norte Global. Sendo o Sul, de uma industrialização mais tardia, de relações mais conflituosas e de restrições democráticas. E o Norte, originalmente industrializado, com movimento operário forte e maior inserção na vida pública.

Munck (2010), ao analisar as etapas da globalização, conclui que o novo capitalismo cria novos tipos de trabalhadores e, por sua vez, um novo sindicalismo. Esse “novo” sindicalismo, para o autor, não significa a superação do “velho” porque

os problemas continuam, quer seja pela necessidade de ampliar a representação e a organização de setores não sindicalizáveis, quer seja pela incorporação de novas pautas, para além das questões corporativas. O autor considera o Fórum Social Mundial (FSM), um modelo de funcionamento para efetivação desse novo jeito de fazer sindicalismo, a exemplo dos novos movimentos sociais. Para ele cresce as evidências que o SMS não se restringe apenas ao Sul Global, que os sindicatos visam as alianças com novos movimentos sociais até mesmo como fonte de renovação e revitalização. (Munck, 2010: 228).

Munck afirma que no período que o sindicalismo ainda apostava na globalização e nas promessas neo-liberais de expansão do mercado, como possibilidade de internacionalização dos sindicatos; os negros e as mulheres já se auto organizavam, e serviam de exemplo de resistência e organização.

Mas como os trabalhadores de cor e as mulheres trabalhadoras se organizaram no passado e muitas vezes forçaram os sindicatos a se organizar nestes setores. Esses movimentos de pessoas pobres muitas vezes mostraram grandes graus de inventividade no período em que o movimento trabalhista oficial estava sofrendo com o impacto organizacional e ideológico do neoliberalismo. Eles ajudaram a colocar o aspecto do movimento de volta no movimento trabalhista mais amplo e ampliaram a agenda sindical para abordar questões centrais de moradia e saúde e um entendimento de que o pagamento justo era tão importante quanto mais remuneração. (Munck, 2010: 228)⁹

Munck (2010), por sua vez, aposta no modelo de sindicalismo de movimento social para além do Sul global, como um sindicalismo comunitário que atua em diferentes escalas, do local ao global. Para se pensar o “novo”, é preciso retomar os princípios e fundamentos da origem do movimento sindical. “O novo talvez seja a época em que um movimento trabalhista global incipiente começará a redescobrir algumas de suas características originais de combinação, uma economia moral comum e um internacionalismo instintivo”¹⁰ (Munck, 2010: 229).

⁹ Tradução livre da autora. “No original: But as workers of color and women workers had in the past organized themselves and often forced mainstream trade unions to organize in these sectors. These poor people’s movements often showed great degrees of inventiveness in period when the official labour movement was reeling ruling from the organizational and ideological impact of neo-liberalism. They helped put the movement aspect back into the broader labour movement and broadened the trade union agenda to take up housing and health core issues and an understanding that fair pay was as important as more pay”.

¹⁰ Tradução livre da autora. Texto original: “New is perhaps the time when an incipient global labour movement will begin to rediscover some of its original characteristics of combination, a common moral economy and an instinctive internationalism”.

Ainda na linha da internacionalização do sindicalismo enquanto resistência e da aproximação com os movimentos sociais para revitalização dos sindicatos, Costa (2008), ao estudar a efetividade das relações internacionais da CUT no Brasil e da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), aponta para a necessidade de uma estratégia “transnacional” e “transclassista” para romper com a crise do sindicalismo e assim aumentar o poder de mobilização dos sindicatos no mundo. Ou seja, é preciso atuar para além das fronteiras nacionais e para além da classe trabalhadora, envolvendo outros movimentos a exemplo daquilo que se propõe com o Fórum Social Mundial (FSM). Na América Latina, tanto o Brasil quanto a Argentina, serviram de referência para o autor nesse esforço de um transnacionalismo e um transclassismo.

Medeiros (2016) considera que as experiências de governos progressistas eleitos com o apoio crítico do movimento sindical nas Américas possibilitou avançar na pauta por conquistas sociais para a classe trabalhadora. Porém não diminuí as tensões e contradições impostas por um modelo de desenvolvimento voltado para o mercado. Conforme este autor, no final dos anos 1990 aconteceram alianças entre sindicatos e movimentos sociais para além da consciência de classe. Busca-se através dessas alianças uma prática política com base em um programa sociopolítico, a Plataforma de Desenvolvimento para as Américas (PLADA). Para Medeiros a plataforma é a maior expressão do sindicalismo sociopolítico, pois se concretiza em um profundo diálogo com os movimentos e articulações com governos progressistas. É um modelo de desenvolvimento para a região que passa necessariamente pela democratização do debate com os movimentos através de um processo político mais amplo (Medeiros, 2016:295).

Em certo sentido, o “novo” internacionalismo não deixa de ser um resgate dos velhos pressupostos e/ou ideais, ainda, e cada vez mais, pertinentes na atualidade, em virtude das condições de existência dos sindicatos diante das novas e novíssimas formas de produção e reprodução. A emancipação humana pressupõe o reconhecimento de setores marginalizados do mercado de trabalho e a admissão dessas diferenças, não mais como uma homogeneização do Norte para o Sul global. Por consequência, trata-se de uma solidariedade pautada no respeito às diferenças de um mundo cada vez mais globalizado (Santos; Costa, 2004; Munck, 2010).

Para observar uma sistematização das principais motivações para o surgimento do sindicalismo de movimento social, observe-se o Quadro 2:

Quadro 2 – Sindicalismo de movimento social: motivações e características.

Origem do sindicalismo de movimento social	Características	Objetivos	Procedência
Por tipo de industrialização: <ul style="list-style-type: none"> • se original, • ou tardia, 	De maior inserção na sociedade De pouca inserção social e maior radicalização	Aumentar o poder de influência sobre o mercado Transformação social – combate aos regimes autoritários	Países berço da industrialização e Estados Unidos Brasil, África do Sul e Filipinas – Terceiro Mundo/América Latina
Resgate do “velho” Internacionalismo Operário	Retorno às origens	Globalização das lutas e unidade da classe trabalhadora	Sul global – América Latina
Como modelo alternativo à crise	Em virtude da queda da taxa de sindicalização e precarização das relações de trabalho	Organizar o não organizável por meio de coalisão com os movimentos sociais Incorporação de novas pautas e por ampliação da democracia interna	Do Sul para o Norte global
Como estratégia de revitalização	Utiliza-se de táticas dos movimentos sociais e parcerias	Atualizar-se com os novos movimentos e retomar o protagonismo	Local

Fonte: Banco de dados do trabalho. Elaboração da autora.

Dependendo do ângulo de observação, o sindicalismo de movimento social adquire características e objetivos que variam conforme as explicações do seu ponto de partida, recebendo diferentes nomenclaturas: sindicalismo de movimento social, sindicalismo de justiça social, novo sindicalismo social ou, ainda, sindicalismo sociopolítico. Como se trata de um modelo em construção ou disputa, alinho-me à análise de Hermes Costa (2011, 2017, 2018) quanto à dificuldade de enquadrá-lo

como um tipo único de sindicalismo. No entanto, a meu ver, o sindicalismo de movimento social apresenta três características que considero comuns às diferentes formas de abordagem: ampliação da pauta para além das questões corporativas; estabelecimento de parcerias com movimentos, partidos ou governos; e maior poder de intervenção e transformação social.

1.6. As possibilidades e limites do sindicalismo¹¹ de movimento social

Ao refletir sobre os tipos de sindicalismo, Hermes Costa (2011, 2018, 2020) considera o sindicalismo de movimento social o mais importante. O autor reconhece a dificuldade em classificá-lo como um “tipo” de sindicalismo, pois o seu propósito é mais amplo, ou seja, trata-se de um sindicalismo de “[...] múltiplas experiências de intervenção e organização sindical”. Não segue uma ideologia específica, pelo menos não de forma que possa condicionar suas ações. E não se fecha em si mesmo, pelo contrário, relaciona-se com o mundo exterior. Por isso, Costa (2011) considera que esse tipo de sindicalismo pode tornar-se uma referência: “Nesse sentido, poderá mesmo ser visto como uma espécie de guia orientador para a renovação do sindicalismo, embora não colida com outras tipologias” (Costa, 2011: 36).

Ao fazer um balanço sobre a crise ou crises do sindicalismo, Costa (2011, 2018), assim como Waterman (2002), vê no sindicalismo de movimento social a possibilidade de os sindicatos retomarem o centralismo que já tiveram no passado. Seidman (2011), ao analisar a atualidade do tema, reconhece que Peter Waterman foi o autor que se propôs a estabelecer critérios para identificar aquilo que deveria ser o sindicalismo de movimento social.

Tanto para Costa (2011) como para Waterman (2002), o sindicalismo de movimento social será capaz de superar os outros tipos. Para isso, é necessário que esse novo modelo apresente alguns pré-requisitos ou características, descritas por Waterman (2002: 45), tais como:

¹¹ Anderson (1980), em artigo sob o mesmo título coloca a questão clássica que persegue os sindicatos até hoje: reforma ou revolução? As possibilidades se apresentam nas lutas por condições de trabalho e salário e na construção de uma consciência de classe. Os limites consistem em não negar e muitos menos transpor o capitalismo, porque isso exigiria sua auto-destruição.

- não se restringir às demandas imediatas, mas considerar suas consequências para toda a sociedade, de modo que possa articulá-las com outros interesses, para potencializar as mobilizações em causas conjuntas;
- manter relações estreitas com setores mais vulneráveis da classe trabalhadora, como os informais, as domésticas, agricultores, profissionais liberais;
- estabelecer estreita relação com movimentos democráticos e não classistas, como igrejas, organizações não governamentais (ONGs) e associações;
- estabelecer relação de igualdade e independência com outros movimentos — não ao vanguardismo ou disputa de protagonismo;
- incorporar causas sociais, por exemplo de combate ao racismo e ao sexismo;
- privilegiar os fóruns democráticos desde o local de trabalho, com horizontalidade e participação;
- estimular a cultura operária e popular, para fortalecer a democracia e o pluralismo dentro e fora das instituições e apontar meios alternativos de comunicação;
- mostrar-se aberto e flexível a possíveis alianças com associações e grupos de interesse.

Waterman também vê com otimismo a internacionalização das lutas como resultado colateral da globalização,¹² possibilitando uma rede de intercâmbio, a exemplo dos movimentos feministas e ecologistas (Waterman, 1999). Esse intercâmbio, alimentado pelas redes sociais, permitiu o surgimento de novos e alternativos movimentos sociais, com consciência internacionalista e com forte questionamento sobre o velho sindicalismo e o terceiro mundismo burocratizado e tecnocrata.

Esses são princípios gerais de um novo sindicalismo que não apenas tornariam os sindicatos mais eficazes em questões trabalhistas, mas também

¹²Waterman (2002) levanta a preocupação (tanto conceitual/analítica quanto estratégica) de identificação desse tipo de sindicalismo como algo específico de uma região do mundo, como do hemisfério Sul, ou com uma vertente política mais à esquerda. Para o autor, isso limitaria sua força de abrangência e prática em outras partes do globo.

os tornariam mais compatíveis com a mais nova onda de movimentos sociais democráticos. No entanto, quaisquer desses princípios gerais devem hoje também ser relevantes para uma globalização neoliberalizada e para os outros movimentos sociais que revelam um novo tipo de internacionalismo (Waterman, 2008: 306).¹³

O autor reformula a proposta de sindicalismo de movimento social para o novo sindicalismo social, que pressupõe atender doze pontos para ser considerado como tal.

Para além daqueles três princípios considerados básicos (ampliação da pauta para muito mais que questões corporativas, fortalecimento da democracia interna e parcerias com outros movimentos sociais), o novo sindicalismo social reforça e atualiza outros nove pontos já destacados para o sindicalismo de movimento social, tais como:

- transformar as relações sociais e as estruturas (econômica, política, social, residencial, doméstica, sexual e cultural) de forma democrática;
- articular com forças políticas, partidos ou governo;
- articular com potenciais aliados de igual para igual, não de forma subordinada;
- tomar para si os novos eixos para dentro dos sindicatos, a exemplo da luta contra o racismo, sexismo e autoritarismo;
- estabelecer relação horizontal de militância;
- democratizar a mídia pelo pluralismo, dentro e fora do movimento sindical;
- favorecer a relação com a base e a comunidade,
- criar uma sociedade global e uma cultura de solidariedade global; e
- estar aberto para a rede dentro e entre organizações, valorizando o informal, horizontal e flexível por meio de coalizão, alianças e interesses, estimulando uma democracia organizacional, pluralismo e inovação.

Waterman reconhece pelo menos três limites dessa proposição de novo sindicalismo social e propõe-se a refletir sobre cada um deles, no intuito de provocar

¹³Tradução livre da autora. Texto original: “These are general principles of new kind of unionism that would not only make unions more effective on labor questions but also make them more compatible with the newest wave of democratic social movements. But any such general principles must today also be relevant to a neo-liberalized globalization and to the other social movements that reveal a new kind of internationalism”.

os sindicatos a romperem com os velhos métodos de recuperação da sua credibilidade e tentarem algo novo. Primeiro, não é preciso seguir todos os pontos para ser considerado novo sindicalismo social, não se trata de uma declaração de lealdade, e sim de oportunidade de mudança. Segundo, a relação com os movimentos não deve ocorrer de forma articulada, mas por meio de uma coalizão da diferença visando à aliança e rede. Terceiro, que a presença dos novos e alternativos movimentos, em termos de identidade e interesse, pode transformar o sindicato por dentro.¹⁴

Portanto, o autor conclui e leva-nos a refletir sobre a validade do conceito de novo sindicalismo social, mas não como uma fórmula mágica para resolver todos os problemas e a crise que o sindicalismo vem sofrendo em diversas partes do mundo. O conceito é válido porque se propõe a fazer diferente das práticas tradicionais de vanguardismo ou reformismo controlado pelos partidos políticos, que se têm mostrado ineficientes e pouco saudáveis para a revitalização do sindicalismo e para a democracia.¹⁵

Em publicação recente, Maite Tapia e Gabriella Alberti (2019) lançam algumas questões que desafiam o modelo de sindicalismo de movimento social, diante da contradição interna ao movimento de defender os interesses corporativos ou de lutar pelo bem coletivo. As autoras propõem-se a analisar a validade do sindicalismo de movimento social considerando pelo menos três elementos que justificam a existência desse tipo de sindicalismo: a estratégia de mobilização, o poder de construir alianças e a democracia interna.

A principal contribuição das autoras está em perceber e analisar que, ainda que o modelo de sindicalismo de movimento social represente uma saída para a crise do sindicalismo, este requer algumas condições que devem ser consideradas. A começar por rever a cultura de funcionamento e organização dos sindicatos, se eles estiverem de fato abertos para engajar os novos movimentos em uma genuína colaboração, ou seja, sem usá-los de modo oportunista, mas sim como um alargamento da atuação sindical com transformações internas de práticas e agendas.

¹⁴Rachel Brickner (2013) demonstra essa transformação dentro dos sindicatos, em seu estudo sobre organização e consciência de gênero no México.

¹⁵A exemplo das grandes manifestações que aconteceram entre 2011 e 2013, tanto no Brasil como em Portugal, nos Estados Unidos e na primavera árabe, deixando partidos e sindicatos como mero espectadores (veja, a este respeito, as reflexões de Boaventura de Sousa Santos e de Ruy Braga).

Tapia e Alberti (2019) também identificam o sindicalismo de movimento social, como uma prática militante da indústria do Sul Global – especialmente Brasil e África do Sul, entre os anos 70 e 80, posteriormente Filipinas. Nesses países os sindicatos não tinham poder de participação nas decisões políticas, portanto sua luta inicial estava focada por ampliar a democracia e o controle dos trabalhadores. As entidades sindicais desses países estavam envolvidas com outras demandas para além das fábricas, o que possibilitou maior aliança com a comunidade e grupos como estudantes e outros movimentos sociais.

Por sua vez, no Norte Global esse conceito vem para desafiar e mudar a abordagem dos sindicatos - em particular nos Estados Unidos – um sindicalismo que se moveu de um modelo artesanal conservador no final do Século XIX e início do Século XX, para um modelo social nos anos 1930 e posteriormente para um sindicalismo de negócios na década de 1950 até os anos 1990. Diferentemente do sindicalismo europeu influenciado pelos movimentos sociais da década de 1960, as lideranças dos sindicatos dos Estados Unidos atuavam nos movimentos anticomunistas e conservadores. Porém, com a junção que formou a American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO), e o ativismo dos anos 1960, a mobilização pela base voltou para dentro do movimento sindical.

Conforme vimos em vários estudos (Crain, 1993; Waterman, 2002; Costa, 2011, 2017, 2018; Ledwith, 2012), o sindicalismo de movimento social também tem sido considerado uma estratégia de sobrevivência, diante do enfraquecimento do movimento operário e em virtude da busca de organizar os não organizados, em vez de servir apenas aos membros existentes. Em poucas palavras, organizar o não organizado, transformar as instituições e combater as desigualdades sociais.

Portanto, o SMS tem sido caracterizado por seguir as seguintes dimensões: primeiro, forte ênfase no “face-to-face”, mobilização de base usando jornais como forma de envolver e aumentar a participação dos trabalhadores; segundo, a importância de ações coletivas para construir uma consciência e solidariedade entre os trabalhadores dentro e fora do local de trabalho; terceiro, construir uma fusão com outros movimentos; quarto, enquadrar as demandas em termos mais amplos que o mercado de trabalho, por último, prestação de contas de lideranças. (Tapia e Alberti, 2019:05)

Tapia e Alberti (2019) alertam para os cuidados com as definições e avaliações e com as limitações, ao tentar transportar maneiras de proceder de um modelo do Sul para o Norte global. Chamam atenção para os caminhos e para o modo como as identidades dos sindicatos são formadas, por exemplo os sindicatos de metalúrgicos da África do Sul, que estão mais próximo de um modelo europeu que do tipo sindicalismo de movimento social propriamente dito. Para as autoras, não é tão simples transferir experiências de um país para outro, pois o sindicalismo de movimento social da África do Sul tem a ver com a luta contra o sistema apartheid. A mudança de regime eventualmente pode fazer com que os sindicatos venham a abandonar o modelo baseado no local de trabalho e na comunidade para um processo de incorporação política.

As autoras recorrem à definição de movimento social para entendimento de sua aplicação ao movimento sindical. Existem várias definições, mas para defini-lo minimamente é preciso seguir as seguintes características: tem que ser coletivo, de certa continuidade e com certo grau de organização; tem que ter pelo menos um objetivo e usar até mesmo de táticas extrainstitucionais; por último, possuir lideranças reconhecidas pelo próprio movimento.

Os sindicatos encaixam-se nessas definições, porém dois processos têm ocorrido: burocratização do movimento sindical que reluta em mobilizar seus membros; e cooptação ou compromissos de sindicalistas com empresas ou governo, por conta da frágil posição que o trabalho ocupa em relação ao capital, tendo que administrar diversas crises em nome da competitividade internacional.

Para Tapia e Alberti (2019), inspiradas em Alain Touraine, o movimento sindical só cumpriu o papel de movimento social quando desafiou o sistema econômico e social durante a industrialização, lutando contra a dominação e exploração da elite burguesa sobre a classe trabalhadora, antes ou depois disso, é mais limitado que o movimento social.

Não obstante, diferentemente dos movimentos sociais, os sindicatos se legitimaram como ator social com poder de negociar. Assim, o sindicalismo ocidental teve seus momentos de glória com resultados importantes para os trabalhadores, mas com o passar do tempo foi declinando o número de sindicalizados e os sindicatos ficaram limitados à negociação, com limitado poder de mobilização social (Martins Rodrigues, 1998; 1999).

Paralelamente à crise do movimento sindical, houve importantes mudanças no mercado de trabalho, tais como o aumento do número de precários, entre eles imigrantes, mulheres e negros, bem como novas formas de exclusão social. Fechados em convenções coletivas, os sindicatos não são capazes de perceber e encaminhar as diferentes demandas de setores não organizados dos trabalhadores. Não têm tido a capacidade de ir para além de sua função de negociadores, ou seja, de promover uma transformação social no local de trabalho e em conjunto com outros movimentos sociais.

Dado o enfoque explícito na construção de coalizões, SMS [sindicalismo de movimento social] pode ser uma espécie de sindicalismo que atua na importância da divisão intraclasses (intersecções), em termos de raça, gênero, sexualidade, deficiência etc., sem negligenciar sua premissa de classe (Tapia; Alberti, 2019: 13).¹⁶

Para Tapia e Alberti (2019), a dicotomia “classe” e “não classe” não dá conta das novas demandas, como exemplos, a luta contra o patriarcado, contra o capitalismo e o colonialismo. Existem múltiplas formas de identidade com modos específicos de exploração, e não há uma classe homogênea, baseada apenas no interesse material. Portanto, são necessárias diferentes respostas dos movimentos sociais, inclusive sindicais, tanto no Norte como no Sul global (Souza-Lobo, 2011; Santos, 2014).

1.7. Mulheres, movimentos sociais e sindicalismo

A parceria com os movimentos sociais, como já vimos, é uma das principais características do sindicalismo de movimento social. Para as mulheres sindicalistas, a relação com os movimentos sociais, em especial com o feminismo, deu-se pela própria condição de existência e, por que não dizer, de resistência dentro do movimento sindical. Como admite Peter Waterman (1999), à medida que cresce a força de trabalho feminina, crescem também as demandas dessas mulheres por mais organização com reflexo nos sindicatos.

¹⁶Tradução livre da autora. Texto original: “Given the explicit focus on coalition building, SMU could be a kind of unionism that acts in the importance of intra-class division (intersections) in terms of race, gender, sexuality, disability, etc. without neglecting its class-based premise”.

As mulheres, como sabem, formam mais da metade da população mundial e realizam bem mais da metade do trabalho mundial. A recente reflexão feminista sobre a consciência e a auto-organização das mulheres trabalhadoras, portanto, nos fala sobre os trabalhadores, bem como sobre as mulheres, e tem implicações para as estratégias de trabalho, assim como para os movimentos das mulheres (Waterman, 1999: 252).¹⁷

Peter Waterman vê com otimismo a internacionalização das lutas proporcionadas pela globalização, que possibilitou uma rede de intercâmbio, a exemplo das feministas e dos ecologistas. As redes sociais favoreceram novos e alternativos movimentos sociais, com uma consciência internacionalista com fortes questionamentos ao velho socialismo e terceiro mundismo burocratizado e tecnocrata.

Kim Moody (1997), por sua vez, além de reconhecer as mulheres como uma parcela importante da classe trabalhadora, reconhece também o poder de influência do movimento de mulheres sobre diferentes tipos de movimentos, inclusive o sindical. Moody admite que é um erro de muitos analistas não considerar a organização das mulheres como classe trabalhadora. Não se deve classificar essa organização como “novo movimento social”, pois as mulheres, assim como as feministas, sempre se organizaram, tanto no Norte como no Sul global. Para o autor, esse tipo de análise prejudica a interpretação das mudanças que vêm ocorrendo no interior da classe trabalhadora e, por consequência, dificulta também perceber qual novidade um movimento assim traz para o sindicalismo de movimento social (Moody, 1997: 205).

Maria da Glória Gohn (2007) igualmente se propõe a fazer corte gênero ao tratar da importância dos movimentos sociais na resignificação do Estado e das novas racionalidade e formas de saber. A autora classifica as mulheres, com base em Alan Touraine, como movimento do tipo identitário, porém presentes ainda nos outros dois tipos/formatos: de luta por melhores condições de vida e de atuação em redes sócio política e culturais.

Com base em Touraine, Gohn (2007) nos apresenta três formatos de organização dos movimentos sociais na atualidade, sendo o primeiro identitário na luta por direitos e reconhecimento das especificidades como das mulheres, população

¹⁷Tradução livre da autora. Texto original: “Women, as know, form over half of the world’s population and do well over half of the world work. Recent feminist reflection on the consciousness and self-organization of women workers therefore tells us about workers as well as women, and has implications for the strategies of labor as well as women’s movements”.

negra, população indígena e LGBT. O segundo, podemos considerar que passa por demandas mais concretas (menos subjetivas) por melhores condições de vida e salário. E o terceiro, que ao meu ver considera as demandas dos dois primeiros formatos, com o propósito de atuarem em redes a exemplo do FSM – Fórum Social Mundial. Mesmo destacando o formato identitário como lugar privilegiado da atuação das mulheres, entre outras categorias, Gohn (2007) admite que as mulheres estão presentes nas outras duas também, porém de forma muito mais invisibilizada.

A autora diferencia o movimento feminista do movimento de mulheres, sendo o primeiro mais político e o segundo mais de massa, o primeiro com um protagonismo efetivo das mulheres e o segundo com visibilidade das demandas sem o protagonismo das mulheres.

Helena Hirata (2014) reconhece que as demandas específicas das mulheres geram “conhecimentos situados” e são capazes não só de formular um novo olhar, mas propor ações para mudar a realidade reconhecendo essa diversidade e as diferenças hierárquicas nas relações sociais de gênero, raça e classe. É nesse ponto que acredito que as mulheres, no interior do movimento sindical, estão mais aptas ao sindicalismo de movimento social, pois convivem com essas experiências de forma intensa na sua militância sindical e feminista.

Existe alguns autores como Soares (2016) e até mesmo lideranças sindicais que defendem que a atuação da CUT em temas como gênero, raça e orientação sexual advém do chamado “Sindicato Cidadão”:

Nesse sentido, o chamado sindicalismo-cidadão consistiu numa reorientação estratégica que favoreceu o desenvolvimento de algumas agendas e formas de ação até então pouco exploradas nos meios sindicais (Oliveira, 2011; Correia, 2004). Dentre as quais figurou a busca por reconhecimento de mulheres, negros e outros grupos tidos como vítimas de discriminação e como os mais frágeis num mundo do trabalho que se tornava mais precário. Na vigência do sindicalismo-cidadão, fizeram-se mais notáveis as interlocuções entre sindicalistas e feministas de origens diversas (ativistas políticas, professoras universitárias etc.). A adoção sistemática do conceito de “gênero” por sindicalistas desde meados dos anos 1990 foi sintomática disso. (Soares, 2016: 05)

No entanto, autoras como Cappellin (1994), Rago (1995-1996), Delgado (1996), Araújo e Ferreira (1998), Teixeira e Leone (2010) e Souza-Lobo (2011), atribuem à organização das mulheres no interior da Central a ampliação da agenda a partir das experiências concretas das sindicalistas em parceria com os movimentos

feministas já antes do modelo de “Sindicato Cidadão”. Ou seja, a atuação das mulheres sindicalistas é concomitante ao chamado “novo sindicalismo”, com forte intersecção com os movimentos feministas, conforme reconhece Marilane Teixeira e Eugenia Leone (2010: 4): “É nesse contexto, de surgimento de um novo sindicalismo, que emerge a luta das mulheres no campo sindical.”

1.8. Mulheres e sindicatos: espaço privilegiado de mudanças, porém hostil

Para reafirmar essa presença desigual e, em certa medida, responder ao movimento sindical a acusação de que a mulher dividia a classe trabalhadora, Elisabeth Souza-Lobo (2011) escreve *A classe operária tem dois sexos*, ou seja, gostemos ou não dessa inserção, o capitalismo sempre foi indiferente neste aspecto: inclui (e exclui) para explorar ainda mais a mão de obra de homens e mulheres.

A ideia de unidade, no conceito de “unidade da classe operária”, confunde-se com a ideia de identidade, que exclui a noção de diferença. É por isso que a constatação da discriminação-diferença parece ameaçar a unidade da classe operária, daí a necessidade de integração das lutas (Souza-Lobo, 2011: 45).

A incompreensão dessas diferenças foi e continua sendo motivo de tensão no interior do movimento sindical, ora pela tentativa de “culpar” as mulheres por dividirem a classe trabalhadora ao insistirem em uma pauta dita “específica”, ora pela tentativa de explicar a baixa participação das mulheres nos sindicatos, em virtude do seu próprio “desinteresse”, conforme verificado por Virgínia Ferreira (2002) em um estudo da OIT. As explicações dadas pelos dirigentes sindicais, no referido estudo, consistem em atribuir às mulheres a culpa pelo distanciamento. Por ordem de frequência das respostas, os dirigentes alegam: primeiro, desinteresse das próprias mulheres; segundo, medo de possíveis represálias que elas teriam de enfrentar; terceiro, falta de tempo pela dupla jornada; e, somente por último, a cultura masculina dos sindicatos.

Ferreira (2002) destaca a necessidade de as direções reverem suas culturas e comportamentos para atrair mais mulheres para a organização. Isso porque, apesar de certo pessimismo da autora, ao comparar os sindicatos com a figura de Salieri na peça *Amadeus*,¹⁸ ela reconhece nos sindicatos o elo mais organizado e capaz de alterar essa situação. No entanto, os sindicatos devem abandonar a postura de Salieri com relação às mulheres e incorporar as demandas em suas pautas.

Para isto, é preciso ampliar a significação social das entidades sindicais, pois as entidades como já vimos, não estão preparadas ou são hostis à participação das mulheres em suas instâncias (Ferreira, 2002; Cappellin, 1994).

Mesmo com uma ampla literatura tratando da crise do sindicalismo, da baixa taxa de sindicalização e da falta de interlocução das entidades com os movimentos sociais, os sindicatos resistem em implantar políticas de ações afirmativas. Como exemplo, as cotas de gênero em suas instâncias, para aumentar a participação de mulheres ou de jovens, para “oxigenar” as direções, conforme podemos verificar na análise de Estanque, Costa e Silva (2015).

Para Paola Cappellin (1994), os sindicatos reforçam símbolos que condicionam as mulheres aos papéis de esposa e mãe e têm dificuldade em reconhecer a “mulher trabalhadora” como sujeito político. Por esse motivo, a autora coloca em dúvida a vontade dos sindicatos em buscar a universalização da igualdade.

Sue Ledwith (2012), por sua vez, analisa a situação da mulher nos sindicatos reconhecendo que pode haver dois passos à frente e um atrás como também o contrário. Ela se propõe a estudar os passos atrás, ou seja, as barreiras e suas relações com as demandas das mulheres por inclusão, transformação e mudança a partir das três esferas: trabalho, sindicato e vida doméstica.

Podemos verificar em diversos trabalhos sobre as relações de gênero nos sindicatos que existe uma espécie de solidariedade entre os homens, uma espécie de fraternidade do mesmo sexo. Desde o trabalho do artesão para garantir e negociar o preço da mão de obra, as mulheres eram excluídas e os homens lavavam suas mãos diante da vida difícil delas (Crain, 1993; Ledwith, 2012; Ferreira, 2002; Saffioti, [1969] 2013).

¹⁸Peça do roteirista Peter Shaffer inspirada na vida dos compositores Wolfgang Amadeus Mozart e Antonio Salieri, que viveram em Viena (Áustria) durante a segunda metade do século XVIII. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Amadeus>. Acesso em: 13 maio 2017.

Contudo, ao longo dos anos cresce a participação das mulheres na força de trabalho, assim como sua presença nos sindicatos, e isso impõe uma nova forma de organização sob novas regras. Diante disso, Sue Ledwith (2012) lança a seguinte questão ao analisar a situação da mulher nos sindicatos: Como pode persistir a exclusão das mulheres nos sindicatos, se a cada dia cresce a proporção de mulheres no mercado de trabalho e aumenta o número de sindicalizadas?

A autora antecipa que outros setores precários com forte participação de jovens, diferentemente dos setores tradicionais do operariado, estão mais abertos para as mudanças e para a incorporação das questões de gênero. Para Ledwith (2012), as mulheres, quando se unem estrategicamente a outros grupos que também sofrem com as discriminações de classe, raça, orientação sexual ou deficiência, tendem a trazer mudanças nas relações de poder interna dos sindicatos tradicionais, que têm cultura masculinizada e patriarcal.

A autora também se pergunta: As mulheres sindicalizadas mudam o jogo? O aumento da sindicalização entre as mulheres não quer dizer somente maior inclusão, mas também maior representatividade de mulheres, jovens e outras diversidades nos seus próprios termos. A representação dos sindicatos vem mudando, não se trata mais de uma elite operária branca, masculina, hétero e velha. Hoje há outras representações em disputa. A crise do sindicalismo tem levado os tradicionais líderes a rever ou a ceder para as mudanças ocorridas, por questão de sobrevivência, para uma cultura mais diversa e democrática. Para Ledwith (2012: 196), as políticas de gênero adotadas pelos sindicatos advêm do interesse de sobrevivência da própria organização.

Marion Crain (1993), em seu texto “Between feminism and unionism: working class women, sex equality, and labor speech”, também reconhece essa emergência por mudanças no movimento sindical por questão de sobrevivência. A autora aposta no potencial do movimento feminista para promover tais mudanças.

Ledwith (2012) identifica uma tendência de crescimento de sindicalização entre mulheres, porém mais baixa do que a dos homens, e há ainda muito por fazer. As mulheres não veem como o sindicato pode ajudar, e por isso não se afiliam.¹⁹ Para

¹⁹A simbologia da força, brutalidade e agressividade masculina ligada ao ambiente de trabalho vai para dentro dos sindicatos, acrescida de uma fraternidade masculina para se proteger contra o desemprego. Isso torna o ambiente sindical hostil e desconfortável para aquelas e aqueles que não compartilham do código, das regras criadas por homens brancos e héteros. Ledwith (2012: 192) chama atenção para

atender a essas demandas, os sindicatos têm mudado suas agendas, como estratégia para organizar mais mulheres e outros grupos de excluídos.

Assim como os homens, as mulheres também vão para dentro dos sindicatos com suas experiências materiais, suas identidades de gênero enraizadas e suas crenças. Ledwith (2012) utiliza-se da análise de Cunnison e Stageman em *Feminising the unions* para identificar uma “cultura da feminilidade”, construída pelo referencial do cuidado e da submissão, que vai refletir no mercado de trabalho, na vida comunitária e nos sindicatos. Segundo Ledwith (2012), as mulheres priorizam o social, em vez do econômico. Fazem conexão com a casa, o trabalho e a comunidade, aceitam a diversidade, acham que todos e todas devem ser ouvidos, são pela opinião da base e pela informalidade e não seguem os rituais hierárquicos dos homens.

Os sindicatos modernos são uma estrutura voraz, com uma pesada carga de trabalho, e as mulheres pagam um preço ainda maior, porque precisam conciliar sua vida profissional com a vida familiar. Para contrapor-se ao peso do poder masculino dos sindicatos, as mulheres têm buscado como saída criar grupos separados, ou autonomia na organização, mesmo com muita resistência interna (Ledwith, 2012).

Quando as mulheres se auto organizam podem representar um perigo ou uma oportunidade. Na visão de Linda Briskin (1999) *apud* Ledwith (2012: 194) deve haver um equilíbrio estratégico entre a autonomia e a exclusão ou marginalização, entre o gueto e a impotência, entre a integração e a assimilação que leva à impotência. Para a autora esse tipo de organização autônoma e temática como grupo de mulheres, de negras, de educadoras podem promover um espaço crítico para o empoderamento das mulheres, além disso desenvolver políticas coletivas e estratégias feministas para dentro da estrutura e cultura sindical promovendo mudanças.

Os espaços específicos e autônomos encorajam as mulheres à troca de experiências, ao desenvolvimento de confiança, consciência e habilidades. Podem ser pequenas, mas são importantes mudanças por espaços mais democráticos, nos quais as mulheres se sintam mais confortáveis para se expressar. Nesses tipos de espaços, por exemplo, ativistas LGBT sentem-se mais seguros para tratar de suas

a declaração de um líder sindicalista, em 1875, quanto à função dos sindicatos: manter as esposas e filhas dos operários em casa. Ser ou não aceita nos sindicatos dependia de aceitar ou não as regras impostas por um modelo masculino de fazer sindicalismo.

demandas e para proteger suas identidades sexuais. Ledwith (2012) considera central mulheres organizando mais mulheres, para combater as desigualdades. Dessa forma, elas sentem-se mais à vontade e confiantes, e também pela amplitude de suas pautas. Essa aproximação e as alianças promovidas pelas mulheres trabalhadoras entre sindicatos, movimentos e comunidade vão contribuir para a politização dessas mulheres, assim como para maior apropriação de conceitos e princípios do feminismo, especialmente no Brasil (Cappellin, 1994; Rago, 2012; Souza-Lobo, 2011).

1.9. Mulheres sindicalistas e o feminismo: força impulsionadora²⁰

Considerando as diversas interpretações e usos do conceito de gênero, conforme nos alerta Joan Scott (1995) — como sinônimo de mulher, como menos ameaçador ou como relação entre os sexos —, a aplicação do gênero para as feministas cumpre um papel para além da compreensão histórica. Assim, o estudo de gênero propõe reflexões que levem a mudanças. Há um consenso de que gênero como categoria de análise relacional entre os sexos contribui para compreender e transformar a realidade, ou seja, ser homem ou ser mulher consiste numa construção social, e não em determinação biológica ou divina, “porque Deus quis assim”; por isso, essa condição é passível de mudança.

As relações sociais de gênero definem o lugar de homens e mulheres na sociedade. Trata-se de um elemento estruturante das discriminações no mercado de trabalho, ou seja, o sexo, a cor, a classe e onde um indivíduo nasceu vão de certa forma determinar sua posição na sociedade (Scott, 1995; Hirata; Kergoat, 1994; Souza-Lobo, 2011; Casaca; Bould, 2012).

Para Souza-Lobo (2011), a origem da discriminação não estava na esfera da produção, mas na articulação com a esfera da reprodução. Em outras palavras, o mercado de trabalho explicitou uma diferença que estava para além dos muros das

²⁰Adriana Piscitelli (2002) ajuda-nos a compreender as diferentes categorias de análise para se pensar o papel da mulher na sociedade. No sindicalismo, o uso dos conceitos de gênero, mulher e patriarcado foram marcados por diferentes momentos políticos do feminismo.

fábricas. A autora reconhece no feminismo liberal os primeiros passos da luta por reconhecimento como cidadã, pelo direito ao voto, por autonomia financeira e inclusão no mercado de trabalho. Porém, é no “novo feminismo”, ou “feminismo revisitado”, que as mulheres trabalhadoras vislumbram outras demandas e passam a questionar certos dogmas, como a sujeição de sua sexualidade à maternidade. Mulheres cansadas da invisibilidade e do isolamento nas organizações de que participam apresentam novas demandas e despertam para um questionamento crítico das organizações, em hierarquia e centralidade.

Novos temas e novas práticas associadas a uma necessidade de formulação teórica de reflexão requerem autonomia em relação aos modelos de organizações vigentes, e, para reconhecer a diversidade e abarcar as diferentes demandas, adota-se o modelo de movimento, e não de organização, movimento este horizontal e hostil à hierarquia.

Nem melhor, nem pior que os modelos masculinos — nem como sinal invertido de dominação, nem como encarnação do autoritarismo masculino, nem como uma forma idealizada de feminilização do poder. Mas sim uma forma de ir além dos próprios fragmentos: mulher-homem, público-privado, geral-específico, na busca por homens e mulheres livres, numa sociedade livre (Souza-Lobo, 2011: 215).

Helena Hirata e Daniele Kergoat (1994) buscam compreender esse fenômeno por meio da divisão sexual do trabalho, que não se propõe a anular o conceito de classe social, mas introduz novos elementos, como patriarcado, sexismo e relações sociais de gênero, que contribuíram para desnaturalizar essa condição de subalternidade da mulher (Crompton; Mann, 1986).

Assim como Souza-Lobo (2011), Crain (1993) toma como referência o movimento feminista como potencial de mudança na vida das mulheres. Marion Crain faz duras críticas ao feminismo branco e de classe média dos Estados Unidos, por sua atitude bastante elitista e individualista, deixando de lado as mulheres da classe trabalhadora. A autora afirma que os diferentes tipos de feminismo, como o liberal, o radical e o cultural, excluem a classe. A luta contra a opressão de gênero deve necessariamente passar pela autonomia econômica, sem se separar das questões sociais. Por isso, Crain (1993) via nas feministas socialistas a melhor estratégia de combate à opressão, pois se expressa no sistema capitalista, no patriarcado e no racismo.

Outra importante contribuição teórica para a compreensão da diversidade de pautas e demandas entre as mulheres, especialmente das mulheres negras, surge com força, a partir do uso da interseccionalidade defendido por Kimberlé Crenshaw (2002). Quando na elaboração de um documento voltado para especialistas em discriminação racial de gênero, Crenshaw (2002) explica que a luta por Direitos Humanos incluiu as demandas das mulheres como se todas fossem brancas, e da população negra como se tivesse o mesmo sexo, ou seja, homem negro, ignorando assim a presença das mulheres negras nessa luta. Foi a partir de experiências vividas por mulheres negras nos Estados Unidos, que recorreram à justiça contra a discriminação numa grande montadora, que se percebeu que essa parcela da população fica deslocada ou invisível, quando se observa o que a autora ilustrou como via/estrada das discriminações de gênero e raça.²¹

Portanto, Crenshaw (2002: 185) defende uma análise interseccional, tanto estrutural como política, para detectar a complexidade e as consequências dessa miopia. Essa abordagem permite combater a subordinação interseccional, válida também para outras categorias, além de gênero e raça, como orientação sexual, etnia, deficiência etc.

Para Ledwith (2012), hoje temos mudanças nas relações de gênero que não se resumem ao binarismo homem e mulher, mas que consideram diferentes formas de identidade de gênero e sexual e novas formas de masculinidade que não estão de acordo com a opressão do homem sobre as mulheres, porque deformam o próprio homem. Mudanças no mercado de trabalho, como novas tecnologias e novas formas de trabalho flexível, atingindo especialmente jovens, mulheres e imigrantes, impactam o ambiente de trabalho e também a estrutura e cultura sindical. Essas mudanças trazem novos desafios e novas filiações que, por sua vez, impulsionam novas agendas. Essas mudanças, ao mesmo tempo em que revitalizam os sindicatos, geram reações defensivas e conservadoras diante dos riscos e problemas de uma nova forma de fazer sindicalismo.

Na França, por exemplo, houve uma mudança de sindicato *blue-color*, masculinizado e de esquerda para um tipo de profissionalização mais próxima do *white-color*, na sua maioria feminina (Ledwith, 2012: 194). Tem-se argumentado que

²¹A empresa defendeu-se argumentando que contratava mulheres e negros, e por isso não praticava discriminação, porém não contemplava as mulheres negras.

a eliminação da análise de classe e dos valores socialistas e a aceitação do liberalismo econômico levaram à promoção de um sindicalismo de massa capaz de abordar questões para todos, incluindo as mulheres.

Por outro lado, Marion Crain (1993) acredita que o feminismo socialista possibilitou uma maior aproximação das feministas com as trabalhadoras pois tem no centro do problema a luta contra o capitalismo, o patriarcado e o racismo. Rago (1995-1996), ao admitir a crítica que muitas feministas fazem ao marxismo e ao movimento de esquerda que privilegia a questão de classe em detrimento da questão de gênero, vê no feminismo socialista uma estratégia de colocar o debate de classe em primeiro plano, especialmente no período que os sindicatos eram fortemente influenciados pelo marxismo, para fazer reconhecer e aceitar politicamente as demandas das mulheres na esfera pública masculina, ou seja, a classe funcionava como porta de entrada das demandas das mulheres, e essas por sua vez compõem a classe trabalhadora como foi preciso alertar Beth Lobo em *A classe operária tem dois sexos*.

Tanto Ledwith (2012) como Crain (1993) acreditam que essa nova força de trabalho — novo precariado — vai para dentro dos sindicatos de forma diferente da antiga geração de sindicalistas. Estão mais ligados entre si e à família, à comunidade de base e aos movimentos sociais, não por serem melhores ou piores que os mais antigos, mas porque a cultura da obrigação de cuidar, construída socialmente nos papéis de gênero, possibilitou o desenvolvimento dessas habilidades: “Por fim, as mulheres estão bem posicionadas para ajudar no trabalho de coalizão com organizações comunitárias e de justiça social” (Crain, 1993: 1960).²²

Essas mudanças não se resumem, se incluem ou se excluem, pois se colocam também como uma nova potência para um novo modelo de sindicalismo. Sabemos que, como todo processo de mudança, essa transição não é tranquila, porque ameaça o *status quo* das atuais direções (Braga, 2015) e pode representar a solução, quando se junta a “fome” dos trabalhadores e trabalhadoras precários com a vontade de “comer” dos sindicatos por mais representatividade.

Rachel Brickner (2013), numa publicação intitulada “Gender conscientization, social movement unionism, and labor revitalization: a perspective from Mexico”, refletiu sobre a questão que estou me dispondo a pesquisar, ou seja, as mulheres

²²Tradução livre da autora. Texto original: “Finally, women are well-positioned to assist labor in coalition — building with community and social justice organization” (Crain, 1993: 1960).

sindicalistas, no caso as mexicanas, praticam um tipo de sindicalismo semelhante ao modelo de sindicalismo de movimento social. Essa semelhança é verificada nas alianças e parcerias que estabelecem com os movimentos sociais, especialmente com os movimentos feministas, para fazer com que suas demandas sejam consideradas dentro e fora dos sindicatos. Brickner acredita que as mulheres, nesse sentido, podem promover a revitalização necessária para o sindicalismo mexicano se livrar das amarras do atual modelo que impedem os sindicatos de exercerem autonomia em relação aos governos e partidos²³.

Para chegar a essa conclusão, a autora questiona a estrutura sindical vigente no México montada em bases corporativistas, ou seja, tutelada pelo Estado a partir da unicidade e contribuição financeira compulsória, muito parecida com a do Brasil. Além disso, os sindicatos sequer têm autonomia para firmar acordos coletivos, nesse aspecto, diferentemente do Brasil. E para compensar essa falta de autonomia os sindicatos se aliam aos partidos políticos, inclusive com assento em suas direções. A autora detecta aí um grave problema para os sindicatos, pois os governos submissos às políticas neoliberais ditadas pelo Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), tem desregulamentado e flexibilizado as relações de trabalho, além de perseguir sindicatos que resistem a esse processo. Como se não bastasse essa ofensiva neoliberal sobre a classe trabalhadora, a autora também denuncia a corrupção de sindicatos e partidos que se vendem para garantir os interesses de grandes empresas e seus programas de expansão de mercado. Em que pese a iniciativa de dirigentes mais combativos em criar uma nova central, para romper com esse ciclo, a autora acredita que é necessário fazer uma reforma institucional para romper com o atual modelo.

Contudo, para romper com atual modelo é importante considerar a participação das mulheres, tanto no mercado de trabalho como nas organizações sindicais. Pois, segundo Brickner, apesar de terem aumentado consideravelmente sua participação no mercado de trabalho, devido ao crescente setor de serviços e, assim aumentado significativamente também sua participação nos sindicatos, como filiadas ou dirigentes, ainda continuam de fora dos espaços de decisão no movimento sindical. Para sobreviver nesse ambiente, as mulheres buscaram parcerias e alianças com os

²³Para chegar a essa conclusão, a autora questiona a estrutura sindical vigente no México, montada em bases corporativistas, ou seja, tutelada pelo Estado mediante unicidade e contribuição financeira compulsória, muito parecida com a do Brasil.

movimentos da sociedade civil. As feministas tiveram um papel muito importante também, após as destruições ocorridas em função de um terremoto, atuaram junto aos sindicatos para ajudar na reconstrução do país. Portanto, para a autora a entrada das mulheres contribui para a revitalização dos sindicatos, porque democratizaram a participação de parcela importante da classe trabalhadora e possibilitaram construir fortes parcerias com a sociedade civil.

2. Sindicalismo e feminismo: o trabalho como centro

Em seu capítulo na coletânea organizada por Margaret Maruani, Danièle de Kergoat (2019:287) lança a seguinte pergunta título: “O trabalho, um conceito central para os estudos de gênero?” Se considerarmos os estudos no campo sindical, creio que a resposta esteja estampada na capa do próprio livro: *Trabalho, logo existo: perspectivas feministas*.

O trabalho, segundo Kergoat (2019), está na base da produção do viver em sociedade porque é mediador das relações sociais. É por onde se organiza o exercício de poder, é instrumento de dominação e também de emancipação, capaz de mobilizar tanto a objetividade dessas relações quanto a subjetividade.

Contudo, as mulheres precisam enfrentar tantas outras formas de opressão, que o fato de trabalharem não garante a sua existência – nem física nem tão pouco política (hooks, 2019). Se para o sindicalismo a luta de classes explica muito das desigualdades sociais e a razão para continuar existindo enquanto movimento de resistência; para o feminismo, a classe é uma das categorias que gera desigualdades, somada a outras como gênero, raça, orientação sexual, etnia, idade. Tomar o trabalho como centro dessa reflexão é importante para materializar não só as diferenças entre homens e mulheres da classe trabalhadora, como também para revelar e denunciar formas subjetivas de dominação e exploração que continuam a subalternizar as mulheres.

O trabalho permanece uma questão central para os sistemas de dominação, é um operador possante para pensar o problema do poder, está no centro das opressões de raça, de gênero, de classe. (...) Mas o trabalho não constitui apenas uma questão para o sistema de dominação: ele está potencialmente no centro de resistência e das lutas, é um meio de transformação dessas relações sociais. Pois não é apenas lugar de dominação, é também lugar de solidariedade e de cooperação, de socialização (Kergoat, 2019: 292).

Assim sendo, que resultado podemos esperar do encontro entre sindicalismo e feminismo? O feminismo ampliou a consciência das sindicalistas e trouxe complexidade para as relações sociais de gênero. No Brasil, as primeiras reflexões sobre o papel da mulher na sociedade de classes surgem com Heleith Saffioti [1969] (2013). A autora que é referência para os estudos feministas no país, curiosamente, negou o feminismo para não ser confundida com o feminismo “burguês” da primeira

onda. As pós-marxistas, por sua vez, denunciaram que a superação de uma sociedade de classes nunca deu sinais de superação das diferenças entre homens e mulheres (Pinto, 2020).

A divisão sexual do trabalho é outra importante contribuição das feministas para os estudos do trabalho porque amplia o conceito e rompe com os limites impostos pela dicotomia entre público e privado, produtivo e reprodutivo, pago e não pago. Esta abordagem traz complexidade para as relações sociais de gênero e possibilita ampliar a atuação das sindicalistas e do próprio movimento sindical.

As práticas feministas no Brasil se confundem com movimento popular e movimento de mulheres, silenciadas no período do governo militar (1964-1985). O feminismo dito acadêmico foi de resistência à ditadura e influenciado pelo feminismo europeu (feministas socialistas) por meio de intelectuais exiladas. Também foi marcado pelo marxismo ortodoxo do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de forte rejeição ao feminismo liberal dos EUA. É nesse contexto que se constituem os movimentos feministas organizados no país, a exemplo da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e da Marcha Mundial de Mulheres (MMM), que se autoproclamam como feministas antirracistas, antipatriarcais e anticapitalistas.

Estes movimentos estreitaram parcerias com as sindicalistas que enfrentaram (e ainda enfrentam) dilemas ao atuarem em espaços político-sindicais masculinizados como a CUT – Central Única dos Trabalhadores.

2.1. O lugar da mulher na sociedade de classe: da participação à resistência

Ao longo da minha militância nos movimentos sociais e partidário de esquerda, em diferentes momentos ouvi de lideranças (especialmente masculinas, mas também algumas femininas) que o debate e as demandas específicas das mulheres dividem a classe trabalhadora. Ao lutarem juntos, homens e mulheres, pela superação da exploração capitalista e opressão de classe, automaticamente superariam os problemas “específicos” das mulheres, e todos e todas desfrutariam

de uma sociedade justa e igualitária. Entretanto, desde o nascimento da sociedade capitalista e a formação das classes sociais, essa profecia nunca se realizou em qualquer lugar do mundo, nem mesmo nos países de regime socialista.

Boaventura de Sousa Santos, a este respeito, estabelece um interessante diálogo com Foucault a propósito do poder. Um dos processos pelos quais o autor mostra que o poder é muitas vezes uma máscara de igualdade que não passa de uma ilusão, pois as constelações de poder tanto permitem fixar fronteiras como abrirem caminhos ao mesmo tempo. A exemplo do trabalhador que, enquanto membro da classe trabalhadora, luta por um melhor salário, mas que, ao mesmo tempo, considera absurdo que uma mulher possa auferir um salário igual, está simultaneamente a exercer um poder de *classe* que abre caminhos e um poder *sexista* que fecha fronteiras (Santos, 2000).

Portanto, é preciso continuarmos refletindo sobre a condição da mulher na sociedade de classe, o que nos remete a outras formas de dominação e exploração que terão impactos negativos não somente para as mulheres (que já são metade da humanidade), mas, especialmente, para a classe trabalhadora como um todo e suas futuras gerações.

Importante teórica dos estudos das relações de gênero e trabalho no Brasil, Heleieth Saffioti [1969] (2013) nos mostra de forma didática e envolvente os mecanismos de exploração da força de trabalho feminina na sociedade capitalista. Saffioti via na unidade de homens e mulheres a possibilidade de superação das desigualdades e uma real união da classe trabalhadora. A autora se utiliza da teoria marxista para analisar o efeito que o produto do trabalho socialmente produzido tem sobre o modo de produção capitalista e as relações de classe social. Se na sociedade pré-capitalista o homem produzia o necessário para sua sobrevivência, com o aumento da produção e a introdução de novas tecnologias, o homem se vê “livre” para vender sua força de trabalho, que também passa a ser mercadoria e trocada por salário.

O excedente desse trabalho — ou melhor, a quantidade de horas trabalhadas a mais, depois de ter pago seu próprio salário — é apropriado pelos proprietários dos meios de produção (no caso os patrões, os donos das máquinas e equipamentos). A partir daí se configura uma sociedade de classe que não é mais moldada pelo *status* como nos antigos feudos, mas sim pela economia de mercado.

Para funcionar essa nova engrenagem econômica, com o advento da sociedade capitalista, esse mesmo indivíduo que vende sua força de trabalho, também consome as mercadorias produzidas por ele e por outros trabalhadores e trabalhadoras. Para isso lhe é atribuída a condição de “homem livre” para negociar as melhores condições tanto para vender sua força de trabalho, como para consumir os produtos. Porém, essa liberdade processa-se de forma diferenciada conforme o sexo e a raça (Saffioti, [1969] 2013).

Segundo Saffioti [1969] (2013), foi preciso desnudar os status adquiridos de nobreza ou de servidão da sociedade pré-capitalista para “libertar” os indivíduos da sua condição de subsistência, e assim passar para a condição de produtor e consumidor. No capitalismo, os “status atribuídos” assumem forma aparentemente de “status adquiridos” através do processo de competição. Para a autora, a aparência física, como sexo e raça, é atribuída para discriminar. E mesmo que a discriminação se dê pela aparência física, é preciso buscar na origem das relações capitalistas, ou seja, nas relações de produção, a explicação para as desigualdades que hierarquizam e valorizam os membros da sociedade: “A perpetuar-se esta tendência o sexo operaria como fator de discriminação social enquanto perdurasse o modo de produção baseado na apropriação privada dos meios de produção.” (Saffioti, [1969] 2013: 61).

A força de trabalho como mercadoria é a melhor forma de se medir a integração desse produtor ou produtora na sociedade de classes. Saffioti [1969] (2013) vai analisar o trabalho feminino, trabalho esse, marginalizado, levando assim à marginalização da própria mulher enquanto ser social. Para a autora, a mulher sempre trabalhou ao longo da história pré-capitalista e sempre foi explorada em função do sexo, porém tinha uma certa inserção na sociedade feudal ou nos burgos, principalmente, em função do casamento.

Portanto, não é o trabalho em termos abstratos que é responsável pela degradação da mão de obra feminina. Mulheres e homens são explorados, mas a categoria sexo vai determinar um lugar nessa sociedade de privilégio ou de submissão. Na sociedade de classe, o trabalho gera um valor que não é apropriado por quem executa, seja homem ou mulher, ambos são explorados. Mesmo que essa exploração recaia com maior intensidade sobre a mulher, isto não quer dizer que o homem trabalhador se beneficiaria dessa diferença (Saffioti,[1969] 2013).

Heleieth Saffioti também acreditava que o fim da opressão se daria com o socialismo, que a luta era conjunta entre homens e mulheres, e atacava o feminismo pequeno burguês que só se preocupava com os direitos das mulheres e não com o sistema capitalista e a luta de classes (Saffioti,[1969] 2013; Jardim Pinto, 2014).

Céli Regina Jardim Pinto (2014), no artigo intitulado “O feminismo bem comportado de Heleieth Saffioti (presença do marxismo)”, ressalva a importância de Saffioti para os estudos feministas no Brasil e no mundo, porém ela aponta uma certa contradição da socióloga devido ao alinhamento com o pensamento marxista. Segundo Pinto (2014), Saffioti não se considerava feminista, e essa posição pode ser explicada, em parte, pela influência do contexto político pós-1964, com a ditadura militar no Brasil, e da aproximação dos intelectuais brasileiros com o ideal revolucionário do terceiro mundo.

Para uma parcela das feministas, nem Marx nem os marxistas deram conta da questão de gênero, pois suas teorias e seus seguidores secundarizaram a questão da mulher na sociedade de classes ou trataram como um artefato do conflito (Crompton e Mann, 1986). Algumas questões como: o trabalho doméstico é ou não parte da classe trabalhadora? Esse trabalho é explorado pelo marido ou pelo patrão? O trabalho doméstico é ou não fonte de mais-valia?; não foram tratadas nas análises de classes marxistas. Contudo, não é possível ignorar a existência de uma sociedade guiada pelo patriarcado, onde o homem é privilegiado sistematicamente (Lockwood, 1986).

Ouso fazer aqui um paralelo com a proposta de Goran Therborn (2012) sobre os novos parâmetros da política global e as formas de atuação dos atores políticos. Para Therborn (2012), a esquerda clássica foi guiada por um “coletivismo irreverente”, com forte inspiração no movimento operário, muito próximo da visão de Saffioti quanto ao papel revolucionário da classe trabalhadora. Apesar de o autor admitir um caráter mais individualista dos movimentos de mulheres ou dos movimentos por direitos humanos, por exemplo, ele os vê como “novas formas de coletivismo moderno” tão ou mais irreverente quanto foi o movimento operário. A ponto de o autor listar como um dos principais êxitos da esquerda dos últimos tempos a expansão do novo movimento feminista, pois este questiona não somente a exploração capitalista, como também a dominação pelo patriarcado (Therborn, 2012).

Neste ponto, destaco a preocupação levantada por Érik Olin Wright (1994) quanto ao desafio colocado ao marxismo em analisar a classe e a opressão dos sexos. Wright nos apresenta duas formas possíveis: a primeira (acredito que mais próxima de Heleith Saffioti), propõe que a classe seja considerada como a causa mais profunda da opressão de sexo, que nem tudo se explica pela classe, mas que a classe é capaz de explicar as propriedades mais importantes da opressão sexual (Wright, 1994). A segunda, considerada alternativa pelo autor, diz que o marxismo deveria reconhecer que os processos relacionados com o gênero se encontram enraizados em mecanismos que interagem com fenômenos sociais específicos, ou seja, que as relações de classe se articulam com as relações de sexo nas definições de papéis tanto no trabalho produtivo, quanto no reprodutivo.

Por muito tempo, buscou-se justificar essa subalternidade das mulheres no mercado de trabalho por dois fatores: pelo fator natural e pelo fator social²⁴. O fator natural está relacionado com a função da maternidade, ou seja, por força da biologia, é a mulher quem gera e põe no mundo a prole. Para Saffioti (2013), existe um reconhecimento da sociedade de que essa função biológica da mulher deveria ser socializada, e por isso limitada à concessão da licença maternidade. Em compensação, essa mãe arcaria com os custos desta licença, pois essa ausência impediria uma ascensão na carreira, além de outros impactos na vida profissional. Quanto ao fator social, em complementaridade à “função biológica” da mulher, caberia a ela cuidar para a reprodução da vida de seus filhos e filhas, além de cuidar de toda a família e, por isso, se ausentarem ainda mais do trabalho produtivo.

A ideia de que a missão da mulher é o casamento e a procriação conduziu não propriamente a uma qualificação da força de trabalho feminina, mas a uma especialização que destina as mulheres das camadas intermediárias da sociedade às ocupações subalternas, mal remuneradas e sem perspectivas de promoção (Saffioti, [1969] 2013: 95).

24 Pierre Bourdieu, em *A Dominação Masculina*, vai ainda mais longe para tentar explicar os mecanismos históricos responsáveis pela “eternização” da dominação masculina. O autor começa desde as diferenças anatômicas, passando pela posição sexual de homens e mulheres revestidos de uma dominação simbólica, que coloca o homem como sujeito ativo e o feminino como passivo, não só com relação ao ato sexual, como em relação a vida. Essa relação sexual vai se expressar na relação social de dominação, incorporadas por homens e mulheres que, de certa forma, explica sua perpetuação. O próprio Bourdieu faz referências a Judith Butler, hoje uma das principais representantes da Teoria *Queer*, que propõe o “não gênero” para romper com essa relação de dominação e desigualdades.

Neste ponto, o conceito de gênero foi muito importante para a compreensão das desigualdades entre homens e mulheres, e foi apropriado estrategicamente pelas dirigentes no enfrentamento das desigualdades. O referido conceito foi essencial como categoria de análise para desnaturalizar determinadas relações, assim como para envolver os homens no debate. Contudo, este conceito também tem seus limites analíticos e práticos, isto é, ele pode até explicar parte das opressões e discriminações, mas não transformar essas relações. Segundo Saffioti [1969](2013), ele é “estático”.

Os estudos sobre a divisão sexual do trabalho, por sua vez, vão demonstrar que as desigualdades de gênero se materializam nessa divisão estabelecendo lugares de homens e mulheres, hierarquizando e estabelecendo valores tanto objetivos/monetários quanto subjetivos – “vale menos porque é executado por mulheres”. O patriarcado volta à cena política dessa relação de exploração e opressão das mulheres pela manutenção de um sistema patriarcal e capitalista (Souza-Lobo, 2011; Scott, 1995; Hirata e Kergoat, 1994).

As feministas vão quebrar o silêncio que submete as mulheres à situação de opressão e exploração ao introduzirem as relações sociais de sexo e gênero para repensar o conceito de classes sociais. Para Hirata e Kergoat (1994), as relações de classes e relações de gênero são “coextensivas”, ou seja, elas se sobrepõem e devem ser analisadas conjuntamente.

2.2. A divisão sexual do trabalho e seus impactos: na vida, no trabalho e no sindicato

Enquanto a divisão do trabalho doméstico for assimétrica,
a igualdade será uma utopia.

Helena Hirata

Esse modelo assimétrico das relações de gênero, aliado a divisão sexual do trabalho, estabelece hierarquia e valores. Começa por estabelecer lugares de homens e mulheres na sociedade, sendo o espaço do homem no produtivo, no público, do trabalho pago e como provedor; e a mulher no espaço reprodutivo,

privado, do trabalho não pago e de cuidados. Criam hierarquias e valores que fazem, por exemplo, mulheres buscarem empregos para “complementar” o salário do homem, ou formas de trabalho que possam “conciliar” com os afazeres domésticos (Casaca e Bould, 2012; Hirata e Kergoat, 1994).

Uma das consequências dessa divisão sexual do trabalho, além de desvalorizar a mulher no mercado, é de aumentar a produtividade. Pois o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres (lavar, passar, cuidar dos filhos e idosos e alimentar a prole) funciona como uma espécie de subsídio às empresas, ou seja, o capital não seria capaz de reproduzir-se sem o trabalho invisível, não pago, feito pelas mulheres (Hirata e Kergoat, 1994). Podemos concluir, então, que é necessário o reconhecimento do trabalho reprodutivo como trabalho que agrega valor, reconhecimento esse que deve ser traduzido em políticas públicas e em novos comportamentos do mercado de trabalho e das famílias (e, acrescento, dos sindicatos).

No que se refere ao papel do Estado como promotor da igualdade, Casaca e Bould (2012) percebem por meio de uma tipologia alternativa à de Esping-Andersen, proposta por Jane Lewis (*apud* Casaca e Bould, 2012), três tipos de Estado-providência, todos guiados pela representação dominante do homem como ganha-pão em menor ou maior grau (que pode variar conforme a modernidade do Estado). No primeiro modelo, esta posição é exclusiva, ou seja, o homem é o responsável pelo ganha-pão, e ponto. O segundo modelo admite uma parcialidade desse ganha-pão do homem. E o terceiro modelo admite pouco essa responsabilidade de ganha-pão do homem.

Essa representação do homem como o principal responsável pelo sustento da família vai repercutir nas relações sociais e culturais e pode variar de uma sociedade para outra conforme a situação econômica de cada país. Casaca e Bould (2012) citam, então, três modelos culturais com base nas relações sociais de gênero que oscilam entre: tradicionalismo (homem provedor/mulher prestadora de cuidados); modelo intermediário (homem provedor/mulher em tempo parcial conciliação trabalho e família); e o modelo pautado na divisão simétrica, como modelo ideal (trabalho pago e não pago, com partilha das responsabilidades).

As atuais relações de trabalho nos levam a crer que o modelo predominante é

o intermediário e que nos falta muito para alcançarmos uma relação simétrica enquanto modelo cultural. Assim, podemos entender que a “saída” que o mercado de trabalho tem dado para romper ou amenizar essa assimetria foi flexibilizar as relações de trabalho, como por exemplo com o trabalho temporário, com jornada reduzida ou trabalho a domicílio.²⁵

Ilona Kovacs e Margarida Lopes (2012), ao analisarem os impactos da globalização no mercado de trabalho na juventude, lançam um olhar bastante crítico sobre as “promessas” dos defensores de uma visão técnico-liberal. A promessa de que a flexibilização promoveria uma maior autonomia e melhora na capacidade de empregabilidade, se traduz hoje numa sociedade altamente competitiva e com sacrifícios tanto sociais, quanto ambientais e humanos. O que se observa na prática é que essa reestruturação permitida pelos avanços da tecnologia da informação e comunicação gera desemprego precariedade e pobreza (Kovacs e Lopes, 2012). Belluzo (2009) também desmascara essa nova forma de relação de trabalho que prometia maior qualidade de vida para homens e mulheres.

Para muitos, estava prestes a se realizar a utopia de trabalhar menos para viver mais. Os avanços da microeletrônica, da informática, da automação dos processos industriais já permitem vislumbrar, dizem os otimistas, a libertação da fadiga que podemos em nome de uma ética do trabalho que só engorda os cabedais dos que nos dominam (Belluzo, 2009:169).

O reflexo dessa política de flexibilização das relações de trabalho e o fim do Estado de Bem-Estar Social está para além da vida ativa de trabalhadores e trabalhadoras. Essa lógica vai permear também a velhice, especialmente de mulheres, que se veem obrigadas a continuar ativas no mercado de trabalho, além de darem conta do trabalho doméstico. Situação esta observada por Casaca e Bould (2012), ao analisar a condição das mulheres idosas no mercado de trabalho de

25 Com o crescimento do setor de serviços a criar um gueto para trabalho feminino, bemo como, mais recentemente, pelo isolamento social e a massificação do trabalho a domicílio causados pela COVID 19: “Parcela expressiva de mulheres perdeu sua ocupação no período da pandemia e muitas nem buscaram uma nova inserção. Entre o 3º trimestre de 2019 e 2020, o contingente de mulheres fora da força de trabalho aumentou 8,6 milhões, a ocupação feminina diminuiu 5,7 milhões e mais 504 mil mulheres passaram a ser desempregadas, segundo os dados da PNADC. A taxa de desemprego das mulheres negras e não negras cresceu 3,2 e 2,9 pontos percentuais, respectivamente, sendo que a das mulheres negras atingiu a alarmante taxa de 19,8%.” Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.html> . Acesso em março de 2021.

Portugal e os efeitos desse fenômeno diante das políticas de prolongamento da vida laboral e do Estado-providência.

As autoras nos alertam do contraponto que Evelyn Mahon faz ao conceito de “desmercadorização” trabalhado por Esping-Andersen (*apud* Casaca e Bould, 2012), quando trata das tipologias do Estado-providência como pré-requisito da independência dos indivíduos e de consagração da cidadania social. Segundo Casaca e Bould, o autor não considerou a situação das mulheres que sequer estão no mercado de trabalho. É preciso observar ainda que a “desmercadorização” se deu de forma diferenciada entre homens e mulheres, pois a “mercadorização” dos primeiros se deu num processo de “desmercadorização” das segundas. Ou seja, a vida laboral das mulheres é marcada pela necessidade de conciliação entre família e trabalho, optando geralmente por empregos precários com tempo parcial, ou ainda por descontinuidades para suprir as necessidades do trabalho reprodutivo e de cuidados da família. Isto impactará diretamente em suas vidas após reforma/aposentadoria, alimentando o círculo vicioso das desigualdades de gênero para o resto de suas vidas.

Helena Hirata (2019), ao analisar os dados da situação do mercado de trabalho das mulheres na França, no Brasil e no Japão, constata que existe uma diferença importante entre elas que passa pela questão de classe e raça. Ela afirma a importância da centralidade do trabalho para explicar as desigualdades das relações sociais – esse trabalho pode até trazer emancipação, mas não a igualdade. Por isso a autora considera que a mesma importância atribuída à centralidade do trabalho deve ser dada também ao desenvolvimento de uma consciência de classe, gênero e raça, que é individual, mas também é coletiva: “Não é o trabalho que é subversivo ou emancipatório, mas a relação que as mulheres têm com o trabalho em razão das posições que ocupam na divisão sexual do trabalho” (Hirata e Kergoat, 1994: 151).

Bila Sorj (2019) detecta uma mudança do enfoque de estudos do mundo do trabalho para se pensar o corpo e a sexualidade com a introdução da análise interseccional que permitiu aprofundar outras formas de opressão para além das desigualdades marcadas no mundo do trabalho. Para Sorj (2019), os temas estudados na academia tendem a ser definidos pelas ruas, ou seja, pelo poder de mobilização dos movimentos sociais. Dessa forma, crescem os estudos sobre corpo, sexualidade, mídia, violência e cultura.

Como se a distância entre as trabalhadoras fosse aumentando de tal modo que, na medida que uma elite de mulheres, na sua maioria branca, fossem alcançando o patamar masculino das relações de trabalho — o que Sophie Pochic (2019) chamou de feminismo de mercado — ou seja, afastando-se das ruas e buscando saídas individuais para suas demandas. Por sua vez, na outra ponta, a precariedade iria empurrando as mulheres negras, periféricas, imigrantes ou indígenas para relações cada vez mais profundas de precariedade e para formas mais radicalizadas de mobilização e manifestação. Como se não bastasse esse distanciamento, essas últimas acabam assumindo os cuidados da casa e dos filhos daquelas que vislumbram o tal feminismo de mercado (Pochic, 2019; Guillaume, 2018).

O Estado acirra ao invés de diminuir essa distância entre as mulheres do mercado formal e do informal. Os direitos às políticas públicas de proteção à maternidade, por exemplo, são garantidos e ampliados para aquelas que têm emprego formal. Enquanto aquelas que estão no trabalho doméstico e dos cuidados são desassistidas de políticas públicas como creche, deixando seus filhos, muitas vezes, à própria sorte (Sorj, 2019). Como unificar as lutas das mulheres por igualdade salarial e igualdade de mercado entre dois polos tão distintos?

No Brasil, segundo Bila Sorj (2019), os estudos sobre gênero e trabalho ganham novo fôlego com a interseccionalidade das múltiplas subordinações. O aumento do setor de serviços no mercado de trabalho favoreceu mudanças porque é marcado por uma maior interação entre pessoas e pela necessidade de atender (vender) para um público diversificado de consumidores. As mulheres estão mais aptas para essas novas práticas de trabalho. Portanto, tanto os estudos sobre gênero e desigualdades no trabalho, como as organizações empresariais (e eu acrescentaria, as organizações sindicais) devem considerar e incorporar temas como diversidade, corpo, afeto e sexualidade para entender e se adaptar às mudanças, ou seja, para se revitalizarem.

A partir dos anos 2000, todavia, as perspectivas interseccionais problematizaram a categoria de gênero diante da diversidade de experiências de mulheres e de suas identidades. Não só as diferenças entre as mulheres foram ressaltadas, mas também as desigualdades entre elas começaram a ser problematizadas (Sorj, 2019: 105)

Na tentativa de amenizar essas tensões, Kergoat (2018) propõe analisar os vários recortes do ponto de vista da consubstancialidade e coexistencialidade. Ou seja, não é possível hierarquizar as pautas dos diferentes grupos, das diferentes identidades, pois elas coexistem e se impõem em diferentes momentos, é preciso, pois, encontrar o nó que unifique essas demandas. Dessa forma, a transversalidade, a interseccionalidade e a consubstancialidade, portanto, não se resumem a estratégias ou abordagens metodológicas para unificar as lutas de diferentes formas de discriminação, consistem também na construção do sujeito político do feminismo (Sorj, 2019).

Nancy Fraser vai propor uma leitura dessas disputas a partir daquilo que ela denominou como *status* na sociedade contemporânea. Essa tensão entre uma visão mais economicista e outra mais identitária, ela classificou como redistribuição e reconhecimento. “O discurso de justiça social, antes centrado na distribuição, está hoje cada vez mais dividido entre reivindicações por redistribuição de um lado, e por reconhecimento, de outro” (Fraser, 2002:08). O desafio, portanto, é entender as complexas relações entre economia e cultura, e integrar redistribuição e reconhecimento para desfazer essas tensões e para uma análise mais apurada da sociedade contemporânea.

Kergoat (2018), em “Lutar, dizem elas...”, ao analisar a sociologia do trabalho, também problematiza essa questão do geral e específico quanto ao tratamento dado às demandas das mulheres. Não é colocado em discussão o que é ser homem nas relações de trabalho, ele é tratado como universal, geral. As mulheres, mesmo que estejam no mesmo lugar na fábrica, são tratadas como específicas e isso se reproduz dentro dos sindicatos.

De um só golpe, exploração e dominação formam um sistema integrado onde a margem de liberdades das mulheres (enquanto mulheres, enquanto trabalhadoras) é extremamente reduzida: impõe-se à mão de obra feminina um estatuto dentro da empresa do qual é praticamente impossível sair (Kergoat, 2018:36).

O capitalismo e o patriarcado estabelecem uma relação de interdependência: homens precisam do trabalho doméstico das mulheres para permanecerem produtivos no mercado de trabalho. Kergoat (2018) ainda acrescenta que as organizações sindicais são defensivas no sentido de manter a lógica patriarcal “que o universo do trabalho das operárias forma um sistema onde capitalismo e patriarcado

se revezam para explorar dominando e dominar explorando” (Kergoat, 2018:36).

Céli Pinto (2020) retoma a obra de Saffioti 50 anos depois da publicação de *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade* para uma releitura do feminismo nesse período. Como marxista ortodoxa que foi, Saffioti defendia que a libertação das mulheres viria com o fim do capitalismo e que o feminismo deveria servir, no máximo, de luta subsidiária para a derrota do sistema. Para ela, o capitalismo explora homens e mulheres, porém com mais intensidade as mulheres devido à natureza e costumes que as colocam em posição de subalternidade. Ela primava pela unidade da classe e chamava de consciência fraca o machismo verificado entre os trabalhadores homens.

Pinto (2020) percorre autoras de referência do feminismo, as consideradas pós-marxistas ou pós-estruturalistas — como Michele Barret, Heidi Hartman, Sandra Harding e Nancy Fraser — para propor um diálogo com a obra de Saffioti. Ela conclui que a diferença de abordagem entre elas e Saffioti podem ser resumidas em quatro pontos: “o processo de dominação atinge um aspecto mais vasto do que econômico; ao lado do capitalismo aparece o patriarcado, que se configura no regime, mas tem existência independente; em decorrência disto, a luta pela libertação das mulheres não pode se confundir com a luta contra o capitalismo; o socialismo não garante o fim do patriarcado” (Pinto, 2020:09). A autora ainda faz a seguinte pergunta: o que unifica o feminismo? A resposta pode estar na luta contra a opressão. Quem oprime as mulheres? A classe? O gênero? A raça?

Ou seja: as relações de poder não se esgotam nas classes, mas se combinam com as relações de poder entre os sexos onde os homens têm o poder sobre as mulheres, redefinem o patriarcado em relação à ideia do pater poder, o alastrando para um poder masculino, que também organiza a sociedade e que se combina com o capitalismo (Pinto, 2020:12).

Diante disso, Céli Pinto (2020) defende duas ideias: primeira, que os homens são o poder antagônico das mulheres e o exercem a partir do controle do corpo feminino e por meio das instituições no capitalismo, mas também no socialismo. Um corpo marcado pelo poder do outro em determinar por onde andar, como vestir, onde e como trabalhar, de permitir ou não o abortar. “É sobre este corpo que autoridades religiosas, políticas, econômicas decidem sobre a autonomia da mulher” (Pinto, 2020: 13).

A segunda ideia é a de que nenhuma opressão se esgota em si mesma, não é uma categoria fechada, não se confunde. Daí a necessidade de articulação entre os diversos feminismos e deles com outras lutas. Não se trata somente de alianças estratégicas, mas de incorporação real da luta do outro. Trata-se de um feminismo antirracista, anti-homofóbico e anti-classista. Para Pinto (2020), o livro de Saffioti se reatualiza por trazer o capitalismo para o centro da discussão da opressão das mulheres. Nenhum movimento perde sua identidade, mas incorpora a do outro na luta contra a dominação capitalista.

2.3. Revitalizar os sindicatos pelo protagonismo das feministas

Mudaram as mulheres ou mudou a sociedade? Ambas mudaram. Mas nem sempre se percebeu a profundidade dessas transformações.

Elisabeth Souza-Lobo

Kainer (2009), em “Gendering union renewal: womens’ contributions to labour movement revitalization”, admite que existe uma vasta literatura sobre o declínio do sindicalismo como consequências das políticas neoliberais. E que diante disso é necessário ampliar a representação para renovar os sindicatos, assim como suas pautas e demandas. Contudo, segundo a autora, é escassa a reflexão a respeito do papel das mulheres para essa renovação, muito embora as sindicalistas feministas já viessem desenvolvendo ações nesse sentido sem serem reconhecidas por isso.

Jan Kainer apresenta dois motivos para explicar essa invisibilidade: primeiro, porque as análises são centradas nos anos 1980 e 1990, de ofensivas neoliberais, e não consideram as contribuições das feministas anteriores a isso; segundo, a literatura sobre feminismo e sindicalismo não é incorporada pelos estudiosos do trabalho, que tendem a negligenciar os estudos de gênero. A autora se propõe então a demonstrar a importância da política feminista para estudos do trabalho e para a renovação sindical. “As estratégias de organização por equidade injetaram maior democracia sindical interna e construíram o apoio dos membros a um modelo de

sindicalismo de movimento social, promovendo a justiça social e econômica”²⁶ (Kainer, 2009:16).

As direções sindicais reconhecem a importância de organizar mais mulheres, pois ao ampliar a sua representação aumentaria também a agenda de demandas por justiça, mas ignoram as contribuições do feminismo na promoção das mudanças necessárias para a sobrevivência dos sindicatos (Kirton, 2017).

Conforme apontei no primeiro capítulo, Moody (1997) e Waterman (2008) admitem que o feminismo é um modelo de organização exemplar para os sindicatos se espelharem, mas não o enxergam dentro do próprio sindicalismo, nas ações das próprias sindicalistas. Já para Jan Kainer (2009), não se trata de organizar as mulheres por organizar, mas sim de mudar radicalmente a perspectiva de organização sindical como um todo. Para a autora, isso só será possível se reconhecerem a ausência de estudos sobre o poder do patriarcado, inclusive sindical, e as contribuições das feministas, em especial, da segunda onda (Kainer, 2009; Kirton, 2017, Pinto, 2020).

Não é possível renovar os sindicatos sem reconhecer as contribuições práticas e teóricas das feministas advindas da segunda onda. Para demonstrar tais contribuições, a autora divide em temas que se sobrepõem e se relacionam. O primeiro tema diz respeito às relações sociais de gênero que, conforme trato em várias seções dessa tese, tira a mulher do isolamento (kirton, 2017). Segundo essa compreensão, as relações sociais de gênero contribuem para organizar os não organizáveis e informais, onde se encontram as ocupações típicas de mulheres. Terceiro, a agenda por equidade operou para desafiar a democracia sindical promovendo novas lideranças e alternativas de representação. Quarto, a luta por equidade, por ser um fenômeno mundial, desenvolveu um internacionalismo operário de mulheres, com expressão na greve feminista²⁷. Em resumo, a identidade de gênero ampliou a visão política e apontou para construção de coalizões.

26 Tradução livre da autora: “Equity-organizing strategies have injected greater internal union democracy and built membership support for a social movement model of unionism, furthering social and economic justice”.

27 A greve feminista surgiu a partir das mobilizações de mulheres de dois países distantes: Polônia e Argentina. As polonesas foram as ruas manifestar contra as leis que dificultavam a interrupção voluntária da gravidez. Na Argentina, a luta foi contra o feminicídio com o movimento “Ni una a menos”. Ver em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/no-8-de-marco-mulheres-preparam-greve-global/>

A construção de coalizão com as feministas trouxe importantes contribuições porque enriquece a ação sindical e a coloca em contato com organização de base, aumenta a capacidade de mobilização, revê debates e objetivos sindicais e inspira para uma visão de transformação social – lutas anti-sistêmicas. Aumenta a consciência feminista das sindicalistas, tanto teórica como prática, transforma as próprias e as pessoas ao seu redor, passa a questionar a hegemonia masculina.

Conseqüentemente, convoca a mudança na cultura sindical por mais horizontalidade e menos hierarquia. Atrai mais mulheres para os sindicatos não só para o debate das relações de trabalho, como para a transformação das relações sociais. A literatura acadêmica sobre o tema recomenda rever a democracia, ampliar a representação e incluir grupos minoritários, mas isso não basta (Kirton, 2017). Os grupos devem assumir o protagonismo dessas mudanças pois abarcam tanto condições objetivas como subjetivas para esta participação. Essas organizações de mulheres ou feministas são bem-sucedidas e duradouras porque são horizontais e não burocráticas.

A auto-organização possibilita a convivência com as mulheres e entre as mulheres, contribui para elevar a consciência e abraçar novas causas. As mulheres, por sua vez, pavimentam o caminho para outras minorias. Quando reconhecem que a classe operária não é homogênea, abrem as portas para inúmeras formas de organização, o que é bom em termos quantitativos, mas também propõem uma revisão qualitativa da organização sindical (Kainer, 2009; Kirton, 2017).

2.4. Movimento popular, movimento de mulheres e feminismos no Brasil

Souza-Lobo (2011), Mirla Cisne (2014) e Carmen Silva (2016) diferenciam movimento de mulheres, de movimento popular e feminista, os quais interagem entre si e formam uma “colcha de retalhos” unidos pela categoria mulher. “A emergência de mulheres na cena política tem vários significados e várias faces” (Souza-Lobo, 2011:212).

Souza-Lobo detectou o cotidiano como espaço de reconhecimento entre as mulheres, que passa a se tornar visível quando se torna político. A autora destaca a

atuação das mulheres nos Clubes de Mães das igrejas que reuniam mulheres para trabalhos artesanais ao mesmo tempo que falavam dos problemas do bairro. “A prática coletiva emerge da vida privada e a fala guarda a informalidade da conversação. Nesse território a fala das mulheres encontra legitimação” (Souza-Lobo, 2011:224).

Para a autora, quando as práticas reivindicativas para melhorias nos bairros geram satisfação das demandas acontece um despertar para o papel do sujeito que articula projetos e práticas. O movimento como portador de demanda articula o discurso da igualdade e da solidariedade, cria identidade e firma-se um autorreconhecimento como movimento. É na prática desse movimento que é possível a identificação dos interlocutores, dos aliados e inimigos, ou seja, o movimento ganha ação política. As demandas das mulheres se constituem como demandas coletivas, não só imediatas e isoladas da noção de direito, fortalece o reconhecimento de uma coletividade de iguais, de sujeitos políticos.

As mulheres trazem complexidade para luta de classe porque rompem com o público e o privado, com o específico e o geral. As feministas se propõem refletir e formular a partir dessa complexidade. Porém eram vistas como burguesas pela esquerda ortodoxa, que rejeitava temas como aborto e sexualidade por acreditarem que supostamente não interessavam às mulheres das classes populares (Souza-Lobo, 2011).

Carmen Silva (2016) se propôs a verificar a relação entre movimentos de mulheres, feminista e popular a partir da teoria dos movimentos sociais, para entender a identidade que se formam em torno de cada movimento. Por que uns são considerados feministas e outros não, se são todas mulheres? O feminismo como pensamento teórico afasta as mulheres que não estudam a teoria feminista?

Não me proponho aqui a aprofundar o conceito de movimento social, mas apenas apoiar-me em Silva (2016) para perceber a diferença e os limites que a identidade feminista pode causar em movimentos de mulheres como o das mulheres da CUT. Ser feminista não é uma condição automática para todas as mulheres que militam em movimentos. Pois muitas acreditam que assumir uma identidade feminista requer certas exigências (individuais e coletivas) próprias de quem domina a teoria feminista. Carmen Silva (2016), em sua tese de doutoramento, vai desfazer esse mito e enxergar que, assim como os movimentos são plurais, o(s) feminismo(s) também

é(são). É possível admitir o feminismo mesmo vindo de camadas mais populares, de menor escolarização e recursos, ou seja, a existência de um feminismo popular.

O pensamento ou teoria feminista procura responder por que as pessoas do sexo feminino são subordinadas socialmente, que estruturas sociais e/ou processos de interação as mantêm numa situação desfavorável de poder em relação aos homens, em diferentes dimensões da vida social (Silva, 2016: 21).

A participação política das mulheres sobre as questões de gênero pode dar-se por diferentes portas de entrada: pelo movimento popular, pelo movimento de mulheres e pelo movimento feminista. Não podem ser confundidos como etapas de participação — como se começasse pelo popular e terminasse no feminista — e nem tão pouco devem ser vistas como excludentes entre si — visto que é possível militar em diferentes movimentos ao mesmo tempo. Mas se considerarmos do ponto de vista da durabilidade, da permanência de cada um desses, podemos perceber que existe uma variação conforme a pauta, a forma de organização e a identidade que o movimento é capaz de gerar.

O movimento popular normalmente se organiza em torno de pautas mais imediatas, concretas, a partir de uma realidade, de um problema local, de uma carência de serviço público ligado à saúde, educação, transporte que afetam diretamente a vida das mulheres que dependem desses serviços. Quando atendida a reivindicação ou minimizado o problema, o movimento pode continuar ou não, a depender do grau de coesão de suas participantes e das causas que ainda podem assumir.

Quando o movimento assume uma causa mais abrangente — como por exemplo a de combate à violência contra mulher, por mais mulheres em espaços de participação política e/ou por igualdade de oportunidade entre homens e mulheres —, configura-se como movimento de mulheres. Elas podem se organizar em espaços mistos como partidos e sindicatos, ou ainda em órgãos públicos a exemplo dos conselhos. Devido à dificuldade de resolução dos problemas e pela complexidade das pautas, esses movimentos tendem a ser mais duradouros e requerem um grau maior de organização e envolvimento de suas participantes.

O movimento feminista, por sua vez, se propõe a entender e mudar a lógica que submete as mulheres às piores condições, denunciadas por ambos os movimentos, tanto popular como de mulheres, nas relações sociais de gênero. Por

isso, o movimento feminista é marcado pela capacidade de reflexão teórico–crítica a respeito dessas relações, vistas não como formas funcionais de relação, e sim de poder. Para desconstruir radicalmente toda forma de opressão a que as mulheres estão submetidas, o movimento feminista se propõe a atuar em diferentes frentes e a politizar a pauta tanto dos movimentos populares como dos movimentos de mulheres para uma consciência feminista, visando à transformação tanto individual como coletiva das mulheres e, por consequência, da sociedade em que vivem (Silva, 2016; hooks, 2019).

Ser do movimento de mulheres dentro do sindicato é uma coisa, ser do movimento feminista dentro do sindicato é outra. “As feministas são chatinhas”, “são mal-amadas”, “são feias e lésbicas” – essas frases são facilmente detectáveis no movimento sindical por estudiosos e por mulheres sindicalistas (e, até mesmo, em entrevistas com ex-dirigente da CUT). As mulheres, como vimos no primeiro capítulo, são bem-vindas para engrossar as fileiras dos sindicatos, mas quando assumem uma identidade feminista, encontram maior resistência que as demais. O que o feminismo tem que o movimento de mulheres não tem para provocar tais reações?

Apesar de controverso, tornou-se recorrente apresentar o feminismo por ondas²⁸. A primeira é conhecida como sufragista, a luta por direito ao voto na década de 1930, ficou conhecida no Brasil pela atuação de Bertha Lutz, intelectual branca de classe média. Esse tipo de movimento não tinha o propósito de organizar mais mulheres, era guiado por aspirações individuais que visavam um tratamento em pé de igualdade com os homens (brancos, héteros e de classe média), e ignoravam as condições de vida e salário de mulheres da classe trabalhadora ou popular (Pinto, 2010).

Paralelamente à luta por direito ao voto, surge o feminismo liberal²⁹, motivado pela ampliação dos direitos políticos. Esse feminismo visava a igualdade entre homens e mulheres, sem, no entanto, questionar as relações sociais de gênero, nem tão pouco o patriarcado. Porém, um setor de classe média intelectualizada incorporou uma espécie de “feminismo difuso”, ou seja, oriundo da mesma classe média que lutou pelo voto em parceria com uma parcela da classe trabalhadora, mas que

28 Ver *Dicionário Crítico do Feminismo*, Helena Hirata... [et al.] (Orgs.) – São Paulo, Editora Unesp, 2009, p. 145.

29 Ver sobre tendências do feminismo no *Dicionário Crítico do Feminismo* p. 145

também passou a questionar as estruturas de opressões que subalternizam as mulheres a partir da violência e do controle do corpo, já na esteira da segunda onda.

Com os movimentos operários de influência anarquista e comunista, as trabalhadoras passam a se diferenciar das feministas de classe média tanto nas demandas, como nas estratégias de organização. O recorte de classe é acentuado e as relações de trabalho são vistas como centro da exploração. Contudo, com o golpe de 1937³⁰, a perspectiva de organização do feminismo como movimento social foi abortada (Cisne, 2014; Pinto, 2010).

As mulheres retomaram a sua organização de forma pública a partir dos anteriormente referidos Clubes de Mães e na luta contra carestia entre os anos de 1940 a 1970. Com o golpe militar em 1964, que durou 20 anos, muitas militantes de esquerda foram exiladas e tiveram contato com o feminismo europeu nos movimentos de contracultura dos anos 1960, com a ampliação do entendimento de que “o privado é político”. Ou seja, não basta a luta somente por direitos, as mulheres devem ter autonomia sobre seus próprios corpos. Não na perspectiva individualista ou meramente subjetiva, mas como forma de desafiar a ordem patriarcal, racista e capitalista (Pinto, 2010).

Com o fim da ditadura militar e no processo de redemocratização houve a institucionalização de muitos movimentos sociais, entre eles, o movimento feminista. As feministas se dividem entre as que aderiram à institucionalização via participação em Conselhos, e as autônomas. Para Beth Lobo (2011), existem três momentos das práticas feministas no Brasil: primeiro, a atuação se deu em grupo ou individual na luta por democracia e contra opressão; segundo, as feministas se dividiram em autônomas e partidárias; terceiro, com a possibilidade de institucionalização, uma parcela das feministas passou a atuar em espaços governamentais e ONG's, e outra parcela se firmou enquanto movimento social.

Mirla Cisne (2014) faz duras críticas ao processo de institucionalização do feminismo por ONG's – Organizações Não Governamentais nos anos de 1990. Nesse

³⁰ Também conhecido como Estado Novo, foi um “regime político brasileiro instaurado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que vigorou até 31 de janeiro de 1946. Foi caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo. É parte do período da história do Brasil conhecido como Era Vargas.” Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_Novo_\(Brasil\)#:~:text=Em%2010%20de%20novembro%20de%201937%2C%20atrav%C3%A9s%20de%20um%20golpe,%C3%A0s%20necessidades%20econ%C3%B4micas%20do%20pa%C3%ADs%22](https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_Novo_(Brasil)#:~:text=Em%2010%20de%20novembro%20de%201937%2C%20atrav%C3%A9s%20de%20um%20golpe,%C3%A0s%20necessidades%20econ%C3%B4micas%20do%20pa%C3%ADs%22).

mesmo período, o conceito de gênero chegou com força ao Brasil. Formulado por Joan Scott e traduzido pelo SOS Corpo em 1991, o conceito recebeu críticas por ofuscar a questão de classe e raça, além de abandonar o conceito de patriarcado como sistema de opressão nas relações sociais entre homens e mulheres. Cisne (2014) alega interesses capitalistas para desvirtuar a luta feminista de combate ao sistema ao impor para as ONG's a adoção do conceito de gênero.

O conceito de gênero foi muito bem aceito entre as sindicalistas porque permitiu dialogar com os homens do movimento sindical. Mary Castro (2016) vai chamar de “transculturização” a forma como o movimento de mulheres no Brasil ressignificou os conceitos de gênero e empoderamento. A autora não admite a separação entre feminismo acadêmico e prática feminista no Brasil, acredita que um ecoa sobre outro ou que funciona como interlocutor.

A “transculturização” é vista por Castro (2016) como forma criativa de grupos subordinados, de movimentos populares ou de base, de transformarem a cultura dominante e ampliar para um projeto político crítico do feminismo de base classista, que inclui classe, gênero e raça.

O projeto político crítico de feministas que conjugam classe e gênero, ou um feminismo de bases classistas, vem dando impulso peculiar a interpretações transculturais do conceito de gênero em movimentos sociais. A tendência é combinar gênero, classe e, às vezes, raça. Não apenas considerando múltiplas discriminações, mas, também, a linguagem da rebelião (Castro, 2016:52).

O uso do conceito de gênero não encontrou tanta resistência no Brasil como encontrou na França. As mulheres dos movimentos mistos, como populares e sindicatos, fizeram uma reapropriação criativa para além do enfoque funcionalista, restrito ao campo da linguagem. As feministas, porém, alertaram para evitar o uso do conceito como identidades fixas, ou seja, sem considerar outras formas de identidade de gênero. Neste ponto, é importante destacar que Saffioti já alertava e desafiava Scott sobre a ausência de bases materiais nessa construção social de papéis de gênero.

Esse tipo de adoção do conceito de gênero no Brasil também tem a ver com acesso a recursos internacionais, o que não deixa de ser outra forma pragmática de apropriação por parte das brasileiras. Isso também vale para o uso do termo “empoderamento”, visto com certa desconfiança por parte das entrevistadas de Castro (2016) como “moda importada”. Para alcançar tal empoderamento para as

mulheres de movimentos sociais, são necessários processos que dependem de ações e práticas, tais como: fortalecimento da solidariedade e acesso ao capital simbólico como educação e informação; desenvolvimento de uma autoestima não só individual, mas pela busca de uma identidade coletiva; acesso a direitos para exercício da cidadania baseados em formas concretas. Em resumo, do poder como meio e não como fim (Castro, 2016).

2.5. O feminismo é para todo mundo?

Para hooks (2019), em *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*, o feminismo não pode ser um movimento exclusivo das mulheres, muito pelo contrário, deve incluir os homens também. De forma muito didática a autora procura aproximar o feminismo das camadas populares a fim de construir um movimento de massa. bell hooks procura desfazer medos e mitos que se formaram em torno do feminismo, devido a sua proposta radical de transformação tanto individual como coletiva no combate ao sexismo (de homens e de mulheres). Um dos mitos é que para ser feminista precisa ser acadêmica, e um dos medos é que ser feminista é ser inimiga de homens. No entanto, para autora, o feminismo liberta até mesmo os homens do pacto de manutenção do poder pela força e pelo medo, imposto pelo patriarcado.

A meu ver, o feminismo assusta porque nos tira da zona de conforto, por isso é tão difícil para muitas mulheres (e homens) se autodeclararem feministas. Assusta pelo alto poder de crítica e autocrítica e até por isso, nos tira da zona de conforto, porque está embutido nele uma série de revisões em termos de comportamento e pela necessidade de alinhar teoria e prática (Pinto, 2010) em uma sociedade repleta de contradições. Ao mesmo tempo, o feminismo é libertador na medida que nós mulheres passamos a entender que toda má sorte de ser mulher nessa sociedade não diz respeito à incompetência pessoal ou coletiva, mas, e até mesmo, por nossas qualidades ameaçadoras à lei e à ordem de grupos socialmente privilegiados.

No Brasil, entre as feministas que optaram por lutar coletivamente de forma organizada e permanente, existem organizações nacionais vinculadas ou não a

partidos, especialmente de esquerda, a exemplo da União Brasileira de Mulheres (UBM); da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB); e, da Marcha Mundial de Mulheres (MMM). Todas as três organizações têm em comum uma forte relação com o movimento sindical, especialmente com a CUT, sendo que a UBM se distanciou quando da criação da CTB – Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, esta última com alinhamento político com o PCdoB – Partido Comunista do Brasil.

Beth Lobo fala da importância de reconhecimento de um campo político dentro do sindicato, que é o feminismo. Inclusive chama de um feminismo operário resultante da conexão entre as operárias, movimento social de mulheres e correntes feministas, no final dos anos 70 e início do chamado Novo Sindicalismo. Eder Sader, ao listar os movimentos sociais como novos atores em cena no mesmo período, destaca os Clubes de Mães da periferia. O que cada grupo desses tem em comum? A luta contra a opressão. Mas que também convivem com contradições e conflitos entre si, que foram se ajustando conforme os contextos, e com isso, enriquecendo ainda mais essas conexões com base nas diferenças. Para Mary Castro, uma das contribuições que as mulheres deram para o movimento está no reconhecimento das diferenças e da interdependência que as polaridades geram.

Pois as diferenças não devem ser meramente toleradas, mas refletidas como um fundo de polaridades necessárias entre as quais a nossa criatividade se realiza dialeticamente. Somando então a necessidade de interdependência deixa de ser ameaçadora. Somente nessa interdependência de diferentes forças reconhecidas e iguais, o poder de reconhecer novas formas de ativamente ser no mundo se libera assim como a coragem e o estímulo para seguir sem mapas. Diferença é aquela conexão crua e poderosa a partir da qual forjamos nosso poder pessoal. (Castro, 1995: 42)

A dificuldade em pautar as demandas das mulheres se manifestou primeiro na culpa que lhes era atribuída por querer dividir a classe trabalhadora. Se, por um lado, o objetivo era de desestimular qualquer iniciativa de auto-organização, por outro lado ela revela um poder oculto: Temos o poder de dividir? O que temem exatamente com essa possibilidade de divisão? A culpa por dividir a classe pode até ter desaparecido dos discursos, mas não da prática. Hoje e de forma mais sofisticada, menos agressiva, classificam as demandas e/ou as pautas como geral e específica. Já pela própria forma de classificação, pela simples nomenclatura estabelece hierarquia. O que é geral e o que é específico das mulheres, quando por exemplo,

falamos categoria majoritariamente feminina como a dos professores, a especificidade é dos homens?

Para Castro o poder não está na paridade, nos números nem nos lugares que as mulheres ocupam na estrutura sindical, pois isso pode significar somente a legitimação de um poder excludente das diferenças: “cai o rei de espadas entra a rainha de copas e longa vida à monarquia”

Mais do que números, Delgado (1996) conclui que a presença das mulheres “mudou a cara da CUT”. Para a autora, isso se deve a implementação das cotas e todo o processo de disputa em torno dela, com debates, conflitos e emoções que envolveram mulheres e homens, colaboraram assim, com as mudanças. Os estudos de Delgado então, contribui para responder a principal pergunta da minha pesquisa: as mulheres mudaram a forma de fazer sindicalismo na CUT?

A organização das mulheres contribui para que a Central se abrisse para outras questões que fogem ao temário sindical *strictu sensu*, como a questão racial e a questão da AIDS, referidas em várias entrevistas, favorecendo a emergência de mudanças na cultura predominante no sindicalismo cutista. Algumas dirigentes ressaltam também que a incorporação das políticas sociais como área de atuação sindical, fruto da conjuntura de agravamento da questão social e do desmantelamento das políticas públicas no Brasil, relaciona-se com a ampliação dos horizontes de atuação da CUT, que foi estimulada pela temática das relações de gênero (Delgado, 1996:112).

A citação acima, além de responder à pergunta, aponta para outra questão da pesquisa: qual a relação da atuação dessas mulheres, com o modelo de SMS? Se a CUT hoje é vista como uma referência para o modelo de Sindicalismo de Movimento Social, que tem como uma das principais características a ampliação da pauta, se julgarmos por pelos estudos de Delgado (1996), isso só vai acontecer com a consolidação da organização das mulheres, marcada a partir das cotas. O nosso desafio, portanto, é aprofundar a análise entre o modelo de SMS e a atuação das mulheres a partir da construção da pauta, contraditoriamente denominada como específica. Como pode ser específica se amplia?

Ao pautarem as direções da central, os congressos e, em especial, a formação sindical essas mulheres foram promovendo mudança de comportamento de todos e todas, conseqüentemente mudou também a forma de se fazer sindicalismo. Desenvolveram campanhas de sensibilização, mudaram a linguagem, ampliaram conceitos e conteúdos formativos, abarcaram temas como raça e

orientação sexual, e, direta ou indiretamente, redefiniram a pauta de negociação de muitas categorias, apesar de ausentes da maioria delas.

Portanto, contar com uma estrutura de organização requer mais que espaços de poder. Para uma maior efetividade das políticas de gênero no interior da CUT é necessário promover mais espaços de participação e formulação, como os encontros nacionais, formação sindical com viés feminista e engajamento de jovens mulheres.

Outro desafio válido foi, a meu ver, apontado por Guillaume (2018) e consiste em rever a relação entre gênero, classe e raça. Com efeito, mesmo em sindicatos de orientação marxista, radical ou de esquerda, as mulheres encontram dificuldade de participação porque o referencial de líder ainda é aquele oriundo da indústria, ou seja, aquela visão clássica de líder: homem, branco e de macacão. Ela também admite que essa relação varia conforme o tamanho/estância da organização sindical, do período de fundação e da relação com a comunidade.

A autora alerta para suposta neutralidade de classe que coloca, por exemplo, a mulher branca com maior disponibilidade para o sindicato e com recursos profissionais mais voltadas para um feminismo liberal. Isto permite a manutenção sistêmica de opressão e exploração das mulheres, em especial das mulheres negras, informais e migrantes.

Guillaume (2018) admite que existe uma tensão mal resolvida entre gênero e classe. Já que muitas mulheres da classe trabalhadora mais precarizada tem dificuldade de assumir o feminismo por terem família e maridos que esperam delas maior disponibilidade para casa que para o sindicato. Por sua vez, aquelas que são reconhecidas pelo seu profissionalismo, por sua disponibilidade ao movimento, como resultado de lutas individuais e coletivas, muitas vezes comprando conflito com seus próprios parceiros, assumem uma postura mais liberal de liderança e menos solidária, mesmo que tenham sido importante para romper com as barreiras da participação de mulheres, continuam reproduzindo a distância social na própria classe e entre as mulheres quando não questionam os sistemas: patriarcal, racista e capitalista.

PARTE II: A CUT E A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES

3. A CUT e os movimentos sociais

Em certo sentido, o sindicalismo é o resultado do encontro entre uma vontade e uma realidade. Impossível estudar o sindicalismo sem o associarmos a lutas e sacrifícios de milhares de trabalhadores. Para os que estão diretamente envolvidos neste processo, o sindicalismo é principalmente o fruto de um ato de vontade.

Leôncio Martins Rodrigues

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) nasceu dos anseios de um movimento operário fortemente vinculado aos movimentos sociais organizados, em negação aos sindicatos oficiais, porém por dentro deles. Neste sentido, segundo Vêras de Oliveira (2011), a Central foi criada por entidades já constituídas para negarem-se a si mesmas.³¹ O Novo Sindicalismo, por sua vez, propôs-se a representar os trabalhadores a partir da organização no local de trabalho, em contraposição ao imposto sindical, pela livre negociação sem intermediação do Estado, para assim alcançar real autonomia e liberdade de organização sindical.

Em sua gênese, a militância pró-CUT estava presente na luta por moradia e urbanização dos bairros em torno da recente industrialização automobilística concentrada na região do ABC paulista, nas igrejas, no movimento de mulheres e na luta contra a carestia e no enfretamento à ditadura militar (1964-1984) que ocultava as perdas salariais com manipulação dos índices oficiais da inflação (Sader, 1989; Souza-Lobo, 1991; Seidman, 1991). Prova disso está na primeira grande manifestação nacional convocada pela Comissão Nacional Pró-CUT em um ato em Brasília, no dia 01 de outubro de 1981, quando foi entregue ao governo um manifesto que exigia: “[...] o fim do desemprego, da carestia, por reforma agrária, direito à moradia, por liberdade e autonomia sindical e liberdades democráticas”.³²

Temos então, com o novo sindicalismo, os principais elementos que vinham a caracterizar a experiência brasileira como um modelo de Sindicalismo de Movimento Social (SMS): um cenário de crise econômica e política do regime autoritário, uma

³¹ Adalberto Cardoso (2003), por sua vez, ressalta que a CUT se beneficiou dessa contradição, pois já nasceu representando trabalhadores de diversos setores, inclusive o rural.

³² Conforme Cronologia das Lutas disponível na página da CUT pelo Centro de Documentação e Memória Sindical (CEDOC) da CUT: <http://cedoc.cut.org.br/cronologia-das-lutas>.

pauta sindical que extrapola os muros das fábricas, uma forte interlocução com os movimentos sociais, uma vontade coletiva por transformação social e pelo fim da ditadura militar (Seidman, 1991).

Cardoso (2003) argumenta que o novo sindicalismo foi o momento de politização do movimento sindical, favorecido, não só pela luta contra a ditadura, como também pelo próprio modelo corporativista. As políticas neoliberais ainda não tinham atingido o Brasil e as políticas econômicas não eram ditadas pelo mercado; portanto, em tese, era mais fácil identificar e combater os inimigos dos trabalhadores – no caso, o governo que manipulava os índices da inflação e os empresários que exploravam os trabalhadores. Para Adalberto Cardoso, “domar” a inflação dos anos 1980 politizou a classe trabalhadora e favoreceu a organização da CUT.

Neste ponto, apoiamo-nos em Freire (2001) para afirmar que a forma como a CUT nasceu, fortemente marcada pela relação com os movimentos sociais, determinou em larga medida a sua forma de atuação. Em outras palavras, “As ideologias herdadas do período formativo dos sindicatos provaram ser persistentes, moldando identidades que não mudam facilmente” (Bernaciak, Gumbrell-McCormick, Hyman, 2014: 48)³³.

Com quase quatro décadas de existência, a CUT passou por diferentes períodos, de acordo com a conjuntura do país. Esses momentos registram ascensão e queda, força e fraqueza, sucesso e crise da Central, que nasceu ainda sob a vigência do período mais sombrio da nossa história, a ditadura militar³⁴.

Nos primeiros 10 anos de sua existência, a CUT esteve em ascensão e tomou o protagonismo político das grandes cenas sociais. Com a ofensiva neoliberal da década de 1990, a Central colocou-se na defensiva e buscou compensar a dificuldade em negociar e ampliar pautas econômicas, investindo em políticas sociais, como a chamada CUT Cidadã (Véras de Oliveira, 2011). Nos anos 2000, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), a CUT buscou retomar o protagonismo e a chance de

³³ Tradução livre: “Ideologies inherited from the formative period of trade unions have proved persistent, shaping identities that do not easily change”.

³⁴ Curiosamente, observo, no momento de escrita desta análise, a volta daquilo que acreditávamos serem os fantasmas daquele período, corporificados em um governo de extrema direita repleto de militares e que em diversos momentos clamou pela volta do AI5. Diversos membros do governo Bolsonaro (2019-) e seus seguidores manifestaram-se publicamente a favor da utilização desse dispositivo, para enfrentar seus opositores. O Ato Institucional n.5, de 13/12/1968, foi a medida mais cruel e sangrenta do regime militar (1964-1985) contra seus opositores. Ver em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>

se revitalizar. Viu-se diante da contradição de “sindicatar”³⁵ e garantir a governabilidade de um governo composto por muitos de seus ex-integrantes.

Contudo, por mais institucional ou pragmática que venha a se tornar, a CUT carrega a herança de suas origens e, por isso, mantém uma relação constante com os movimentos sociais. Assim sendo, meu objetivo neste capítulo é analisar a relação da CUT com os movimentos sociais, desde seu nascimento até seu último congresso, em setembro de 2019.

Para isso, proponho-me identificar os elos entre a CUT e os movimentos sociais desde sua criação. Percebo que esse “casamento” entre sindicalismo e movimento social tende a ser mais forte nos “momentos de tristeza” do que nos “momentos de alegrias”, porém sem rompimento ou fissuras dessa união, como pude observar a partir das resoluções congressuais da Central. Ao mesmo tempo, a partir de uma inflexão mais pragmática, a CUT buscou uma aproximação mais estreita com outras centrais, apesar das diferenças ideológicas e disputas de espaços entre elas, para preservar seu papel e *status* institucional junto aos seus pares.

Por fim, cumpre registrar que, fora do Brasil, a CUT é vista como modelo de sindicalismo de movimento social pelas principais referências teóricas sobre o tema. No entanto, tomando por base o alerta feito por Hermes Costa (2011) de que o sindicalismo não é uma coisa só o tempo todo, lanço as seguintes questões: a CUT continua uma referência para um sindicalismo de movimento social, ou deixa de representar esse modelo na passagem de movimento para instituição? A Central abandona a pauta das lutas sociais, ao se burocratizar e se afastar dos movimentos sociais? A “CUT instituição” exclui a existência da “CUT movimento”?

3.1. “CUT Movimento” *versus* “CUT Instituição”: por que não as duas?

Com o fim da ditadura militar e a movimentação em torno de uma Nova Constituição (1988), observou-se o início do processo de institucionalização da CUT

³⁵ Expressão popularizada internamente na CUT, após a eleição de Lula, atribuída ao diretor executivo, João Vaccari Neto, para diferenciar o papel da CUT em relação ao governo do PT.

(Véras de Oliveira, 2011). Nesse mesmo ano aconteceu o 3º Concut - Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores, de 7 a 11 de setembro de 1988. O congresso demarcou a passagem, da CUT Movimento para a CUT Instituição e, entre outras coisas, mudou o perfil das delegações sindicais, estabelecendo o critério de sócios quites com os sindicatos, em vez de considerar o número de trabalhadores na base. Além de reduzir drasticamente o número de delegados, o congresso passou a ser uma instância basicamente de dirigentes, com baixa participação de trabalhadores que não tivessem um mandato sindical (Rodrigues, 1997). A partir daí a CUT assumiria seu papel principal, o de negociar e contratar, conforme avaliação sobre 3º Concut expressa nas resoluções do 5º Concut.³⁶

Avançou, assim, na superação da visão de CUT movimento ou partido político e impôs seu papel de negociação e contratação coletiva, funções próprias da organização sindical. Os avanços organizativos e políticos decorrentes dessas definições reafirmaram a CUT como a principal central sindical, contribuindo para o esvaziamento de outros projetos sindicais (CUT, 1991: 01)

A mudança do perfil de delegados e delegadas dos congressos da CUT vai influenciar também o viés político-ideológico da Central, porque sai a militância de base mais ideologizada, a exemplo da oposição dos metalúrgicos de São Paulo.³⁷ O critério por sócios quites imprime uma lógica mais pragmática, menos utópica, na busca por resultados para a massa de trabalhadores representada (Ladosky e Véras de Oliveira, 2014).

Existe um sentimento disseminado entre estudiosos e militantes da esquerda, de que, quanto mais institucionalizado o movimento sindical, menos combativo ele se torna, pois vai se desvinculando das práticas extras-institucionais e radicalizadas dos movimentos. Andréia Galvão (2014) problematiza essa dicotomia entre institucionalidade e combatividade, contestação e institucionalização dos sindicatos, diante da tensão existente entre os chamados novos movimentos sociais em

³⁶ Esse Congresso (3º Concut) foi paradigmático e merecedor de um estudo aprofundado por Iram Jácome Rodrigues em um dos capítulos do livro intitulado *Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT*, pois as mudanças estatutárias e administrativas feitas no congresso anterior, foram aplicadas nesse sob intensos e calorosos debates. Um deles diz respeito ao número de delegados e delegadas, que passaria a ser definido pelo número de sindicalizados na base, ao invés de ser pelo número de trabalhadores na base, ou seja, participa quem pode pagar. Comprometendo o caráter democrático e de massa que vinha sendo praticado nos congressos anteriores.

³⁷ Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOMSP) de 1979-1989, chegou a realizar três congressos e disputou as eleições do Sindicato dos metalúrgicos de São Paulo por diversas vezes. Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/cedoc/fundos-e-colecoes/93>

contraposição aos velhos ou tradicionais movimentos burocratizados, como os sindicatos ou partidos. Para essa autora, o sindicalismo brasileiro de fato serviu de referência para o sindicalismo de movimento social, mas situa essa caracterização nos anos 1980: “Todavia, quando os autores tratam do sindicalismo brasileiro, referem-se via de regra à experiência da CUT dos anos 1980, sem levar em conta as transformações sofridas pelo sindicalismo cutista desde então.” (Galvão, 2014:07)

Por outra do lado, ao considerar a experiência europeia, Galvão (2014) observa uma ruptura dos movimentos sociais com o movimento sindical, devido à institucionalização e burocratização das organizações sindicais. A autora também chama atenção para a reorientação da literatura, que passa a valorizar os conflitos exteriores à relação de trabalho. Costa e Estanque (2019) ao analisarem a experiência portuguesa consideram as tensões que essa relação – sindicatos e movimentos sociais – provocam por conta dos dilemas entre ações mais radicalizadas dos movimentos e medidas mais ponderadas dos sindicatos que visam a negociação “não só conflito a ponto de não gerar resultado, nem só negociação a ponto de gerar desconfiança” (Costa e Estanque, 2019: 156).

Para Magdalena Bernaciak, Rebecca Gumbrell-McCormick, e Richard Hyman (2014), por exemplo, esse tipo de atrito tem origem na forma como nasce boa parte das experiências de tradição marxista do sindicalismo europeu que, ao se deparar com as demandas dos movimentos sociais, tendem a temer o desvio de função quanto ao seu papel negociador. Assim, a aproximação com os movimentos exige não somente a adoção de táticas, mas também estratégias de mudança de rumo e de uma nova democracia sindical, que são mudanças muito difíceis, se considerarmos o grau de acomodação que as estruturas sindicais moldam.

Isso ficou mais evidente na reorientação dos (antigos) sindicatos comunistas no sul da Europa: a crescente prioridade atribuída à negociação coletiva muitas vezes provocou uma resistência substancial dos “tradicionalistas” (que acusaram as lideranças de trair os princípios sobre os quais seus sindicatos foram fundados) (Bernaciak, Gumbrell-McCormick, Hyman, 2014:48)³⁸.

³⁸ Tradução livre: “This has been most evident in the re-orientation of (former) communist unions in Southern Europe: the increased priority assigned to collective bargaining has often provoked substantial resistance from ‘traditionalists’ (who have accused the leadership of betraying the principles on which their unions were founded)”.

Para esses autores, a pressão por negociar afasta o movimento sindical dos ideais mais transformadores ou revolucionários de influência marxista. Negociar entre instituições exige do movimento sindical que seja reconhecido como tal, até porque isso reforça a fonte de poder e a durabilidade do sindicalismo.

Porém, quando o sistema capitalista altera bruscamente as relações de trabalho, com o neoliberalismo e a reestruturação produtiva, resta muito pouco a representar, e menos ainda a negociar. Ou seja, em um contexto de um mercado de trabalho minimamente estruturado e formal, o movimento sindical tende a “cuidar melhor” dos trabalhadores que possam garantir essa base de sustentação de poder: estrutura, finanças, contrato e organização. Contudo, em um contexto diferente, como vem se configurando ao longo do tempo, de precarização, flexibilização e informalização, são necessárias outras razões para a manutenção do movimento sindical, mais subjetivas do que objetivas (Araújo, 2007; Krein e Dias, 2017; Galvão, 2014; Köhler, Jiménez, 2015; Costa e Estanque, 2019).

Para Costa e Estanque (2019) a relação com os movimentos sociais pode representar uma oportunidade de resistência contra as políticas de austeridade válida para os dois campos, especialmente para o sindicalismo “ou morre, ou se reinventa”. Eles propõem uma série de tarefas/lições para os dois campos poderem enfrentarem de forma solidária a precarização das relações de trabalho, e , mais que isso, para fortalecerem os mecanismos de diálogo na sociedade.

No caso da CUT, que tem uma longa tradição de ligação com os movimentos sociais, essas contradições também emergem, porém não de forma a excluir ou reafirmar um tipo ou outro de identidade, mais movimentista ou mais institucional, mas de se valer de uma ou outra conforme as necessidades e oportunidades apresentadas: “Assim, conflito e negociação, contestação e institucionalização, mobilização e moderação não se excluem. Mas, antes, se engedram mutuamente” (Galvão, 2014:17). É o que pretendo demonstrar nas próximas seções deste capítulo.

3.2. CUT como referência de sindicalismo de movimento social

Como argumentei no primeiro capítulo desta tese, o Sindicalismo de Movimento Social (SMS) é evocado, especialmente por estudiosos do tema, como uma saída para a crise que os sindicatos vêm enfrentando em diversas partes do mundo. Esse modelo é apresentado no final dos anos 1980, como forma de revitalização do sindicalismo e, para grande parte dos autores, tem sua origem nas experiências do Sul Global, entre elas a brasileira (Waterman, 2012; Moody, 1997; Saidman, 1991; Munk, 2010). Tem como principais características a abrangência da pauta para além das questões trabalhistas, forte relação com os movimentos sociais, e visa transformar as relações sociais e estruturais de forma democrática (Waterman, 2012; Costa, 2011).

Assim como o Sindicalismo de Movimento Social é pouco explorado pela literatura brasileira, também encontrei dificuldade para selecionar uma bibliografia que tratasse da relação entre sindicalismo e movimento social. Com exceção do clássico trabalho de Eder Sader (1998), *Quando novos personagens entram em cena*, não se encontram muitos trabalhos que façam o paralelo entre a CUT e os movimentos sociais. Em geral, o movimento sindical e os movimentos sociais são analisados separadamente e por fases, quanto a relevância no protagonismo das mudanças sociais. Galvão (2014), Ladosky e Vêras de Oliveira (2014) registram maior interesse da academia pelo sindicalismo nos primeiros anos de formação da CUT, quando o conflito era a sua marca principal. Contudo, nos momentos de refluxos do movimento sindical, os estudos se voltam para as relações de trabalho ou para os movimentos sociais.

Andréia Galvão (2014), assim como Hugo Dias e Dari Krein (2013) e Ana Paula Colombi (2018), fazem referências ao sindicalismo de movimento social, não como um modelo propriamente dito, mas como uma estratégia de revitalização válida para países centrais, de industrialização avançada, como os Estados Unidos e países da Europa ocidental. Os sindicalistas desses países buscam retomar a cena política de seus territórios, ampliando sua atuação para além das demandas produtivas e atendendo a uma parcela da população excluída das relações tradicionais de trabalho, ou seja, os jovens em trabalhos precários, as mulheres, os imigrantes, as ditas minorias políticas.

Nessa perspectiva, pode se dizer que em meados da década de 1990 os dirigentes sindicais já haviam detectado o surgimento de um modelo alternativo para a crise que o movimento sindical vinha enfrentando: o sindicalismo de movimento social. Se considerarmos que os primeiros trabalhos acadêmicos sobre o sindicalismo de movimento social surgem no início dos anos 1990 e, mais precisamente, com a tese de Gay Seidman (1991), será possível considerar que a CUT estava na vanguarda, não só como modelo, mas também na identificação desse processo:

A redução, em escala mundial, das taxas de sindicalização e as dificuldades dos sindicatos para representar interesses cada vez mais diferenciados e contraditórios dos trabalhadores são questões importantes que hoje se colocam para o movimento sindical. Nesta trilha, surgem sinais de revitalização do sindicalismo internacional com a incorporação de novos temas que transcendem a questão capital X trabalho e conferem ao sindicato o papel de ator social na defesa dos direitos humanos, dos direitos da cidadania e dos direitos políticos e sociais dos trabalhadores (CUT, 1994: 77).

Contudo, se a CUT foi efetivamente uma referência para a formulação do modelo de sindicalismo social, neste ponto, cabe nos perguntar se ela ainda mantém suas características e, no mínimo, estranhar a resistência de estudiosos, sindicalistas e militantes sociais em admitir essa permanência. É o que pretendo abordar, na sequência deste capítulo.

A CUT Cidadã pode ser interpretada ou relacionada como um exemplo desse modelo (Carvalho e Costa, 2019: 342; Soares, 2016: 05), por se propor a ampliar a pauta para além das demandas propriamente trabalhistas. Porém, na minha opinião a CUT Cidadã foi uma tentativa de revitalização pela institucionalização, uma espécie de marca ou selo que a legitimasse a se manter na cena política, independentemente (e de certa forma distante) dos movimentos sociais.

3.3. CUT Cidadã: uma outra central para as causas sociais?

A meu ver, se existiu uma estratégia de revitalização do sindicalismo CUT, ela se deu com a proposta da CUT Cidadã. Bastante controversa no meio acadêmico e sindical, essa proposta foi interpretada como uma forma de institucionalizar as

demandas sociais via participação em conselhos e prestações de serviços, em vez de confrontar os governos para transformar essas demandas em políticas públicas. Em se tratando da década de 1990, é possível compreender essa opção.

Os anos noventa foram fortemente marcados pela introdução de políticas neoliberais no Brasil, com abertura ao capital estrangeiro e privatizações de empresas e bancos públicos, que começaram com Fernando Collor de Mello (1990-1992) e se intensificaram durante o governo de FHC - Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Sob o argumento do aumento da concorrência internacional e da necessidade de cortes de custos na produção, essas mudanças foram acompanhadas de reestruturação produtiva no mercado de trabalho e, conseqüentemente, aumento da rotatividade com demissões e terceirização (Cardoso, 2003). “Nessas condições, a CUT passou a adotar, por orientação da sua ala majoritária, uma posição mais moderada, negociadora e propositiva” (Araújo e Vêras, 2014:34).³⁹

Esse período da CUT é amplamente conhecido como “defensivo”, rompendo com período anterior, no qual a central vinha consolidando seu protagonismo na sociedade como central combativa. Os sindicatos de sua base sofreram ataques do governo federal, como o dos petroleiros, e se viram acuados nas mesas de negociação, onde a patronal pautava a retirada de direitos, em vez de melhorar os contratos existentes. Para Adalberto Cardoso (2003), a ofensiva do Governo FHC (1995-2002) sobre os petroleiros firma um novo pacto econômico, não mais com o Estado, mas com o mercado. Era preciso frear a tentativa de avanço para uma convenção nacional dos petroleiros (primeira categoria a criar um Departamento Nacional dentro da CUT) e, assim, dar continuidade ao projeto de Estado mínimo.

Para, de certa forma, balancear essa virada e retomar a cena política do país, surgiu a proposta de um sindicalismo cidadão, que representasse os trabalhadores e trabalhadoras para além das relações de trabalho. As primeiras ações diziam respeito à participação nas câmaras setoriais⁴⁰, depois dos diversos conselhos, e até mesmo como extensão de prestação de serviços geridos pelo Estado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

³⁹ Além disso, nessa mesma esteira neoliberal, nasceu a Força Sindical, em 1991, central sindical alinhada às políticas vigentes e defensora da livre concorrência.

⁴⁰ Espaço institucional de negociação formado por empresários, governo e sindicatos para intermediação de interesses em várias áreas da economia (Vêras de Oliveira, 2011).

A CUT Cidadã vira então uma marca, uma espécie de selo do seu papel social, sem conflitar com o seu papel mais propriamente sindical, ou seja, de atender e representar os interesses de categorias mais organizadas por demandas corporativas e economicistas. A CUT Cidadã serviu também, a meu ver, para justificar, junto aos setores mais conservadores do próprio movimento, uma atuação em torno de pautas “tabus” no sindicalismo, como de mulheres, negros e população LGBT, normalmente marginalizados na sociedade e na sua maioria na informalidade. Era como se esses segmentos precisassem de uma CUT separada, ou seja, de uma CUT cidadã, para representá-los.⁴¹

Em 1991, durante o IV CONCURT, a Central definiu como estratégia de atuação que participaria de espaços institucionais da sociedade. Assim fez e, desde então, a Central integra conselhos, grupos de trabalho, câmaras temáticas e fóruns que debatem, articulam, propõem, monitoram e deliberam sobre políticas públicas e demandas sociais de todos os setores. (...) Por isso, as ações da CUT devem extrapolar o âmbito das demandas do mundo do trabalho, porque todos os cidadãos devem ter acesso a direitos básicos, como saúde, educação, moradia, transporte, lazer. Há ainda alguns segmentos como mulheres, negros, crianças, jovens, idosos, LGBT e pessoas com deficiência, que lutam para que questões específicas sejam tratadas por políticas públicas criadas para contemplar tais especificidades (...) Mais do que defender cada qual o seu pedaço, é preciso ter uma visão abrangente da construção da cidadania, respeitando a diversidade e incorporando demandas específicas a uma agenda mais geral da sociedade. Esse é o principal desafio colocado aos representantes da CUT nos espaços institucionais (<http://conselhos.cut.org.br/saibamais/>).

Neste ponto, é importante observar que são poucas as menções ao termo “movimentos sociais” nas resoluções do 4º Concut que se restringe à criação de um “Fórum antirrecessão com os movimentos” e à questão ambiental de parceria com o MST – Movimento do Sem Terra - e os seringueiros. Já o termo “cidadania” aparece com maior frequência e está relacionado com o combate ao racismo e às questões de gênero.

No 5º Concut, Vicente Paula da Silva, o Vicentinho, é eleito o primeiro presidente negro da entidade. Nesse mesmo Congresso é reafirmado o compromisso de levar adiante a campanha “Cidadania: igualdade de oportunidade na vida, no trabalho e no movimento sindical”, lançada na 7ª Plenária Nacional da CUT, em 1995, pela Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT.

⁴¹ Na pesquisa de perfil de delegados do 9º Concut surge um resultado que chama a atenção: as mulheres e a população LGBT são os setores que mais sofrem discriminações no movimento sindical (CUT, 2006b: p.26).

Naquele mesmo ano foi realizada a Quarta Conferência Mundial de Mulheres, em Beijin, na China. Sob o tema “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, a Conferência teve forte repercussão junto aos movimentos de mulheres e organizações feministas no Brasil.⁴² Esse fato, de certa forma, estimulou parcerias internacionais e estudos do Dieese⁴³, com o objetivo de traçar diagnóstico e obter avanços nas questões de gênero em acordos e convenções coletivas; com a dificuldade de avanços nas cláusulas econômicas, devido ao cenário político, observou-se maior investimento do movimento sindical nas demandas das mulheres por avanço em cláusulas ditas sociais.

Embora já fizesse parte do trabalho cotidiano do DIEESE desde os anos 80, a discussão das questões de gênero intensifica-se na década de 90, com o incremento das demandas do movimento sindical, que resultaram em diferentes produções para o aporte de informações que têm subsidiado a ação do movimento sindical.⁴⁴

Ainda em 1995, em comemoração aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, a CUT participou ativamente da “Marcha Contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida”, que aconteceu no dia 20 de novembro. Em resolução do 5º Concut, dedicou-se uma larga seção como anexo, sob o título “Por uma política antirracista”, com diagnóstico, reflexões e propostas de ações a serem adotadas pelas CUTs nos Estados. Outro destaque foi a realização de uma caminhada de 170 Km, de São Paulo a Aparecida⁴⁵, organizada pela CUT São Paulo.

José Luiz Soares (2016) atribui à CUT cidadã o crescimento dos debates em torno das questões de gênero e raça no movimento sindical. Na minha opinião, essa movimentação se deu em direção contrária, ou seja, as mobilizações sociais em torno de causas como essas estimularam a criação de uma CUT Cidadã. A militância sindical da CUT ligada a questão de gênero e raça conseguiu estabelecer uma coalizão de forma integrativa com os movimentos sociais, como veremos adiante, ao

⁴² Conferência de mulheres em Beijin – repercussão no movimento de mulheres e criação da AMB

⁴³ A exemplo do “Mapa das Questões de Gênero”, estudo do Dieese em parceria com Fundo para a Equidade de Gênero da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional. <https://www.dieese.org.br/relatoriotecnico/2001/mapaEquidadeGeneroPt.pdf>

⁴⁴ Trecho extraído do relatório do Dieese para OIT, sobre “Negociação coletiva e equidade de gênero na América Latina”. <https://www.dieese.org.br/relatoriotecnico/2002/generoRelatorioFinalEVersaoPreliminar.pdf>

⁴⁵ Cidade no interior paulista, conhecida pela tradição católica e onde o PT e a CUT junto com os movimentos sociais, realizam o grito dos excluídos, no dia da Independência do Brasil.

tratar dos tipos de coalizão com os movimentos propostos por Frege, Heery e Turner (2004). A CUT passou a compor frentes e movimentos e adquiriu legitimidade junto aos movimentos sociais para se posicionar a respeito dos temas. Os espaços institucionais para tratarem das questões de gênero e raça, especialmente, surgiram a partir dessas mobilizações, e com o Governo Lula.

Contudo, cumpre observar que a relação com os movimentos sociais e populares não foi necessariamente harmoniosa; ela também foi marcada pela disputa de protagonismo e de ideologias. Nas resoluções do 6º Concut, buscou-se diferenciar movimentos sociais e populares, e este último devido suas debilidades, eram passíveis de manipulação. Sob o argumento de que era preciso fortalecer os movimentos populares a fim de que ganhassem autonomia e independência em relação a partidos ou movimentos oportunistas, a CUT assume uma postura, a meu ver, vanguardista com os movimentos populares. Até porque a própria não tinha penetração nesses movimentos que normalmente eram influenciados por grupos, movimentos e partidos mais radicais (de esquerda e de direita).

Autonomia, independência e aliança com o movimento popular: No Brasil, entretanto, é ainda débil a articulação entre o movimento social e o movimento popular, bem como a própria organicidade (vida própria) das entidades. As dificuldades são inúmeras, desde a tradição de clientelismo político, que leva à promiscuidade com o poder, a utilização “como correia de transmissão” de organizações políticas, passando pela dispersão organizativa e pela divisão das organizações populares. [...] É preciso ampliar o trabalho junto à juventude e estreitar os laços com o movimento popular, contribuindo para consolidar organizações próprias e envolvendo os sindicatos nas lutas dos bairros, das periferias das grandes cidades e do campo (CUT, 1997:24).

Já no final dos anos 1990, a CUT retomou uma relação mais intensa com os movimentos sociais e criou um espaço político específico, em parceria com os principais movimentos. O Fórum Nacional de Lutas (FNL) foi a primeira experiência nesse formato, e se mostrou exitosa. Outras surgiram, mudando a nomenclatura, mas mantendo o espírito de autonomia e independência.

Na medida em que a CUT foi retomando sua relação com os movimentos sociais, foi abandonando a marca Cidadã, de uma “resistência propositiva” para uma resistência ativa contra o neoliberalismo (Ladosky e Rodrigues, 2018).

O FNL dá lugar à Coordenação dos Movimentos Sociais - CMS, sem grandes mudanças com relação ao formato, e a mudança de nome se dá por influência do

Fórum Social Mundial (FSM). Os movimentos sociais ganham prestígio, com a realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre/RS, em 2001, 2002 e 2003. E, com arrefecimento das lutas sindicais da década de 1990, os movimentos sociais sobressaíram-se também em termos de estudos acadêmicos (Ladosky e Vêras de Oliveira, 2014).

Contudo, por outro lado, a CUT contava (e ainda conta) com estruturas sedes, carros, gráfica, som e recursos que faltam aos movimentos sociais. Sendo assim, essa parceria se reestabelece numa relação de interdependência. Dias e Krein (2017) destacam dois importantes momentos, em que especialmente a CUT e a CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, se reconectam com os movimentos sociais, para recuperar seu poder de força na sociedade: um no final do Governo FHC, e outro na reeleição de Dilma Rousseff em 2014.

3.4. CUT no governo: dilemas e contradições

Com a eleição do ex-líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2003, o movimento sindical retoma seu protagonismo na sociedade, não mais pela capacidade de mobilização e de grandes manifestações, como nos anos 1980, mas por meio das indicações de cargos importantes no governo (Boito, Galvão e Marcolino, 2009; Cardoso, 2015), que reforçam assim a via institucional, em vez de intensificar o conflito e a mobilização (Ladosky e Rodrigues, 2018).

No novo governo, a participação em instâncias e fóruns tripartites representava, para alguns setores sindicais, em particular aqueles abrigados no interior da Central Única dos Trabalhadores, contribuir na elaboração de um projeto de sociedade mais inclusiva, com mais justiça social e, por isso mesmo, menos desigual. Em outras palavras: a estratégia não era mais defensiva, no sentido de evitar perdas. Aparentemente, tinha como objetivo a ampliação de direitos nas políticas públicas (Ladosky Rodrigues, 2018:61).

O governo do Partido dos Trabalhadores foi eleito sob o compromisso de não confrontar o empresariado (“para não se tornar uma Venezuela”, conforme ameaça velada na grande imprensa, devido à aproximação do PT ao governo de Hugo

Chávez). Na tentativa de conciliar os conflitos, o governo aposta no “diálogo social”, promovido inicialmente pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CNPES) e pelo Fórum Nacional do Trabalho (FNT) (Araújo, 2007; Colombi, 2018; Carvalho, 2013).

É nesse momento também que o governo cria a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) e de relações raciais e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ambas com *status* de Ministério. O governo promove conferências nacionais temáticas, e a primeira, de políticas para mulheres, ocorreu em junho 2004⁴⁶. Nesse período, a CUT concentrou seus esforços de mobilização por uma política de valorização do salário mínimo, organizou Marchas à Brasília, em conjunto com as demais centrais e com os movimentos sociais. Essas marchas não eram contra o governo, mas objetivavam disputar com o setor empresarial os rumos da política econômica, já que se tratava de um governo de coalizão com a burguesia nacional (Araújo, 2007, Boito, Galvão e Marcelino, 2009).

Araújo e Vêras de Oliveira (2014) partem do reconhecimento da forte ligação entre o PT e a CUT para analisar essa relação entre partido e sindicato. Com Lula no poder, a CUT vê-se diante de uma oportunidade histórica para recuperar as perdas da década de 1990 e apresentar um projeto de reformas estruturais favoráveis aos trabalhadores e que priorizasse *a construção de um programa de desenvolvimento nacional*:

O atual contexto político do Brasil favorece o estabelecimento de alianças estratégicas e parcerias entre a CUT e outros setores: Organizações Não-Governamentais (ONGs) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Central de Movimentos Populares (CMP), universidades e intelectuais, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pastorais, movimentos feministas, e diversos movimentos populares que atuam em defesa dos direitos de cidadania – habitação, saúde, educação; e para políticas afirmativas de raça, gênero, geração, orientação sexual, entre outras. Assim, a CUT deve desenvolver um arco de alianças para potencializar formulações, intervenções e mobilizações conjuntas, voltadas para as questões do emprego e da terra, e com isto desenvolver a cidadania. (CUT, 2003: 23)

Leoncio Martins Rodrigues (1999) considera que o posicionamento político do governo de plantão pode ser mais ou menos favorável aos sindicatos, mas isso também apresenta contradições. Os partidos socialistas, trabalhistas ou social-

⁴⁶<https://www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea/117-numero-133-marcoabrilmaio-de-2004/970-plataforma-feminista-e-1-conferencia-de-politicas-para-mulheres>

democratas tendem a favorecer o movimento sindical porque rompem com uma atitude mais individualista dos governos liberais ou de direita. No entanto, a contradição aparece quando, ao “ter que governar para todos”, a pressão dos setores econômicos leva os “governos amigos” a implantarem medidas antissindicais ou antitrabalhistas.

A CUT e a Força tiveram comportamentos diferentes em relação às políticas de flexibilização implantadas no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Enquanto a CUT promoveu manifestações de confronto com o governo contra essas políticas, a Força mostrou-se mais conformada a aceitar tais medidas. Outro diferencial está nas atividades relacionadas ao 1º de maio, pois a CUT sempre optou por atos e discursos contestatórios e a Força, por atividades festivas com sorteio de carros e apartamentos para atrair mais público. Porém, Costa (2011) observa que, com a posse do ex-líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, na Presidência da República, a CUT mudou o tom do discurso, devido ao forte alinhamento político da Central com o Partido dos Trabalhadores (PT).

Houve, assim, uma inversão de papéis no que se refere aos discursos. Enquanto a CUT seguiu uma linha mais dócil com o governo, a Força radicalizou o discurso contra as possíveis reformas que o governo estava propondo. Para Costa (2011:35), a alternância de ciclos políticos provocam interferência nos tipos de sindicalismo, portanto, não há modelos puros de sindicalismo: “Nesse sentido, parece-me que dificilmente poderíamos conceber o sindicalismo de contestação sem um grau mínimo de participação, nem pensar o sindicalismo de negociação, sem um grau mínimo de contestação”.

Para Araújo (2007) essa postura mais pragmática e um perfil mais negociador que contestatório da CUT iniciou nos anos 1990 para se reafirmar como uma instituição sindical como as outras, em especial com o surgimento da Força Sindical. Com o governo Lula esta estratégia se intensificou pois tratava-se de um presidente-operário e a CUT, como forte aliada, se viu diante da “necessidade de defendê-lo frente aos ataques da oposição” (Araújo, 2007:21).

No momento mais crítico do governo Lula diante das denúncias de corrupção conhecidas como “mensalão do PT”⁴⁷, a CUT atribui à Coordenação dos Movimentos

⁴⁷ O Mensalão do PT ficou conhecido como esquema de corrupção com pagamentos mensais aos deputados de partidos pequenos, para que votassem nas proposta do Governo Lula no Congresso.

Sociais - CMS a convocação de uma série de manifestações em Brasília. A CMS cumpriu importante papel na manifestação do Dia Nacional de Luta, em 16 agosto de 2005, “[...] quando desmascarou a tentativa de desestabilização do governo, ao mesmo tempo em que exigiu mudanças na política econômica, reforma política democrática e apuração e punição dos casos de corrupção” (Caderno de Resolução do 9º Concut). Sendo assim, a CUT apostou no fortalecimento da CMS, ao mesmo tempo que propôs um estreitamento nas relações com as centrais sindicais para aprofundar seu papel institucional e seu protagonismo político sindical.

Fernanda Fortes Carvalho (2013), ao tratar da institucionalização da CUT no período Lula, reconhece uma ofensiva no que se refere ao poder estrutural e negocial, porém com prejuízo de uma “agenda cidadã” da CUT. Já Krein e Dias (2017), sobre o mesmo período, avaliam que a ofensiva se deu nas pautas corporativas e perdeu espaço para mudanças estruturais que pudessem alterar as relações de trabalho existentes e cada vez mais precárias. Os autores consideram ainda, que ao mesmo tempo que avançou nas pautas ditas identitárias, perdeu a centralidade do trabalho. Além disso, buscou a institucionalização necessária para exercer as prerrogativas sindicais, por meio da regulamentação das centrais sindicais, reforçando assim a estrutura oficial.

Em outros termos, o sindicalismo se fortaleceu na representação das questões da defesa dos interesses imediato de sua base de representação, mas continuou perdendo espaço na sociedade como instituição capaz de expressar as demandas mais gerais dos setores empobrecidos da sociedade (Krein e Dias, 2017:14).

Contudo, Krein e Dias (2017) também destacam a ampliação da agenda sindical para mulheres, aposentados, negros e população LGBT durante o governo Lula, e na sequência lamentam que a ação da CUT tenha sido fraca, em relação aos desempregados ou terceirizados, “ações de solidariedade de classes foram raras”. Já Ladoski e Rodrigues (2018) argumentam que a relação da CUT com o governo visou à construção de um projeto mais inclusivo e com justiça social. Essa “queda de braço” a respeito das interpretações das estratégias da Central, quanto ao seu papel na

sociedade, foi debatida internamente e reafirmada na apresentação das resoluções do 9º Concut:

Responsabilidade de definir uma estratégia que proporcione à CUT ampliar sua representação e sua condição de Maior Central Sindical do País e de 5ª Central Mundial; consolidar seu projeto político-organizativo e se fortalecer como Central Sindical – combativa, classista, democrática e de massas, exercendo, efetivamente, papel negociador, e ainda disputar a hegemonia no Movimento Sindical Brasileiro, demarcando sua posição em meio às inflexões à direita e aos devaneios esquerdistas, na perspectiva da construção de uma sociedade democrática e socialista (CUT, 2006:01)

Entendo que a CUT se colocou, então, como uma interlocutora dos movimentos sociais capaz de influenciar o governo e promover a inclusão pela cidadania. Por outro lado, ou por esse mesmo motivo, a CUT foi tímida nas críticas à Reforma da Previdência do governo Lula e diante das denúncias de corrupção. A regulamentação das centrais, por sua vez, pulverizou ainda mais o movimento sindical, quando as centrais passaram a disputar sindicatos por maior representatividade e mais recursos estatais. Nessa disputa de protagonismo entre as centrais, a CUT buscou-se valer do seu tamanho e peso político junto ao governo para legitimar-se institucionalmente, assumindo também um papel de vanguarda na relação com os movimentos sociais.

3.5. Momentos difíceis para o sindicalismo

No texto “Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro”, Cardoso (2015) propõe-se a verificar um paradoxo: como falar em crise se os indicadores mostram o contrário do que caracterizaria uma crise, em termos do aumento do número de sindicatos, aumento das greves e de negociações com bons resultados? Isso, sem dizer que, nos últimos anos, há um governo aliado no poder. Nas palavras do próprio autor, “Enquanto o ‘espírito do tempo’ teimava em martelar a crise, os dados disponíveis não permitiam conclusões peremptórias, alguns deles indo na direção contrária à percepção geral” (Cardoso, 2015: 494).

Nesta perspectiva, para esse período, parece-nos bem apropriada a substituição da abordagem da crise por abordagem da revitalização (Dias, 2011;

Costa et al. 2020). Carola Frege e John Kelly (2004) analisam os exemplos de estratégias e táticas de revitalização que venham a reverter o declínio do movimento sindical, tanto no norte como no sul global, admitindo que as lições possam vir de países onde a situação é ainda pior, como na América Latina. A revitalização sindical, por sua vez, segundo esses autores, não é a mesma para os sindicatos; é multidimensional e varia conforme o contexto de cada país⁴⁸.

Nesta tese, considero que existem dois momentos de revitalização do sindicalismo da CUT. O primeiro deles, com o Sindicato Cidadão, com o qual a CUT busca retomar o protagonismo perdido por meio de participação em espaços institucionais da sociedade civil. Isso demanda um deslocamento de perfil contestatório, próprio dos movimentos sociais, para um perfil propositivo ou negocial, de melhor aceitação nos espaços tripartites (Véras de Oliveira, 2011).

No momento seguinte, já no Governo Lula, o sindicalismo brasileiro busca se revitalizar pelo aprofundamento da institucionalização, com o reconhecimento das centrais, ou seja, pela entrada oficial das centrais sindicais na estrutura vigente, inclusive com os benefícios financeiros desse reconhecimento, como o acesso aos recursos que antes eram direcionados somente para os sindicatos, federações e confederações (Galvão, 2014, Krein e Dias, 2017 e Colombi, 2018).

Esse é também um aspecto que reflete uma mudança no perfil das coalizões que a CUT historicamente construiu, pois ela passa a priorizar a aproximação com outras centrais, em detrimento das ações conjuntas com os movimentos sociais, como forma de viabilizar novos canais de pressão que pudessem avançar a correlação de forças na sociedade com reflexos dentro da institucionalidade (Colombi, 2018: 149).

Quanto à questão de que os dirigentes foram cooptados pelo governo, para Galvão, Boito e Marcolino (2009) o Governo Lula cooptou a cúpula dos movimentos sociais, como MST e UNE – União Nacional dos Estudantes, e da própria CUT, por meio de cargos e programas assistenciais, mas nem por isso a base deixou de mobilizar e fazer greve. Foi um cenário político e econômico favorável para greves e negociações – com recuperação de renda. No entanto, a CUT perdeu o protagonismo político que teve nos anos 80 e 90 (Araújo e Véras de Oliveira, 2014).

⁴⁸ O foco deste livro são os atores e estratégias: sindicatos, coalizões, movimentos sociais, e organizações relacionadas, na política e no local de trabalho, focadas em estratégias inovações e solidariedade renovada (Frege e Kelly, 2004:5).

Cardoso (2015), por sua vez, em seu estudo sobre a construção da sociedade do trabalho no Brasil, reconhece que Lula representa a profecia “varguista” que projetou um trabalhador para dirigir o país e melhorar as condições de acumulação capitalista. Portanto, para Adalberto Cardoso não houve uma cooptação, considerando-se a estratégia de criação do PT como o braço partidário dos sindicatos, e também porque a “CUT chegou ao poder em 2003”. O autor reconhece que atualmente esse projeto de poder da CUT e do PT está em crise, mas é preciso diferenciá-la da crise sindical que resulta das escolhas estratégicas da sua cúpula.

Essas escolhas têm levado ao que Cardoso (2015) chama de oligarquização do movimento sindical, que passa pela perda de densidade sindical que pode até se dar pela precariedade e rotatividade no emprego, mas também por uma acomodação da estrutura sindical que até aquele momento era fortemenete dependente do imposto sindical.

Colhido pela crise do projeto político que uniu o PT, a CUT e parcela expressiva das outras correntes sindicais, precisaria se reinventar, mas tem escolhido se apegar aos mecanismos tradicionais de reprodução, pondo-se na defensiva. Continuará com isso, lutando por direitos e salários nas negociações coletivas, mas terá perdido a chance de ter papel relevante na renovação do que chamei, aqui, de espírito do tempo (Cardoso, 2015: 508).

As manifestações de 2013⁴⁹ expressaram a negação, tanto dos partidos quanto dos sindicatos que não souberam dar resposta em longo ou curto prazo para as demandas represadas. Nesse aspecto, Cardoso argumenta que existe uma crise associada a um problema de reprodução de poder do ambiente político geral “[...] que afeta o modo como o movimento sindical se pensa” (Cardoso, 2015).

Por fim, com o desgaste político do PT e dos sindicatos fica ainda mais difícil convencer os trabalhadores e trabalhadoras a se filiarem. Além disso, esse distanciamento da base em relação à baixa sindicalização possibilita maior controle das eleições e de garantias de perpetuação do poder por parte da “oligarquia sindical”. As centrais que antes tinham se unificado em marchas ou pela

⁴⁹ As manifestações de 2013 foram conhecidas no mundo inteiro pela quantidade de pessoas que foram às ruas em diversas capitais e cidades do país, arrastando milhões de manifestantes em cada uma delas. Teve início no movimento anticopa do mundo e, posteriormente, após forte repressão policial, em apoio aos estudantes que exigiam o passe-livre nos transportes públicos. Ver também Braga e Santana (2015), para uma reflexão mais aprofundada sobre este movimento social e o sindicalismo brasileiro.

regulamentação na terceira instância (cúpula do movimento sindical), sob a liderança da CUT, mudam de posição. Diante de medidas, como a tentativa de regulamentar a terceirização e outras medidas de austeridade, além da perda de interlocução com o Governo Dilma, as centrais menos comprometidas com o governo migraram para oposição. Restando, então, os movimentos sociais e a CTB para fazer a defesa do Governo Dilma e retomar o protagonismo das ruas.

A Coordenação dos Movimentos Sociais deu lugar para a Frente Brasil Popular, em 2015, com a CTB e um campo amplo de movimentos sociais mais alinhados com o PT⁵⁰.

Para defender nossos direitos e aspirações, para defender a democracia e outra política econômica, para defender a soberania nacional e a integração regional, para defender transformações profundas em nosso país, milhares de brasileiros e brasileiras de todas as regiões do país, cidadãos e cidadãs, artistas, intelectuais, religiosos, parlamentares e governantes, assim como integrantes e representantes de movimentos populares, sindicais, partidos políticos e pastorais, indígenas e quilombolas, negros e negras, LGBT, mulheres e juventude, realizamos esta Conferência Nacional onde decidimos criar a Frente Brasil Popular⁵¹.

Paralelamente, nasceu também a Frente Povo Sem Medo, em outubro de 2015, capitaneada pelo MTST, com participação da CUT, CTB e Intersindical, entre diversos movimentos do campo de influência do Psol. A CUT compõe as duas frentes e orienta a militância a se engajar nos seus Estados.⁵²

⁵⁰ Principais organizações participantes da Frente Brasil Popular (por ordem alfabética):

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais; CMP (Central de Movimentos Populares); CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores); CONAQ – Movimento Nacional dos Quilombolas; CONEN (Confederação Nacional de Entidades Negras); Consulta Popular; CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura); CPT - Comissão Pastoral da Terra; CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil); CUT (Central Única dos Trabalhadores); FUP (Federação Única dos Petroleiros); Levante Popular da Juventude; Marcha Mundial das Mulheres; Mídia Ninja; MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra); Sindesp SP; Sindieletro MG (Sindicato dos Eletricitários de Minas); SENGE-Rio (Sindicato dos Engenheiros do Estado – RJ); Sindute MG (Sindicato Único de trabalhadores em Educação de Minas Gerais); UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas); UBM (União Brasileira de Mulheres); UJS (União da Juventude Socialista); UNEGRO (União de Negros pela Igualdade); UNE (União Nacional de Estudantes).

⁵¹ Manifesto ao Povo Brasileiro, em BH, setembro de 2015. <https://www.cut.org.br/acao/frente-brasil-popular-6a88>

⁵² CONVOCAM PARA O LANÇAMENTO DA FRENTE POVO SEM MEDO:

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); Central Única dos Trabalhadores (CUT) ; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) ; Intersindical - Central da Classe Trabalhadora; União Nacional dos Estudantes (UNE); União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes); Associação Nacional dos Pós Graduandos (ANPG); Uneafro; Círculo Palmarino; Unegro; Igreja Povo de Deus em Movimento (IPDM); União da Juventude Socialista (UJS); Rua - Juventude Anticapitalista; Coletivo Juntos; União da Juventude Rebelião (UJR); Juventude Socialismo e Liberdade (JSOL);

É papel da CUT unificar os esforços contra a direita, a intolerância, o ódio de classe e o golpismo que ameaça a liberdade da classe trabalhadora e do povo pobre. Assim, a CUT deve, no próximo período, concentrar esforços para unificar as duas frentes que se articulam contra a direita, por mais direitos e contra a atual política econômica, a Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo (CUT, 2015: 97).

A meu ver, quando a crise abateu a CUT, nos anos 1990, ela respondeu com o Sindicato Cidadão. Reduzidas as possibilidades de atuação nos espaços institucionais, e com o fim das câmaras setoriais e o endurecimento do Governo FHC, a CUT buscou a reaproximação com os movimentos sociais a partir do FNL. No Governo Lula, não mais em uma situação de crise, e sim de poder de influência sobre o governo, adota outra estratégia de revitalização, intensificando as vias institucionais com a regulamentação das centrais. Já no Governo Dilma, a CUT inicia uma outra fase de crise, perde a interlocução com o governo e com as centrais, apelando, dessa forma, mais uma vez, para a coalizão com os movimentos sociais conforme apontei acima.

Após os mandatos do PT na presidência (Lula e Dilma), o sindicalismo brasileiro viu-se diante de uma das mais duras e ameaçadoras ofensivas contra os direitos trabalhistas e, conseqüentemente, contra o próprio sindicalismo. Assistimos a um crescimento de movimentos de direita, como o MBL⁵³, às manifestações pelo *impeachment* da Dilma e a um crescente anti-petismo.

Imediatamente após o golpe que levou ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, foi realizada a reforma trabalhista, que flexibilizou ainda mais as relações de trabalho e a retirada de direitos. Já no Governo Bolsonaro, as primeiras medidas foram acabar com o Ministério do Trabalho e “sangrar” os recursos financeiros das entidades sindicais, com o fim do Imposto Sindical e a diminuição do poder de contratação dos sindicatos (Véras de Oliveira, Galvão e Campos, 2019).

Durante momento de crise, conforme identificado pelos defensores do SMS, observa-se uma mudança do discurso das lideranças para uma retomada às bases,

Coletivo Construção; Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB); Mídia Ninja; Coletivo Cordel; União Brasileira de Mulheres (UBM); Bloco de Resistência Socialista e ainda, parlamentares e dirigentes de diversos partidos e correntes partidárias, entre os quais o PT, o PCdoB, o PSB, PMDB, PCO, PCML, Refundação Comunista e o PDT. Também participam diversos intelectuais e jornalistas que atuam em diferentes espaços da mídia popular e que compartilham esse esforço.

⁵³ Movimento Brasil Livre – MBL, movimento considerado de direita, criado em 2014 em São Paulo, liderou diversas passeatas pelo *impeachment* de Dilma Rousseff e defende o liberalismo como projeto político. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Brasil_Livre

para uma mudança de postura de seus dirigentes por instalações mais modestas em hotéis e pelo fim de regalias e desperdícios de recursos da instituição. Retomam símbolos e rituais da tradição marxista, como a execução do hino da Internacional Comunista na abertura do 13º Concut e as “místicas” (performance artística cultural) própria dos movimentos sociais como MST e feminista para o despertar de uma consciência classista.

Em Resolução do 13º Concut, a CUT reafirma uma perspectiva socialista, portanto transformadora da sociedade, traduzida nos termos “interesse histórico da classe trabalhadora” em superar as desigualdades sociais e a exploração capitalista. Sem, no entanto, deixar de representar os interesses imediatos da classe trabalhadora, ou seja, de negociar e barganhar conquistas nos parâmetros do atual sistema capitalista. Para isso, se propõe a elevar a consciência de classe para que, junto aos movimentos e partidos, possa promover as mudanças de sistema. Resgata, assim, uma resolução do 2º Concut para reafirmar que a Central não “[...] deve ser confundida com um partido político” e, que deve conciliar os interesses históricos e imediatos de seus representados: “A CUT renova o compromisso com a defesa e construção dessas alternativas para a classe trabalhadora, considerando o acúmulo histórico da Central e as necessidades imediatas da classe” (CUT, 2019: 10).

Como é amplamente reconhecido pela literatura sobre o tema, a CUT adquiriu seu reconhecimento de ator social relevante devido ao seu histórico de movimento sindical conflitivo. Contudo, neste ponto, mais uma vez recorro a Andreia Galvão (2014) para relativizar essa dicotomia: se mais conflitiva ou mais institucional. Aposto na formulação que aponta para uma certa fluidez do comportamento do movimento sindical de um lado ao outro (conflitiva ou institucional), conforme o contexto.

3.6. Por uma classificação da relação da CUT com os movimentos sociais

A parceria com os movimentos sociais é uma característica central para o modelo de sindicalismo de movimento social. Esse tipo de sindicalismo é visto como uma estratégia de revitalização do movimento sindical, principalmente nos países

européus e nos EUA (Frege, Heery e Turner, 2004). Se essa parceria ou coalizão é fraca ou forte, passageira ou duradoura, pontual ou sistemática, dependerá, em larga medida, como vimos no início do capítulo, de como nasce as organizações e o contexto de atuação do movimento sindical. Porém, ao que tudo indica, essa relação entre sindicalismo e movimento social nos parece inevitável, diante das transformações no mundo do trabalho e das pressões que os movimentos sociais exercem em respostas às exclusões e precarizações provocadas por essas transformações.

No caso brasileiro, mais precisamente na CUT, essa parceria ou coalizão com os movimentos sociais é uma marca constante na existência da Central. Curiosamente, ela não é estudada ou admitida como deveria, principalmente se considerarmos a vasta produção internacional sobre o assunto. Quais são os motivos para que, por exemplo, Galvão (2014) admita que esse modelo está muito mais próximo da experiência estadunidense do que da brasileira? Mesmo considerando que a identidade do primeiro é de um sindicalismo de mercado, portanto distante das mobilizações sociais, e a identidade da CUT é muito mais próxima de um sindicalismo de movimento social, como admitida por Seidman (1991) e Waterman (2002).

Para demonstrar essa permanência da relação da CUT com os movimentos sociais, vou me apoiar na sistematização feita por Frege, Heery e Turner (2004) que classificam as motivações e os tipos de coalizões do sindicalismo junto a outros movimentos que não os sindicais, considerando as experiências de cinco países: Espanha, Itália, Inglaterra, Alemanha e EUA.

Os autores apontam cinco motivos que levam os sindicatos a estabelecerem algum tipo de coalizão com os movimentos: I) recursos financeiros, II) acesso a novos grupos, III) especialidades, IV) legitimidade e V) mobilização.

Em seguida, esses mesmos autores dividem estes tipos em duas dimensões. A primeira delas é caracterizada pela relação direta com os movimentos, e a segunda, pela intermediação com o Estado. Na primeira dimensão, a coalizão é classificada em três tipos: de vanguarda, causa comum e integrativo. Na segunda, envolve uma perspectiva de formulação de políticas públicas na qual o movimento sindical pode atuar como “insiders”, por influência, ou “outsiders”, por protesto. Conforme propomos sistematizar no quadro que segue:

Quadro 3: Classificação dos tipos de coalização entre sindicalismo e movimentos sociais.

Motivos	Definição	Movimentos/Causas	Práticas da CUT	Tipo de coalização
Recursos	Queda na arrecadação dos sindicatos Baixo poder de mobilizar a militância para participação de atos ou greves.	Sindicato com mais recursos que movimentos. Movimentos com mais militantes que sindicato.	Atos de rua e piquetes no local de trabalho precisam de militância dos movimentos. Os movimentos, por sua vez, precisam das estruturas dos sindicatos (som, gráfica, sedes) suas atividades.	De vanguarda, se considerar quem detém recursos. De interdependência, quando os recursos são compartilhados.
Acesso a novos grupos	Grupos marginalizados do mercado de trabalho ou identitários.	Juventude, informais e desempregados.	De maior dificuldade de interação devido ao grau de radicalidade ou de pouco retorno político organizativo.	De vanguarda, devido a dispersão ou falta de lideranças dos movimentos. De independência.
Especialidade	Capacidade de produzir diagnóstico e formular propostas/políticas.	Ecologistas, sem-terra, sem teto e atingidos por barragem.	Construção de plataformas políticas em períodos de eleições.	Integrativa, mantendo a autonomia dos movimentos.
Legitimidade	Autorização para falar em nome do movimento ou determinada causa.	Questões de raça, gênero, LGBT e PCD – pessoa com deficiência.	A CUT conta com secretarias e compõe diversas frentes, conselhos e movimentos.	Integrativa, com incorporação das pautas em congressos e negociações.
Mobilização	Poder de reunir muitas pessoas.	Criação de frentes com diversos	Marchas pelo salário-	Causa comum, com influência,

		movimentos, para disputar projetos de sociedade.	mínimo, redução da jornada e contra privatizações.	quando o governo amigo, e de protesto, quando adversário.
--	--	--	--	---

Fonte: Elaboração própria com base na sistematização feita por Frege, Heery e Turner (2004).

Recente pesquisa exploratória com dirigentes de diversas centrais alerta que os dirigentes estão mais preocupados com a sustentação financeira das entidades. A resposta sindical à crise instaurada com a reforma trabalhista do governo Temer (2016 – 2018), por exemplo, foi defensiva e ficou restrita à manutenção da estrutura sindical, com respostas tímidas, tanto política como organizativa (Véra de Oliveira, Galvão e Campos, 2019)

Se a CUT, diante dessa nova crise, vai se voltar mais ou menos para os movimentos sociais, para prestação de serviços, ou para uma reorganização da estrutura sindical, são questões que estão em aberto. Se considerarmos o 1º de maio de 2020, ela se mostrou mais propícia a uma ação defensiva em parceria com as centrais e com setores conservadores da sociedade a ponto da FPSM se retirar do ato⁵⁴, na defesa da manutenção mínima do poder de negociar e representar, ou seja, de uma fonte estrutural de poder. Para Frege, Heery e Turner (2004), essa opção por coalizão com as centrais não configura um sindicalismo de movimento social. Nesse caso, prevalece a lógica da acomodação, de continuar como está para ver como fica.

⁵⁴ NOTA DA FRENTE POVO SEM MEDO. Em relação ao ato virtual do 1º de Maio convocado pelo Fórum das Centrais, nós da Frente Povo Sem Medo: Reconhecemos a importância da articulação do Fórum das Centrais enquanto espaço de defesa dos direitos da classe trabalhadora. Reconhecemos também a necessidade da construção de uma Frente Ampla contra o fascismo e em defesa da democracia, incluindo todos os setores políticos que queiram lutar por democracia. No entanto, entendemos que o convite a Fernando Henrique Cardoso, Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre não é compatível com o Ato de 1 de Maio, que além da defesa da democracia, tem o objetivo de defesa dos direitos dos trabalhadores. Foram justamente esses setores que comandaram o ataque a direitos no último período, como na Reforma da Previdência e Trabalhista. Por esse motivo a Frente Povo Sem Medo não participará da manifestação on-line. Seguimos firmes nos esforços pela mais ampla unidade em defesa das liberdades democráticas e de direitos, assim como na luta pelo Fora Bolsonaro e Mourão e reforçamos a divulgação do Panelaço da Periferia que vai acontecer no dia 1 às 20h30. Aqui está o povo sem medo de lutar! Frente Povo Sem Medo (diponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/04/30/1o-de-maio-nota-da-frente-povo-sem-medo/> acesso em 22/06/2021).

4. A organização das mulheres na CUT

Neste capítulo retomo o objeto de pesquisa, a organização de mulheres na CUT. “Uma ‘cutinha’ dentro da CUT”, foi assim que uma dirigente definiu a importância (e ameaça) da organização das mulheres sindicalistas na Central, especificamente, ao que atualmente se denomina Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora – SNMT. Essa Secretaria conta com o Coletivo Nacional de Mulheres, para irradiar as políticas de gênero para os Estados, confederações, federações e sindicatos (Araújo e Ferreira, 1998). A atuação dessas sindicalistas extrapola o campo “cutista” e interage também com outras centrais sindicais, tanto no Brasil como no exterior. Vai para além do campo sindical e se relaciona com os movimentos sociais, com os partidos políticos, com as ONGs e com o governo.

Elizabeth Souza Lobo (2011), além de estudiosa do tema, foi importante parceira na formação das mulheres sindicalistas, enxergou no Novo Sindicalismo um terreno fértil para isso. Nesse período, houve um aumento expressivo da participação das mulheres no mercado formal de trabalho, reconfigurando assim a classe trabalhadora. Essas mudanças afetaram também a vida das mulheres, pois, apesar das desigualdades, elas adquiriram autonomia financeira, mudaram de comportamento e se aproximaram dos sindicatos⁵⁵.

Paralelamente, o movimento de mulheres estava no contexto daquilo que Eder Sader (1988) chamou de “novos atores sociais”. Na luta por moradia, por creche, ou em apoio à greve dos metalúrgicos, as mulheres foram (e ainda são) presença marcantes nos diversos movimentos sociais. Nesse mesmo contexto, as feministas advindas da academia ou de movimentos sociais aproximaram-se das trabalhadoras com o objetivo de sincronizar teoria e prática, fortalecer suas lutas e ampliar suas organizações e a consciência feminista (Delgado, 1996).

Assim, o Novo Sindicalismo vinha ao encontro dos anseios de mulheres e homens que, em combate ao sindicalismo pelego e atrelado ao Estado, pregavam a liberdade e autonomia sindical. Reivindicavam o fim da ditadura militar e melhoria das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora (Recoaro et. 2020; Santos Jr. Menezes, 2019).

⁵⁵ Para Souza Lobo, como também observa Lima et al. (2006: 22), a renovação das práticas sindicais teve papel fundamental no surgimento do discurso das operárias, ao mesmo tempo em que o discurso das mulheres emergia publicamente através do movimento de mulheres e dos grupos feministas.

A CUT nasceu em 1983, no Congresso de fundação denominado 1º Conclat – Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, e em 1984 foi realizado o 1º Concut – I Congresso Nacional da CUT, ambos com mais de 5 mil delegados e delegadas. O registro da delegação por sexo passa a valer a partir do 2º Concut, no qual as mulheres representavam 24% da delegação.⁵⁶

Tabela 1 - Participação das Mulheres nos Congressos Nacionais da CUT

CONCUTs Ano	TOTAL DELEGADOS/AS	MULHERES %
Fundação 1983	5.054	--
1º / 1984	5.260	--
2º / 1986	5.564	24%
3º / 1988	6.218	24,1%
4º / 1991	1.546	18,3%
5º / 1994	1.918	24,6%
6º / 1997	2.140	27,5%
7º / 2000	2.309	31,2%
8º / 2003	2.712	32,12%
9º / 2006	2.491	32,28%
10º / 2009	2.299	37,97%
11º / 2012	2.322	41,95%
12º / 2015	2.154	43,3%
13º / 2019	1.705	43,2%

Fonte: CEDOC/CUT, Resoluções de Congressos. Elaborado pela autora.

Na Tabela 1 observa-se uma significativa redução no número absoluto de congressistas no 4º Concut, uma queda em torno de 4.600 delegados em relação ao 3º Concut, devido a mudanças estatutárias que afetaram a natureza político sindical dos encontros cutistas: deixa de ser um congresso de massa para ser um congresso de vanguarda⁵⁷. Com esta mudança, em um primeiro momento, observa-se uma

⁵⁶ No I CONCUR não foi registro da participação dos delegados e delegadas por sexo.

⁵⁷ O terceiro congresso da CUT, como já mencionei em nota, foi paradigmático, segundo Iram Jácome, pois as mudanças estatutárias e administrativas feitas no congresso anterior foram aplicadas sob intensos e calorosos debates. Um deles diz respeito ao número de delegados e delegadas, que passaria a ser defenido pelo número de sindicalizados na base, em vez de ser pelo número de

inflexão negativa na participação das mulheres de 24,1% para 18,3%, o que nos leva a deduzir que, proporcionalmente, a participação da bancada feminina nos congressos da CUT foi mais afetada por esta mudança de orientação política sindical do que a bancada masculina. Contudo, o percentual de participação feminina em torno de 24% dos delegados, verificado nos primeiros encontros da Central, se recupera a partir do 5º Concut e supera o patamar de 43% nos 12º e 13º Concuts, devido ao clima que se formou em torno do debate sobre aprovação e aplicação da paridade. O Coletivo Nacional de Mulheres da CUT sob orientação da SNMT fez gestão junto aos sindicatos para cumprimento de no mínimo, da cota de 30% e dependendo da categoria, a superação dessa marca (CUT, 2013).

No ano de fundação, em 1983, as mulheres já reivindicaram a criação de um Departamento das Mulheres, mas perderam a votação em plenário. Contudo, a partir daquele mesmo ano, mantiveram-se organizadas e, na maioria das vezes, unificadas entre as diversas tendências políticas para se fazerem presentes e ativas nas instâncias decisórias da CUT.⁵⁸

A Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora (CNQMT) da CUT é criada a partir do 2º Concut, em 1986, no auge das grandes greves e do fortalecimento da esquerda no Brasil, cuja maiores expressões representativas eram o Partido dos Trabalhadores (PT) e a própria CUT. Neste mesmo período, as mulheres contrariam aqueles, e até mesmo aquelas, que as acusavam de dividir a classe trabalhadora com a criação desses espaços voltados para as questões de gênero.⁵⁹

Nas próximas seções deste capítulo, para apresentar a organização das mulheres na CUT, optei por analisar três processos⁶⁰ que, a meu ver, não se esgotam em si mesmos, mas que perduram ao longo do tempo e se fazem presentes

trabalhadores na base, ou seja, participa quem pode pagar, o que compromete o caráter democrático e de massa que vinha sendo praticado nos congressos anteriores.

⁵⁸ Mesmo não sendo aprovada, a proposta de criação do Departamento de Mulheres no I Conclat demonstra a convicção das mulheres de que a democratização dos espaços políticos, em uma sociedade que se desejava justa e igualitária, exigia o respeito às diferenças e à diversidade. (Lima et al., 2006:13).

⁵⁹ No livro de comemoração dos 20 anos da organização das mulheres na CUT é latente a necessidade das mulheres que estiveram à frente desse processo de organização revelarem “toda a dor e toda a delícia” de serem e estarem nesses espaços. A obra é um sinal de alerta de quem tem plena consciência do risco do apagamento histórico das mulheres na construção da maior central sindical do país. O livro é também uma forma de alertar sobre os riscos do retrocesso, caso as novas lideranças não venham a se apropriar das conquistas, por mais modestas que possam parecer (Lima et al., 2006).

⁶⁰ Processos esses entendidos aqui como “transição ou série de transições entre uma condição social e outra” (Dicionário de Ciências Sociais)

atualmente: o da organização, o das lutas e das conquistas. Esses processos visam provocar transformações em direção às relações mais igualitárias de gênero, dentro e fora do movimento sindical; no entanto, como todo movimento por mudanças, provocam reações e resistências.

Em outras palavras, o processo de organização em um ambiente adverso exige, das dirigentes, estratégias de manutenção e ampliação dos espaços. O processo de lutas, por sua vez, confronta-se com as barreiras impostas pela secundarização das pautas identitárias e limites de participação nos espaços de poder. Por fim, processo de conquistas se abre para novos desafios, diante da enorme lacuna para se alcançar a tão almejada igualdade de relações de sexo ou gênero⁶¹. Isso sem considerar que as mudanças conjunturais podem colocar por terra as conquistas alcançadas até o momento.

4.1. Processo de organização: pela inserção, formação e unidade

Na publicação sobre os 20 anos de política de gênero na CUT, as dirigentes marcam suas estratégias de organização em pelo menos três pontos muito evidentes: da inserção, da formação e da unidade (Lima *et al.*, 2006). Nesta seção do trabalho, vou me apoiar nesses pontos para apresentar, tanto essa auto-organização das sindicalistas no interior da CUT como as estratégias de sobrevivência na Central.

A primeira forma oficial de organização se deu com a criação de uma comissão sindical por iniciativa de um coletivo de mulheres (dirigentes e feministas). A primeira comissão foi chamada de Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora (CNQMT), ligada à Secretaria de Políticas Sindicais, nasceu em 1986, no 2º Concut.

A expressão “sobre a questão” da mulher trabalhadora foi utilizada como uma estratégia para não fazer desse espaço um gueto isolado das demais políticas da CUT, isto é, para que as especificidades das mulheres fossem tratadas do ponto de vista da ação sindical (Lima, 2005). Ao mesmo tempo, mostrava-se como um formato

⁶¹ Sobre o uso dos termos relações de gênero ou relações de sexo, é importante destacar a polêmica em torno das diferentes abordagens, especialmente as travadas entre as feministas norte-americanas e as francesas. Ver no verbete *Sexo e Gênero* no Dicionário Crítico do Feminismo (Hirata, *et al.*, 2009).

menos ameaçador diante das acusações de que as mulheres dividiam a classe⁶², pois não se tratava de uma comissão “de” mulheres, e sim “sobre as questões” de mulheres.

Mais do que um detalhe semântico, o nome foi escolhido para tentar demonstrar ao conjunto de participantes da CUT que as mulheres não reivindicavam um espaço exclusivo e guetizado de articulação feminina, marginalizado pelas direções sindicais, mas um espaço de geração de políticas sobre uma temática – a questão da mulher trabalhadora – que consideravam pertinente ao conjunto do movimento sindical (Delgado, 1996:56).

Passados alguns anos, a CNQMT perde a vinculação com a Secretaria Políticas Sindicais e passa para o guarda-chuva da Secretaria de Políticas Sociais, secretaria essa criada no 3º Concut. As mulheres da CUT resistiram em migrar para essa secretaria alegando que a questão da mulher ainda não tinha sido incorporada pela Central, enquanto uma política sindical. Mas, conforme descreve Delgado (1996), essa não era uma estratégia prioritária para a CNMT, pois já havia uma demanda por uma secretaria própria, das mulheres. Além disso, neste mesmo período, abandona o termo “questão” e passa a ter status de direção executiva, ou seja, passa a frequentar as reuniões da Direção Executiva Nacional. Essas deliberações surgiram em resposta à ofensiva das mulheres nos inúmeros debates sobre as cotas e para evitar a criação de uma secretaria com orçamento próprio⁶³, e também para “compensar” a saída da CNMT da Política Sindical para a Secretaria de Política Sociais.

Em 2003 foi criada a Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora (SNMT), no 8º Concut. Pode-se dizer que quase vencida pelo cansaço daquelas que

⁶² Os estudos de Beth Lobo (2011) não deixam de ser uma resposta de que, em vez de acusarem, os sindicalistas deveriam reconhecer que a “Classe Trabalhadora tem dois sexos” – título do livro da autora.

⁶³ Por longos anos se arrastou a polêmica: as mulheres deveriam se organizar por comissão ou por secretaria? As tendências políticas no interior da central não tinham posicionamento fechado a respeito disso, porém a corrente majoritária, a Articulação, na sua maioria, era a favor da manutenção da Comissão, sob a justificativa das conquistas obtidas nesse formato (executiva, cotas e creche) e da liberdade de circulação e interação com outras secretarias, como formação, por temer a burocratização da luta e a formação de guetos. Por outro lado, as defensoras da criação de secretaria eram na sua maioria da CSC – Corrente Sindical Classista, tendência ligada ao Pcdob, que já tinham tradição nesse formato de organização e alegavam que a secretaria daria mais poder para as mulheres, por meio de recursos em pé de igualdade com as demais secretarias.

defendiam a manutenção da Comissão, pois essa polêmica tomava boa parte dos congressos e já não havia mais novidades nos argumentos, tanto a favor como contra a criação da Secretaria. Contudo, pouca coisa mudou entre esses dois formatos, pois a Comissão já tinha adquirido respeito, visibilidade e recursos (contava até com assessoria própria) suficientes para intervir nos diversos espaços dentro e fora da Central.

Independentemente do formato – de saber se é comissão ou secretaria – ou do conteúdo – se incide “sobre a questão” ou “da mulher trabalhadora” –, uma coisa não mudou: o Coletivo Nacional de Mulheres, como parte da SNMT, permaneceu ativo desde sua gênese. No início, com participação mais livre de mulheres sindicalistas ou não, oriundas de movimentos sociais, feministas ou intelectuais, conforme relata em entrevista uma destacada militante feminista:

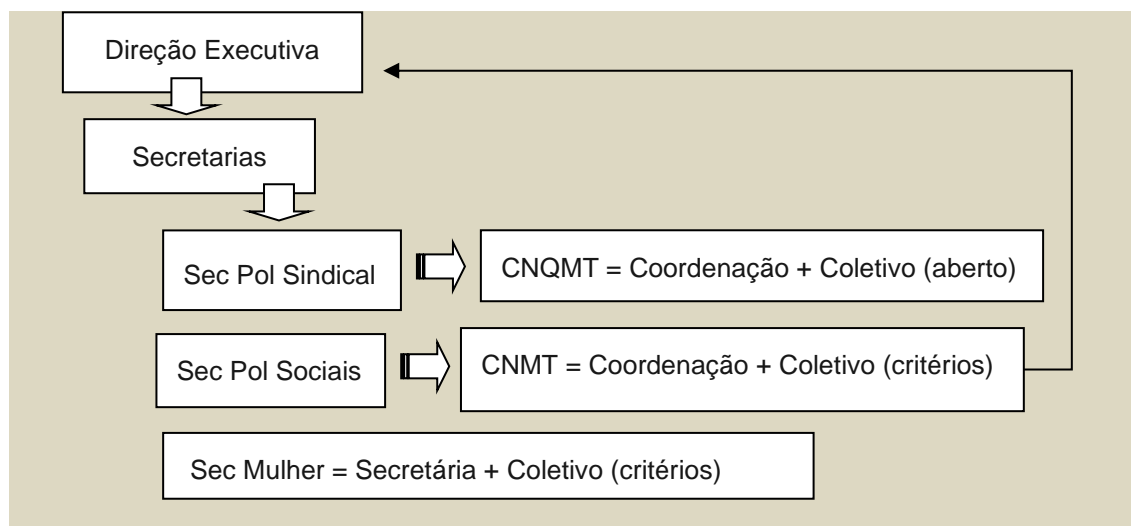
A gente fazia muitas oficinas sobre saúde da mulher, mas a gente discutia os temas do feminismo. E no 8 de Março de 86, a gente, em um dos grupos, que era mulher e trabalho, tinha interesse em entrar mais nesse tema do trabalho. No grupo mulher e trabalho a gente conversou sobre o fato que naquele ano ia ser o congresso da Cut. E começamos então, e tiramos ali, naquele grupinho, de fazer alguma coisa pra ter alguma discussão no congresso da Cut. [...] Num primeiro momento eu fui parte da Comissão, como integrante, para tentar organizar as reuniões [...] era meio aberto o formato da Comissão, só mais tarde que foi tendo uma estrutura [...] mas nesse primeiro momento que a gente tinha uma organização ainda mais movimentista, nesse sentido, que a gente estava contando meio com quem apareceu no trabalho lembrando muita gente passou pelas primeiras reuniões da comissão de mulheres da Cut, que depois não ficou (FE3, 2018).

A fim de envolver os ramos profissionais⁶⁴ e regulamentar o funcionamento do Coletivo Nacional de Mulheres da CUT, ficaram estabelecidos os seguintes critérios de participação: uma representante por tipo de organização, horizontal (CUTs estaduais) e vertical (ramos de atividade); ademais de contar com a livre presença de mulheres que compõem a direção da executiva, identificadas ou não com as questões de gênero. Com uma certa regularidade de reuniões, o coletivo constitui-se em um espaço de reflexão e formulação política, além de formar muitas mulheres que ganhavam projeção em suas entidades de origem, pois passavam a falar e

⁶⁴ Conforme Estatuto, as Confederações e as Federações Nacionais por ramo de atividade constituem instâncias organizativas da estrutura da CUT, e representam as seguintes atividades profissionais: metalúrgico, químico, educação, vestuário, seguridade social, transporte, vigilantes, servidor público federal, servidor público municipal, técnico universitário, alimentação, construção, comércio, financeiro, agricultura familiar, setor público rural, processamento de dados, jornalista, aposentados e empregado público estadual.

encaminhar demandas em nome de uma organização nacional. “As estratégias e as metodologias de trabalho adotadas tiveram como resultado a incorporação pela CUT, atualmente, da perspectiva de gênero na sua política sindical e na sua estrutura vertical e horizontal” (Lima *et al*, 2006:13).

Figura 2: Esquema da organização da Comissão/Secretaria de Mulheres por vínculo de secretaria na Direção Executiva



Fonte: Elaborado pela autora.

Portanto, era muito importante para essas mulheres uma forma organizativa que tivesse como estratégia a ocupação, a ampliação e a consolidação de espaços (Delgado, 1996: 58). Já para as autoras Ledwith e Walsh (2017), a ação de mulheres diante daquilo que elas chamam de “déficit de democracia de gênero”, tem como estratégia “Os Três R’s”: reconhecimento, representação e recursos.

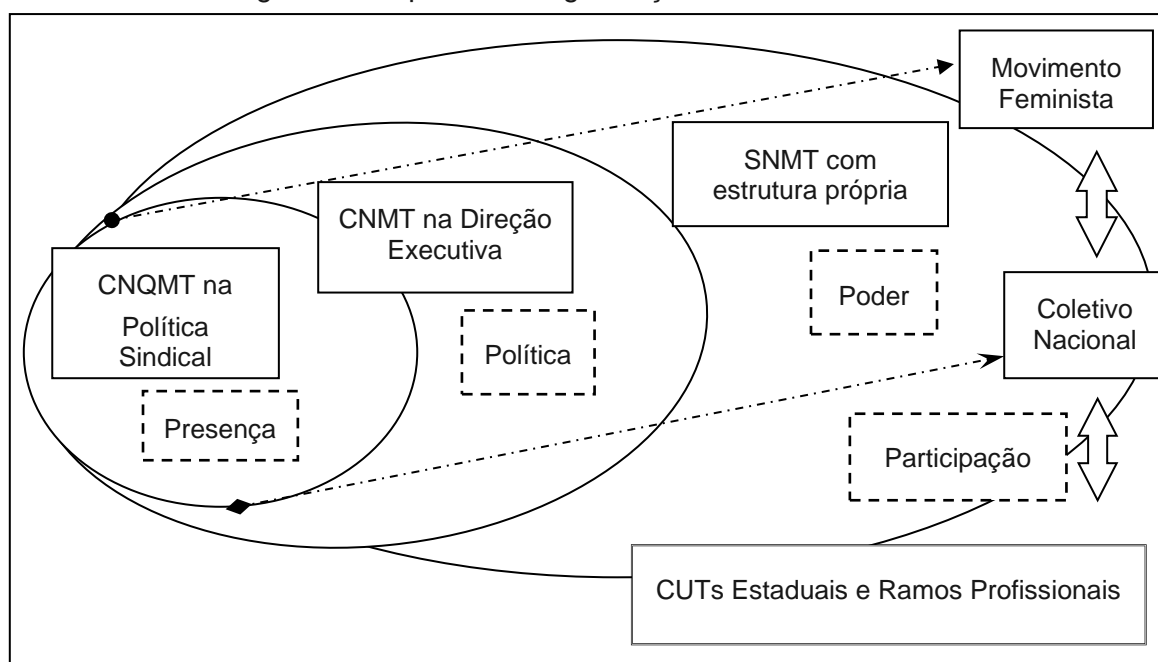
Mulheres querem ter reconhecidos seus direitos a tratamento igualitário e paridade com os colegas homens; ter suas vozes e afiliações representadas em seu sindicato; e em terceiro lugar, essas demandas necessariamente envolvem realocação de recursos dos sindicatos (Ledwith e Walsh, 2017: 301).

Inspirada nas categorias criadas a partir dessas análises, essas duas estratégias apresentadas se somam e resultam na organização das sindicalistas da CUT, aquilo que chamarei de “Quatro Ps”: *presença, política, poder e participação*. Isso porque, ao ocuparem ou exigirem reconhecimento, com a criação da CNQMT, as mulheres sindicalistas conseguem marcar *presença* e quebram a hegemonia

masculina. Quando a CNMT adquire *status* de Secretaria e conquista um assento na Direção Executiva, elas ampliam sua influência e representação, e dessa forma é testada sua força *política* na estrutura. Com a instituição da SNMT, as mulheres consolidam sua organização, com recursos próprios, e conquistam um espaço de *poder*, mesmo que relativo, como veremos adiante.

Por fim, a atuação do Coletivo Nacional e a parceria com o movimento feminista, desde o início, possibilita uma *participação* ativa de mais mulheres em todo o processo, democratizando as decisões e formulações na política de gênero da CUT.

Figura 3: Esquema de organização das mulheres na CUT



Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme o Figura 3, as esferas representam, tanto a forma de organização das sindicalistas, como a potência política que vai se ampliando ao longo do tempo e dos processos de constituição das três diferentes estruturas: CNQMT – CNMT – SNMT. Para cada uma delas, destaquei a principal marca em termos de organização: presença, política e poder.

Na primeira, a presença foi para demonstrar que “a classe trabalhadora tem dois sexos”. Na segunda, foi possível testar o potencial político das sindicalistas, ao quebrarem protocolos com assento na executiva. E a terceira culmina com a

consolidação de um espaço de poder equivalente ao das outras secretarias, pelo menos em termos de *status* e recursos.

As duas linhas pontilhadas paralelas às formas de organização indicam a trajetória do movimento feminista e do Coletivo Nacional. O movimento feminista, nos primeiros momentos, participou de forma orgânica da construção da organização das mulheres na CUT e atuou em consonância com o Coletivo Nacional de Mulheres. É considerado como o primeiro modelo de coletivo em torno de um tema na Central. Existe uma interação, uma troca constante de experiências e conhecimento entre o movimento feminista e o Coletivo Nacional, com forte repercussão na estrutura da CUT, tanto horizontal como vertical, ou seja, nas CUTs estaduais, nos sindicatos e nos ramos de atividade. Essa interação promove a participação de mais mulheres nessa dinâmica de organização, fechando assim o quarto “P” (Participação) daquilo que chamo de Quatro Ps que estruturam a organização de mulheres sindicalistas na CUT.

4.2. Formação: a teoria como aliada

Com a conquista de um espaço de auto-organização das mulheres na CUT, era preciso garantir sua funcionalidade, permanência e expansão, por meio, tanto da CUT nacional como dos Estados e sindicatos, a partir dos ramos de atividades. Caso contrário, essa estrutura não teria sustentação, pois, em termos numéricos, contava com poucas mulheres nas direções sindicais. Por esse motivo, a expansão teria que se dar de diferentes maneiras.

Uma estratégia bastante citada pelas dirigentes foi investir na formação política e estabelecer parceria com a Secretaria Nacional de Formação, a fim garantir não só maior participação de mulheres nos cursos, mas também de interferir no conteúdo dado com recorte de gênero para os diversos temas. O investimento na formação ou mesmo na educação formal é visto como uma maneira de romper barreiras, tanto no mercado de trabalho (onde as mulheres são em média mais escolarizadas que o homem), como no movimento sindical, para suprir uma suposta lacuna entre

mulheres e homens, que os colocam em melhor posição de poder, sob a justificativa de que “elas não estão preparadas”.⁶⁵

A formação política, portanto, permitiu alinhar aquisição de conhecimento com transversalidade de gênero, na medida em que as sindicalistas interferiam no conteúdo dado, conforme declaração feita em entrevista com o ex-diretor executivo (5)⁶⁶ da CUT Nacional, que atuou durante muitos anos como formador.

Enquanto secretário de formação sindical da CUT São Paulo, essa ligação muito forte com a pauta das mulheres, do ponto de vista da negociação coletiva, mas também do ponto de vista da disputa interna. Na disputa interna em que sentido? Na ocupação de espaço, na necessidade de debater, digamos, estamos em pleno debate formativo da questão das cotas, com posições absolutamente divergentes na CUT naquele momento. Debates muito calorosos do ponto de vista da discussão da participação das mulheres no movimento sindical. E acho que a formação tinha ou teve um papel importante, que foi trazer a luz ao debate. [...] As mulheres nos provocavam a ter que fazer esse debate com a questão da dupla jornada, primeiro com as creches [...] A formação passa ou passou, me chamou atenção, por um conjunto de debates que eu diria nessas duas visões: uma com a pauta das mulheres [...] outra das cotas (ex-DE5, 2019).

Maria Ednalva, primeira dirigente a assumir a SNMT, em um texto intitulado “A formação sindical e as relações de gênero”(Lima *et al.*, 2006), ponderou sobre a importância da formação para a consolidação da organização das mulheres e para o desenvolvimento de uma metodologia que valorizasse sua história de vida e interagisse com a produção acadêmica existente: “A CNMT vivenciou, no período de 1989 a 1991, um processo de formação em nível nacional com mulheres das cinco regiões do país, concebido como um espaço de educação para as mulheres” (Lima *et al.*, 2006:89).

A relação entre sindicalistas e acadêmicos, em média, é marcada por tensões e conflitos, pois diante da crítica acadêmica os sindicalistas tendem à defensiva e, até

⁶⁵ Durante minha experiência como representante do Coletivo Nacional de Mulheres da CUT, pude observar que é muito comum ouvir, de homens e mulheres, que muitas de nós não estavam “preparadas” para assumir tarefa ou função de destaque, e que por isso não estavam nos postos de mando. Em contraposição a isso, em um encontro do coletivo, coordenado por Ednalva Bezerra, quando se discutia ocupação de cargos *versus* experiência ou qualificação, uma dirigente disse: “Nós só teremos igualdade de oportunidade na direção da central no dia em que uma mulher medíocre ocupar um cargo de poder na CUT. Porque temos tantos homens medíocres nessas posições, e ninguém questiona a mediocridade deles.”

⁶⁶ Conforme explico no capítulo 5 desta tese, para preservar o anonimato das pessoas entrevistadas (Quadro 9), serão apresentadas da seguinte forma: coordenação da CNMT (ex-CO); direção executiva de mandatos passados (ex-DE); direção executiva atual (DE); militantes feministas (FE). Cada grupo receberá uma numeração aleatória e o ano que a entrevista foi realizada.

mesmo, ao ressentimento. Os dirigentes sindicais acusam os intelectuais de “militantes de gabinete”, distantes da realidade que estudam⁶⁷. Já com as mulheres sindicalistas, esse elo foi facilitado graças ao feminismo, e foi se estabelecendo uma relação de confiança, cumplicidade e parceria com as intelectuais – a exemplo de Beth Lobo, Helena Hirata, Ângela Araújo, Maria Bethânia Ávila, Eleonora Menecucci, Marilane Teixeira, entre muitas outras. Por isso, ao tomarem contato com certos conceitos e teorias advindas do feminismo acadêmico, em contraste com a realidade vivida no movimento sindical, elas vão dando novos significados às suas próprias vidas.

Souza Lobo (2011) também reconhece a importância da contribuição do feminismo na elaboração e produção de textos e documentos que “analisavam, descreviam e denunciavam” a condição de opressão vividas pelas mulheres. Isso, aliado às suas experiências práticas, serviu para aprimorar uma consciência feminista e de classe.

Essa constante dissolução da divisão tradicional do trabalho político, dissolução das fronteiras entre o pessoal, o político, o teórico e a prática, tornou-se o principal desafio do movimento das mulheres daí em diante: uma exigência de recriação continuada de suas práticas (Souza Lobo, 2011:214)

Não me proponho, aqui, a aprofundar os conceitos ou a contribuição teórica da literatura disponível, visto que procuro demonstrar como os principais conceitos foram sendo incorporados no repertório das dirigentes (e dos dirigentes) e seus efeitos práticos nas políticas de gênero da central. Refiro-me, sobretudo, aos conceitos de gênero, transversalidade, empoderamento, divisão sexual do trabalho e, mais recentemente, interseccionalidade.

Mary Castro (2001) refuta a ideia de que não haveria articulação entre teoria e prática feminista no Brasil e defende que o feminismo acadêmico ou de corte intelectual é um tipo de movimento social. Ela considera dois dos principais conceitos da academia “gênero” e “empoderamento” advindos especialmente das feministas dos EUA, para verificar como os movimentos sociais e sindicatos se apropriaram e

⁶⁷ O caso mais emblemático desse tipo de conflito entre estudiosos e sindicalistas é com um dos mais importantes e primeiros teóricos do sindicalismo: Leoncio Martins Rodrigues. Em diversos momentos foi para imprensa atacar a CUT – ver matéria na Folha de S. Paulo do dia 15/05/1995 intitulada “Manifestações da CUT são fascistas, diz Leôncio Martins” disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/15/brasil/4.html>.

ressignificaram esses conceitos no Brasil, com base em realidades, que ela chama de transculturais.

Nos anos 1990, o conceito de gênero foi bastante discutido no interior do movimento sindical cutista. Foi a partir de leituras e contato com a literatura feminista dos EUA (Scotti, 1995) que as sindicalistas puderam perceber de forma mais didática o significado da célebre frase de Simone de Beauvoir: “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

O conceito de gênero como categoria relacional entre o masculino e feminino tirou a mulher do isolamento e desfez o mito da naturalização das diferenças. Foi bastante oportuno incluir o homem no debate, pois, diferentemente de um movimento exclusivo de mulheres, o movimento sindical é historicamente masculino, portanto, as mulheres viram uma chance de buscar aliados no sindicalismo.

Uma forma de ilustrar os efeitos da incorporação do conceito de gênero no meio sindical é o trecho abaixo, assinado por um dirigente sindical homem, Marcio Kieller, intitulado “A Construção da consciência de gênero nos homens, fomento da luta por uma sociedade igualitária”:

O cerne da questão de gênero está ligado à construção de uma consciência de gênero principalmente para os homens. E fundamental que se entendam as relações sociais atuais de forma diferente das sociedades arcaicas e tradicionais onde as mulheres tinham um papel subalterno social, política e principalmente economicamente. [...] Essa consciência de gênero deve ser amadurecida principalmente em nós, homens, para que consigamos romper com a sociedade culturalmente machista em que fomos criados (Kieller, 2015).

Ao mesmo tempo, as dirigentes buscavam convencer que os homens também podem ser vítimas das relações sociais de gênero, pois, apesar de serem socialmente construídos para mandar, também vivem a opressão imposta pela sociedade, que espera deles sucesso, virilidade e brutalidade e que os condena ao fracasso, se não apresentarem essas características. Em que pesem as polêmicas em torno do conceito, se tira ou não a mulher do foco do debate e das lutas contra opressão, o termo gênero persiste nas análises e discursos das direções sindicais.

Outra importante contribuição para reflexão e prática das sindicalistas diz respeito ao uso da “transversalidade” de gênero e raça como estratégia de combate às desigualdades. Isso significa que, para cada tema definido como prioritário para a

central (a exemplo de salário, condições de trabalho, jornada, previdência), era necessário acrescentar o recorte de gênero e raça.

Para romper com as desigualdades vividas pelas mulheres em todos os âmbitos da sociedade, a Central Única dos Trabalhadores, a partir do debate sobre a necessidade de construir espaços que visem garantir as especificidades das mulheres, como também a transversalidade da política de gênero nas diversas políticas da Central, constituiu em suas instâncias verticais e horizontais, Secretarias da Mulher Trabalhadora (CUT, 2009:50).

O motivo disso é que as mulheres conseguem se fazer presentes nos espaços, porém suas pautas, temas e problemas permanecem invisíveis, como política da central. Reafirmar a necessidade de transversalizar gênero e raça nos diversos espaços e temas da CUT coloca em evidência os prejuízos desses segmentos em diferentes campos e a necessidade de buscar políticas para combatê-los.

O “empoderamento” foi outro tema/conceito que se popularizou entre as dirigentes e virou uma espécie de palavra “da moda”, advinda também das feministas dos EUA. Visto com uma certa desconfiança por parte das sindicalistas da CUT, por soar liberal nos seus propósitos, de qualquer forma, o termo ajudou a compreender que “não basta carregar o piano”, é preciso poder tocar também. O fato de estar ou não “empoderada”, ou de ser ou não “empoderada”, gerou uma série de outras reflexões, que permanecem em aberto, como exemplos: O que é poder? Que poder queremos? As mulheres têm uma forma diferente de exercê-lo?

Quando aparece a palavra empoderamento, parece que é a palavra mágica. Que eu acho que é a mesma coisa de quando aparece gênero como categoria de análise, é como se gênero fosse resolver todos os problemas das questões da opressão e da exploração das mulheres. Eu acho que a gente, primeiro, tem que garantir que as mulheres estão no poder. Pra você falar em empoderamento, é preciso considerar que as mulheres chegaram ao poder (Golçalves, 2013: 05).

As reflexões sobre a “divisão sexual do trabalho” exigiam mais tempo e dedicação das dirigentes para se apropriarem dos seus efeitos na vida de homens e mulheres, devido sua complexidade de análise e conexões possíveis. Apesar dos esforços da coordenação para fazer as sindicalistas refletirem e formularem políticas de redução de impactos que a divisão sexual do trabalho traz, o tema não se popularizou entre elas.

Diante disso, a então coordenadora da CNMT, Ednalva Bezerra da Silva, propôs, em 2001, a criação de um núcleo de reflexão chamado Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Mundo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo⁶⁸, composto por sindicalistas, militantes feministas, pesquisadoras e acadêmicas (Costa, et al. 2010). A principal repercussão desses debates girou em torno da luta pela regulamentação do trabalho doméstico remunerado e da necessidade de ratificar a Convenção 156 da OIT⁶⁹, que trata da divisão do trabalho reprodutivo entre homens e mulheres.

Por fim, a “interseccionalidade”, que surge com força no último período, com a ascensão do feminismo negro, reforça a estratégia adotada quando do debate da “transversalidade” de gênero, raça e classe. Agora, com um componente mais subjetivo e identitário, expresso no “lugar de fala”, desafiando as mulheres brancas a rever o seu lugar de privilégio na sociedade, ou na imposição de suas pautas de lutas, feministas ou sindicais (Collins, 2019).

A CUT criou a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo durante o 10º Concut, em 2009, tendo sempre uma mulher à frente dessa secretaria. As sindicalistas participaram ativamente do processo de construção da Primeira Marcha das Mulheres Negras em Brasília, em novembro de 2015. Também durante o 10º Concut foram criadas as secretarias de juventude, meio ambiente e saúde, todas elas sob a titularidade de mulheres e responsáveis por temas vistos como interseccionais.

O investimento e a ofensiva das mulheres da CUT sobre as políticas de formação sindical serviu tanto para suprir uma lacuna das mesmas quanto ao conhecimento acumulado pelos homens, como também para intervir na forma e no conteúdo com recorte de gênero. Porém para “mudar a vida das mulheres” não poderiam parar aí, era preciso disputar tanto a política de organização da CUT, como as pautas da Central.

⁶⁸ Esse núcleo realizou cinco seminários nacionais, de 2001 a 2009. Desses seminários foram publicados cinco livros: *Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero* (2001); *Reconfiguração das Relações de Gênero no Trabalho* (2004); *Transformando as relações de trabalho e cidadania: produção, reprodução e sexualidade* (2007); *Reflexões Feministas sobre Informalidade e Trabalho Doméstico* (2008); *Divisão Sexual do Trabalho, Estado e Crise do Capitalismo* (2010) (Costa, et al. 2010).

⁶⁹ “Esta Convenção aplica-se a homens e mulheres com responsabilidades com relação a seus filhos dependentes, quando estas responsabilidades restringem a possibilidade de se prepararem para uma atividade econômica e nela ingressar, participar ou progredir”. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_242709/lang--pt/index.htm

4.3. Da unidade: “mulheres são como as águas, crescem quando se juntam”⁷⁰

As disputas entre as correntes políticas no interior da CUT sempre foi uma realidade, e as mulheres não estavam imunes a isso. Porém, sempre se buscou unidade entre elas, quando se tratava das questões de gênero. Tinham consciência de que só avançariam na ocupação dos espaços e na pauta política se não se mostrassem publicamente divididas. Poderiam até divergir entre elas, mas ao se posicionarem publicamente deveriam mostrar unidade entre as forças políticas⁷¹.

[...] Então essa coisa da unidade, da solidariedade entre as mulheres ela é determinante para poder avançar em qualquer tema no interior do movimento sindical. Porque uma coisa é você militar no movimento feminista, onde somos todas mulheres, e até podemos brigar entre nós no espaço, no movimento feminista. Outra coisa é tu militar num espaço misto, porque tu tens que conviver com as contradições da gente, mulheres, pensar diferente até mesmo porque a gente milita em correntes diferentes. Mas saber que a gente não pode estimular ou dar vasão à política dos homens, porque, por mais que sejam companheiros, são machistas vindo de uma sociedade machista. E para eles o melhor dos mundos é que eles continuem predominando no planeta (ex-DE8, 2018).

Delgado (1996) explica que essa unidade foi muito importante para garantir autonomia das mulheres nos seus espaços de atuação e decisão. Na medida em que a CNMT adquiria importância e destaque, corria-se o risco de que ela fosse transformada numa espécie de moeda de troca entre as tendências a fim de acomodar interesses políticos. Essa unidade serviu também para impor autoridade quando o assunto fosse, por exemplo, indicação para experiências internacionais. Portanto, era a partir do debate interno entre as mulheres que se elegia a coordenação, a indicação de experiências internacionais e de participação em cursos

⁷⁰ Palavra de ordem muito utilizada pelos diversos movimentos feministas, em especial na “Marcha das Margaridas”, devido a questão agroecológica.

⁷¹ Sobre as tendências políticas no interior da CUT, ver RODRIGUES, L. M. CUT: os militantes e a ideologia [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. 133 p. ISBN 978-85-7982-024-3.

relacionados ao tema gênero. Temia-se que os nomes indicados pela Executiva da CUT não tivessem compromisso em tocar as políticas de gênero tiradas na CNMT, mesmo que fosse uma indicação de mulher.

Entrevistada por mim, a ex-coordenadora (1) da CNMT recorda duas situações para ilustrar tipos de poder exercido por mulheres na CUT Nacional, sem exatamente verbalizar como sendo tipos distintos: o primeiro, limitado pelo isolamento da dirigente, e o segundo, um poder advindo da coletividade. A primeira situação se passa com uma diretora executiva da CUT, que vinha de uma categoria importante, e tinha um forte aliado nos principais cargos de comando da CUT. Porém, segundo a entrevistada, a diretora “se queixava dos limites e da solidão no exercício do poder” (ex-CO1, 2018). Enquanto a coordenadora da CMNT à época, vinha de um Estado pouco expressivo, de um sindicato pequeno, era feminista e lésbica (motivo de gozação entre os homens), contava com mais poder que a primeira, porque tinha apoio massivo das sindicalistas para ocupar a Comissão da Mulher Trabalhadora, com assento na executiva apesar de não possuir status para isso.

A unidade das mulheres do campo e da cidade teve destaque importante no início da formação da CNMT. As trabalhadoras rurais tinham (e ainda têm) tradição de organização mesmo antes de se organizarem em sindicatos. No 1º Concut, consta uma resolução, na *Plataforma de Luta*, contra todo e qualquer tipo de discriminação contra os negros, as mulheres e as minorias; e defendeu-se também que a mulher do meio rural, mesmo não sendo empregada, devia ser reconhecida como uma trabalhadora rural, com os mesmos direitos do homem empregado, e não como uma simples doméstica⁷² (CUT, 1984).

Em seção reservada para as trabalhadoras rurais, na publicação de comemoração de 20 anos da SNMT, intitulada “Igualdade na Diversidade”, consta que esse processo de unidade foi marcado por tensões e choques culturais relacionados com comportamentos em reuniões, assim como com a disponibilidade de recursos, até às formulações de pautas.

Nossa preocupação principal era reforçar a organização das mulheres, sem prejuízo das multiplicidades de práticas. As trabalhadoras rurais vinham de um processo de organização por fora dos sindicatos e precisavam romper

⁷² Até o 3º Concut existia uma secretaria voltada exclusivamente para os rurais, e o setor também comparecia em peso nos congressos da central.

barreiras para conseguirem até mesmo o direito de se sindicalizarem. Entraram nos sindicatos, mas desconfiavam deles (Lima et al., 2006: 39).

Delgado (1996) destaca que essa parceria entre sindicalismo e feminismo era vista como ameaça para a direção da central, que obedecia a uma estrutura mais rígida, hierárquica e burocrática de organização, em contraste com outra mais flexível, plural e horizontal, dos movimentos feministas. Por esse motivo, foi estabelecido, no processo organizativo da CNMT, que as sindicalistas poderiam militar nos movimentos feministas, desde que levassem as orientações da CUT, e que as feministas sem vínculo sindical não poderiam compor a CNMT porque esses espaços eram reservados para as entidades sindicais.

Independentemente das atividades em torno do Coletivo Nacional, ou melhor, para além delas, a relação das sindicalistas e feministas passa historicamente pelos atos de rua e pelas manifestações do 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Sob a orientação e coordenação da Comissão ou Secretaria de mulheres da CUT, as mulheres da CUT participam ativamente, desde a organização desses atos, até dos próprios atos que acontecem em todo o Brasil e que se têm tornado de massa nas principais capitais.⁷³ A CUT produz cartazes, camisetas, jornais e panfletos para serem distribuídos pelas entidades sindicais em suas bases, com eixo político de acordo com o contexto de cada ano⁷⁴.

4.4. Das lutas: processo de transformação começa com as cotas

A primeira grande demanda, pode-se dizer assim, foi por organizar mais mulheres nos sindicatos, ou seja, aumentar o número de mulheres nas entidades. Era importante promover encontros, reflexões e criação de coletivos, comissões em toda a estrutura sindical para irradiar as políticas, as campanhas e as orientações formuladas pelo Coletivo Nacional de Mulheres da CUT.

⁷³ Participam da organização e realização dos atos, em parceria com diversas entidades e movimentos feministas, mobilizando mulheres e homens das entidades sindicais. Antes os homens falavam nos atos de 8 de março, conforme relatou ex-diretor executivo (07) em entrevista em 2019. A partir dos anos 2000, eles foram proibidos de falar nos atos, para preservar o protagonismo feminino nesse dia. Isso gerou protesto por parte de alguns dirigentes, que deixaram de ir aos atos.

⁷⁴ Conforme imagens dos cartazes elaborados pelas mulheres da CUT nos anexos desta tese.

As cotas, consideradas ações afirmativas, foi uma das mais polêmicas e educativas campanhas que as mulheres enfrentaram logo no início da organização da Comissão. Nas reuniões do Coletivo Nacional, as mulheres traçaram um plano para convencimento das direções e para aprovação nos congressos estaduais, com o objetivo de chegar com força ao Congresso Nacional da CUT.⁷⁵

Neste período, houve uma intensa campanha de desqualificação das cotas sob o argumento de que as mulheres deveriam compor a direção nacional por seus próprios méritos e não por concessão, favor ou obrigação de ter que cumprir uma cota. Contraditoriamente, alegava-se também que elas não estavam preparadas, não queriam ou que simplesmente os ramos ou Estados não tinham mulheres para indicar.

Foram intensos os debates, e as mulheres, especialmente as ligadas ao Coletivo Nacional, tiveram que usar de todo seu poder de argumentação para convencer homens e mulheres de que era preciso fazer uso dessa ação afirmativa para poder aumentar a representação de uma parcela cada vez mais importante da classe trabalhadora – as mulheres – na direção da maior central sindical do país⁷⁶.

Se você tinha cerca de 24% na época de mulheres sindicalizadas nos sindicatos, se você tinha trinta e poucos por cento da força de trabalho feminina, a CUT tinha que incorporar nas instâncias de direção as mulheres, para que as pautas das mulheres, a voz das mulheres, esse trabalho de ... no momento de estar à frente de uma negociação você ter mulheres que defendam essa pauta, para que as mulheres trabalhadoras que estão nas categorias olhem para os sindicatos e vejam que é possível participar, que esse sindicato representam seus interesses etc., tinha que ter mulheres. (...) Então eu me envolvi muito fortemente, fui uma das pessoas que defendeu em congresso da CUT São Paulo, em congressos nacionais de instâncias dos diversos ramos de atividade, representei enquanto membro da Comissão Nacional da mulher trabalhadora, essa proposta, defendi essa proposta. E sofri demais, foi um momento assim que quase abandonei o movimento sindical. Porque no meu sindicato, que era um sindicato majoritariamente feminino, várias lideranças importantes, em quem que eu tinha como referência, sejam mulheres ou sejam homens, companheiros e companheiras, achavam essa pauta absolutamente descartável, não prioritária, uma pauta que na verdade mais enfraquecia, tergiversava, tirava

⁷⁵ Nos documentos do Centro de Documentação da CUT (Cedoc) é possível ver o mapa de dirigentes, quanto a sua posição, se favorável ou contra as cotas, quem das mulheres faria o debate de convencimento e a possibilidade de mudança de voto.

⁷⁶ Elas contavam com um importante trunfo, a aprovação das cotas no Partido dos Trabalhadores (PT), oriundo da mesma movimentação que criou a CUT. Didice Godinho, a primeira coordenadora da CNSMT, uma das principais articuladoras e uma estudiosa desse processo de implantação das cotas, finalizou seu mandato com uma dissertação de mestrado sobre o tema.

a classe trabalhadora do seu foco principal pela consolidação de um sindicalismo unitário, classista, autônomo com um poder negocial diante dos patrões, do que fortalecia. Essa visão que a gente tem de intersecção, de que o tema interseccional, toda essa afirmação e reafirmação frequente do: a classe trabalhadora tem dois sexos, não era natural, não era algo assim: 'que bacana, é muito importante sim'. Assim como não era o combate ao racismo, do combate a homofobia. Não era prioridade, até porque isso não era prioridade, isso é interseccional, isso é fundamental, não é uma prioridade à parte (ex-DE1, 2020).

Em entrevista concedida à mim, um ex-diretor executivo (4) lembra que “[...] quando veio o debate da cota de 30%, nós de Brasília nos posicionamos contrário” (ex-DE4, 2019). Ele alega que os principais sindicatos, e até mesmo o partido de Brasília, eram presididos por mulheres, e que na sua trajetória de vida as mulheres eram referência de poder e força, pois ficou órfão de pai muito cedo e suas irmãs mais velhas assumiram o controle da casa. Para ele, então, era “estranho” estabelecer cotas para inclusão de mulheres.

O ex-diretor ainda lembra que a Plenária da CUT de 1993 aprovou as cotas de 30% e que 1994 foi o ano de sua implantação. Foi a única vez que houve chapa única no Congresso da CUT, com Vicentinho encabeçando. No entanto, o processo não foi tranquilo, quase não houve chapa única porque as forças políticas só indicavam homens, e isso travou as negociações. Para o ex-diretor, essa experiência serviu como lição, se comparada com a demanda por mais jovens nas direções atualmente. “Na CUT, sem ter cota, tinha mais jovem que mulher em 1994. Hoje só tem um jovem, que é o secretário da juventude. Se não tivesse cota de gênero na CUT, a gente iria perder as mulheres da mesma forma que perdemos os jovens” (ex-DE4, 2019).

4.4.1. O que fazer com a prole? A luta por creche

A campanha por creche apresentou-se a partir do diálogo da comissão com os sindicatos. As dirigentes que estavam nas direções dos sindicatos dialogavam diretamente com as trabalhadoras, e detectaram que essa era a principal demanda com capacidade de mobilização. Não era exatamente o sentimento daquelas que atuavam no Coletivo Nacional, pois viam nas desigualdades salariais uma das principais bandeiras (Delgado, 1996).

No entanto, foi a demanda por creche, cujo centro de atenção não é a condição da mulher, mas a criança, que realmente mobilizou as mulheres de diversas categorias. A comissão esforçou-se para politizar essa reivindicação, ao definir,

como uma demanda de mulheres e homens, que a creche deveria ser responsabilidade de pai e mãe. No dia 12 de outubro de 1986, a CUT lançou a Campanha, que tinha como lema: “Creche para todos!”

A campanha por creche traz também um outro aspecto importante para se pensar a organização das mulheres no movimento sindical: elas estavam ausentes da mesa de negociação. Por mais que fizessem uma campanha bonita, bem planejada e volumosa, não seriam elas a negociar com os patrões, e o empenho para se alcançar uma conquista dessa importância seria maior se estivessem presentes. Os avanços nesta questão foram obtidos a partir das políticas públicas na Constituição de 1988, graças às mobilizações das sindicalistas e dos movimentos sociais de mulheres.⁷⁷

A questão da maternidade e dos cuidados volta com força, anos mais tarde. A ampliação da licença maternidade, de 120 dias para 180 dias, mais uma vez tem grande repercussão e poder de mobilização entre as trabalhadoras. Também com as mesmas polêmicas da luta por creche, as dirigentes cutistas, especialmente Rosane Silva, assumem com resistência essa campanha, por novamente atrelar a figura da trabalhadora à mera reprodutora.⁷⁸

4.4.2. Pela legalização do aborto: feminismo na veia

Eis uma bandeira tipicamente feminista, de difícil mobilização e de muita resistência em ser assumida publicamente, principalmente em um país de tradição católica como o Brasil. Considerando que a própria central abriga uma forte militância oriunda das igrejas, resoluções como essa demarcam uma identidade, um posicionamento político, quase uma utopia, como “a defesa do socialismo”.

Em 1991 no 4º Concut, sem muita repercussão ou resistência, este texto foi aprovado:

⁷⁷ Sobre a luta por Creche, a SNMT, em parceria com a secretaria de Comunicação da CUT, produziu uma cartilha para subsidiar o debate nos sindicatos, intitulada “Creche: Um direito da criança, da família e um dever do Estado”, disponível em: https://cut.org.br/system/uploads/action_file_version/35525479633377885a71d9d06db115f9/file/cartilha-creche-cut.pdf. Acessado em março 2019.

⁷⁸ Eliane Maria dos Santos, em sua tese intitulada: *A construção de relações iguais no trabalho: a experiência sindical bancária*, de 2010, considera um retrocesso essa bandeira na categoria bancária, porque descaracteriza o viés feminista assumido pela comissão.

A questão do aborto e do planejamento familiar faz parte da discussão sobre a saúde e os direitos globais da mulher, não podendo ser desvinculada desta perspectiva mais geral. O aborto não é método contraceptivo, mas o último recurso para a mulher que enfrenta uma gravidez indesejada. Por colocar em jogo a saúde das mulheres da classe trabalhadora, a CUT, que defende os direitos das mulheres à livre opção pela maternidade e o atendimento integral à saúde, defende a descriminalização e a legalização do aborto, que é crime, conforme o Código Penal Brasileiro. Nenhuma mulher pode ser criminalizada pela sua prática (CUT, 1991: 40).

Pouco se fez no movimento sindical para levar adiante uma campanha de descriminalização e legalização do aborto. No entanto, ao reconhecer que a CUT havia produzido uma resolução a respeito do tema, estava já a delimitar-se um posicionamento político e a pressupor-se que qualquer mulher que viesse a assumir a SNMT teria que levar adiante essa bandeira. Em 2009, a SNMT lançou cartilha intitulada “Legalização do Aborto: essa luta também é nossa!”, e nesse ano a CUT passou a integrar a Frente Nacional pela não Criminalização das Mulheres e pela legalização do Aborto, criada em 2008 e composta pelos movimentos feministas e de mulheres.

E será somente com muita organização e aliança entre os movimentos sociais que conseguiremos avançar nesta questão. E foi neste sentido que a CUT no X Concut fez um ato histórico ao integrar-se à Frente Nacional Pela não Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto. Esta Frente conta com a participação de diversos movimentos sociais e partidos políticos, demonstrando uma grande capacidade de unidade da esquerda brasileira em torno desta questão (Silva, 2009).

Trata-se, portanto, de uma importante demonstração de parceria entre movimento sindical e movimentos sociais em torno de um tema que extrapola a pauta tradicional do sindicalismo e que afeta a vida de mulheres de diversas classes sociais, especialmente jovens, negras e periféricas.

4.4.3. Ampliação da pauta e da luta: campanha pela Igualdade de Oportunidade

Como salientei anteriormente, as primeiras demandas pautadas pelas mulheres giram em torno dos direitos reprodutivos. A meu ver, uma mais pragmática como a demanda por creche, e outra de demarcação política, como a do aborto. Ambas dizem respeito ao direito de ser ou não mãe, e da necessidade de políticas

públicas de amparo para continuarem ativas (e vivas) para o mercado de trabalho, independentemente de suas escolhas.

A campanha pela “Igualdade de Oportunidade na Vida, no Trabalho e no Movimento Sindical” corresponde à necessidade de ampliar as pautas das mulheres para além das questões referentes às chamadas pautas específicas (maternidade, creche, aborto etc.). Conforme já tive ocasião de assinalar, a campanha foi lançada em 1995, durante a 7ª Plenária Nacional, no mesmo ano de realização da 4ª Conferência Mundial de Mulheres, em Beijim, na China.

Houve ótima aceitação entre as mulheres sindicalistas, mas estranhamento dos homens, pois colocava o sindicato em um lugar crítico. A campanha consistiu em seminários de sensibilização, debates, produção de materiais e estudos. Cumpriu com o exemplo de campanha exitosa: construída coletivamente, ganhou volume e repercussão e trouxe resultados interessantes, tanto objetivos como subjetivos. Araújo e Ferreira (1998) analisam os impactos positivos da organização das mulheres na CUT para sindicatos como Químicos, Metalúrgicos e Bancários.

O reflexo dessa campanha pode ser visto nos estudos do Dieese e OIT (2011) sobre as convenções coletivas e as questões de gênero e, de forma mais subjetiva, na mudança de comportamento de mulheres e homens sindicalistas. Foi basicamente uma campanha de sensibilização, de formação política e de estudos, com diagnóstico das desigualdades de gênero nesses ambientes: vida, trabalho e sindicato. Essa campanha rendeu resultados significativos nos sindicatos por meio dos ramos de atividades e nas CUTs estaduais.⁷⁹

Nesse mesmo período a Comissão fez um debate interno sobre o uso de linguagem inclusiva de gênero, e o termo “delegada” passou a ser usado nos crachás de identificação das mulheres, em eventos promovidos pela CUT. São atos simbólicos que se refletem também nos discursos, com o uso de termos como “companheiros e companheiras”, “trabalhador e trabalhadora”, “homem e mulher”, incorporados paulatinamente nos diversos fóruns. A composição das mesas em

⁷⁹ A categoria bancária sob orientação da CNMT adota a Campanha pela Igualdade de Oportunidades em 1999, e em 2000 conquista uma mesa temática com os bancos para discutir e negociar o combate às discriminações de gênero, raça, orientação sexual e pessoa com deficiência. Com base na mesma Campanha da CUT, as trabalhadoras rurais, conforme relata a diretora executiva (02), 2019 em entrevista, passaram a questionar a ausência de mulheres nos sindicatos rurais e lançam uma campanha de sindicalização em massa entre as rurais.

eventos públicos passou a incorporar a presença feminina quase obrigatoriamente, sob pena de protesto do público, caso essa incorporação não ocorra.

4.4.4. A Marcha das Margaridas: para não dizer que não falei das flores...

A “Marcha das Margaridas” não é uma atividade proposta pela Secretaria de Mulheres da CUT, mas gestada pela organização das mulheres sindicalistas da Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). São as trabalhadoras rurais que protagonizam uma das mais belas e contagiantes mobilizações de mulheres do Brasil, merecedora de muitos estudos e análises, que registro aqui devido a sua abrangência e politização.

O Coletivo Nacional de Mulheres da CUT, por meio da SNMT, tem-se engajado cada vez mais na construção da Marcha e tem se destacado pelo número de sindicalistas que consegue levar para as ruas de Brasília. O processo de construção da Marcha das Margaridas começa nos Estados meses antes do ato em Brasília (sempre no mês de agosto, mês do assassinato de Margarida Maria Alves⁸⁰). As mulheres organizam-se para viabilizar infraestrutura e transporte, com o compromisso de debater os temas definidos como eixo de cada Marcha. Isso envolve as entidades parceiras, compostas por diversos movimentos de mulheres, movimentos feministas e centrais sindicais, como a CUT e a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

A primeira Marcha das Margaridas aconteceu em agosto de 2000, e a última, em agosto de 2019. Ao todo foram seis marchas (em 2000, 2003, 2007, 2011, 2015 e 2019), com um número crescente de participação: começou com 20 mil mulheres, 40 mil em 2003, 70 mil em 2007, e as demais atingiram em média 100 mil mulheres. Com uma pauta construída a partir das demandas das trabalhadoras rurais, ela também é reconhecida como uma pauta feminista, sempre entregue para o governo federal de plantão. Porém, no último ano citado, 2019, isso não aconteceu como forma de protesto e não reconhecimento do governo de Bolsonaro.

⁸⁰ Margarida Maria Alves foi Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. Ela foi assassinada em 1983, na porta de sua casa, por latifundiários do Grupo Várzea, na cidade de Alagoa Grande, Paraíba. Disponível em: <http://www.contag.org.br/indexdet.php?modulo=portal&acao=interna2&ap=1&codpag=147>. Acesso em 20/06/ 2019.

A unidade entre as mulheres é fundamental para encarar os desafios do próximo período porque se depender deste governo as mulheres voltarão para o fogão, afirmou Carmen, que citou a Marcha das Margaridas, que reuniu mais de cem mil mulheres do campo e da cidade, em Brasília, em agosto deste ano, como inspiração para as futuras lutas “Nós podemos virar o jogo com organização, estratégias e unidade e a Marcha das Margaridas deste ano é a expressão mais clara de que nós podemos sim mobilizar, estar nas ruas, nos locais de trabalho para enfrentarmos os nossos desafios”, concluiu a vice-presidenta da CUT, que gritou “Lula Livre” no final de sua fala (Aragão, 2019).

A SNMT foi uma das primeiras organizações a incorporar no seu calendário as atividades da Marcha e a mobilizar sindicatos de todo o país e de diferentes categorias, na sua construção. Com um grau de politização muito alto, essa Marcha não deixa de ser uma formação política de mulheres (e homens), que passam a refletir sobre outras possibilidades de desenvolvimento econômico, mais sustentável e inclusivo. Trata-se de mais um exemplo bem-sucedido de parceria entre as mulheres de diversos movimentos.

4.5. Das conquistas como processo

“Mudar a vida das mulheres” é a principal razão de existência dessa e de muitas outras auto-organizações de mulheres espalhadas pelo mundo. Definitivamente, não é uma tarefa fácil, porque se trata de uma luta anti-sistêmica (Kergoat, 2018:36). O sistema capitalista, assim como o patriarcado, apropria-se das desigualdades econômicas provocadas pela divisão sexual do trabalho.

Por menor que possa parecer, é importante celebrar cada conquista. Com tantas barreiras e adversidades que as mulheres encontram na vida, no trabalho e no movimento sindical, cada passo em direção à igualdade deve ser amplamente divulgado e valorizado, a fim de consolidar o que já se conquistou e criar um outro patamar das relações sociais de gênero. Não é um movimento linear, sem volta, ou só de sucesso, o risco do retrocesso é eminente, o que faz aumentar ainda mais os desafios.

Para nós, não há como transformar a vida da classe trabalhadora sem transformar a vida das mulheres. Por isso, a história das mulheres na CUT nos enche de orgulho e nos fortalece na luta para transformar a sociedade e defender o aprofundamento de um projeto político que avance em direitos, com igualdade, distribuição de renda e radicalização da democracia. Para mudar o mundo precisamos mudar a vida das mulheres (Silva, 2017:289)

Para a diretora executiva da CUT (09), em entrevista que me concedeu, a CUT mudou com a participação da mulher. Querendo ou não, as direções tiveram que abrir as portas para as mulheres, “e não tem volta”. Não obstante todos os problemas e barreiras enfrentadas, esse é um debate que tem reflexo nos sindicatos. A diretora cita o exemplo da tiragem de delegados, para participação nos Congressos da CUT.

Tem sindicato dizendo que não tem mulher na base. Qual é o sindicato que não tem? Se faz assembleia democrática de base tem que ter mulher. Ah, mas ela não quer ir. Como assim, você perguntou para ela? As mulheres estão peitando os homens para participar – temos que qualificar essa vinda. Não é porque tem que cumprir a paridade, é porque tem muita mulher por esse mundão que está pronta para assumir a direção, não é só por causa da paridade (DE09, 2019).

Com base em artigo assinado por Junéia Batista, sob o título “30 anos de Política de Gênero: a história de luta das mulheres no movimento sindical”, segue um quadro cronológico da organização das mulheres na CUT. O quadro original destaca eventos, campanhas e mudanças da estrutura de organização das mulheres na CUT Nacional, desde a Comissão até a Secretaria, culminando com a conquista da paridade, o qual complemento com informações das sindicalistas responsáveis por cada período, até o 13º Concut.

Quadro 4 – Cronologia da organização de mulheres na CUT por coordenação, eventos e resoluções.

Sindicalista/Liderança	Ano/Encontro	Principais Fatos/Acontecimentos
Didice (Maria Berenice) Godinho Delgado, assistente social de SP, coordenou a CNQMT de 1987 a 1994 Integrante da Articulação e de forte relação com feminismo acadêmico. Gestão marcada pela auto-organização, debate das cotas e legalização do aborto	1986 Criação da CNQMT no 2º Concut 1987 Implementação da CNQMT (março) 1988 - 1º Encontro 1991 – 2º Encontro	1986 Campanha Nacional Creche para todos 1988 Luta contra todas as opressões/discriminações integra concepção e prática sindical – 3º Concut 1991 Aprovação da proposta de descriminalização e legalização do aborto no 4º Concut

<p>Sandra Rodrigues Cabral, professora de GO, coordenou a CNMT de 1993 a 1994</p> <p>Integrante da Articulação, não tem registro sobre militância feminista.</p> <p>Gestão marcada pela implementação das cotas</p>	<p>1994 – 3° Encontro</p>	<p>1993 Aprovação de cota de gênero (30%) – 6° Plenária Nacional</p> <p>1994 Primeira direção com cota de gênero – 5° Concut</p> <p>1994 Coordenadora da CNQSMT passa a integrar a Executiva Nacional</p>
<p>Luci Paulino de Aguiar, metalúrgica de SP, coordenou a CNMT de 1994 a 1997</p> <p>Integrante da Articulação participou de eventos feministas, mas admite resistência em assumir-se como tal.</p> <p>Gestão marcada pelo debate da transversalidade como estratégia</p>		<p>1995 Campanha pela Igualdade de Oportunidades na Vida, no Trabalho e no Movimento Sindical</p>
<p>Maria Ednalva Bezerra de Lima, professora do RN, coordenou a CNMT de 1997 a 2003 e secretária da SNMT de 2003 - 2007</p> <p>Faleceu em 10/09/07</p> <p>Integrante da Articulação e militante feminista da AMB</p> <p>Gestão marcada pela formação política feminista</p>	<p>1997 – 4° Encontro</p> <p>2000 – 5° Encontro</p> <p>2003 – 6° Encontro</p> <p>2005 – 7° Encontro</p>	<p>1997 Continuidade da Campanha Igualdade de Oportunidade até 2000</p> <p>2001 Criação do núcleo de Reflexão Feminista</p> <p>2003 Campanha Nacional “Violência contra as Mulheres: tolerância nenhuma”!</p> <p>2003 Criação da Secretaria Nacional e das Secretarias Estaduais de mulheres – 8° Concut</p>
<p>Carmen Foro, rural do PA, foi secretária da SNMT interinamente final de 2007 a 2008</p> <p>Integrante da Articulação e parceira de diversos movimentos feministas</p>		<p>2007 Liderou a Marcha das Margaridas em agosto</p>
<p>Rosane Silva, sapateira do RS, foi secretária da SNMT de 2008 a 2015</p> <p>Integrante da CSD e militante feminista da MMM</p> <p>Gestão marcada pela intensificação da pauta feminista e de forte relação com os governos do PT</p>	<p>2008 2° Plenária Nacional de Mulheres – antes da 12° Plenária Nac. da CUT</p> <p>2015 – 8° Encontro</p>	<p>2008 Relançamento da Campanha pela Igualdade de Oportunidades na Vida, no Trabalho e no Movimento Sindical – 12° Plenária Nacional da CUT</p> <p>2012 Aprovação da paridade – 11° Concut</p> <p>2015 Audiência Pública para a campanha da ratificação da Convenção 156</p> <p>2015 Aplicação da paridade na CUT Nacional e nas estaduais – 12° Concut</p>

<p>Junéia Batista, assistente social de SP, secretária da SNMT desde 2015 até o momento</p> <p>Integrante da Articulação se diz feminista em construção</p> <p>Gestão marcada pelo combate ao assédio sexual no movimento sindical</p>	<p>2019 - Plenária de Mulheres do 13º Concut</p>	<p>Participou das Conferências Internacionais da OIT para elaboração da Convenção 190 de Combate à violência e Assédio</p> <p>2019 Clausula sobre assédio sexual no estatuto da CUT</p>
--	--	---

Fonte: Elaboração própria com base em artigo de Junéia (Batista, 2016).

No Quadro 4 podemos observar o perfil das lideranças à frente da organização, desde comissão até secretaria, sob hegemonia da corrente Articulação, com exceção de dois mandatos liderados por Rosane Silva da CSD – CUT Socialista e Democrática. Das sete lideranças, quatro autodeclaram-se feministas, a primeira próxima às feministas da academia devido à ausência de movimentos organizados, como existem atualmente. Duas são militantes orgânicas a movimentos (AMB e MMM). As demais, apesar da resistência ou insegurança de se assumirem como feministas, mantêm parceria e atividades conjuntas, como as que envolvem o 8 de março e as de combate à violência. Foram oito Encontros Nacionais de Mulheres, que normalmente precediam os Concuts, com intervalo de três em três anos. No entanto, entre o último encontro, de 2015, e o penúltimo, de 2005, houve um intervalo de dez anos.

Curiosamente a morte de Ednalva em 2007 aparece na cronologia apresentada no artigo assinado por Junéia (Batista, 2016). Isso pode explicar a passagem do controle político da Secretaria para a segunda força política dentro da CUT, sob a coordenação de Rosane Silva da CSD. Ambas com dupla militância, Edinalva muito próxima da AMB e Rosane da MMM. Em que pese as diferenças tanto de correntes políticas no interior da CUT, como de organizações feministas, existia um sentimento das principais lideranças que essa secretaria deveria ser ocupada por uma sindicalista feminista.

Esta movimentação também gerou um mal-estar daquelas que não tinham uma militância orgânica no feminismo ou de sindicalistas da corrente Articulação que não estavam a frente de alguma secretaria. Esse intervalo de dez anos entre um encontro e outro pode ser explicado pelo envolvimento das lideranças na realização

das Conferências Nacionais de Política para as Mulheres do governo federal, como também por um certo “boicote” das militantes da Articulação para que desse “palco” para CSD para a política de gênero na CUT. O fato é mesmo a secretaria ter voltado para o comando da Articulação sob a coordenação da Junéia, não ocorreu mais nenhum encontro no porte dos dois últimos.

Em explicação para esse espaçamento de dez anos entre o último Encontro Nacional de Mulheres da CUT e o penúltimo, a secretária do período em referência, Rosane Silva, argumentou que, nos governos Lula e Dilma, abriram-se muitos espaços de participação institucional para formulação de políticas públicas para as mulheres, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Governo Federal (em depoimento gravado por whatsapp). A CUT, por exemplo, compôs a Comissão Organizadora e participou ativamente das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres que aconteceram em 2004, 2007, 2011 e 2016, com etapas que iniciavam antes, nos municípios e Estados.⁸¹ Segundo Rosane Silva, a Central também participou ativamente de Grupos de Trabalhos convocados pela SPM sobre a regulamentação do trabalho doméstico⁸², por mais creches e por combate à violência.

Rosane ainda destaca a participação da CUT nas ações internacionais da Marcha Mundial de Mulheres, da qual a Central compõe a coordenação, com destaque para a de 2010, na qual aproximadamente 2 mil mulheres caminharam por dez dias, de Campinas a São Paulo. Essa ação exigiu reuniões preparatórias do Coletivo Nacional de Mulheres e das representantes nos seus respectivos Estados de origem. A Marcha das Margaridas também demandou esforço e dedicação por parte da SNMT e do Coletivo Nacional, em especial em 2011, quando a CUT foi a segunda maior delegação em termos numéricos. A primeira foi da Contag.

O próprio debate sobre a construção da paridade na CUT demandou muitas reuniões do Coletivo Nacional e seminários nacionais também nos espaços mistos,

⁸¹ Sobre as Conferências Nacionais: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/conferencias/conferencias>. Acesso em 11/08/2019.

⁸² Com a eleição da primeira mulher à presidência da república, Dilma Rousseff (2011- 2016), observa-se medidas de destaque para o enfrentamento das desigualdades no país. Foi no mandato de Dilma que aprovou a Emenda Constitucional n. 72/2013, mais conhecida como a PEC das Domésticas, gerando um descontentamento de setores da sociedade que sempre exploraram esse tipo de trabalho sem nenhuma garantia de direito para as domésticas. Além disso o governo enfrentou o setor financeiro a partir dos bancos públicos para redução dos juros, que praticam as taxas mais altas do mundo.

para produção de conteúdo e de convencimento nos Estados, a fim de popularizar o tema e buscar apoio entre homens e mulheres no interior da Central.⁸³

Sobre este ponto, Rosane Silva diz que o Encontro Nacional de 2015 foi uma forma de coroar o processo de construção da paridade, pois era o ano de sua implementação com a eleição da nova direção em Congresso da CUT. Para a realização do Encontro Nacional foram realizados encontros nos Estados, o que possibilitou maior envolvimento das mulheres sindicalistas. Ainda no ano de 2015, o governo de Dilma Rousseff (2011-2016) estava enfrentando um enorme desgaste político⁸⁴, com requintes de misoginia, a exemplo de um adesivo distribuído para a população com a imagem da presidenta com pernas abertas no compartimento onde se abastecem os veículos. Este foi um dos motivos para que Brasília fosse escolhida para sediar o 8º Encontro Nacional de Mulheres da CUT.

Também nesse processo todo, a gente teve duas campanhas eleitorais que nós tínhamos uma mulher à frente da disputa eleitoral. Isso também nos exigiu muito das mulheres da CUT, das mulheres da esquerda, em produzir, não somente conteúdo, mas também políticas para que a presidenta Dilma fosse de fato vitoriosa nas eleições de 2010. Então teve um envolvimento muito grande das mulheres da CUT e através do nosso envolvimento a gente conseguiu trazer para o interior das mulheres das centrais, a gente conseguiu ganhar o conjunto das centrais sindicais, das mulheres das centrais sindicais, para apoiar a presidenta Dilma. Nos dois momentos, tanto em 2010 como em 2014 a gente conseguiu fazer encontros das mulheres trabalhadoras com a candidata Dilma, tanto em 2010 como em 2014, como forma de afirmar que as mulheres queriam sim discutir política e que as mulheres queriam sim uma mulher à frente da presidência da República (Rosane Silva, em áudio gravado no dia 05/05/2020).

⁸³ A exemplo da produção da cartilha “Liberdade e autonomia se constroem com Igualdade – Paridade, uma política, um compromisso” da SNMT em parceria com FES – Fundação Friedrich Ebert Stiftung, de 2013.

⁸⁴ Na sequência, o governo Dilma passa por um desgaste político com os movimentos sociais em decorrência dos investimentos da Copa do Mundo de 2014. Dilma disputou a reeleição e ganhou com uma margem pequena de votos, tenta “acalmar o mercado” com política de austeridade e sofre um novo desgaste, agora com o movimento sindical. Sofre um golpe disfarçado de *impeachment* marcado por um discurso misógino, abrindo espaço para intensificação das políticas neoliberais de ataques aos direitos trabalhistas, com o governo Michel Temer (2016-2019).

Em 2015, as sindicalistas se juntam com as mulheres de diferentes movimentos, partidos e centrais para denunciar o golpe contra o governo de Dilma Rousseff. Ao mesmo tempo que diversos movimentos feministas organizaram atos de rua nas principais capitais do país, pelo “Fora Cunha” – Eduardo Cunha era presidente da Câmara, e principal articulador de proposições contrárias ao direito do aborto legal e do impedimento de Dilma Rousseff. Nas eleições de 2018, as mulheres tomam novamente as ruas com grandes mobilizações pelo #EleNão, contrárias a candidatura da extrema direita de Jair Bolsonaro.

Conforme destaca Didice, a conquista da paridade na CUT é uma referência para o sindicalismo nacional e internacional, pois foi a primeira central sindical a implantá-la. Porém, o jeito de execução dessa política foi visto de forma crítica pelas mulheres, porque como citei em seção anterior, para fazer valer a paridade, houve um “inchaço” da Direção Executiva, pulando de 32 para 44 o número de dirigentes (Delgado, 2017:13). Na interpretação das sindicalistas, esse movimento se deu para que a entrada de mais mulheres não comprometesse os “lugares” cativos dos homens. Em outras palavras, a inclusão de mais mulheres não podia ameaçar o *status* masculino desses lugares. Assim, os homens continuam com o poder de mando, ou seja, na titularidade dos principais cargos, admitindo-se para as mulheres, no máximo, uma posição de adjunto na secretaria geral e de vice-presidente.

Entretanto, no último congresso da CUT, 13° Concut, em outubro de 2019, na Praia Grande, Carmen Foro assumiu a titularidade da Secretaria Geral, um dos cargos mais altos ocupados por uma mulher desde a fundação da Central. Carmen Foro, assim como Mônica Valente, disputou a presidência da CUT. No entanto, diferentemente da disputa de que Mônica Valente participou, com debates abertos, campanhas e repercussão na mídia, a candidatura de Carmen Foro ficou nos bastidores⁸⁵.

Contudo, em reunião do Coletivo Nacional de Mulheres da CUT, sob a coordenação de Junéia Batista, secretária da SNMT, realizada em agosto de 2019 na Praia Grande (um mês antes do 13° Concut), Carmen Foro falou sobre sua experiência ao candidatar-se à presidência da Central. Iniciou seu discurso dizendo que se sentiu “violentada no último período”. Também falou sobre falta de democracia no processo de montagem da chapa e sobre a omissão das mulheres nesta disputa, tudo sob a “justificativa da conjuntura e falta de recursos”, devido ao avanço da extrema direita, a eleição de Bolsonaro (2018-) e o fim do imposto sindical.

4.6. Das barreiras enfrentadas: o teto de vidro sindical

⁸⁵ A candidatura de Carmen Foro à presidência é citada em entrevistas com dirigentes, em reunião do Coletivo Nacional e em vídeo gravado durante as falas de Carmen e Sergio no encerramento do 13° Concut.

Quando se observam os avanços obtidos no interior da CUT, que culminou com a paridade na direção, há dificuldade de entender os motivos por que o núcleo duro do poder da central permanece masculino desde a sua fundação. A titularidade da presidência, a tesouraria, secretaria geral e, curiosamente, as relações internacionais sempre foram ocupadas por homens, com exceção do último congresso no qual a secretaria geral passou a ser ocupada por uma mulher.

Sue Ledwith e Tracy Walsh (2018), em “Mulheres e sindicatos pelo mundo”, estranham justamente a dificuldade das mulheres para se tornarem lideranças sindicais. Se cresce a participação no mercado de trabalho e em número de filiadas, por que isso não reflete nas direções sindicais? “O déficit de liderança por gênero também é um déficit democrático, e é muito preocupante” (Ledwith & Walsh, 2018: 295). Elas já demonstraram poder de inserção no mercado de trabalho, poder de mobilização juntos aos movimentos sociais, nas greves e manifestações, poder de organização nos sindicatos, mas são barradas nos principais cargos de decisão dos rumos da central.

Quadro 5: Ocupação dos principais cargos da Executiva Nacional da CUT por Congresso e por sexo.

Concut \ Cargo	01° 1984	02° 1986	03° 1988	04° 1991	05° 1994	06° 1997	07° 2000	08° 2003	09° 2006	10° 2009	11° 2012	12° 2015	13° 2019
Presidência	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H
Vice-Presid	H	H	H	H	H	H		M	H		M		M
Vice-Presid	-	-	-	-	-	-	-	-	-	H	-	-	-
Geral	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	M
Adj. Geral	-	-	-	-	H	H	H	H		M	H		M
Finanças	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H
Adj Finanças	H	H	H	H	H	H	H	H	H		-	H	M
Rel Internac.	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H
Adj Rel Inter	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	H	H

H: Homem

M: Mulher

Fonte: Elaboração própria com base nas resoluções dos congressos (CEDOC/CUT).

Monica Valente⁸⁶ foi a primeira mulher a ocupar a vice-presidência, e também a primeira mulher a disputar a presidência, em 2000, no 7° Concut. No 8° Concut,

⁸⁶ “Psicóloga, jovem e bonita. Até pouco tempo, quem reunisse esses ingredientes conseguiria imaginar-se muitas coisas na vida, menos presidente da sisuda e radical Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

Denise Mota Dau, do mesmo ramo e sindicato que Monica, assumiu como adjunta da secretaria geral. Portanto, apenas depois de mais de 15 anos de existência da CUT, as mulheres passaram a ocupar os cargos mais importantes da Central, ainda assim, em uma posição claramente minoritária.

Em 2006 no 9º Concut, Carmen Foro, trabalhadora rural, também assumiu a vice-presidência. É digno de nota que essa foi a única gestão da CUT que contou com um segundo vice-presidente (homem). Em 2009, no congresso depois da crise do chamado “Mensalão” do governo Lula, a função de vice-presidente e de adjuntos foi retirada, mantendo somente os titulares, todos homens.

No ano de 2012, no 11º Concut foi aprovada a paridade. Neste Congresso observou-se um discreto aumento do número de mulheres na Executiva de uma para duas, Carmen Foro como vice-presidenta e Maria Aparecida Faria como adjunta da secretaria-geral. Ainda no 11º Concut, foi criado o cargo de adjunto para Relações Internacionais, função, a partir de então, sempre ocupada por homens. O 12º Concut foi o congresso de implementação da paridade. Sintomaticamente, neste mesmo Congresso, a Executiva Nacional da CUT “incha” de 31 para 44 cargos. Carmen Foro e Maria Faria permanecem nos mesmos cargos da gestão anterior. No 13º Concut, pela primeira vez, uma mulher, Carmen Foro, assume a titularidade da secretaria geral, após ter se colocado para disputar a presidência da central. Maria passa a assumir como adjunta da tesouraria.

Numa sociedade machista, patriarcal e capitalista, as mulheres precisam criar mecanismos para superar os obstáculos que permeiam sua vida e, neste caso, em sua participação política. Sabemos da militância e dedicação das mulheres ao movimento sindical, o que as torna preparadas para assumir qualquer cargo de direção, no entanto, a realidade na estrutura de poder do movimento sindical não revela a presença das mulheres na presidência, secretarias geral e de finanças (CUT, 2015: 18).

Estar nos principais cargos de poder, como se sabe, não é mero capricho ou vaidade. Nesses cargos são definidas as principais pautas e por eles passam os recursos necessários para essa ou aquela política. Porém, ter presença feminina nesses lugares não significa exatamente que a pauta das mulheres será

Isso seria mais difícil ainda pregando o que Mônica Valente prega: a luta sindical mais ampla do que a defesa do emprego e do salário. E, por consequência, o sindicato defenderia não apenas o trabalhador de carteira assinada, a base dos sindicatos, mas todos os cidadãos”(Folha de S. Paulo - Gilberto Dimenstein: A porção mulher da CUT - 14/05/2000).

contemplada. Isso porque, para estar no poder, elas sofrem, de forma direta ou indireta, pressão para tocar a política considerada geral e não a específica das mulheres, conforme experiência vivida pela Secretária da CUT Nacional:

A gente tinha muito pouca participação no sindicato, a gente participava do movimento de mulheres. E no movimento de mulheres, nós começamos a fazer a discussão, que nós, as mulheres, tínhamos que disputar os sindicatos. E tínhamos que ser presidentas dos sindicatos. [...] Eu disse, então eu vou ser, eu me coloco a disposição. Bom, aí apresentamos a nossa chapa e não teve chapa de oposição. Tivemos chapa única e eu me tornei a presidenta do sindicato. Bom, aqui para mim começa uma grande reflexão: que ao mesmo tempo foi muito bom, ao mesmo tempo... e foi fruto do resultado da luta das mulheres camponesas, nós começamos a entrar em colisão. Como as mulheres. Quem era presidente do sindicato começou a ter problema com o movimento de mulheres. Por que nós começamos a ter problema? Porque quando você é presidente de um sindicato da agricultura tem que dar conta da pauta, você tem que dar conta do crédito [...] E a pauta das mulheres não era essa, a pauta do movimento de mulheres era luta pela paz, pelas questões da saúde e a pauta dos sindicalistas era crédito e produção (DR7, 2019).

A ausência ou a baixa participação das mulheres nas direções do movimento sindical não se explicam pelo mercado de trabalho ou pelo desinteresse delas nas lutas e mobilizações de cunho social ou trabalhista; mas sim pela hostilidade de um ambiente composto basicamente por homens, pela cultura sindical de privilegiar instrumentos como o tom da voz, o palanque e reuniões intermináveis. Mary Garcia Castro (1995), em seu texto “Gênero e Poder no espaço sindical”, faz interessantes provocações com suas reflexões, usando a metáfora de *Alice no país das maravilhas*, que sempre, ao cair do cavalo, ouvia do cavaleiro: “É preciso muita prática”. Essa tem sido a tônica para justificar a perpetuação do poder masculino nos sindicatos e excluir as mulheres dos espaços de poder.

Em “Sindicato um mundo masculino”, John Humphrey (1983), por sua vez, identifica no patriarcado um dos principais entraves para a participação das mulheres nas entidades sindicais. O problema não reside só na divisão sexual do trabalho, que estabelece hierarquia e lugares de homens e mulheres, pois o patriarcado também resiste em desconstruir relações de privilégios por parte dos homens liberais ou progressistas, de direita ou de esquerda, da classe dominante ou trabalhadora. Isso

porque todos estariam “desobrigados” de serviços domésticos e de cuidados, socialmente estabelecidos como trabalho feminino.

Para Humphrey (1983), a dificuldade em se avançar na pauta relacionada às demandas das mulheres passa por um arranjo velado entre Estado, mercado e até mesmo sindicatos, que perpetuam a lógica patriarcal de exploração. Segundo o autor, diante da luta e do poder de pressão das mulheres no mercado de trabalho, o capital alia-se ao Estado para subsidiar a manutenção do emprego feminino com creche e estabilidade para gestante, ou seja, recaem sobre elas o peso dos encargos trabalhistas, e com isso justificam-se as diferenças de salários entre homens e mulheres.

Os sindicatos, com suas direções majoritariamente masculinas, chancelam esse tipo de interpretação ao secundarizar as pautas ditas específicas. Precisam da participação das mulheres para fortalecer as lutas ditas gerais e para aumentar o poder de arrecadação financeira por meio da sindicalização, ou até mesmo para se mostrar com aspecto mais democrático perante a sociedade (Recoaro *et al.*, 2020). Mas quando o assunto é divisão de poder e de decisão, acusam as mulheres de dividirem a classe trabalhadora ou de, atualmente, se “limitarem” a pautas identitárias, ou seja, pequenas diante daquilo que consideram temas de interesse geral.

Delgado (1996) já detectava, em seu trabalho, uma certa frustração das sindicalistas em reconhecer que era difícil avançar na pauta e garantir conquistas para as mulheres trabalhadoras. Como a pauta era sempre muito abrangente, havia dificuldade para estabelecer prioridades, devido à ânsia de abarcar todos os problemas e à não ressonância das demandas femininas nas entidades.

Outra forma de desqualificar ou diminuir a demanda das mulheres e de grupos historicamente discriminados está na tentativa de classificar as pautas identitárias⁸⁷ como “vitimismo” ou de menor importância, diante da pauta dita “geral”. O que pode ser menos importante que a preservação da vida humana, quando esses grupos sofrem diariamente com o aumento de casos de feminicídio, de homofobia, de genocídio do povo negro?⁸⁸

⁸⁷ Com origem nos EUA no final dos anos 1970, as políticas identitárias (*Identity politics*) foram cunhadas pelo grupo Combahee River Collective de mulheres negras, para denunciar sua invisibilidade frente ao feminismo branco e aos homens do movimento negro (Andrade, 2020)

⁸⁸ Brasil mata cada vez mais negros, mulheres e LGBTs, conforme dados do Atlas da Violência - 2019, disponível em: <https://ponte.org/brasil-mata-cada-vez-mais-negros-mulheres-e-lgbts/>. Acessado em 15/12/2019.

As políticas identitárias revelam também o desconforto de setores privilegiados (de direita e de esquerda) em torno de uma identidade tida como universal: branca, heteronormativa e masculina.⁸⁹ Ao contrário daqueles que tentam reduzi-las à luta por visibilidade ou ações afirmativas individuais, neste ponto, concordo com Andrade (2020), quanto ao propósito revolucionário e classista das políticas identitárias:

Quanto mais desvalorizados socialmente, seja em função da raça, gênero, sexualidade, nacionalidade, religião, orientação sexual, ou outras categorias, amplia-se o contingente de trabalhadores baratos, superexplorados e internamente fragmentados. Minar estas formas de opressão contribuirá, portanto, para desestabilizar o sistema como um todo, ainda que não signifique necessariamente seu fim (Andrade, 2020:82).

Diante disso e de outras formas subjetivas de discriminações, as sindicalistas veem-se diante de um problema estrutural que precisa ser atacado, e não acatado. Isso requer uma revisão crítica do sindicalismo tradicional e a necessidade de pensar em novos modelos ou métodos que possibilitem a superação das desigualdades no interior da classe.

4.7. Dos desafios: navegar é preciso

Para além da omissão das mulheres quanto a disputa da presidência da CUT, existe um sentimento presente nas entrevistas de que a organização das mulheres vem perdendo o brio que teve desde a sua concepção. O perfil das dirigentes que estiveram à frente desse processo pode explicar em parte esse fenômeno, mas também uma acomodação ou adaptação das lideranças sindicais no seu conjunto (Cardoso, 2015; Boito, Galvão e Marcelino, 2009). Este fato tem sido percebido pelos próprios dirigentes da CUT, a exemplo do depoimento abaixo em entrevista que realizei com ex-diretor executivo (04):

⁸⁹ O movimento #EleNão, de oposição à candidatura de Jair Bolsonaro a presidente, em 2018, protagonizado pelas mulheres, foi hostilizado dentro da esquerda porque foi acusado de colocar em evidência a pauta identitária em detrimento da pauta geral. Isso teria atizado os setores reacionários a votar em Bolsonaro. Outra análise, em sentido contrário, aponta que o movimento impediu que Bolsonaro ganhasse as eleições ainda no primeiro turno, conforme matéria da BBC News Brasil, em 30/09/2018, intitulada: #EleNão: “A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos”.

Uma dirigente da CUT, nos anos 80 aqui era uma onça suçuarana, tá certo? Tinha um poder de uma onça de lá de matar um bezerro, de matar um jegue no nordeste. Hoje, esses dirigentes sindicais, homens e mulheres, são felinos, mas são felinos de zoológico. Come carne, mas se ele sair do seu habitat, do zoológico hoje, da jaula, ele corre o risco de sair no cerrado, de sair na mata atlântica, na mata amazônica, no pantanal ou na caatinga e morrer de fome porque perdeu seu espírito de caça (ex-DE04, 2019).

Já para a feminista (02), a organização das mulheres entra em crise depois do mandato de Ednalva, porque ela “tinha uma rebeldia que não ficava submetida a vontade da maioria (da Articulação) ela nunca fez uma política pela maioria, ela tinha uma certa autonomia”. A entrevistada ressalta que o coletivo era bastante amplo, formado por diversas correntes, “não era só da articulação, era bastante democrático e representativo” (FE02, 2018). Ela ainda acrescenta que o formato de comissão ou mesmo a atuação do Coletivo Nacional “tinha uma vida sindical mais intensa”, e considera que a crise ou declínio da organização das mulheres é reflexo de uma subordinação, acomodação com o governo Lula. Uma outra hipótese para essa acomodação, a meu ver, pode estar na própria estrutura organizacional das mulheres, que antes funcionava em formato de comissão, menos centralizada e mais dinâmica porque circulava por todas as outras secretarias; mas ao se transformar em Secretaria da Mulher se isolou das demais, perdendo essa dinamicidade.

Ter uma militância feminista ou assumir o feminismo por parte das sindicalistas que coordenam a organização das mulheres na CUT também faz diferença: “O feminismo como uma forma de reflexão contribui na construção do movimento sindical, mesmo com seus limites. Porque hoje você tem feministas, na direção da CUT ou coisa desse tipo, mas vejo pouco impacto na atuação da CUT efetivamente” (FE02, 2018).

Já para a feminista (01) também em entrevista, houve conquistas até porque aumentou o número de mulheres na direção da Central. No entanto, no início da organização de mulheres da CUT e da Secretaria, mesmo em menor número, “a formação política feminista era mais consistente, mais forte”. Ela acredita que nos últimos tempos teve redução da política geral de formação da CUT, “com a quebra das escolas CUT e dentro dela uma formação voltada especificamente para as mulheres”(FE01, 2019).

A não realização de Encontro de Mulheres da CUT no período de dez anos, também pode ter influenciado para essa dispersão. Por mais que estivessem ocupadas e atuando em temas relacionados a questão da mulher trabalhadora, são nos encontros nacionais que as mulheres se voltam internamente para forma de organização, conforme objetivos traçados no relatório do 7º Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, realizado em Brasília, 25 a 27 de novembro de 2005.

Os objetivos deste Encontro foram: debater temas relacionados com a política geral e sindical numa perspectiva de gênero; efetuar um balanço do desenvolvimento da política de gênero da CUT no último período (2003/2006); apontar diretrizes e perspectivas de atuação da política de gênero da CUT para os próximos 3 anos a serem remetidas ao 9º Concut para aprovação e, após, detalhadas em ações, através de um planejamento trienal a ser realizado em julho de 2006 (CUT, 2005:03).

Em síntese, a sensação de uma “cutinha dentro da CUT”, relatada no início deste capítulo, foi se dissolvendo. As explicações para esta percepção podem estar na mudança de formato de comissão para secretaria, pois isolou a atuação do Coletivo Nacional e perdeu o dinamismo de quando tinha que pautar a política de gênero em diferentes espaços/secretarias. Ou ainda na carência de formação política feminista, apesar de muitas dirigentes se autodeclararem feministas, sem necessariamente incorporar o feminismo na prática diária. Por fim, pode estar na falta de um debate interno sobre o tipo de sindicalismo ideal para as mulheres trabalhadoras, mesmo que isso ainda se configure como uma utopia.

PARTE III: AS MULHERES DA CUT E O SINDICALISMO DE MOVIMENTO
SOCIAL

5. Um outro sindicalismo é possível ⁹⁰

Conforme demonstrado ao longo desta tese, não obstante a CUT ser considerada uma referência de sindicalismo de movimento social (SMS) para autores estrangeiros, no Brasil, a reflexão teórica sobre o tema ainda é escassa. Igualmente escassos são os estudos que tratam da relação do modelo de SMS com a atuação das mulheres sindicalistas.

No entanto, essa relação já foi estabelecida de forma direta para experiências como a mexicana abordada por Rachel Brickner (2013); ou ainda, de forma indireta ou transversal, em estudos mais recentes como o de Victoria Estermann (2020), em “El sindicato por asalto: feminismo y revitalización sindical en Argentina”; e mesmo na análise de Estela Díaz e Yamile Socolovsky (2020) em “Sindicalismo y feminismo, la potencia de un encuentro. Algunas reflexiones en torno al caso argentino”, os quais demonstram potencial de crescimento e ousadia dessa abordagem.

No caso brasileiro, conforme demonstrou o trabalho pioneiro de Souza-Lobo (2011), não bastou crescer o número de mulheres no mercado de trabalho e nem em número de filiadas para se dar atenção aos estudos de gênero. Foi necessário o feminismo assumir esse tema e enquadrar em uma caixa de estudos específicos das mulheres. Um feminismo operário como construção teórica e prática das mulheres operárias.

Desde essa constatação de Souza-Lobo (2011), podemos verificar que o recorte de gênero no mundo do trabalho continua sendo feito, no que diz respeito ao contexto brasileiro, essencialmente por pesquisadoras mulheres como Helena Hirata, Maria Betânia Ávila, Angela Araújo, Marilane Teixeira, entre outras. Curiosamente, entre aqueles e aquelas autoras que estudam sindicalismo é quase inexistente o recorte de gênero. Quando muito se é feito uma referência ao número de sindicalizadas, mesmo quando se trata de pesquisadoras mulheres como Andréia Galvão, Paula Marcelino ou Ana Paula Colombi.

⁹⁰ Esse título tem como inspiração o famoso slogan do Fórum Social Mundial (FSM): “Um outro mundo é possível”.

Em outras palavras, desde as pesquisas iniciais de Souza-Lobo, podemos admitir que aumentaram os estudos sobre diagnósticos da situação das mulheres no mercado de trabalho, mas não podemos dizer o mesmo quando o assunto é a resistência dessas trabalhadoras por meio da organização sindical. Depois de Souza-Lobo, outra importante referência no assunto é Didice Godinho (2020), autora de um trabalho na recente publicação da Clacso sobre Feminismo e Sindicalismo sob o título: “El desafío de compartir el poder sindical...”, o qual analisa a experiência da paridade na CUT sem, no entanto, questionar o modelo existente.

Analisar o sindicalismo ou movimento operário só no masculino acarreta em um problema metodológico da sociologia — já identificado por Souza-Lobo (2011) — em separar as dimensões: fábrica, casa e sociedade. Quando não conseguem encaixar as práticas das mulheres operárias com a visão de classe ou de sindicalismo pré-estabelecida, chamam de “natureza feminina” para não incorporá-las. Para a autora, é na discussão do trabalho e não-trabalho que aparecem as condições das operárias.

Neste capítulo vou explicitar as principais evidências que fazem crer que a organização das mulheres da CUT é a que mais se aproxima do modelo de SMS, se comparada com a atuação da CUT de forma geral. Para isso, vou me utilizar de três características fundamentais que definem o SMS: a parceria com os movimentos sociais, a ampliação da pauta sindical e o papel transformador da sociedade. Essas características se fundem com o feminismo, por ser este o principal parceiro das sindicalistas. Ao assumir que o “pessoal é político”, as sindicalistas ampliam sua atuação e não lhe restam muitas alternativas de melhora a não ser transformar as relações sociais existentes e os sistemas que as sustentam: o patriarcado, o racismo e o capitalismo⁹¹. Visão esta, que trouxe grande contribuição para a formulação das “Epistemologias do Sul” (Santos e Meneses, 2010), pois assim como as feministas outros grupos étnicos raciais, os chamados grupos subalternos, passaram a questionar o conhecimento produzido a partir do mito ocidental de uma suposta neutralidade e a objetividade (Grosfoguel, 2010).

Diante disso, proponho-me com este capítulo a realizar a verificação das hipóteses que levantei ao longo deste trabalho: 1) O feminismo é uma força

⁹¹ Para demonstrar essa relação, além da literatura utilizada, farei uso das seguintes técnicas de pesquisa: análise documental, entrevistas e questionário aplicado.

impulsionadora para o SMS; 2) As mulheres têm maior habilidade de acolher as diferenças e, por esse mesmo motivo; 3) conseguem estabelecer parcerias com outros grupos minoritários politicamente; 4) As mulheres sindicalistas contribuem para o alargamento da pauta e do campo de atuação sindical.

5.1. Reflexões metodológicas, pesquisa de campo e técnicas utilizadas

A pesquisa se inspira nos princípios de uma ciência reflexiva. É sabido que as ciências sociais, para se firmarem enquanto ciências, se apropriaram de métodos e técnicas das ciências naturais e, para garantir uma suposta objetividade e uma pretensa validação, pregou o distanciamento entre o pesquisador e o pesquisado como se os fenômenos sociais pudessem ser vistos através de uma observação neutra de uma lente de aumento como as de laboratórios (Santos, 2010). Como se o primeiro pudesse ser apartado do mundo do segundo para estudar seus fenômenos e que o resultado desse estudo deveria ser confirmado por qualquer outro pesquisador que se propusesse a fazer o mesmo experimento em outro momento.

Michael Burawoy aponta dois tipos de fazer ciência: a positivista e a reflexiva. O autor não propõe a substituição de uma por outra, reconhece o valor de cada uma, porém faz uma opção pela ciência reflexiva, por entender que ela permite melhor aceitação do método de estudo de caso alargado, proposto por ele, pois promove um diálogo entre o virtual e o real, entre o observar e o participar. Esse diálogo passa tanto por processos locais como extra-locais, que por sua vez, dialogam também com a teoria. Ou seja, o método do caso alargado consiste numa etnografia que procura extrair o geral do único, mover do micro para o macro e conectar o presente com o passado para antecipar o futuro, tudo construído em cima de uma teoria pré-existente (Burawoy 1998: 07).

Neste sentido, Burawoy (1998) evoca a ciência reflexiva para afirmar que não é possível separar o sujeito do mundo que ele estuda. Para os fins da presente tese, considero essa visão bastante apropriada, pois, na condição de dirigente sindical e

ativista feminista, não só pertenço ao campo de estudo, como interfiro diretamente nele. Portanto, o tipo de ciência reflexiva possibilita esse diálogo constante entre o campo, o sujeito e a teoria. Afirmando, assim, minha preferência pela ciência reflexiva, pois ela permite um diálogo entre aquilo que Michael Burawoy classificou como nós e eles, entre os cientistas e as pessoas estudadas, entre o conhecimento acadêmico e o senso comum.

Ganga e Fonseca (2013), ao aplicarem o método de estudo do caso alargado para o estudo de três museus e suas estratégias educativas e culturais em três cidades, explicam que a escolha passa por uma opção coerente do dispositivo metodológico, tendo a etnografia global de Michael Burawoy como meio para se alcançar as quatro extensões desse método. Primeiro, estendendo do observador ao participante; segundo, estendendo a observação ao longo do tempo e do espaço; terceiro, estendendo os processos e forças externas; quarto, estendendo a teoria (Ganga e Fonseca, 2013:34).

Neste ponto, arrisco afirmar que meu propósito de pesquisar um campo ao qual pertenço se aproxima muito daquilo que Sandra Harding (1993) defende de uma ciência não patriarcal que venha a romper com o androcentrismo, pois seria uma tese sobre mulheres sindicalistas e feministas feita por uma própria. Romper com a tradição patriarcal que separa o conhecer do conhecido.

O feminismo, assim como a teoria feminista, não é estático, está em construção e em disputa. Da mesma forma, podemos entender que não existe um modelo de sindicalismo de movimento social verdadeiro ou único, este também está em construção e desconstrução. Não é possível separar o feminismo dos espaços que as mulheres participam e ocupam, por isso as teorias feministas são totalizantes – não é possível separar o mundo entre os gêneros, da mesma forma que para as mulheres não é possível separar o mundo da razão e da emoção, bem como não é possível separar o pessoal do político e o econômico do social (Harding, 1993:12).

Sendo assim, a reelaboração da teoria produz conhecimento resultante do diálogo/confronto entre a teoria disponível e o exercício de dotação de sentido dos dados. Considerando que o modelo de sindicalismo de movimento social é relativamente recente e está em fase de construção ou disputa, minha proposta é contribuir para aprofundamento ou a extensão da teoria a partir do estudo da organização das mulheres da CUT.

Em resumo, com base nos princípios da ciência reflexiva proposto por Burawoy (1998), apresento o quadro abaixo para explicar sua aplicabilidade para esta pesquisa:

Quadro 6 - Síntese da Aplicação do Método do Caso Alargado para o estudo sobre a organização das mulheres na CUT.

Princípios Reflexivos	método do caso alargado	reduzir efeitos	técnicas de pesquisa
Intervenção	Extensão do observador para o participante	Da dominação	Observação direta
	Ir para além do aparente e objetivo, detectar o subjetivo e interagir diariamente.	Romper com a separação entre sujeitos e objeto: somos todas sujeitas e sujeitos.	Registros do trabalho de campo na condição de observadora.
Processo	Extensão da observação ao longo do tempo e espaço	Do silêncio	Entrevistas
	Analisar os diversos contextos: econômicos, políticos e sociais no período histórico do “novo sindicalismo”, até os dias de hoje.	Romper com a invisibilidade das mulheres sindicalistas na formulação de políticas e democratização das instituições.	Entrevistas com dirigentes mulheres e homens de diferentes faixas etárias e repertório de vivência.
Estruturação	Extensão dos processos e forças externas	Da objetificação	Análise documental
	Mais mulheres no mercado de trabalho combinado com a reestruturação gera maior participação sindical de novos grupos, com novas demandas. Aliado aos movimentos sociais, disputam espaços e poder. Levando a uma maior democratização das entidades.	Romper com uma visão linear de mudanças para perceber os avanços, retrocessos, limites e potencialidades das dirigentes.	Leitura do material coletado e cruzamento com as entrevistas. Analisar as entrevistas para perceber as contradições e/ou confirmações.

Reconstrução	Extensão da teoria	Da normalização	Questionário
	As mulheres praticam e aprimoram um sindicalismo de movimento social, graças à parceria com o movimento feminista.	Não se espera criar uma teoria, mas sim reconstruir a partir de uma análise teórica e prática as possíveis contribuições para o sindicalismo.	Aplicação de dois questionários (coletivo de mulheres e no 13º Concut) para detectar a percepção de homens e mulheres sobre os critérios que definem o SMS.

Fonte: Elaborado pela autora. Adaptação do método de estudo de caso alargado de Burawoy (2009).

Considerando o princípio reflexivo da intervenção proposto por Burawoy (2009), conforme demonstrado no quadro acima, o método do caso alargado vai se dar na extensão do observador para participante. No meu caso, que tenho uma longa experiência na condição de militante sindical e feminista, o exercício inverso foi muito importante, porque observar e estranhar aquilo que me foi familiar possibilitou romper com o aparente, com o objetivo e ir além. Ou seja, considerando uma vivência no cotidiano sindical de muitos anos, pude concentrar minha observação para além do aparente e buscar captar a subjetividade que o campo oferece por meio de gestos, expressões, rituais de poder, símbolos que envolvem a prática sindical.

Sobre a identificação dos processos, eles se expressam especialmente no Capítulo 4 quando analiso a atuação das mulheres da CUT por meio da Comissão desde a sua constituição até a criação da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora (SNMT). Esse método analisado ao longo do tempo e do espaço contribui para romper com uma visão linear dos acontecimentos, ou seja, os processos não são estáticos ou tendem a cumprir etapas, eles são dinâmicos e variam conforme o contexto.

Por fim, a estruturação como princípio reflexivo contribuiu para extensão do diagnóstico das situações que subalternizam as mulheres na vida, no trabalho e no movimento sindical, estruturadas em uma ordem patriarcal, capitalista e racista, à qual as mulheres estão sujeitas. A reconstrução da teoria, nesse caso, contribui para dar visibilidade para as formas de resistências que as mulheres organizadas em

sindicatos continuam a buscar, e que as elevam a um patamar de sujeitos políticos ativos.

5.1.1. Análise documental

Das técnicas de pesquisa utilizadas, iniciei com os documentos disponíveis no Centro de Documentação da CUT (Cedoc), como atas de reunião, boletins, panfletos, cartazes e trocas de mensagens da coordenação da CNMT/SNMT com as representantes dos Estados e ramos de atividade. Além de resolução de plenárias e congressos e artigos publicados no site da CUT ou revista sindical.

Quivy e Campenhoudt (2017) chamam essa técnica de recolha de dados preexistentes, de dados secundários. Passar pelas diversas caixas de arquivos fornecidas pela equipe do Cedoc foi uma experiência interessante. Primeiro pelo reconhecimento do propósito do próprio centro de documentação como um espaço político de preservação da memória ou da possibilidade de a história ser contada sob outros pontos de vistas com base naquilo que foi arquivado. Nas palavras dos autores, essa técnica permite “A análise das mudanças sociais e do desenvolvimento histórico dos fenômenos sociais sobre os quais não é possível recolher testemunhos diretos ou para cujo estudo estes são insuficientes” (Quivy e Campenhoudt, 2017: 203).

Percorrer pelas caixas organizadas por temas e datas é uma viagem no tempo que vai desde material datilografado e mimeografado a troca de e-mails. Hoje, esses registros podem correr risco de se perder, porque muitos encaminhamentos e orientações têm se dado por rede sociais e aplicativos. Entre os vários registros de chamado de reuniões e publicações de atas, um e-mail me chamou atenção: neste, ao fazer um convite para uma professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para palestrar durante reunião do coletivo, a coordenadora se queixa do excesso de trabalho e da falta de autocuidado, inclusive de exercer sua própria sexualidade.

Outra situação relevante para essa experiência se deu com o relato do funcionário do Cedoc, que ao me passar os arquivos disse que as mulheres são as mais cuidadosas com os documentos, que elas são as que mais alimentam os bancos

de dados e que, portanto, eu teria muito material para analisar. Isto confirma minha intuição do temor de serem apagadas da história ou invisibilizadas, como registrou Souza-Lobo (2011), que não seria pela falta de material que isso se daria.

5.1.2. Observação direta

Tenho uma larga experiência de atuação sindical junto à organização das mulheres da CUT o que, de forma direta, está expresso nas minhas escolhas metodológicas e abordagens com relação ao campo e objeto de pesquisa. Apesar de ter participado ativamente durante muitos anos no Coletivo Nacional de Mulheres da CUT na condição de representante do ramo profissional, considero, para efeito desse estudo, a pesquisa de campo feita a partir de agosto de 2017, quando da aprovação do projeto de pesquisa e retorno para o Brasil. Período que participei de atividades de rua, de reuniões do coletivo e seminários na CUT, plenária e congresso, conforme quadro abaixo.

Embora o campo de estudo me seja bastante familiar, tanto sindical como feminista, e em cada atividade que acompanhei eu era reconhecida como alguém do próprio meio estudado e não como uma estranha, optei por denominar observação direta e não participante a exemplo de Burawoy (2009), por não seguir o rigor etnológico ditado pelos antropólogos, para ser chamada como tal (Quivy e Campenhoudt, 2017).

Quadro 7 – Lista das atividades de Pesquisa de Campo por data e local

Data	Atividade	Local
28/08/2017	Abertura do Congresso extraordinário da CUT	São Paulo
04/09/2017	Seminário “Lutas e desafios das trabalhadoras domésticas no mundo do trabalho”	Sede CUT
07/09/2017	Ato de Rua Grito dos Excluídos na Av. Paulista com diversos movimentos, partidos e centrais	São Paulo
21/09/2017	Primeira conversa com Junéia Batista sobre a pesquisa	Sede CUT
26/09/2017	Ato de rua em frente ao INSS – contra a Reforma da Previdência organizado pelo Fórum de Mulheres das Centrais Sindicais	São Paulo

09/10/2017	Reunião com Eleonara Menecucci sobre o caso Alexandre Frota articulada com os diversos movimentos.	São Paulo
24/10/2017	Ato no Fórum João Mendes em apoio a Eleonora Menecucci e contra a cultura do estupro	São Paulo
27, 28 e 29/10/2017	Plenária Nacional da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras	Taguatinga DF
10/11/2017	Ato das centrais sindicais na Praça da Sé contra a Reforma Trabalhista e da Previdência	São Paulo
13/11/2017	Ato dos movimentos feministas contra PEC 181 na Av. Paulista 10 mil pessoas	São Paulo
18/11/2017	Reunião da FFE – Frente Feminista de Esquerda para avaliação do ato contra PEC 181	São Paulo
27/11/2017	Assembleia da indústria de brinquedos Elke com Maria Auxiliadora da Força Sindical	São Paulo
05/12/2017	Vigília contra PEC 181 no Masp e Greve Geral (adiada)	São Paulo
06/12/2017	Lançamento do livro e revistas produzidos a partir do curso para as mulheres da CUT em parceria com Cesit/Unicamp	Campinas
07, 08 e 09/12/2017	Reunião do Coletivo Nacional de Mulheres da CUT	Sede da CUT
29/01/2018	Reunião chamada pela CUT com os movimentos sociais para tirar uma posição do campo cutista e petista para a reunião geral de preparação do 8 de março	Sede da CUT
30/01/2018	Primeira Reunião com todos os movimentos para discutir a organização do 8M- Apeoesp	São Paulo
06/02/2018	Segunda reunião preparatória com os movimentos sobre 8M – Sind. Bancários	São Paulo
15/02/2018	Visita à casa Tereza de Benguela – ocupação feita por mulheres do MTST para servir de apoio às mulheres vítimas de violência no bairro	Zona Leste de São Paulo
19/02/2018	Ato contra a Reforma da Previdência no Masp (antes Greve Geral)	São Paulo
21/02/2018	Terceira reunião preparatória do 8M com os movimentos sociais – Sind. Bancários	São Paulo
08/03/2018	Ato na A. Paulista do 8M	São Paulo
06/05/2018	Ato das Centrais no auditório do Sindicato dos Químicos Tamandaré para lançar a plataforma da classe trabalhadora	São Paulo
22/06/2018	Construindo a plataforma das mulheres sindicalistas da CUT para 2018 com apoio da FES – Friedrich-Ebert-Stiftung	São Paulo

31/08/2018	Atividade do Fórum de Mulheres das Centrais – Seminário: Mais mulheres na Política, na sede do sindicato SIEMACO – Asseio e Conservação e limpeza urbana	São Paulo
20/09/2018	Primiero debate organizado pela Fundação Friedrich Ebert e SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, sobre Desafios atuais do feminismo no Brasil.	São Paulo
03/12/2018	Diálogos Feministas FES e SOS Corpo “Balanço das eleições 2018 e agenda 2019”.	São Paulo
22/02/2019	Diálogos Feministas FES e SOS Corpo “Análise de conjuntura desde uma perspectiva feminista: desafios para a defesa da democracia	São Paulo
08/03/2019	Ato na Av. Paulista 8M	São Paulo
28/03/2019	Seminário da CUT sobre novas tecnologias com a presença de Ricardo Antunes	Sede da CUT
06/06/2019	Diálogos Feministas FES e SOS Corpo “Ativismo na Internet e coletivos online no atual contexto político”	São Paulo
03/07/2019	Seminário de Organização da CUT, na sede da CUT presença do Marcio Pochmann	Sede da CUT
01 e 02/08/2019	Oficina: Mulheres da CUT construindo ações coletivas frente ao desmonte de políticas e de trabalho – Colônia de Férias dos Químicos	Praia Grande
12/08/2019	Saída dos ônibus da CUT para Brasília rumo a Marcha das Margaridas – 16 horas de viagem	Sede CUIT
13 e 14/08/2019	Marcha das Margaridas	Brasília
14/08/2019	Reunião da Frente Nacional pela Legalização do Aborto	Brasília
15/08/2019	Lançamento da Frente Parlamentar Feminista Antirracista	Brasília
06/10/2019	Plenária Nacional de Mulheres da CUT	Praia Grande
07 a 10/10/2019	13° Concut – Congresso Nacional da CUT	Praia Grande
29/02/2020	Reunião com grupo de mulheres #EleNão para preparar ato referente ao 8M em Osasco – biblioteca Zequinha Barreto	Osasco
07/03/2020	Ato em Osasco em chamado para o 8M na Paulista	Osasco
08/03/2020	Ato 8M na Av. Paulista	São Paulo

Fonte: anotações da Pesquisa de Campo.

Há aproximadamente 20 anos, desde que me tornei sindicalista, participo ativamente das ações coletivas, especialmente nas políticas de gênero, do movimento sindical. Porém, agora, assumo a qualidade de pesquisadora, ou seja, de quem se propõe a estudar esse movimento. A meu ver, essa dupla condição me trouxe mais vantagens que desvantagens. Vantagem de conhecer o campo de estudos e de ser reconhecida pelos sujeitos desse campo, e de captar as mensagens dos silêncios, do movimento do corpo, daquilo que foi dito e do que não foi dito, mas que foi contrastado com outros movimentos ou ações. A exemplo do ato de 8M em 2017, onde aconteceram duas concentrações em locais diferentes por conta das polêmicas sobre a proposta da greve feminista. Ou mesmo da reunião do Coletivo Nacional de Mulheres da CUT, nos dias 01 e 2 de agosto de 2019, a qual foi chamada no formato de Oficina, ou seja, de caráter formativo, para se evitar debate de caráter mais organizativo, que pudesse pautar polêmica como as disputas em torno da presidência da Central.

A desvantagem, no meu caso, pode estar na condição de alguém muito próxima ao objeto de estudo ao ponto de não estranhar certas situações ou ações por me parecerem familiares ou óbvias demais. Por esse motivo, conforme recomendam os principais manuais de metodologia, procurei confrontar com outras técnicas e buscar semelhança ou divergência entre o observado, o dito e o escrito.

5.1.3. Entrevistas

Ao longo deste trabalho, realizei vinte e três entrevistas, sendo que dessas, três são representantes do movimento feministas e os demais são dirigentes ou ex-dirigentes da central, todas e todos tiveram ou têm experiência na direção executiva, em diferentes mandatos. Foram entrevistados seis homens e dezessete mulheres. A escolha das pessoas entrevistadas obedeceu ao seguinte critério: ter atuado diretamente na organização de mulheres da CUT; ser mulher e ocupar um cargo na direção executiva; ser do movimento feminista e ter participado de ações conjuntas ou em parceria com as mulheres da CUT; ser homem e ter ocupado cargos estratégicos na direção da Central e/ou na corrente política – no caso das correntes políticas, a maioria das pessoas entrevistadas pertencem à corrente majoritária

Articulação Sindical (Artisind), quatro pessoas são da segunda maior força política, a CUT Socialista e Democrática (CSD) e uma da Articulação de Esquerda (AE).

Quadro 8 - Lista das pessoas entrevistadas por cargo/condição de militância

NOME	CARGO
DIDICE GODINHO DELGADO	Coordenadora da CNMT (1987-1993)
LUCI PAULINO	Coordenadora da CNMT (1994 -1997)
NALU FARIA	Fundadora da SOF e militante feminista da MMM
JUNÉIA BATISTA	Secretária de Saúde (2009-2015) e Secretária Nacional de Mulheres desde 2015
VERA SOARES	Militante feminista independente
ROSANE SILVA	Secretária de Política Sindical (2006-2008) e Secretária Nacional de Mulheres (2008-2015)
CARMEN FORO	Vice-presidenta (2015-2019) e atual Secretária Geral
EDJANE RODRIGUES SILVA	Secretária da Juventude (2015-2017)
JANDYRA UEHARA ALVES	Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos desde 2015
ARTUR HENRIQUE	Presidente (2006-2012)
ROSANA SOUSA FERNANDES	Secretária da Juventude (2009-2012) e adjunta de Combate ao Racismo desde 2015
GRAÇA COSTA	Secretária de Relações do Trabalho (2015-2019) e atual Secretária de Organização e Política Sindical
JUVÂNDIA MOREIRA	Diretora Executiva desde 2015
CARMEN SILVA	militante feminista da AMB e do SOS Corpo
JACY AFONSO	Tesoureiro (2006-2009) e Secretário de Organização (2009-2012)
ROSANE BERTOTTI	Secretária de Comunicação (2009-2015) e Secretária de Formação desde 2015
JOÃO FELÍCIO	Presidente (2000-2003, 2005), Secretário de Relações Internacionais (2006-2012) e Sec. Geral da CSI (2014)
SERGIO NOBRE	Secretário Geral (2009-2015) e atual Presidente
MARIA APARECIDA FARIA	adjunta da Secretaria Geral (2009-2015) e atual adjunta das Finanças
MARA FELTES	Diretora Executiva desde 2015

RAFAEL FREIRE	Diretor Executivo (2003-2006) e atual Secretário Geral da CSA
GILMAR CARNEIRO	Secretário de Política Sindical (1984-1986); Secretário de Imprensa (1986-1988); Secretário Geral (1988-1991); e atual Assessor Especial da Presidência
DENISE MOTA DAU	Adjunta da Secretaria Geral (2003-2006) e Secretária de Relações do Trabalho (2006-2015)

Para o público de sindicalistas, apresentei um roteiro com quatro questões semi-estruturadas e procurei intervir o mínimo possível:

- Fale da sua trajetória e da relação com as questões de gênero.
- Como você vê a relação com os movimentos sociais e o feminismo?
- Qual foi a contribuição das mulheres para a CUT, mudaram a forma de fazer sindicalismo?
- Qual expectativa quanto ao papel transformador da CUT?

Para as feministas, apresentei o seguinte roteiro de questões:

- Fale da sua trajetória no feminismo e de como se deu a sua relação com as mulheres sindicalistas.
- Para você o que é “ser feminista”? Se você identificou resistência por parte das sindicalistas em assumir o feminismo?
- Como você vê essa relação (sindicalismo e feminismo) hoje em dia?
- Você acha que as mulheres mudaram a forma de fazer sindicalismo na CUT?

Conforme alertam Quivy e Campenhoudt (2017), a entrevista é uma forma direta de interação humana, apresenta um grau de profundidade dos elementos a ponto de despertar emoções, tais como as quais presenciei: choro, receios e pedidos para interromper a gravação. Apesar de conhecer todas as pessoas, procurei formalizar os pedidos de entrevistas, explicar brevemente os objetivos da pesquisa e pedir autorização verbal para publicação do conteúdo.⁹²

Para preservar o anonimato das pessoas entrevistadas, tanto as referências como os depoimentos transcritos na tese, serão apresentados da seguinte forma: coordenação da CNMT (ex-CO); direção executiva de mandatos passados (ex-DE);

92 Das pessoas entrevistadas aconteceram dois falecimentos, o de João Felício em março de 2020, em decorrência de complicações no tratamento de um câncer e de Luci Paulino, em março de 2021, por complicações da Covid-19.

direção executiva atual (DE); militantes feministas (FE). Cada grupo receberá uma numeração aleatória e o ano que a entrevista foi realizada.

5.1.4. Questionário

Apliquei dois questionários, um voltado para o coletivo de mulheres da CUT, aplicado durante Seminário na Praia Grande, onde obtive 31 questionários respondidos, dos 36 distribuídos. E outro, durante o 13º Concut, onde foram distribuídos 1.400 questionários, para 1.705⁹³ delegados e delegadas inscritas, no qual obtive o retorno de 618 questionários, ou seja, 36% das delegações.

Com objetivo de detectar a percepção desses dois públicos sobre os pontos que caracterizam o sindicalismo de movimento social, as questões foram elaboradas a partir das características apresentadas por Peter Waterman (2008) para a definição do conceito/modelo de sindicalismo de movimento social ou novo sindicalismo social. Utilizei da escala Likert⁹⁴ (Discordo totalmente, Discordo parcialmente, Indiferente, Concordo parcialmente, Concordo totalmente) para verificar o grau de concordância das afirmações selecionadas. Além disso, subdividi as respostas por grupo de atuação — Coletivos de Mulheres e CUT em Geral — para perceber se os respondentes viam diferenças sobre essas duas formas de organizações.

Foi um risco metodológico separar a percepção para Coletivo de Mulheres e para CUT em Geral porque afinal as mulheres são parte da mesma organização CUT. Não detectei estranhamento, dúvidas ou questionamentos por parte das pessoas pesquisadas quanto aos pontos presentes no questionário ou mesmo sobre a opção de resposta para duas formas de organização. Essa opção de divisão foi importante para verificar minha hipótese de que as mulheres estão mais próximas do modelo de SMS.

Os dois questionários contêm duas partes fundamentais: uma primeira voltada para questões relacionadas ao perfil do(a) respondente e uma segunda parte

⁹³ Conforme dados do Relatório da Pesquisa Perfil dos Delegados e das Delegadas e das Entidades filiadas à CUT - 13º CONCUR. (CUT, 2020:1).

⁹⁴ Ver https://pt.wikipedia.org/wiki/Escala_Likert.

voltada para questões conceituais sobre o modelo de SMS, conforme descrito acima. Sendo que no Coletivo de Mulheres foram dezesseis pontos a serem analisados e no Concut tive que reduzir para oito, diante das condições e tamanho de público muito distintos.

Eles foram aplicados em momentos e condições diferenciadas. O espaço de tempo entre a aplicação de um e outro é relativamente curto: o primeiro, do Coletivo de Mulheres, foi aplicado em agosto de 2019, e o segundo, do 13º Concut, em outubro do mesmo ano. As mulheres estavam em condições mais favoráveis para o preenchimento, pois todas estavam hospedadas em uma colônia de férias de um sindicato por dois dias, onde também concentravam as reuniões. Enquanto o público do 13º Concut estava disperso em diferentes hotéis e colônias das entidades sindicais e se deslocavam por meio de transportes coletivos para o local do Congresso. O público se concentrava em um ginásio de esportes com cadeiras e bancadas pouco confortáveis, com muito barulho ao redor em função do número de pessoas e dos trabalhos da programação.

A abordagem no Coletivo de Mulheres foi individual e coletiva, distribuí e expliquei os objetivos do questionário para cada participante presente e ainda foi reforçado coletivamente pela coordenadora do evento. Já no 13º Concut, contei com a ajuda de um bolsista de iniciação científica da Universidade Federal do ABC (UFABC), Gabriel Fernandez da Cunha, para distribuição do questionário de mão em mão na entrada principal do local do congresso. Foi um trabalho muito cansativo, porém gratificante porque tivemos boa receptividade nas nossas abordagens e um retorno com relativo sucesso diante das condições adversas. Pois, além da falta de logística na distribuição dos questionários, tivemos que, de certa forma, “concorrer” com um outro questionário que constava nas pastas de cada inscrito no congresso⁹⁵ – o que também gerou uma certa confusão dos participantes que pensavam se tratar de um único questionário⁹⁶.

95 A REMIR - Trabalho reúne pesquisadores e pesquisadoras estudiosos do Trabalho com vistas a um acompanhamento crítico e sistemático dos desdobramentos da Reforma Trabalhista aprovada em 2017 (Lei 13.467, de 2017). Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/remir/index.php/a-remir>

96 Por fim, fomos beneficiados pela equipe da REMIR que acabaram por recolher os dois questionários e nos repassar os nossos, caso contrário teríamos dificuldade de atingir esse público.



Figura 4. Imagem da abertura do 13º Concut. Fonte: <https://www.cut.org.br/fotos/abertura-do-13-congresso-nacional-da-cut-07-10-2019-fotos-roberto-parizotti-c54a>

5.2. O SMS segundo a percepção dos delegados e delegadas do 13º Concut

Para analisar as informações obtidas a partir das respostas dos participantes do questionário, vou considerar as três operações propostas por Quivy e Campenhoudt (2017) conforme seguem: 1) descrever e agregar; 2) analisar as relações entre as variáveis; 3) comparar os resultados observados com os esperados.

Conforme relatei acima, foram distribuídos 1.400 questionários para as delegações e obtivemos o retorno de 618 questionários preenchidos, sendo 273 de mulheres e 292 de homens (53 com o campo de sexo em branco).

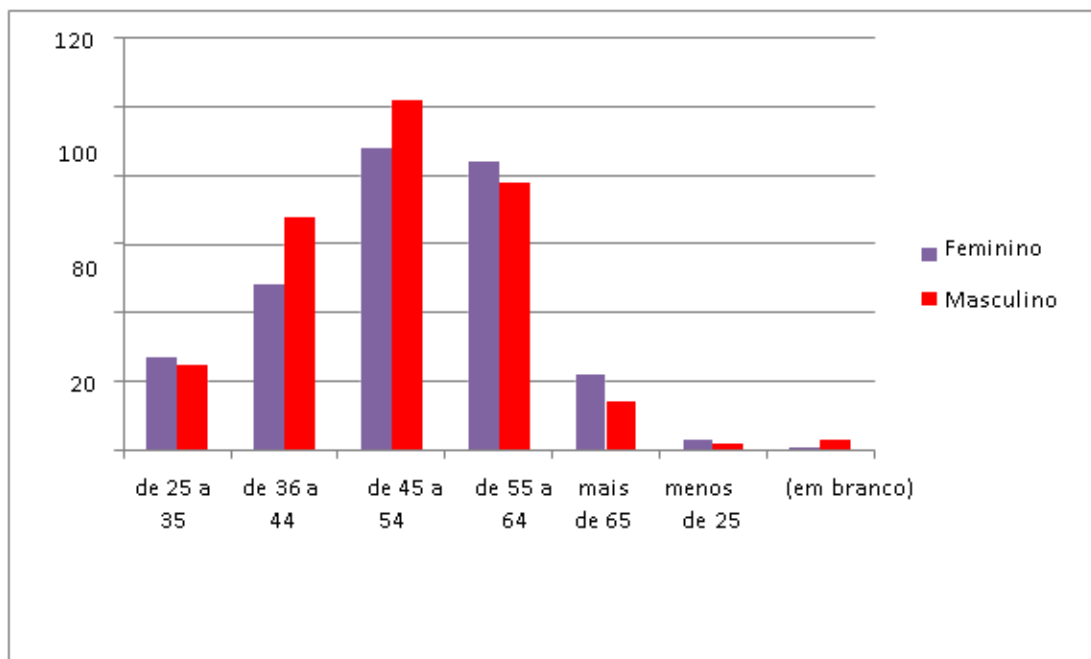
Tabela 2: Número absoluto e percentagem de participantes do 13º Concut e das pessoas que responderam ao questionário, por sexo

Delegados do 13º Concut	número	%	Respondentes questionário	número	%
homens	968	53,5	homens	292	51,6
mulheres	737	46,3	mulheres	273	48,3

Fonte: Elaboração própria com base no Relatório Pesquisa de Perfil dos/as Delegados/as e das Entidades Filiadas à CUT 13º Congresso Nacional da CUT (CUT, 2020).

A proporção entre homens e mulheres que responderam ao questionário se aproxima da proporção das representações por sexo do Congresso. Quanto a faixa etária dos pesquisados, as mulheres se concentram nos extremos, ou seja, entre muito jovens ou muito velhas. Na faixa etária intermediária, a maioria é de homens, principalmente na idade considerada reprodutiva, entre os 36 e 44 anos.

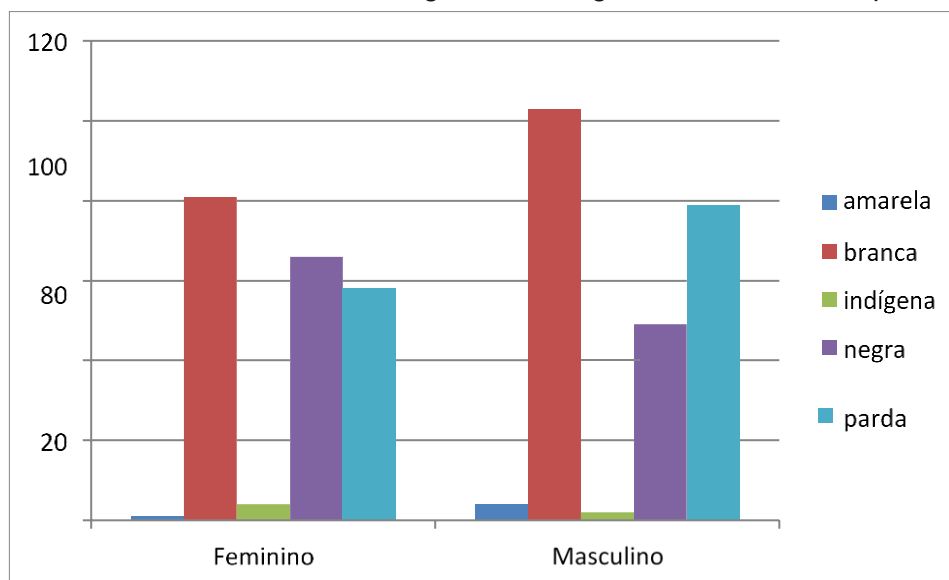
Gráfico 1 – Perfil dos delegados e delegadas do 13º Concut por sexo e idade



Fonte: Questionário aplicado pela autora durante o 13º Concut.

Com relação às variáveis cor/raça e sexo, observo um equilíbrio de representação maior entre as mulheres, ou seja, com exceção da amarela e da indígena, as outras estão relativamente próximas com uma pequena vantagem para a mulher branca. Enquanto para os homens a vantagem de representação da cor/raça branca é expressiva se comparada com as demais, seguida da parda. Dos grupos de menor representação, pessoas de raça/cor amarela e indígena, as mulheres indígenas e homens de cor/raça amarela, têm a mesma proporção de participação. Ou seja, tem mais mulheres que homens indígenas e mais homens que mulheres de origem oriental. Curiosamente dois estereótipos opostos de poder na sociedade brasileira: a mulher indígena desprovida de “civilidade”, e os homens de origem oriental vistos como mais inteligentes e competitivos no mercado de trabalho. É digno de nota que as mulheres indígenas realizaram a primeira Marcha das Mulheres Indígenas às vésperas da Marcha das Margaridas de 2019 em Brasília, que reuniu mais de 130 povos.⁹⁷

Gráfico 2 – Perfil dos delegados e delegadas do 13º Concut por sexo e cor



Fonte: Questionário aplicado pela autora durante o 13º Concut.

Na segunda parte do questionário, lancei oito afirmações a respeito dos pontos propostos por Peter Waterman e considero como variável contínua os

97 Conforme matéria no site do Conselho Indigenista Missionário, disponível em: <https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/>. Acessado em 06/06/2021.

diferentes níveis de concordância e discordância conforme a atuação de dois grupos: a CUT em geral e o Coletivo de Mulheres. Foram essas afirmações:

1. Não se restringe às demandas imediatas, mas também das consequências delas para toda sociedade de modo a articular-se com outros interesses, para potencializar as mobilizações em causas conjuntas.

2. Mantém relações estreitas com setores mais vulneráveis da classe trabalhadora, como os informais, as domésticas, agricultores, profissionais liberais.

3. Preza por uma relação de igualdade e independência com outros movimentos – ou seja, não pretende assumir uma atitude vanguardista ou de disputa de protagonismo.

4. Visa transformar as relações sociais e as estruturas (econômica, política, social, residencial, doméstica, sexual e cultural) de forma democrática.

5. Articula-se com potenciais aliados (forças políticas, partidos ou governo) de igual para igual, não de forma subordinada.

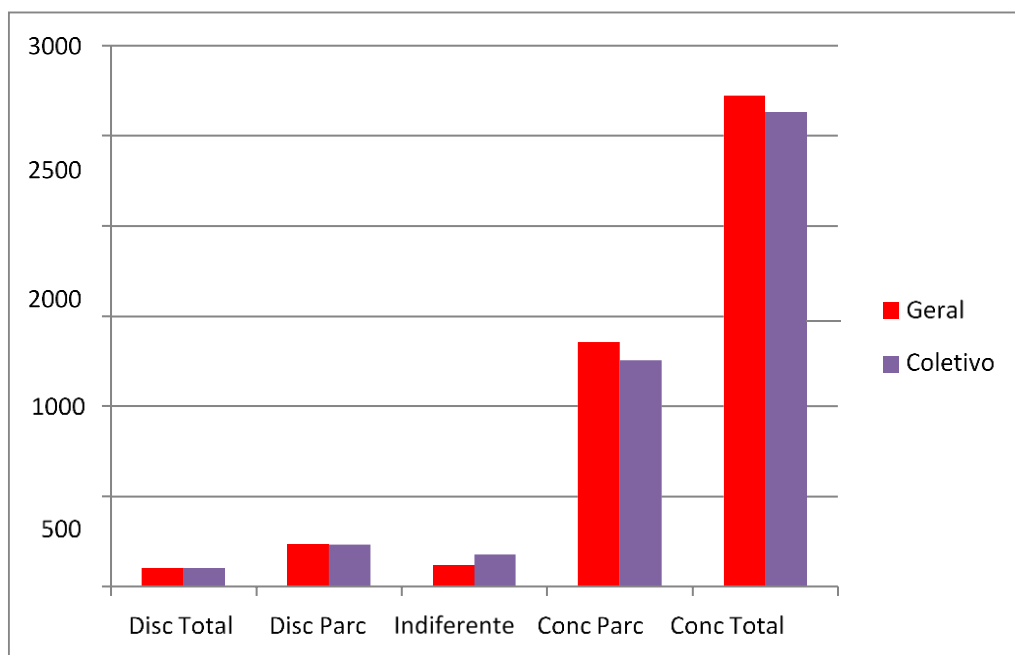
6. Toma para si e transporta para dentro dos sindicatos novos eixos, a exemplo da luta contra o racismo, sexismo e autoritarismo.

7. Democratiza a mídia pelo pluralismo, dentro e fora do movimento sindical.

8. Atua com abertura para redes dentro e entre organizações, valorizando o informal, horizontal e flexível através de coalizão, alianças e interesses estimulando uma democracia organizacional, pluralismo e inovação.

O grau de concordância total e parcial é muito superior se comparado com a discordância total ou parcial para cada afirmação elencada no questionário. Portanto, seguramente, posso afirmar que a opinião dos participantes converge para um grau forte de concordância que caracterizam tanto a CUT como o Coletivo de Mulheres muito próximos ao modelo de SMS.

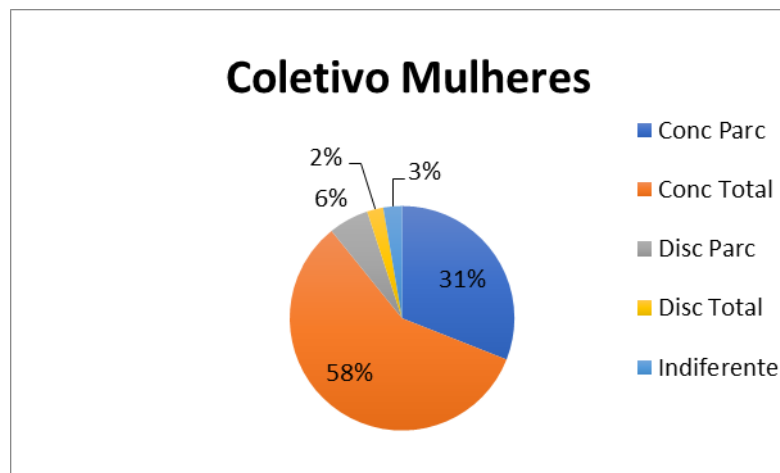
Gráfico 3 – Percepção total dos delegados e delegadas do 13º Concut, sobre os pontos de SMS.



Fonte: Questionário aplicado pela autora durante o 13º Concut.

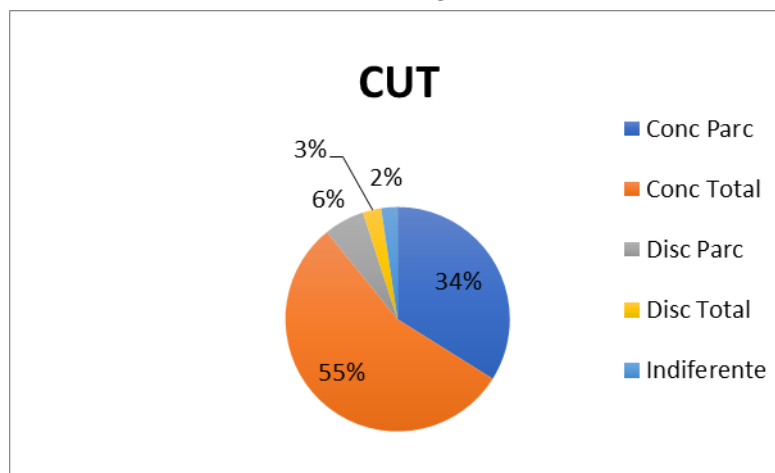
Se separarmos a opinião sobre a “CUT” da opinião sobre o “Coletivo de Mulheres”, podemos verificar que praticamente não existe diferença entre essas duas formas de organização. Ou seja, para a totalidade das respostas dadas, tanto a CUT como as mulheres organizadas no seu interior praticam o mesmo tipo de sindicalismo. Porém quando considero a variável sexo para verificar a percepção por tipo de organização (CUT em Geral ou Coletivo de Mulheres) observo uma pequena alteração.

Gráfico 4 – Percepção das mulheres do 13º Concut quanto aos pontos de SMS e à atuação do Coletivo de Mulheres.



Fonte: Questionário aplicado pela autora durante o 13º Concut.

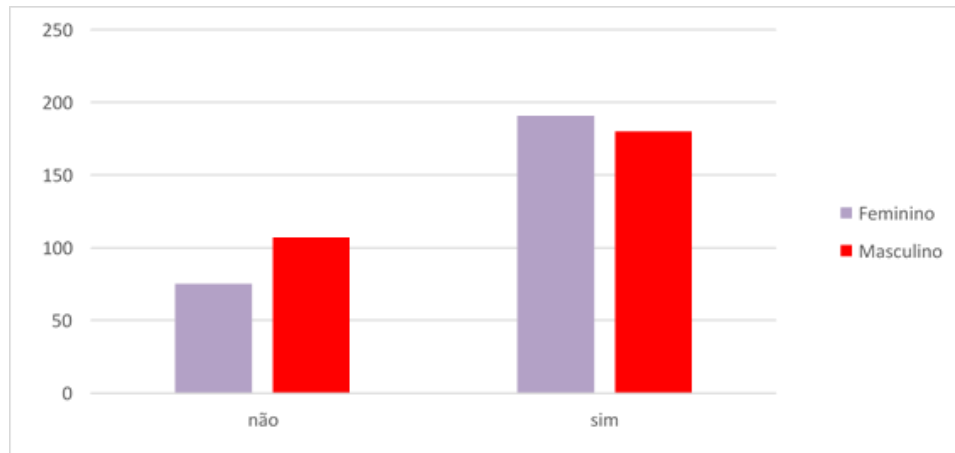
Gráfico 5 – Percepção das mulheres do 13º Concut quanto aos pontos de SMS e à atuação da CUT em geral.



Fonte: Questionário aplicado pela autora durante o 13º Concut.

Outra variável importante para a verificação da minha hipótese é a militância em outro movimento social, principalmente se considerarmos que a parceria com os movimentos sociais é uma das principais características do SMS. No geral homens e mulheres afirmam positivamente para uma militância além da sindical. As mulheres têm uma pequena vantagem com relação aos homens, que são maioria entre aqueles que responderam negativamente para militância em outro movimento que não fosse o sindical.

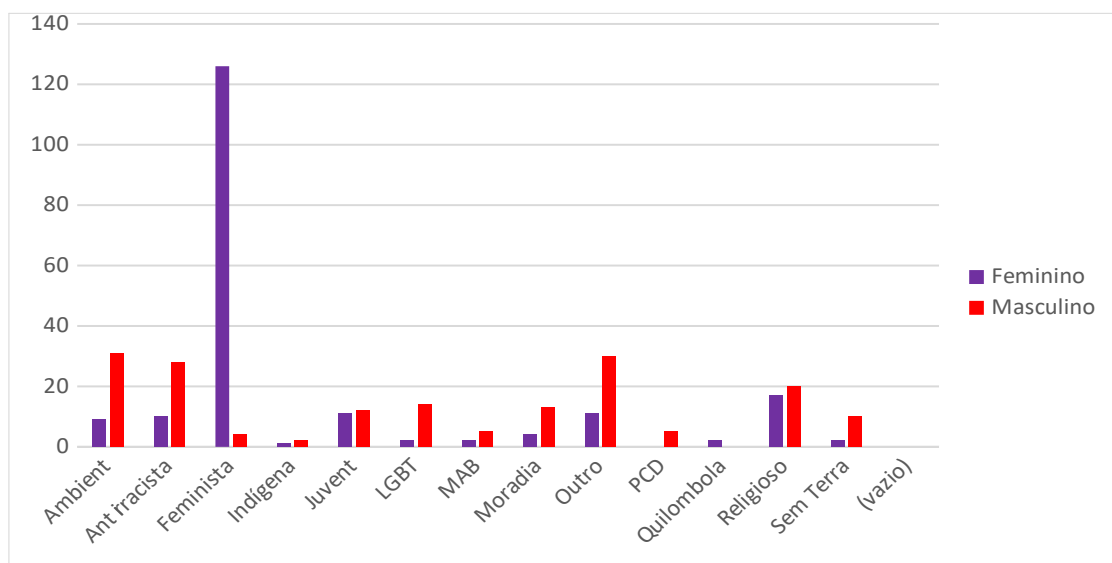
Gráfico 6 – Militância em outro movimento dos delegados e delegadas do 13º Concut por sexo.



Fonte: Questionário aplicado pela autora durante o 13º Concut.

Entre elas, a maioria absoluta assume uma militância no feminismo, seguida de movimento religioso e antirracista. Entre os homens existe um embate entre os ambientalistas e outros (que desagregado, aparece como partido político), seguida de movimento antirracista. Sendo que a militância no movimento feminista salta aos olhos em relação a qualquer tipo de outra militância, como demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 7 – Militância dos delegados e delegadas do 13º Concut por tipo de movimento e sexo



Fonte: Questionário aplicado pela autora durante o 13º Concut.

Em síntese, comparando os resultados observados dos resultados esperados para o questionário aplicado no 13º Concut, é nítido o alto grau de concordância para os oito pontos para os dois grupos: Coletivo de Mulheres e CUT em Geral. Também posso afirmar que para o mesmo público não existe diferença de atuação entre os Coletivos de Mulheres e da CUT em Geral. Porém, se observo a resposta para a questão “se milita ou não em outro movimento social além do sindical”, as mulheres aparecem com pequena vantagem. E o dado mais importante, conforme aponte logo acima, é que o movimento feminista é disparadamente o maior em termos de adesão.

A dupla militância das mulheres no movimento sindical e feminista se destaca muito de outros tipos de militância. Esse dado demonstra uma coerência com o histórico da organização das mulheres na CUT que mantém uma parceria sólida com o movimento feminista desde o seu início. Além disso, o movimento feminista em diversas partes do mundo, na América Latina e no Brasil, vem ganhando prestígio e atenção das grandes mídias a exemplo da Primavera Feminista no Brasil pelo Fora Cunha, pelo *#EleNão*, contra a candidatura de Bolsonaro; *#NiUnaMenos* em combate à violência contra as mulheres na Argentina e o chamado para Greve Feminista⁹⁸. A cada ano cresce o número de pessoas que participam dos atos de 8 de março, visto pelos movimentos de esquerdas como “abre alas” das grandes manifestações do ano.

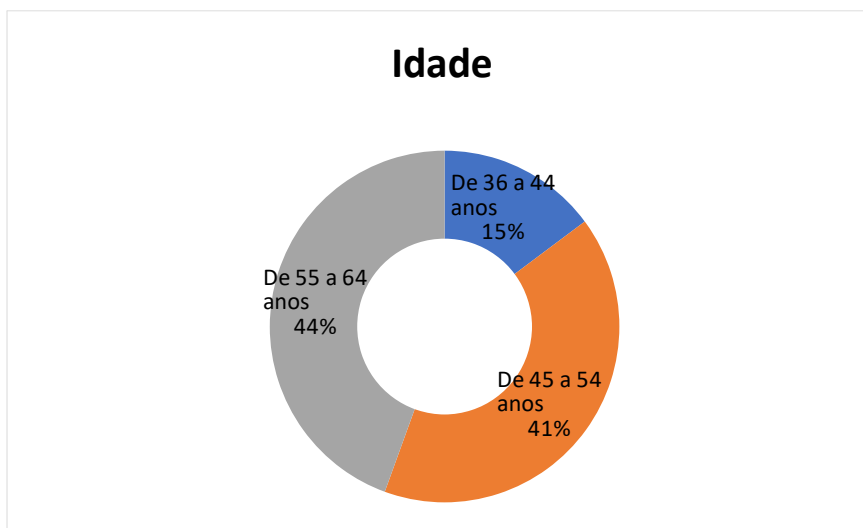
5.3. O SMS segundo a percepção das integrantes do Coletivo Nacional de Mulheres da CUT

Nesta seção da tese, analiso os resultados do questionário aplicado para o Coletivo Nacional de Mulheres da CUT em seminário proposto pela SNMT, com apoio da AFL-CIO, realizado nos dias 1 e 2 de agosto de 2019, na Praia Grande/SP. Foram

⁹⁸ O movimento feminista na Argentina, Brasil e Chile foi objeto de estudo da pesquisa 50 anos de feminismo (1965-2015): novos paradigmas, desafios futuros, apoiada pela FAPESP e realizada pela professora Eva Alterman Blay, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, em parceria com a professora Lucia Mercedes de Avelar, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Disponível em: <https://www5.usp.br/noticias/sociedade/50-anos-de-feminismo-a-luta-diaria-por-igualdade-de-direitos/>

distribuídos 36 questionários para a totalidade das participantes, todas mulheres, e obtive retorno de 31 questionários preenchidos (algumas estavam de passagem e não ficaram o período todo).

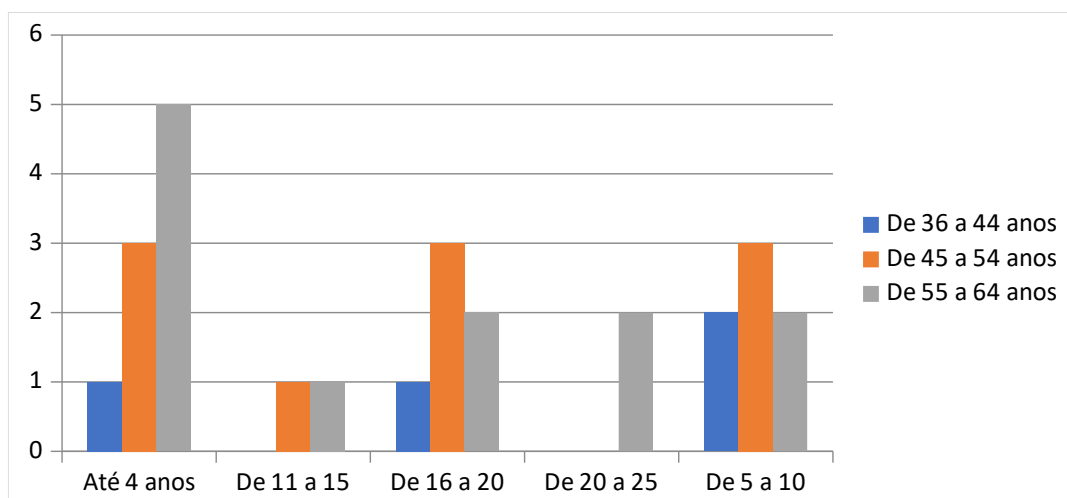
Gráfico 8 – Perfil das integrantes do coletivo de mulheres por idade



Fonte: Questionário aplicado pela autora durante reunião do Coletivo Nacional de Mulheres da CUT.

Assim como se verificou no questionário do 13º Concut, as mulheres em idade reprodutiva entre os 35 e 44 anos participam em menor número; a maioria 44% tem de 55 a 64 anos, e de 45 a 54 anos formam 41%. Se considerarmos o tempo de participação no coletivo, percebemos que a renovação se dá com as mulheres mais velhas, pois até 4 anos de atuação, a maioria tem de 55 a 64 anos de idade.

Gráfico 9 – Perfil das integrantes do coletivo de mulheres por idade e tempo de participação no coletivo



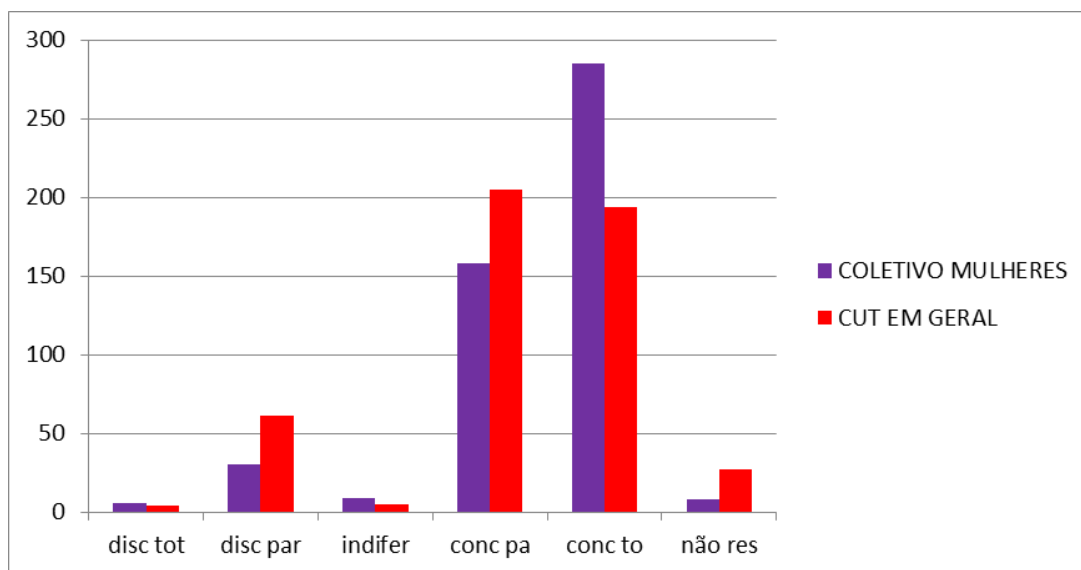
Fonte: Questionário aplicado pela autora durante reunião do Coletivo Nacional de Mulheres da CUT.

Na segunda parte do questionário, trabalhei com 16 afirmações/questões⁹⁹ sobre as características do SMS de Peter Waterman. Ao aplicá-lo, recebi o seguinte comentário de uma das participantes ao me entregar o questionário respondido: “Desse jeito vamos ter que implodir a CUT”, revelando uma visão mais crítica do coletivo com relação à forma de atuação da Central. Esse comentário é reflexo do resultado observado conforme gráfico 10, abaixo.

Nesse gráfico agrupei as respostas por grau de concordância segundo a forma de organização – CUT em Geral ou Coletivo de Mulheres -, da mesma maneira que fiz para no Gráfico 3, com delegados e delegadas do 13º Concut. Se para os congressistas praticamente não há diferença entre uma atuação e outra, para as integrantes do Coletivo Nacional é evidente que o “concordo totalmente” é mais expressivo para a atuação das mulheres.

⁹⁹ O motivo das 16 questões para o Coletivo de Mulheres, e não 8 conforme o aplicado no 13º Concut, foi porque tratava-se do primeiro questionário elaborado e me utilizei de todos os pontos destacados por Peter Waterman. Após essa experiência resolvi concentrar em 8 questões para ser mais factível de ser respondido considerando o tamanho e as condições de aplicação no Congresso.

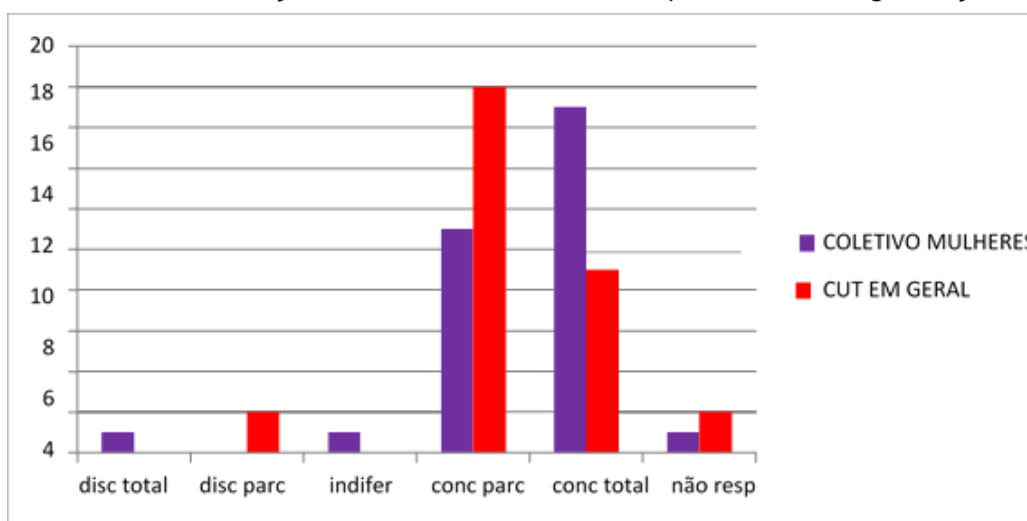
Gráfico 10 - Totalidade das respostas por grau de concordância segundo a forma de organização



Fonte: Questionário aplicado pela autora durante reunião do Coletivo Nacional de Mulheres da CUT.
 Nota. A escala na vertical vai até 300 porque eram 16 questões multiplicadas por 31 resposta sobre o grau de concordância.

A seguir, das dezesseis questões referentes aos pontos que caracterizam o SMS, destaquei quatro questões comuns aos dois questionários e que revelam resultados mais expressivos, ou seja, questões que evidenciam melhor a diferença entre as duas formas de organização. A começar pela seguinte afirmação: “Mantém relações estreitas com setores mais vulneráveis da classe trabalhadora, como os informais, as domésticas, agricultores, profissionais liberais.”

Gráfico 11 - Relações com setores vulneráveis por forma de organização

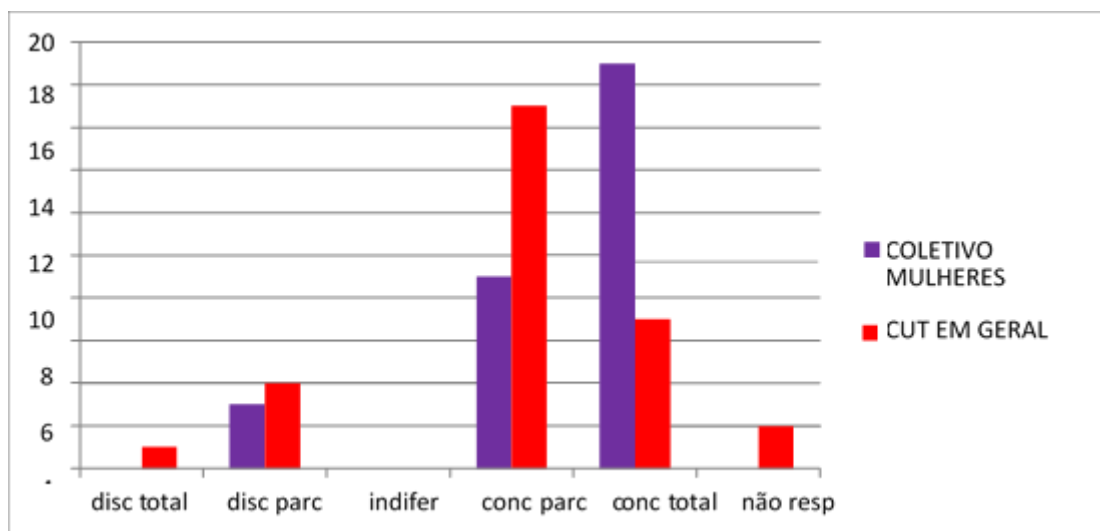


Fonte: Questionário aplicado pela autora durante reunião do Coletivo Nacional de Mulheres da CUT.

Daquelas que concordam totalmente com a afirmação acima, o Coletivo de Mulheres foi melhor classificado, ou seja, para as respondentes, o Coletivo de Mulheres se destaca nas relações com os setores mais vulneráveis. No entanto, a CUT não foi mal na classificação porque compensou com a maioria daquelas que acreditam que esta afirmação vale parcialmente para CUT.

Outro destaque que faço é com relação à seguinte afirmação: “Preza por uma relação de igualdade e independência com outros movimentos – não ao vanguardismo ou disputa de protagonismo”.

Gráfico 12 – Relação de igualdade (não ao vanguardismo) com os movimentos por tipo de organização

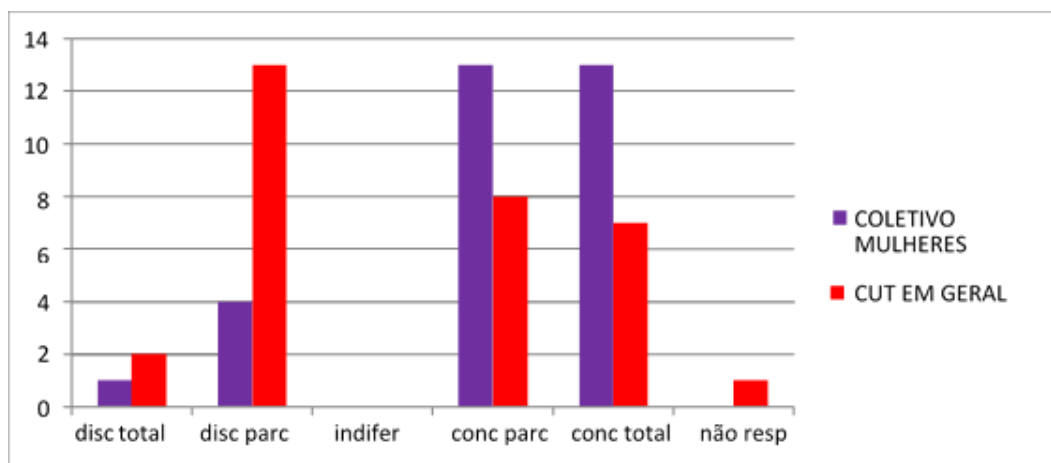


Fonte: Questionário aplicado pela autora durante reunião do Coletivo Nacional de Mulheres da CUT.

Nesse ponto, o grau de concordância total para o Coletivo de Mulheres distoa muito da CUT, ou seja, na percepção das respondentes, a disputa de protagonismo é muito mais evidente para a CUT no Geral que para o Coletivo de Mulheres. Por outro lado, para as respondentes, o Coletivo de Mulheres corresponde melhor com uma relação de igualdade e de não vanguardismo com os movimentos.

Ainda sobre relação com os movimentos e sobre um termo muito utilizado nos movimentos sociais que é a horizontalidade, a respeito da seguinte afirmação: “Mantém uma relação horizontal (sem hierarquia) de militância”, observa-se o seguinte resultado:

Gráfico 13 – Relação de horizontalidade com os movimentos por tipo de organização

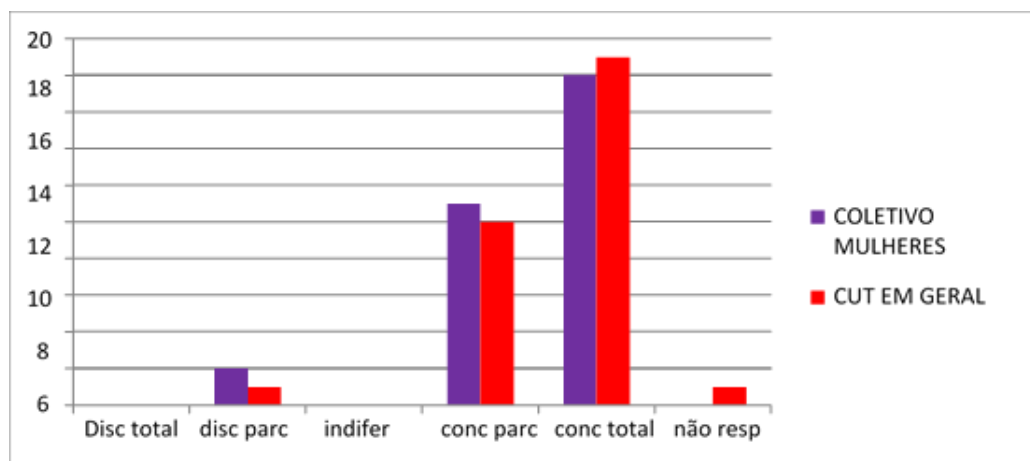


Fonte: Questionário aplicado pela autora durante reunião do Coletivo Nacional de Mulheres da CUT.

Nesse ponto, fica evidente a crítica do Coletivo de Mulheres sobre o déficit democrático na CUT. Foi um dos pontos onde o grau de discordância, mesmo que parcial, aparece com maior destaque. Isto revela que, na percepção das respondentes, a relação da CUT com a militância dos movimentos sociais não se destaca pela horizontalidade, por outro lado, as mulheres organizadas em coletivo teriam maior poder de acolhimento e de diálogo horizontal com a militância.

A seguir está o único ponto onde o grau de concordância total para CUT em Geral é um pouco maior que para o Coletivo de Mulheres. Sobre a afirmação “Articula com forças políticas, partidos ou governo”, verifica-se o seguinte resultado:

Gráfico 14 – Percepção das integrantes do coletivo de mulheres sobre articulação com partidos e governo por tipo de atuação



Fonte: Questionário aplicado pela autora durante reunião do Coletivo Nacional de Mulheres da CUT.

A articulação com governo, partido e forças políticas com destaque para a CUT reforça a análise do capítulo três quanto à guinada institucional da Central e, em certo sentido, um distanciamento dos movimentos sociais, conforme avaliação das integrantes do coletivo demonstrada no gráfico 14. Mesmo que a percepção sobre a atuação do Coletivo de Mulheres não se diferencie tanto da percepção sobre a atuação da CUT, até porque seguem as mesmas diretrizes, a avaliação do Coletivo se mostrou mais próxima dos movimentos sociais como revelam os gráficos 12 e 13.

5.4. As mulheres aprimoraram o modelo de SMS da CUT?

As mulheres da CUT que se auto-organizaram no interior da Central, sempre tiveram uma relação de parceria com o movimento feminista, além de incorporar as pautas e práticas mais horizontalizadas dos movimentos sociais, elas são absorvidas pelas demandas ditas gerais do movimento sindical. Isso porque, enquanto trabalhadoras, lutam pelas mesmas coisas que os homens — condições de trabalho, salário, emprego e proteção social. Sabem que qualquer medida de ataque aos direitos trabalhistas, elas serão as mais prejudicadas.

Nestes termos, conforme demonstrado por autoras como Virgínia Ferreira, Heleieth Saffioti, Beth Lobo e Paola Capollin, entre outras, o movimento sindical apesar de hostil à presença das mulheres, é um espaço privilegiado de mudanças e de melhorias das condições de vida e trabalho de trabalhadores e trabalhadoras, por isso, as mulheres devem insistir na sua participação.

Não obstante, são frequentemente acusadas de dividir a classe trabalhadora ou desvirtuar a luta quando pautam suas demandas. Por outro lado, sabem que essa tentativa de desqualificação das pautas atinge com maior intensidade outros setores — como a população negra, a pessoa com deficiência, a população LGBTQI — e por isso são solidárias e incorporam com mais facilidades essas demandas também.

O feminismo politiza essas relações sociais de gênero, aprimora a visão interseccional e identifica os beneficiários desse sistema de exploração e opressão que subalternizam as mulheres. Propõe uma luta que seja antirracista, antipatriarcal

e anticapitalista. Propõe, antes de mais nada, uma mudança individual e coletiva, de combate ao sexismo, uma nova solidariedade para além da questão de classe, pois uma importante parcela de mulheres, na sua maioria negra e trans, sequer estão representadas no mercado formal de trabalho.

Os resultados obtidos com a aplicação dos questionários junto à militância cutista ratificam a vocação da CUT, e mais intensamente da organização das mulheres, para um modelo de SMS. Se compararmos os dois resultados, tanto do 13º Concut como do Coletivo Nacional de Mulheres, concluo que:

- Existe um alto grau de concordância sobre os pontos de SMS para os dois grupos pesquisados;
- Objetivamente, as mulheres são as que mais militam em outros movimentos, com destaque para o movimento feminista;
- As mulheres são mais críticas com a atuação da CUT na consideração dos pontos elencados;
- Que as mulheres incorporam com mais intensidade as demandas dos setores mais vulneráveis e optam por formas mais democráticas de relacionamentos com e entre a militância e movimentos sociais;
- Que a CUT tem maior vocação para relação institucional com partidos e governos.

Entre os autores brasileiros, Leôncio Martins Rodrigues foi pioneiro em considerar a possibilidade do SMS como um modelo a ser seguido e não somente como uma estratégia passageira de revitalização sindical. Porém, o mesmo autor considera que esse modelo não vingaria porque as direções sindicais, em sua grande maioria masculina, não são sensíveis ou dispostas a incorporar as ditas minorias políticas, até porque elas estão concentradas nos piores e mais desqualificados postos de trabalho. Assim sendo, Rodrigues (1999) aponta para uma saída — a meu ver, menos honrosa, porém mais pragmática — que é privilegiar setores que formam uma espécie de elite da classe trabalhadora, ou seja, as categorias de ponta da economia representadas essencialmente por homens, brancos e heterossexuais.

É possível detectar essa tendência não só nas previsões de Leôncio Martins Rodrigues, como também no depoimento de sindicalistas entrevistados e na disputa para presidência no último congresso da CUT. Na qual, diante da ofensiva que se

abriu com o governo Bolsonaro e sob a justificativa de que era necessário uma candidatura com poder financeiro, de um grande centro urbano do país, nem sequer possibilitou o lançamento público de uma candidatura de uma mulher negra, rural e da região Norte do Brasil.

Partindo do pressuposto que a CUT foi ou permanece como uma referência de modelo de SMS, vou analisar as contribuições da organização das mulheres da CUT com base nos dados recolhidos, especialmente a partir das entrevistas, sobre três aspectos: parceria com os movimentos sociais, ampliação da pauta e papel transformador. Não existe duas CUT's, uma para cada sexo, porém é importante reconhecer o protagonismo das mulheres para corrigir injustiças epistemológicas.

5.4.1. Das parcerias

A parceria com os movimentos sociais é uma marca cutista, ela nasceu dos movimentos sociais. Porém, ao longo de sua história a CUT, especialmente seu grupo dirigente, procurou se descolar da imagem “movimentista” para se tornar uma instituição com poder de contratação e negociação sindical¹⁰⁰. Este tipo de deslocamento está explícito no posicionamento político sindical da sua principal tendência:

O amálgama que uniu sindicalistas em torno da criação da ArtSind foi, e segue sendo, o fortalecimento da CUT como uma central de perfil claramente sindical, que mobiliza, organiza e está à frente das lutas da classe trabalhadora; uma central classista, de massa, democrática e organizada na base, que representa sindicatos. E não um movimento que arregimenta setores sociais que defendem causas específicas, como queriam algumas tendências internas (Jornal Artsind, 2017).

Os autores Holm-Detlev Köhler e José Pablo Calleja Jiménez (2015) alertam para os riscos de uma opção institucional, distante dos movimentos sociais conforme ocorreu na Espanha. Apesar de ser um sindicalismo tradicionalmente de confronto, sua institucionalização o teria levado ao distanciamento dos setores precários da força de trabalho e dos jovens – dois componentes importantes para mobilização social. Conforme reconhecem os autores, a aposta na institucionalização fez com que intensificassem um perfil mais negociador e menos rebelde. “O relativo sucesso

¹⁰⁰ Para não abandonar as causas sociais, foi criada, como assinali em capítulos anteriores, a ideia do sindicalismo cidadão, como se existisse uma CUT para as causas trabalhistas e outra para as causas sociais.

desse modelo de sindicalismo nos primeiros anos deste século, juntamente com um ambiente econômico favorável e crescente emprego, incentivou os sindicatos espanhóis a confiar fortemente em seu poder institucional¹⁰¹ (Köhler e Jiménez, 2015: 245).

O resultado disso foi praticamente um “atropelamento”, ou melhor, uma sobreposição do movimento de jovens em trabalho precário, os chamados “indignados”, sobre os sindicatos tradicionais, gerando um conflito entre os movimentos considerados velhos (partido e sindicato) e os novos movimentos de pauta mais abrangente que as defesas corporativas. Privilegiar e representar os setores mais organizados da classe trabalhadora significa também virar as costas para uma parcela importante de jovens em empregos precários, ao mesmo tempo que, diante das sucessivas crises econômicas e desregulamentação do mercado de trabalho, já não têm as mesmas garantias institucionais que tinham no passado. Essa dicotomia entre novos e velhos movimentos sociais representa um risco para os sindicatos que estão sob a ameaça de afundar com seus dirigentes, que relutam em manter seu papel institucional. Neste sentido, os autores defendem o modelo de SMS para o caso espanhol por considerarem ser o mais apropriado para superação de modelos ultrapassados.

Conforme constatou Brickner (2013) em seus estudos sobre as sindicalistas no México e a relação com o sindicalismo de movimento social, as mulheres, apesar de terem aumentado consideravelmente sua participação no mercado de trabalho, em virtude do crescente setor de serviços, e também de terem aumentado sua participação nos sindicatos, como filiadas ou dirigentes, ainda continuam ausentes dos espaços de decisão no movimento sindical. Para sobreviver nesse ambiente, as mulheres buscam parcerias e alianças com os movimentos da sociedade civil. Nessa perspectiva teórica, a presença das mulheres contribui duplamente para a revitalização dos sindicatos: primeiro, porque incentiva a participação de parcela importante da classe trabalhadora; segundo, porque possibilita a construção de fortes parcerias com a sociedade civil.

101 Tradução livre: “The relative success of this union model in the early years of this century, along with a favourable economic environment and growing employment, encouraged the Spanish unions to rely heavily on their institutional power”.

Segundo um diretor executivo da CUT entrevistado para este trabalho (DE08), manter essa relação não é tarefa fácil porque “é um querendo mandar no outro”, e ele já teria visto chapa de sindicato ser montada “dentro de gabinete político” pela disputa de protagonismo. Ele até admite que esse processo “faz parte da vida” e que conseguem gerenciar bem este tipo de situação. Aponta para um exemplo positivo de parceria com o movimento de ecologista contra o desmatamento da Amazônia, onde “vamos trabalhar também com a pauta da previdência, contra as privatizações (...) trabalhar todos juntos, sem tomar a pauta de ninguém, com autonomia”. Na opinião do diretor, esse tipo de parceria se torna grande porque junta todo mundo, “politiza o povo”, fortalece os partidos de esquerda, fortalece a central, mas cada um deve estar “no seu quadrado”.

Não pode ter confusão de papel, nosso papel é representar a classe trabalhadora, lutar pelos seus direitos. O movimento social é outra coisa, vai lutar por saúde, educação, por saneamento por não sei o quê e essas pautas vão confluindo. O sentido é o seguinte: o trabalhador tem que ser visto em toda sua dimensão, não adianta ele estar bem no local de trabalho, ter salário, ter proteção, se ele vai para o bairro não tem segurança pública, ele não tem saneamento, ele não tem escola. Mas cada um tem seu papel, quem disputa as eleições é o partido, é ele que governa, ele tem que ter programa para todo mundo. Nós não, nosso foco é a classe trabalhadora (DE08, 2019).

Nos setores empobrecidos, é justamente onde se encontram as mulheres, os negros e outros grupos marginalizados, como os LGBT e a juventude. Também é onde têm ocorrido os maiores embates ideológicos entre setores conservadores e de extrema direita que não se restringem ao mundo do trabalho. Não que o trabalho não seja central para essa população, mas porque a luta primordial é por direito à vida livre do medo e digna, diante dos assustadores dados de feminicídio, genocídio e homofobia. Não é por acaso que esses movimentos têm atraído uma grande parcela de ativistas e mobilizado um enorme número de pessoas, tornando-se um dos principais movimentos de massa.

No caso das mulheres, a parceria é quase um condição de existência, já que internamente sofrem as dificuldades típicas de um ambiente hostil. A organização das mulheres também vai se institucionalizando dentro da própria CUT, passa por um coletivo mais solto com a presença de feministas para outro com critérios mais estritos: de comissão com um formato menos formal para uma secretaria, com recursos próprios. Porém, a relação com os movimentos feministas praticamente não

sofreu variação, sempre se mostrou constante e atuante – seja nos dias 8 de março, no Núcleo de Reflexão Feminista ou na Frente pela Legalização do Aborto, pelos momentos formativos ou pela dupla militância das sindicalistas.

É como parte da ação do movimento feminista articulado ao movimento sindical que o SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia e a Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT têm atuado em parceria e em conjunto com outras organizações no Brasil, no sentido de articular três níveis de ação: formação, produção de conhecimento e ação política como parte de uma parceria sistemática entre organizações sindicais, organizações feministas e universidade. Essa metodologia é pensada para impactar qualitativamente as três dimensões da ação e assim tornar as mulheres feministas, sindicalistas e pesquisadoras mais equipadas para suas atribuições políticas e profissionais (Silva, Ávila e Ferreira, 2005: 08)

Para uma das militantes feministas entrevistadas (F03), desde o começo foi estimulada pelas feministas a participação das dirigentes nos fóruns dos movimentos de mulheres, na construção do 8 de março, tanto para ajudar no debate interno da CUT, como para as feministas se inserirem de forma orgânica no debate de classe e das questões do mundo do trabalho de forma mais organizada. O apoio internacional também foi importante, as italianas apoiaram a formação sobre aborto, e as alemãs sobre as cotas – dois temas que ajudaram a consolidar o feminismo dentro da CUT.

Souza-Lobo (2011) e Delgado (1996) já admitiam que a influência do feminismo como movimento hostil à hierarquia poderia representar uma ameaça para a tradição sindical, mais rígida e burocrática, características típicas das instituições. Ao ponto de a direção da CUT não admitir a presença de feministas como integrante do coletivo: as sindicalistas poderiam até militar em movimentos feministas, mas não o contrário.

Cabe aqui retomar a proposta de Frege, Heery e Turner (2004), que tratei no Capítulo 3, para reafirmar teoricamente aquilo que as mulheres descobriram na prática, ou seja, os cinco motivos que fazem os sindicatos se aproximarem dos movimentos sociais — 1) recursos financeiros; 2) acesso a novos grupos; 3) especialidades; 4) legitimidade; e, 5) mobilização. A organização das mulheres na CUT se beneficiou de todos eles.

Os autores também classificam por tipo de coalizão, se de vanguarda, por causa comum ou integrativa. Para a CUT, o tipo de coalizão com os movimentos sociais que prevaleceu foi de vanguarda, conforme procurei demonstrar no Capítulo

3 e nas opiniões expressas tanto em questionário como nas entrevistas. Para a organização de mulheres, desde a Comissão até a Secretaria, o tipo de coalizão predominante foi de causa comum ou integrativa, em especial com as feministas da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e da Marcha Mundial de Mulheres (MMM). O que explica a duração e a potência dessa relação.

Para ilustrar essa relação de vanguarda da CUT com relação aos movimentos, uma das diretoras executivas entrevistada (DE04) relata em entrevista que a relação com os movimentos sociais aumentou no último período por conta da conjuntura, que a Central tem buscado unidade maior “entre quem quer transformar a sociedade”. No entanto, durante a Marcha das Mulheres Negras, os movimentos sociais presentes pediram para abaixar os balões gigantes da CUT porque estavam tirando o protagonismo das mulheres negras.

Uma das militantes feministas entrevistadas para esta tese (F01) também detecta essa postura vanguardista da Central sobre os movimentos sociais no uso e abuso do poder de recursos e instrumentos que potencializam a presença da central mesmo que ela não conte com número expressivo de manifestantes.

Acho que o sindicalismo continua sendo muito hierárquico, utilizando métodos de expressão pública muito hierarquizantes, como grandes carros de som, grandes bolas que dominam o ambiente de uma passeata, disputas de microfones, de protagonismo, eu vejo tudo isso (FE01, 2019).

Diferentemente das manifestações coordenadas por mulheres, como a Marcha das Margaridas, onde todos os movimentos podem levar suas bandeiras, sem sobrepor umas as outras. Conforme avalia uma das diretoras executivas entrevistada (DE02), “a Marcha das Margaridas é a maior expressão de parceria das sindicalistas com os movimentos de mulheres e feministas”, pois a SNMT compõe a coordenação da Marcha, mesmo que essas parcerias gerem tensões entre os diversos movimentos.

As ações em torno da Marcha das Margaridas, dos atos de 8 de março, da Frente Nacional pela Discriminização do Aborto entre outras, envolvem, além das sindicalistas, duas grandes organizações nacionais feministas: a AMB e a MMM. Essas duas organizações estiveram presentes nos momentos formativos do Coletivo Nacional de Mulheres da CUT e na elaboração do Plataforma das Trabalhadoras para as Eleições desde o formato de Comissão até a Secretaria com o Núcleo de Reflexão

Feminista, tratado no Capítulo 4. Vale a pena, por isso, fazer uma breve apresentação sobre cada uma delas:

A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) foi constituída em função da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Desenvolvimento e Paz, organizada pela ONU – Organização das Nações Unidas, em Beijing, na China, no ano de 1995. Na preparação para a Conferência Mundial, houve um processo que envolveu mulheres de diversos Estados e municípios do Brasil¹⁰² e culminou com a realização da Conferência Nacional de Mulheres rumo a Beijing, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 1995¹⁰³. Depois disso, a AMB se consolidou com o monitoramento das orientações e ações tiradas na Conferência, coordenado por diversas organizações de mulheres que resolveram dar continuidade à organização e às ações por meio de uma secretaria executiva.

Com base nos Encontros Nacionais da AMB em 2006 e 2011, reuniões de coordenação, plenárias nacionais e consultas, foram estabelecendo eixos prioritários de atuação nos seguintes temas: fim da violência, contra o racismo, pela reforma do sistema político, pela seguridade social e contra Reforma da Previdência, pela legalização do aborto, por justiça socioambiental e econômica. Sob uma perspectiva internacionalista e de alternativa à globalização (AMB, 2020).

Com forte presença nas regiões norte e nordeste do Brasil, a AMB é marcada pela diversidade e pelo multiculturalismo desde o início da organização. Tem como princípio fazer política a partir da auto-organização, autonomia e horizontalidade. Por meio dos seguintes métodos: dar espaço e voz para as mulheres, preservar a autonomia e auto-organização dos diversos agrupamentos, garantir a diversidade entre as militantes e por região, promover uma análise crítica dos problemas, com adesão às pautas por consenso, com mobilização e comunicação permanente e formação política feminista. Tem como parceiros prioritários os movimentos feministas, movimentos sociais e partidos e centrais de esquerda (AMB, 2020).

102 Aconteceram 90 atividades, que envolveram quatro mil mulheres, mais de 700 grupos com a produção de 22 documentos estaduais submetidos à Conferência Nacional de Mulheres rumo a Beijing – conforme livro de 25 anos da AMB.

103 Em uma foto da plenária na publicação dos 25 anos da AMB, aparece uma faixa da Comissão de Mulheres Trabalhadoras da CUT com o seguinte dizer: “Pela manutenção dos direitos sociais conquistados, não as reformas constitucionais, rumo a Beijing” (AMB, 2019:20).

A Marcha Mundial de Mulheres (MMM) teve início com o movimento de mulheres de Quebec, Canadá, que em 1995 fizeram uma manifestação na qual 850 mulheres percorreram 200 quilômetros durante uma semana, para exigir melhores condições de salário e de vida, marcha que ficou conhecida por “Pão e Rosas”. As canadenses protagonizaram um movimento que se espalhou pelo mundo a partir de um encontro internacional que aconteceu em 1998, em Quebec, no Canadá. A CUT foi a entidade que representou o Brasil nesse encontro e deu início aos debates da organização de uma ação durante o ano de 2000.

As ações internacionais da marcha acontecem a cada cinco anos e se configura como um processo de construção e manifestação de rua em todo mundo de forma sincronizada. A Primeira Ação Internacional em 2000 teve o protagonismo e a contribuição da CUT para o lançamento no Brasil. Inclusive, a coordenadora da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora (CNMT) da CUT da época, Ednalva Bezerra, fez parte da comitiva que levou o documento com as demandas da MMM à ONU. A 2ª Ação Internacional aconteceu em 2005; no Brasil, o ato nacional em São Paulo contou com mais de 30 mil mulheres.

Na 3ª Ação Internacional, em 2010, sob o título “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”, a CUT participou ativamente da caminhada que durou 10 dias entre Campinas e São Paulo. Na 4ª Ação Internacional, em 2015, a proposta foi fortalecer a defesa dos “territórios das mulheres” com ações descentralizadas. E na 5ª Ação Internacional de 2020, sob o lema “Resistimos para viver, marchamos para transformar”, a ação foi virtual devido à pandemia de Covid 19.

A MMM se organiza por meio de adesão coletiva de grupos de mulheres ou individualmente através dos núcleos e comitês da Marcha nos Estados (em aproximadamente 20 Estados), com maior incidência no sul e sudeste do país por onde começaram as primeiras atividades e também onde se encontra a SOF São Paulo. Busca o fortalecimento de espaços coletivos das mulheres dos meios populares, autônomos e diversos. Desenvolve ações com criatividade através da batucada feminista e performance de rua. Visa a construção de alianças com os movimentos sociais e compõe a Frente Brasil Popular, com uma atuação estratégica junto à CUT e ao PT, a fim de influenciar com a pauta feminista (Cisne, 2014).

5.4.2. Da Ampliação das pautas

Eu não enxergo um projeto de desenvolvimento sem assegurar a presença das mulheres nos espaços de poder e participação política. Eu não consigo enxergar um projeto que consiga ser alternativo para nós, se nós não participamos da construção desse projeto, se esse projeto não parte do pressuposto da realidade que a gente vivencia nas nossas bases, no dia a dia (ex-DE06, 2019).

A CUT na sua origem foi reconhecida como modelo de SMS por assumir demandas para além da pauta propriamente trabalhista, como a luta por moradia e por políticas públicas de qualidade. A meu ver, parte desse papel ela transfere para a “CUT Cidadã” por meio da participação institucional nos conselhos e outros fóruns governamentais e não governamentais de participação. Com isso, a Central concentra suas ações estritamente nas relações de trabalho, e não é qualquer trabalho, e sim no trabalho formal com carteira assinada e com garantias mínimas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); desde logo porque são esses trabalhadores que têm condições de manter financeiramente as entidades sindicais por contribuições, impostos e filiações. Trata-se de uma resposta pragmática para demandas corporativas de seus representados.

Em todas as entrevistas que realizei, foi afirmado que a maior contribuição das mulheres foi a ampliação da pauta e, por consequência, a possibilidade de ampliação do campo de atuação da CUT. Começou pela luta por creche, que não só contemplaria as mulheres como aos homens também. No entanto, é importante observar que as mulheres além de apresentarem novas demandas, assumem primeiro as ditas demandas gerais, portanto elas não dividem, e sim somam.

Da mesma forma que é possível equilibrar os papéis conflitivo ou institucional do movimento sindical, é possível incorporar as pautas identitárias sem perder de vista as demandas materiais. Contrariando a análise de Krein e Dias (2017), de que a CUT investiu mais em pautas pós-materialistas que materialistas durante o Governo Lula; acredito, com base em Nancy Fraser (2002), que a reafirmação das identidades serve justamente para denunciar que a intensidade da exploração e exclusão recaem sobre os setores mais discriminados da sociedade. E que, por isso, não se trata de escolher entre as demandas materialistas ou pós-materialistas, objetivas ou subjetivas da classe trabalhadora, mas de considerar que a luta por reconhecimento também é uma luta por redistribuição (Fraser, 2002).

Contudo, não basta aumentar a representação sem demonstrar de fato vontade de mudança. Para Sue Ledwith e Fiona Colgan (2002), é preciso dar voz às ativistas de gênero e diversidade nos sindicatos e reconhecer o protagonismo desses grupos para desafiar e mudar o sindicalismo. Conforme tratei no Capítulo 4, a busca por ampliação de representação é uma constante para as mulheres do movimento sindical cutista. Não por acaso, é a primeira Central no mundo a conquistar paridade¹⁰⁴ na sua direção (Delgado, 2020).

Para a ex-diretora executiva (DE08), quando perguntada se as mulheres mudaram a forma de fazer sindicalismo na CUT, o aumento da presença feminina é uma das principais mudanças, pois melhora em termos de representatividade, amplia a pauta e incorpora outras categorias interseccionais como raça.

Com certeza mudou. A começar pela quantidade de mulheres. As mulheres são responsáveis pelas transformações que o movimento sindical tem vivido ao longo da história. Se tem paridade, se tem Secretaria de Mulheres e se tem pauta como a legalização do aborto, por creche, por salário igual é porque as mulheres estão no cotidiano da Central – só quem sente sabe (ex-DE08, 2018).

E complementa dizendo:

Que a luta antirracista só é incorporada porque tem negros dentro da CUT. Eu só me dei conta da discriminação contra a mulher negra quando passei a conviver com duas dirigentes negras e percebi a diferença de tratamento nos eventos e viagens. Sou uma mulher privilegiada nessa sociedade: sou branca, hetero e do Sul (ex-DE08, 2018).

A referida ex-diretora teme que com avanço da extrema direita, de perseguição aos movimentos, em especial ao feminismo, o movimento sindical entre em um período de resistência, isto significa também um recuo das pautas específicas. “A pauta geral vai ganhar muita força em detrimento das nossas. Tem que entender que a luta contra a Reforma da Previdência é tão importante quanto a luta por creche.

104 A principal conquista, a paridade, foi impulsionada pelo PT que a aprovou em 2011. Diferentemente da experiência de construção do debate e conquista das cotas de 30%, não há registros dessa demanda entre as integrantes do coletivo nem pelas mulheres que estavam na Executiva. Não se verifica registros do 7º Encontro Nacional de Mulheres e no caderno de resoluções da 10ª Plenária Nacional, mesmo ano do 7º Encontro, 2005, não existe a palavra “paridade”. Esta só vai aparecer na 13ª Plenária de 2011 (4 vezes – 2 para servidores), na anterior, 12ª Plenária que levava o nome da Edinalva, só tem 1 palavra paridade por conta dos servidores

Não adianta ter paridade se não tem visibilidade da pauta das mulheres” (ex-DE08, 2018).

Já a feminista (F01), também entrevistada nesta tese, analisa que a relação entre feminismo e sindicalismo tem potencial de crescimento porque aumentaram as organizações nacionais feministas e cresceu a produção teórica nas universidades sobre o tema. Na sua percepção, isso vai influenciar também as sindicalistas, a exemplo da Marcha das Margaridas e das sindicalistas bancárias que elaboram pautas feministas. Porém, a entrevistada considera tímida a presença de um feminismo sindical para fora, segundo ela, falta informação e divulgação externa sobre as ações das sindicalistas. Na avaliação da entrevistada, isso acontece porque “as sindicalistas não se organizam enquanto movimento feminista”, com exceção das mulheres rurais com a Marcha das Margaridas.

Mas no caso de outras categorias, isso não ocorre assim, não se expressa pra fora do movimento. E acho que isso é uma grande limitação porque se as sindicalistas bancárias feministas se expressassem pra fora da categoria, pra fora da CUT, colocassem para o mundo as questões que elas discutem e que estão pleiteando nas mesas de negociações e a forma de se organizar, isso fortaleceria o movimento feminista como um todo, que é muito mais amplo que as somas de suas organizações. E fortaleceria elas própria lá dentro. Acho que esse é o grande problema dessa relação – as sindicalistas feministas não se colocarem pra fora do movimento sindical – só dentro (FE01, 2019).

Por sua vez, a diretora executiva (DE02), em tom bastante emocionado, afirma que: “a Marcha das Margaridas é a marca mais forte da minha vida, junto com a eleição da primeira mulher presidenta do país”. Acrescenta que a pauta das mulheres rurais é uma pauta feminista que questiona os programas, que questiona o modelo de desenvolvimento e admite a existência de um feminismo rural. Para ela, “o movimento urbano é disperso, na luta das mulheres. As rurais ‘só representam’ 18% do mercado de trabalho e consegue fazer um barulho tão grande” (DE02, 2019).¹⁰⁵

¹⁰⁵ Uma integrante da MMM exprime muito bem os motivos que levam a crer que o feminismo rural é mais forte que o urbano, em entrevista concedida à Mirla Cisne, a militante diz:

As rurais têm duas coisas. Primeiro, não tinham nem os direitos das urbanas adquiridos, por um lado, e é o movimento mais forte no Brasil. Pensa o que é que é capacidade das mobilizações das rurais [...] elas conseguem ter prioridade que no movimento urbano a gente não consegue [...] elas são muito menos fragmentadas do que nós, elas conseguem fazer atividades de massa, historicamente....desde os anos 80, então, a questão das rurais é onde está avançando mais em termos de políticas concretas. [...] A Marcha das Margaridas [...] tem avançado na agenda enormemente [...] [...] A primeira experiência de juntar urbana e rural de forma mais consistente foi com nós da Marcha [MMM] [depois veio o Fórum Itinerante da

Em uma linha de argumentação similar, a jovem ex-diretora executiva (DE06), também entrevistada nesta tese, complementa:

Eu penso que o sindicalismo se fortaleceu muito, quando conseguimos de fato, garantir a nossa presença, nos espaços, nos fortalecemos bastante. E não é à toa que conseguimos várias conquistas. Eu citei aqui o programa de documentação da trabalhadora rural, mas são várias outras que conquistamos, isso com a vinda das mulheres. E isso deu origem ao aumento do sindicalismo, da sindicalização das companheiras mulheres que estavam dentro dos sindicatos. Mas ainda acho que existe um grande desafio (ex-DE06, 2019).

Sobre a ampliação da pauta, o ex-diretor executivo (exDE07), em depoimento para este trabalho, levanta a importância de coletivizar a luta de trabalhadores individuais, a exemplo dos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), porque colocam determinados desafios que os sindicatos não colocam e por isso são extremamente fortes. Esses movimentos “não se preocupam com o número de sócios, eles têm uma pauta e faz com que milhões se interessam por aquela pauta ou apoiem” trata-se, nesta perspectiva, de uma luta por mentes, por pensamento, ou seja, de uma luta ideológica. Para o referido ex-diretor executivo, a CUT está perdendo o embate ideológico, mas ainda pode reverter esse processo, se colocar isto como um desafio.

Esse tipo de sindicalismo [de incorporação de novas pautas] é o único possível de vitória. [Porque] ficar isolado achando que só vamos representar trabalhadores da economia formal, aí é derrota na certa, aí é isolamento total. Vamos ser mais aberto, mais solidário com o outro (ex-DE07, 2019).

A atuação das mulheres no interior da Central possibilitou ampliar a pauta e o próprio conceito de trabalho, porque elas levam para dentro do movimento sindical questões relativas ao trabalho reprodutivo (Hirata e Kergost, 1994). Para ampliar a pauta, é também necessário ampliar a representação de grupos historicamente

Previdência]. [...] A Marcha das margaridas avançou enormemente no detalhamento das políticas públicas e em vários temas [...] não é só crédito, assistência técnica e documentação. Avança também no debate da saúde, do aborto, sexualidade e da violência. [...] Tá questionando família, tá questionando violência. As companheiras da CONTAG na Marcha das Margaridas elas não se conformam que quando o marido se endivida elas também ficam endividadas, [...] então tem que mudar o código civil [...] então chegou no questionamento do modelo de família, entendeu?. Imagina...um movimento de mulheres rurais, da agricultura familiar tradicional [...] questionando o modelo de família no movimento misto [...]. (Cisne, 2014:211).

discriminados, o que também proporcionou um rompimento com a visão hegemônica da classe trabalhadora (Souza-Lobo, 2011). Porém, isto não bastou para democratizar as relações de poder no interior da central, pois as mulheres têm que enfrentar o sistema patriarcal dentro e fora do movimento sindical (Humphrey, 1983; Ledwith, 2012).

5.4.3. Do papel transformador

A CUT nasceu dentro da estrutura oficial com objetivo de romper os pilares que a sustentam como o imposto sindical, a unicidade e o poder normativo das relações de trabalho. Porém, na medida que foi se institucionalizando, ela foi se acomodando a essa estrutura. Atualmente, diante dos ataques aos direitos trabalhistas e das políticas neoliberais, se vê diante de seus maiores dilemas pois a tutela do Estado passa ser um bote salva-vidas para o sindicalismo que já não consegue mobilizar as massas e representar trabalhadores como nos anos 1970 e 1980 (Cardoso, 2003).

Por outro lado, as mulheres também vão se institucionalizando internamente na Central. Se organizavam em Comissão de caráter mais aberto, com possibilidade de participação mesmo de quem não era dirigente sindical, como no caso da feminista entrevistada. Depois passou a existir critério atrelado à representação sindical, ou de CUT (s) nos Estados ou de ramos de atividade econômica, como forma de envolver mais as entidades, mas também de evitar influências externas. Da mesma forma que os homens moldaram a estrutura sindical ao seu modo de ver o mundo e às relações sociais, as mulheres também vão para dentro dos sindicatos com seus repertórios (Souza-Lobo, 2011; Ledwith, 2012).

Elas procuram se adequar às estruturas para conseguirem levar suas pautas adiante. Passam do formato de Comissão — que antes tinha que dialogar, negociar e convencer as demais Secretarias da necessidade de transversalizar gênero nas diversas políticas da Central —, para um formato de Secretaria, com maior autonomia e independência com relação às demais. Porém, com maior isolamento também.

Fazer com que todas as questões fossem discutidas dentro da estrutura, para transformar a estrutura para fazer com que a CUT fosse uma central que incorporasse oficialmente. Não é burocrático, porque se não for resolução você

não tem como cobrar, resolução votada pela maioria. Só é burocrático se for não for cumprida — brigar para serem cumpridas (ex-CO02, 2018).

Deixada a organização das mulheres somente por conta das orientações sindicais, ela tende a se burocratizar e hierarquizar como as outras, pois, como afirma Anderson (1980:45) “Sem uma teoria revolucionária não há movimento revolucionário”, e isto as feministas tem de sobra. Graças à influência e convivência com o feminismo elas percebem que outra forma de organização é possível e mais horizontal. Isto acontece também porque as mulheres tendem a ser mais resistentes com os rituais de poder ditado pelos homens, tais como: falar ao microfone, intervir para demarcar posição, reuniões intermináveis e fora do horário de expediente e viagens de representação (Castro, 1995).

Para ex-coordenadora (ex-CO01), não foram só as mulheres que mudaram de comportamento e compreensão sobre os temas relacionados à questão de gênero, os homens da CUT também mudaram. Eles passaram a dar mais atenção à família, a interromperem reuniões para pegar filhos na escola e dar um tratamento mais respeitoso às mulheres do movimento, principalmente se comparado com a experiência que ela vivenciou quando entrou no sindicato. Para ela, as mulheres têm maior habilidade para lidar com as questões sociais e uma propensão maior a fazer alianças com outros movimentos, enquanto os homens privilegiam os temas econômicos.

Essa é a diferença que eu acho interessante e acho que ela tem que crescer ainda; que é a visão social da mulher. Ela tem uma visão muito mais voltada para o social do que o econômico. Os homens são o contrário. E nós vivemos isso no movimento sindical enquanto mulheres quando a gente começa a discutir as pautas. Isso foi extremamente sensitivo. Discutir a questão da creche, discutir banheiro... Era uma tortura de início. Eles riam da nossa cara (ex-CO01, 2018).

Ainda segundo a mesma entrevistada, “a nossa mobilização hoje está muito mais ligada com o social, e isso mudou o papel das centrais. E foi uma coisa que nós trouxemos e que as outras encamparam”. Quando questionada sobre a importância da atuação das mulheres para promoção dessas mudanças, ela destaca: “Com certeza, porque era quem ficavam enchendo o saco para que fizesse: Dia Mundial da Saúde, Dia Mundial da Educação... Era ‘nóis na fita’ (risos)” (ex-CO01, 2018).

Podemos verificar “o antes e depois” da participação das mulheres também na visão do ex-diretor executivo (ex-DE05):

Estabeleceram uma agenda que partia da sua realidade e seus problemas e foram conquistando seus espaços, mesmo com a herança histórica do machismo, patriarcal e racista. Coisas do tipo debates que assistíamos na CUT exemplo quando um homem discuti com o outro, bastou ter uma mulher entre eles para mostrar que eles tratam as mulheres de forma diferente – mais agressivo, debochado – não de igual. Homens falavam que mulher estava assim ou assado por causa da TPM, hoje isso é inadmissível – medo de ser taxado de machista. Hoje são obrigados parar para pensar, para evitar “encheção de saco” – aprender a respeitar os espaços – essa é uma disputa colocada. Aprender que as mulheres têm o mesmo direito que nós, homens, a disputar o poder (ex-DE05, 2019).

Para a diretora executiva (DE04) também entrevistada para este trabalho, a CUT tem que ter uma perspectiva de transformação, porque o racismo e o machismo são estruturantes na sociedade e se o propósito é implantar relações igualitárias no mercado de trabalho, deve-se mudar a toda a sociedade:

Se você quer uma sociedade onde as pessoas não sejam machistas, é saber que no local de trabalho, as mulheres não serão assediadas. Você construir uma sociedade onde o racismo não seja estrutural, é saber que quando a população negra for inserida no mercado de trabalho, ela vai ter o mesmo salário, as mesmas condições de não só de ser inserido, mas a mesma condição de ascensão (DE04, 2019).

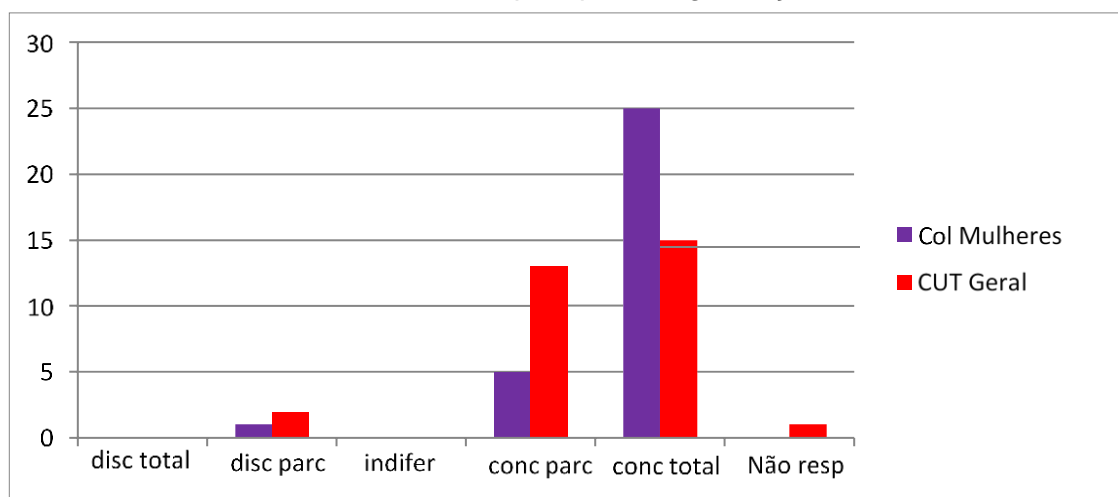
Neste sentido, um dos maiores desafios da Central hoje é atrair a juventude. Para isso é importante se alinhar com as demandas dessa parcela que se encontra desempregada, na informalidade ou nas piores condições de trabalho. Na entrevista realizada com uma ex-diretora executiva (ex-DE06), ao perguntar sobre a participação das mulheres jovens no movimento sindical, ela fala da necessidade de um projeto alternativo de sociedade:

Houve desconfiança das mais velhas se ela daria conta de uma Secretaria de Mulher (Fetag) foi essencial para me preparar para ocupar outros espaços. Nós conseguimos trazer no âmbito sindical rural a pauta das mulheres jovens para os espaços das mulheres com uma faixa etária mais elevada. Essas pautas tinham que se encontrar para apresentar um projeto alternativo para a sociedade. Alternativo a quem? Alternativo ao quê? Alternativo por quê? (ex-DE06, 2019).

Fazendo aqui um paralelo com outro dado da pesquisa, observo uma convergência de opiniões a respeito do papel transformador que as mulheres assumem ao atuar no movimento sindical. Ao analisar o resultado do questionário aplicado no Coletivo de Mulheres, quando confrontadas com a seguinte afirmação: “Visa transformar as relações sociais e as estruturas (econômica, política, social,

residencial, doméstica, sexual e cultural) de forma democrática.”, verifico que o grau de concordância total para o Coletivo de Mulheres é muito superior ao da CUT em geral.

Gráfico 15 – Percepção do Coletivo Nacional de Mulheres da CUT sobre o papel transformador por tipo de organização.



Fonte: Questionário aplicado pela autora durante reunião do Coletivo Nacional de Mulheres da CUT.

Vale aqui repetir o enunciado da questão: “Visa transformar as relações sociais e as estruturas (econômica, política, social, residencial, doméstica, sexual e cultural) de forma democrática”. Para o movimento sindical assumir um papel transformador perante a sociedade, a meu ver, significa também rever suas próprias relações e estruturas, que talvez não seja tão democrática como deveria. Pois requer mudanças que alteram as relações de poder no interior da Central, concentrado nas mãos das categorias com maior poder de arrecadação financeira. Nesse sentido a diretora executiva (07) desabafa:

Não adianta querer representar um outro bloco e as pessoas não serem parte do processo. E ser parte e pensar um novo modelo de organização, não é pensar um modelo de organização de quem paga ocupa espaço, porque é assim que é nossa CUT, quem paga ocupa os espaços. O movimento é outro, é o da horizontalidade. Assim caminha esses processos (de unidade com movimentos e não organizáveis) e não do financiamento (DE07, 2019).

Como já foi identificado por Silva (2016) e Cisne (2014), as feministas procuram se organizar de forma horizontal, valorizam a subjetividade e experiências vividas, têm maior tolerância com aquelas que estão chegando e prezam pela autonomia em relação, principalmente, aos homens. As feministas acreditam que as condições das mulheres só serão alteradas com o fim das relações patriarcais, racistas e capitalista. Nas palavras de uma das entrevistadas, “Eu não tenho dúvida que as mulheres tiveram um papel extraordinário no movimento sindical. Se não conseguimos tanto, impedimos muito o machismo” (DE02, 2019).

Retomando Ledwith (2012) e Crain (1993), as mulheres não são nem melhores nem piores que os homens para promover as mudanças necessárias. Porém, elas desenvolveram maiores habilidades para uma política de coalizão com os movimentos sociais porque foram histórica e culturalmente ligadas aos cuidados da família e da comunidade com base nas relações sociais de gênero.

Em síntese, é evidente a necessidade de repensar o movimento sindical no Brasil diante dos enormes desafios que se apresentam atualmente: governo de extrema direita e anti-sindical, crise econômica agravada com crise sanitária, aumento da informalidade, aumento da violência contra as mulheres, genocídio do povo negro pela mão do próprio Estado, aumento dos ataques homofóbicos amplamente noticiado mundo afora.

5.5. Duas organizações irmãs das mulheres da CUT: AMB e MMM

Existem vários movimentos feministas que se formam e se dissolvem atualmente no Brasil, os principais e mais duradouros giram em torno da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e da Marcha Mundial de Mulheres (MMM). A multiplicidade de movimentos pela causa feminista se explica pelas diferenças de abordagens e estratégias, mas também pela forma como nasce o movimento.

A Marcha poderia ser hoje um movimento unificador dos movimentos feministas do Brasil, como aliás se propôs a ser com seu surgimento, inclusive com participação de militantes da AMB. Todas poderiam se reivindicar como militante da Marcha Mundial de Mulheres. Porém, já existia um ponto de tensão desde seu surgimento, pois a Marcha se apresenta como uma alternativa à institucionalização

do movimento feminista durante a década de 1990 e à Conferência da ONU (SOF, 2012), enquanto que a organização e consolidação da AMB é fruto justamente dessa Conferência.

A tensão entre esses dois movimentos se acirrou quando a Marcha resolveu se retirar da I Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, que aconteceu em junho de 2002, em Brasília. A AMB investiu na realização dessa Conferência, e a Marcha se retirou devido ao posicionamento em defesa da autonomia das mulheres inclusive em relação à candidatura Lula, nas eleições presidenciais daquele ano, a qual a Marcha apoiou explicitamente (Carmen, 2016).

Para as militantes da Marcha, as “amebistas” são muito institucionalizadas por estarem presentes nas principais e mais antigas ONGs feministas do Brasil. Para as militantes da AMB, “as da Marcha” são muito pautadas pelas direções do PT e da CUT, o que compromete a autonomia do movimento. A melhor ilustração dessa tensão está no debate sobre o aborto durante os governos do PT. Enquanto a AMB fazia *lobby* junto aos governos pela legalização e descriminalização do aborto no Brasil, a Marcha procurava desvincular essa bandeira dos governos Lula e Dilma, alegando que deveria ser uma conquista dos movimentos nas ruas.

Apesar de ambas as organizações terem militantes oriundas de partidos de esquerda, a diversidade política é maior na AMB que na Marcha, a qual tem hegemonia do PT. Talvez por essa razão, a AMB exercia uma postura mais crítica com relação aos governos petistas. Enquanto a Marcha procurou influenciar internamente na ocupação de cargos tanto no governo por meio da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) do governo federal, no partido pela política da Democracia Socialista (DS), como na CUT sob a coordenação da CUT Socialista e Democrática (CSD), conforme detectou Cisne (2014) em entrevista com militantes das duas organizações.

Essa tensão entre institucionalização e movimento aparece com frequência entre os estudiosos dos movimentos sociais, como procurei demonstrar no Capítulo 2 ao analisar a relação da CUT com os movimentos sociais. Cisne (2014) considera que a AMB precisa se reconfigurar como movimento porque ela nasce de uma movimentação em torno da Conferência de Beijing, ou seja, pautada por uma instituição como a ONU. Apesar disso, a autora reconhece que atualmente a AMB

pratica uma política mais autônoma e por isso mais radical, se comparada com a MMM.

Em contrapartida, para Cisne (2014), a MMM é prova de revigoramento do feminismo enquanto movimento, porque nasce em negação à institucionalização deste. Mas que também, contraditoriamente, não resiste à institucionalização por meio da relação com a SOF e com o PT. Apresenta contornos de uma organização, apesar de se considerar movimento; se aproxima da CUT e do PT, apesar de nascer da crítica da institucionalização; segue a linha política da SOF, apesar de criticar ONGs. “Movimentos que, embora marcados pelas contradições e desafios da conjuntura, nos dão a certeza de que a história do feminismo não foi encerrada nos limites da institucionalização subordinada” (Cisne, 2014: 150).

Quadro 9: Comparativo de atuação da AMB e MMM

AMB	MMM	Comum às duas
Nasceu em 1994 em função da preparação para a Conferência da ONU em 1995	Nasceu em 1998 no Canadá e em 2000 no Brasil, em negação à institucionalização ONU	<ul style="list-style-type: none"> • Pregam feminismo popular construído a partir das lutas locais • Interseccionalidade de classe e raça • Autonomia, auto-organização e horizontalidade • Feminista antirracista, anticapitalista, anti-patriarcal • Manifestações de rua e irreverência (batucada) • Formação feminista • Internacionalismo • Tem unidade de atuação em temas como: combate à violência e legalização do aborto • Ampliação da consciência feminista –
Se apresenta como organização política a partir do combate à violência e por políticas públicas	Se apresenta como movimento social com enfoque na autonomia econômica das mulheres	
Não partidária ou multipartidária – não há predominância de um ou outro	Não há informações sobre preferência partidária, mas tem se mostrado próxima ao PT	
Prática organizativa a partir de agrupamentos/coletivos ou organizações em 17 Estados. Conta com uma Coordenação Nacional, Encontros e Plenárias	Práticas organizativas em torno das Ações Internacionais por meio de núcleos e comitês em 20 Estados. Conta com uma Secretaria Executiva	

Tem forte influência política em ONGs como SOS Corpo ¹⁰⁶ , Cfemea ¹⁰⁷ e Redeh ¹⁰⁸	Tem como principal parceria a SOF ¹⁰⁹	mais mulheres assumindo o feminismo
--	--	-------------------------------------

Fonte: elaboração própria, com base em informações retiradas dos sites da AMB e da Marcha.

Os dois movimentos feministas se apresentam como antirracista, anti-patriarcal e anticapitalista, e têm como princípio organizativo a horizontalidade e autonomia, ou seja, as decisões devem ser tomadas de forma coletiva e não por uma cúpula e com autonomia das mulheres de se auto-organizarem a partir de suas realidades.

Quando questionadas por Cisne (2014) sobre as principais conquistas e sobre os desafios do feminismo no Brasil, elas convergem na resposta que a principal conquista está na ampliação da consciência feminista, de mais mulheres assumirem o feminismo como um modo de vida. Em relação aos desafios elas também convergem para a necessidade de maior interação entre os diversos movimentos feministas, da necessidade de confrontação de ideias e formulação teórica a partir da experiência brasileira, de um projeto conjunto de feminismo. Com a consciência de que esse processo de construção envolve conflito, muito debate e tensões entre os

106 SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, trata-se de uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, ou seja, uma ONG, fundada em 1981, em Recife, Pernambuco. Desenvolve ação educativa, pesquisa e ação política com o movimento feminista, com pertencimento à AMB entre outros movimentos. Disponível em: https://soscorpo.org/?page_id=287 . Acesso em: 08/12/2020.

107 O Cfemea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, é uma ONG feminista e antirracista que atua desde 1989, com sede em Brasília. Desenvolveu uma especialidade de atuação em advocacy (promoção e defesa de ideais), muito marcada pela Constituição de 1988. Tem como uma das principais parceiras a AMB. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/index.php/cfemea/nossas-parcerias> Acesso em: 08/12/2020.

108A REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano, é uma ONG fundada em 1990, no Rio de Janeiro, com atuação nos temas do feminismo e ambientalismo, teve forte atuação durante a ECO 1992. Possui projeto de fortalecimento da AMB em parceria com a União Europeia. Disponível em: <http://www.redeh.org.br/fortalecimento-da-articulacao-das-mulheres-brasileiras-amb/> Acesso em: 08/12/2020.

109 A SOF Sempre Viva Organização Feminista é uma ONG que atua desde 1980 com atividades educativas, com sede em São Paulo. Busca o fortalecimento da MMM no Brasil e em âmbito internacional. Disponível em: <https://www.sof.org.br/a-sof/#quemsomos> Acesso em: 08/12/2020.

movimentos, para nascer algo novo e representativo dos anseios das feministas do Brasil.

5.6. Ser ou não ser feminista

Em um primeiro momento, é evidente a resistência das sindicalistas em se auto-reconhecerem como feministas devido à associação/redução do feminismo ao feminismo liberal dos EUA, de um lado; e à influência marxista no sindicalismo, que privilegia o recorte de classe e invisibiliza as relações de gênero, por outro. Além disso, existia (e ainda existe) uma campanha velada de desqualificação das feministas — “são mulheres que não gostam de homens”, conforme entrevista realizada com uma ex-coordenadora da CMNT (ex-CO01).

Souza-Lobo (2011), ao analisar as circunstâncias que levaram a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC a realizar o Primeiro Encontro de Mulheres Metalúrgicas do ABC de 1978, cita, por exemplo, a fala de um dirigente sindical que disse explicitamente aceitar a realização do encontro (apesar de dividir a classe) antes que as feministas tomassem para si o movimento (Souza-Lobo, 2011: 76).

Em um registro semelhante, Delgado (1996), ao ressaltar a importância da parceria das mulheres cutistas com o movimento feminista desde o início com o estabelecimento da CNMT, revela o temor da direção da CUT de que essa influência pudesse abalar a estrutura hierárquica e burocrática da Central, confrontada com a flexibilidade, pluralidade e horizontalidade do feminismo.

Diante disto, assumir o feminismo no movimento sindical, por ser este último um movimento misto e historicamente ocupado, ou melhor, dominado por homens, não é uma tarefa fácil (Guillaume, 2018). Muitas sindicalistas dizem pagar um preço alto por isso. Em entrevista realizada com um ex-diretor executivo da CUT (ex-DE02), a hostilidade sindical ao feminismo fica evidente: “as feministas são muito chatinhas, fazem políticas com rancor porque não têm filhos”. Em que pese ser uma declaração muito polêmica e isolada do ponto de vista da fala, reitera as “marcas” profundas do preconceito em relação às mulheres e ao feminismo.

Quando uma mulher fala, sua fala tem uma marca: é a fala de uma mulher; quando uma mulher feminista fala, tem duas marcas, de mulher e de feminista. A recepção destas falas por homens e mulheres tende a ter a mesma característica, é a recepção de uma fala marcada, portanto particular, em oposição à fala masculina/universal. Se for a fala de uma mulher feminista, é o particular do particular (Pinto, 2010:20).

Cisne (2014), em seu livro *Feminismo e consciência de classe no Brasil*, procura mostrar como a consciência militante feminista vai se construindo, como é adquirida por mulheres que atuam em três movimentos nacionais com a perspectiva de superação da ideologia dominante e de rompimento com a subalternidade. A autora parte da constatação de que a consciência individual e coletiva não se esgota na conquista de determinada demanda. O feminismo forma uma coletividade de iguais na luta contra uma estrutura de relações sociais de apropriação e exploração.

Mirla Cisne admite que o feminismo é constituído por uma dimensão teórica e por um exercício político que pode se manifestar individualmente ou no coletivo, por meio da formação de uma consciência militante na perspectiva da emancipação humana. Ao analisar o depoimento de militantes em sua pesquisa, Cisne (2014:176) identifica cinco pontos na formação da consciência militante feminista, subdivididos de forma didática e não hierárquica e que se relacionam organicamente:

- i) apropriação de si e ruptura com a naturalização do sexo;
- ii) sair de casa;
- iii) identificação na outra da sua condição de mulher;
- iv) importância do grupo e da militância política em movimento social;
- v) formação política associada às lutas concretas de reivindicação e enfrentamento.

Vou-me apoiar em Cisne (2014) para identificar como os pontos por ela elencados se manifestam nas entrevistas que fiz com as dirigentes da CUT Nacional entre os anos de 2018 e 2019. Com exceção de Maria Ednalva Bezerra Lima, falecida

em 2007, sobre a qual utilizarei trechos da entrevista realizada por Terezinha Gonçalves¹¹⁰.

É importante ressaltar aqui que a percepção das dirigentes sindicais sobre o feminismo pode variar conforme o período histórico, como vimos em seção anterior deste trabalho. Os anos 1980 marcados por uma certa repulsa ao feminismo liberal, por isto mesmo, com maior resistência de se autodeclarar feminista. A década de 1990 pela institucionalização dos movimentos e com forte crítica das feministas autônomas. Por fim, os anos 2000 com a ascensão dos movimentos feministas e conquistas da paridade na CUT, que se refletiram no aumento de autodeclaração de sindicalistas como feministas.

Isto faz presumir que se torne defensável a tese da conjuntura política (ambiente político) como condicionador das percepções. Mas a consciëntização também nasce dentro de cada uma. Como diria Lewis Coser (1977), há que tirar partido de condições históricas estruturais e usar tais condições como forma de rentabilizar oportunidades emergentes.

i) Apropriação de si

Para uma das feministas entrevistadas nesta pesquisa, o feminismo foi importante na CUT para a formação da identidade feminina, “para se verem como mulheres”. Porque não tinha problema (para os homens) a inclusão de mulheres, desde que elas se comportassem como um igual a eles, ou seja, com uma imagem masculinizada das sindicalistas. “Se você traz a condição de mulher, a contradição e o conflito, é que vira um problema” (FE03, 2018).

O melhor exemplo de apropriação de si mesma está no depoimento da ex-coordenadora (ex-CO01), que além de se reconhecer como sujeito ativo, não admitia a subalternidade de sexo. Porém negava o feminismo, justamente por conta do julgamento dos homens sobre ser feminista. Na sua trajetória profissional, ela trabalhava em uma empresa metalúrgica e foi a única mulher da sua primeira gestão no sindicato, no início dos anos 1980.

Eu sempre fui muito briguenta, queria estar em tudo, disputava com homens, não tinha esse problema. Mas assumir o feminismo, eu nunca tive isso muito claro. Eu

110 Entrevista realizada no dia 07/12/2006 e publicada na *Revista Feminismos*, em agosto de 2013.

não assumia. Os homens tentavam transformar a questão do feminismo numa história de: "são mulheres que não gostam de homens". Eles trabalhavam o feminismo como uma antítese a ser mulher (ex-CO01, 2018).

Porém, ao se deparar com as desigualdades de salário com seus parceiros de trabalho, a ex-coordenadora compreende que não bastava ser mais qualificada que os homens ou se sentir em pé de igualdade na hora da luta. Existia uma questão estrutural que a subalternizava apesar de seus méritos individuais.

Aí eu começo a entender onde que estava a discriminação. Porque eu particularmente me sentia muito à vontade no meio dos homens. Eu achava que eu estava prontinha, que não tinha mais problema nenhum. Eu só não tinha salário e registro na função (risos) (ex-CO01, 2018).

Já a diretora executiva (DE06) também entrevistada para este trabalho, faz parte de uma outra geração de sindicalistas e inicia seu mandato na CUT nos anos 2000. Ao falar sobre a relação com o feminismo, afirma que era feminista sem saber. Pois questionava as relações tradicionais "não compartilhadas" entre homens e mulheres, se referindo ao período de infância e adolescência no interior da Bahia. Além de apropriar-se de si, ela se reconhece no próprio grupo: "Quero estudar, ser independente, eu quero parceiro não quero ser uma empregada. Depois que entrei para o sindicato comecei a entender que esse era um movimento maior, que muitas mulheres se sentiam igual a mim (DE06, 2019)."

ii) *Sair de casa*

A diretora executiva (DE09), por sua vez, inicia seu depoimento destacando o "sair de casa", primeiro na condição de doente, depois como trabalhadora da saúde. "A maioria era mulheres no trabalho, na área da saúde tem muito mais mulheres (pacientes e trabalhadoras)". Antes de trabalhar no hospital, tinha um salão de beleza na própria casa, adquiriu tuberculose e teve que ficar isolada, longe das filhas, por seis meses, o que lhe trouxe muito sofrimento. Tinha feito um concurso e, quando já estava curada da doença, foi chamada para trabalhar no mesmo hospital onde fez o tratamento: "eu sabia o que elas estavam sentindo, pior que a doença, era o isolamento" (DE09, 2019).

Ao sair de casa e se apropriar de si, a entrevistada participou da associação de moradoras e por isso participou ativamente dos processos de discussão sobre orçamento participativo e instituição das prefeituras regionais. Trabalhou na construção de associações de moradores de diversos bairros, por região da cidade, onde se discutiam as necessidades locais e as prioridades.

iii) Identificação na outra da sua condição de mulher

Sobre auto-organização das mulheres na CUT, Ednalva fala da construção de um “espaço que as mulheres falem para as mulheres e pelas mulheres” para garantir a autonomia perante os homens, até porque eles detêm os principais cargos de poder na Central. Ela ilustra a importância dessa autonomia com o fato de as mulheres terem conseguido mantê-la na direção, quando os homens quiseram tirá-la. E complementa dizendo que as mulheres deveriam tratar de outros temas como políticas públicas, relações de trabalho e não só temas específicos como violência e aborto, temas clássicos do feminismo.

O fato de hoje ter muito mais mulheres se colocando enquanto feminista, o feminismo ter a visibilidade que tem e nesses outros espaços que muita gente chama de os espaços mistos, mulheres que se identificam com o tema e que estão nas instâncias de poder, mesmo que não seja nesse núcleo duro de poder, mas conseguem trazer pra dentro da sua instituição essa discussão, eu acho que é uma forma (Golçalves, 2013: 06).

Essa convivência entre sindicalistas e feministas, ou sindicalistas que militam no feminismo, também é marcada por contradições e conflitos administrados internamente. A começar pelo pertencimento dessas mulheres a agrupamentos de diferentes concepções políticas no interior da CUT, elas também se diferenciam entre urbanas e rurais, entre heterossexuais e homossexuais, raça/etnia e faixa etária. As mulheres aprenderam a lidar com o pluralismo e acolher as diferentes demandas, e com isso enriquecem ainda mais essas conexões e intersecções. Conforme apontei no Capítulo 2, para Mary Castro (1995), as polaridades geradas contribuiu para o movimento reconhecer as diferenças e da interdependência entre as mulheres.

iv) Importância do grupo e da militância política em movimento social

A ex-diretora executiva (ex-DE08) da Central, assumidamente feminista e militante orgânica da Marcha, assume a secretaria de mulher da CUT durante os governos Lula e Dilma, e reconhece momentos diferentes entre a gestão dela comparada com as anteriores. “Na gestão da Ednalva, tinha avanço do neoliberalismo, e o movimento sindical priorizava a luta por direitos, a questão das mulheres era secundária. As pessoas mobilizavam mais pela luta por direitos, de manutenção dos direitos” (ex-DE08, 2018).

Ela se diz “com sorte” em assumir a política de gênero da CUT em um período no qual temas relacionados às minorias políticas estavam muito fortes na sociedade brasileira, graças à criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, de Combate ao Racismo e dos Direitos Humanos, do governo federal. “Tinha a Conferência de Mulheres que começava nos Estados, tinha uma presença forte do Estado construindo políticas públicas nesses temas, isso facilitou o debate interno”. A importância de contar com parcerias, no caso com governos progressistas, contribuiu para o fortalecimento e vasão para política de gênero na CUT.

Além disso, ex-diretora executiva (ex-DE08) ressalta outras parcerias importantes para a formação política das integrantes do Coletivo Nacional de Mulheres da CUT, a exemplo da parceira com as universidades, com os movimentos feministas como a MMM (da qual a CUT é parte) e AMB. Essas parcerias são importantes para subsidiar as dirigentes sindicais em temas complexos no debate com a sociedade, e para acompanhar as discussões que se desenvolvem na Frente Nacional pela Legalização do Aborto.¹¹¹

v) Formação política associada às lutas concretas de reivindicação e enfrentamento

O feminismo normalmente é associado ao campo acadêmico e teórico, isso inibe o reconhecimento ou gera constrangimento daquelas que não se dedicam tanto à leitura. O grupo serve tanto para reafirmar uma identidade como também para negar. Em se tratando de movimento misto, marcado pela disputa política e demarcação de espaços, podemos observar uma tensão expressa na fala de diretora executiva (DE07):

¹¹¹ Elas normalmente contam com assessoria especializada e materiais produzidos pelo SOS Corpo e pela SOF.

Um dia me incomodou muito a fala de uma companheira que dizia: aqui na CUT só tem duas feministas: a própria que falou e uma outra. O que é ser feminista? Se a luta que a gente tem travado na defesa pelos espaços das mulheres não é ser feminista, então o que é ser feminista? Eu posso dizer que não sou das pessoas muito estudiosa do feminismo. Mas eu tenho certeza que o fato da luta e da organização, e o fato de eu ser mulher, é muito diferente dos homens. A clareza da luta e das desigualdades – isto é ser feminista. Quando eu tenho a certeza que nos espaços de lutas e organização eu preciso garantir os espaços das mulheres, isso é ser feminista. Quando eu tenho a certeza que para garantir os espaços das mulheres eu tenho que olhar para a vida dessas mulheres – cuidado com os filhos etc. — isso é ser feminista (DE07, 2019).

Para resolver essa tensão de ser ou não considerada feminista, se tem ou não acúmulo teórico para isto, a diretora executiva (DE04) afirma que se considera “feminista na prática”, mas não na teoria. Reconhece que faltam elementos teóricos no seu feminismo, mas educa o filho e o marido desconstruindo as relações tradicionais de gênero.

Por outro lado, a diretora executiva (DE01) resolve não se arriscar e teme em se autodeclarar feminista, se diz “feminista em construção”, porque ainda chamava as mulheres “de vaca”. “Vi que eu estava reproduzindo o machismo, hoje não deixo xingar nem as mulheres de direita”. E ainda complementa: “A CUT fez um inchaço desnecessário para colocar uma mulher do Trabalho (corrente política da CUT), machista, porque elas não são feministas” (DE01, 2018).

Maria Ednalva Bezerra Lima, em entrevista concedida à Gonçalves (2013), que já vinha de uma parceria forte com o feminismo da academia e foi a principal responsável pela criação do núcleo de estudos feministas junto à CNMT e SNMT da CUT, fala da importância da construção de uma identidade feminista e da noção de solidariedade:

O marco do feminismo na minha vida foi essa relação mais sistemática, mais respeitosa do feminismo com o sindicalismo; eu acho que, pra mim, esse é o grande marco. Essa aproximação, essa compreensão de que é possível construir caminhos com tanta diversidade. Eu me lembrava que uma época, na CUT, a gente tinha uma igualdade na diversidade. Inclusive, pra falar das diferenças entre homens e mulheres, entre as mulheres e as mulheres, mas eu acho que esse casamento, hoje, a gente pode falar isso; antes a gente falava de namoro, mas acho que a gente pode dizer, esse casamento entre feminismo e sindicalismo, pra mim, é a grande conquista que contribui com a minha vida pessoal e que contribui com a minha vida política, com a minha militância nos espaços mais autônomos, vamos dizer assim. Nos espaços da organização das mulheres, fora da CUT e também dentro da CUT. Eu acho que, pra mim, essa foi a maior conquista, o maior marco. Eu acho que esse é o maior marco na minha história de feminista e sindicalista (Golçalves, 2013: 21).

Por fim, a diretora executiva (DE02) se considera uma sobrevivente depois de tudo que passou. Cita a Marcha das Margaridas como o grande desafio e de construção de algo que nunca foi feito antes. Para ela, essa experiência de construção da Marcha funcionou como uma formação política associada às lutas concretas de reivindicação e enfrentamento das mulheres do campo.

Sempre ouvia a crítica de que era “muito feminista” para o movimento sindical. E um dia disse em uma plenária de mulheres para um companheiro – sou feminista sim, qual o problema? E vou procurar ler, estudar o feminismo. Quando diz que é feminista nos espaços da CUT muitos torcem a cara – sabe que incomoda. Porque questiona, contesta (DE02, 2019).

Os pontos levantados por Mirla Cisne (2014) são válidos para detectar uma consciência feminista de mulheres. Porém é importante considerar a dificuldade e limitações para aquelas que atuam em movimentos mistos, ou melhor, predominantemente masculino como o sindical. O patriarcado é pouco considerado na análise das sindicalistas, mas ele opera para dividir ou para enfraquecer o movimento de mulheres. Por se tratar de um espaço de muitas disputas políticas entre as tendências, de território e de categorias profissionais, as mulheres têm que enfrentar mais uma: a de gênero. Essas marcas das disputas se manifestam entre elas e expõem uma fragilidade que pode ser fatal para o avanço do conjunto: a falta de solidariedade ou mesmo de sororidade (união ou afeição entre mulheres).

Uma das diretoras executivas entrevistadas para esta tese (DE09), por exemplo, reconhece a capacidade de luta de muitas mulheres anônimas espalhadas pelo país, e lamenta por muitas não valorizarem umas às outras, não conhecer a história uma das outras, de julgar sem saber. Ela tem uma certa resistência em participar do Coletivo de Mulheres da CUT porque, segundo ela, não existe uma relação de solidariedade entre elas. “Tem um coletivo de mulheres que se reúne, mas será que se conhece? Somos solidárias entre nós?”. Ela acredita que, enquanto não construir uma nova forma de se relacionar entre as mulheres, “vamos fazer uma luta sempre na superfície, como se fosse uma casa que não tivesse uma estrutura bem construída”. E exemplifica sua opinião no relato abaixo:

Eu sou contra o aborto porque eu defendo a vida desde a sua concepção, porém eu sinceramente eu não sei... eu também acho que uma mulher não deveria ter um filho se ela foi estuprada, porque se ela não trabalhar isso na cabeça dela, ela vai projetar

nessa criança toda essa raiva, esse medo, essa violência que ela sofreu. Ela não vai amar esse filho, por outro lado esse filho merece ser amado porque ele não tem culpa, então eu não tenho resolvido isso dentro de mim. Mas aqui na CUT nós somos contra o aborto, aliás a favor do aborto. Então o que eu quero dizer com isso é o seguinte. Se eu for fazer esse debate aqui, provavelmente eu vou apanhar muito, não serei compreendida, porque você é ou você não é, e a vida não é assim. A gente tem que respeitar porque as pessoas têm o direito de ter seu sentimento, de não compreender. (...) Embora eu sei que o fato da gente aqui defender a legalização do aborto, estamos defendendo na verdade, o direito da mulher de não morrer, de não ser atendida. Por isso, nesse quesito eu defendo, eu tenho defendido, eu tenho consciência disso até porque venho do setor da saúde. Desse ponto de vista eu defendo com toda tranquilidade, mas eu tenho dificuldades. Pra mim como você se constrói uma coisa mais sólida se você não conhece exatamente? Será que sou só eu? (DE09, 2019)

A diretora executiva (DE07), por sua vez, lamenta não ter empoderado os secretários de comunicação nos Estados, durante sua passagem pela Secretaria de Comunicação “porque você não constrói política sozinha”. Para ela, não adianta ser presidente do maior sindicato se não tiver um relacionamento sistemático com a base, uma rede de contatos fortalecida. E cita como exemplo de poder pela base, a realização da 4ª Conferência Nacional de Formação da CUT, em maio de 2019, na cidade de Belo Horizonte. Que mesmo sem apoio da executiva nacional da CUT e em condições adversas por falta de recursos, reuniu mais de 600 dirigentes sindicais de todo país. “A CUT só será forte se os nossos sindicatos forem fortes, se nossa base for forte”.

Se quer trazer os movimentos, as associações e os desempregados, tem que mudar as relações a começar com as mulheres porque são a maioria dos informais (...) Temos que empoderar as mulheres e fazer diferente. E isso é difícil porque é mais lento, nem sempre é mais barato. Outro desafio é da solidariedade como um todo e ter a tecnologia a nosso favor – não é só de tecnologia que vamos sobreviver, somos mulheres e homens que também precisa de um abraço, afeto, cuidado, elogio porque não somos máquina, somos gente. Não temos que nos desumanizar – e isso é as mulheres, essa diferença que nós fazemos (DE07, 2019).

As sindicalistas podem contribuir com suas experiências e consolidar a identidade de um feminismo sindical a partir da realidade vivida por elas, porque não é a mesma de quem milita em um movimento exclusivo de mulheres. Se hoje existe uma preocupação de parcela de estudiosas e militantes feministas sobre a perda da centralidade do trabalho nas análises das opressões e discriminações, no feminismo sindical essa centralidade é a condição primeira para sua existência. Em contrapartida, o feminismo tem muito a contribuir para uma reflexão do patriarcalismo

e na revisão de práticas hieraquizadas e excludentes exercidas no movimento sindical.

5.7. Como fazer valer o protagonismo das mulheres na revitalização sindical?

Essas pautas tinham que se encontrar para apresentar um projeto alternativo para a sociedade. Alternativo a quem? Alternativo ao quê? Alternativo por quê? (ex-DE06, 2019).

Conforme apontei no primeiro capítulo, Rachel Brickner (2013) admite a possibilidade de um sindicalismo de movimento social a partir das mulheres organizadas nos sindicatos mexicanos, pois elas buscaram na sociedade civil o fortalecimento necessário para fazer as disputas e enfrentamentos internos em um sindicalismo fortemente marcado pelo machismo, pela corrupção e intervenção partidária. Diante de desafios ainda maiores das mexicanas, a presença das mulheres nesses espaços por si só configura um ato revolucionário, e elas buscam apoio externo para se fortalecerem. No caso do Brasil, essa presença tanto numérica quanto política, também já está dada.

A presença das mulheres na CUT ficou conhecida internacionalmente após a Central ser a primeira organização sindical nacional a implantar a paridade. No entanto, Didice (2020) reconhece que mesmo com a presença numérica e política, as mulheres ainda encontram dificuldades de levarem adiante suas pautas.

Ainda hoje muitos sindicalistas emitem sinais de que não entendem as conexões entre classe e gênero nos processos de exploração do trabalho. Mesmo em muitas organizações com um perfil progressista e de esquerda as sindicalistas encontram obstáculos para reforçar o objetivo da igualdade de gênero, especialmente a demanda por tomada de decisão compartilhada (Delgado, 2020:34).¹¹²

112 Tradução livre da autora: “Aun hoy muchos sindicalistas emiten senales de que no entienden las conexiones entre clase y genero en los procesos de explotacion del trabajo. Inclusive en muchas organizaciones de perfil progresista y de izquierda las sindicalistas encuentran obstaculos para hacer valer la genda de igualdad de genero, sobre todo la demanda por compartir la toma de decisiones”.

Para completar a reflexão, trago a formulação de Jan Kainer (2009) sobre a contribuição das mulheres para a revitalização sindical, que não se trata de aumentar o número da participação de mulheres no movimento sindical, mas mudar radicalmente a perspectiva ao reconhecer a contribuição das feministas. Mudar o sindicalismo sob o protagonismo das mulheres, mais que isto, das feministas (Kirton, 2017; Guillaume 2018).

Nesse caso, a publicação da CLACSO e UNPAZ, “Feminismos y sindicatos en Iberoamérica”, abre outras possibilidades e exemplos de organizações das mulheres sindicalistas com destaque para as argentinas, de onde também surgiu com força a proposta da greve feminista¹¹³. Greve esta que, a meu ver, não teve a devida atenção e debates por parte das sindicalistas ou mesmo das feministas, se considerarmos a ousadia da proposta e repercussão mundial que ganhou.¹¹⁴

Contudo, mesmo diante de tanto debates, reflexões e produções acadêmicas sobre a participação das mulheres nos sindicatos, ainda há muito a se fazer: basta verificar nas resoluções de encontros de mulheres da CUT – do primeiro ao último as questões centrais continuam presentes: diferença salarial, assédio e carreira. E isso não pode ser considerado específico das mulheres, e sim constitutivo da classe trabalhadora como um todo.

Acontece que temos forças econômicas que operam para perpetuação destas demandas como o lucro das empresas e do sistema que se beneficiam com um mercado de reserva feminino encurralado diante do desemprego e que se submete facilmente aos ditames do mercado de trabalho segmentado e hierarquizado. Essa mesma lógica – lógica economicista – vai para dentro dos sindicatos para justificar os lugares de mulheres e homens na estrutura sindical.

113 No livro de Verônica Gago, *A potência Feminista ou o desejo de transformar tudo*, publicado no Brasil em 2020, destaca-se um capítulo dedicado à greve onde a mesma propõe uma teoria política da greve feminista.

114 Ao buscar informações a respeito da repercussão da proposta de greve feminista para o 8 de março de 2017, ano em que eu estava cumprindo créditos na Universidade de Coimbra, verifico que houve dois atos em separado, um na av. Paulista e outro protagonizado pelas sindicalistas na Praça da Sé. No cartaz da CUT Nacional não há nenhuma referência a greve, apenas a CUT-DF abordou o tema. Em reunião da Frente Feminista de Esquerda (FFE), que presenciei na condição de observadora, foi explicado que aquela frente tinha origem no 8M de 2017 que dividiu o movimento entre aquelas que apoiavam a greve feminista e as que não adeririam. Outro fato no mínimo curioso, é que solicitei para duas sindicalistas e para três feministas que me relatassem (por áudio no celular) sobre a experiência da greve no Brasil. Não obtive retorno de nenhuma delas, três disseram que iriam enviar e duas não se manifestaram.

Assim, foi permitido a elas o acesso proporcional ao mercado – metade dos postos de direção (paridade) – mas não os de mando, de comando ou de poder.

As mudanças na quantidade e na qualidade da participação feminina não conseguiram, ainda, alterar substancialmente a lógica hierarquizada das plataformas de luta sindical, pois as reivindicações econômicas prevalecem frente a quaisquer outras demandas de cunho social ou cultural (Yannoulas, 2002).

As sindicalistas já identificavam esses entraves e por isso apostaram — e ainda apostam — em estratégias como formação política, transversalidade dos temas e unidade entre elas. Talvez tenha faltado reconhecer na própria estrutura sindical a reprodução das hierarquias estabelecidas a partir da divisão sexual do trabalho. Assim, a questão que se coloca é: como inverter essa lógica economicista de poder dentro dos sindicatos para que chegue a hora e a vez das mulheres assumirem o comando? E para quê assumir o comando sindical? A resposta para esta pergunta passa por reconhecer que, por pior que seja a crise que o movimento sindical vem atravessando, se ruim com ele pior sem ele¹¹⁵.

Os modelos de sindicalismo podem variar por regiões, categorias, ideologia ou processos históricos, mas uma coisa não muda para qualquer tipo: a vocação para a coletividade. Mesmo o mais liberal, o de mercado ou negócio, vai sempre depender de um coletivo de trabalhadores para representar interesses coletivos. Em tempos de intensificação das políticas de austeridade ditadas pelo mercado, por mais flexibilização e precarização das relações de trabalho, constata-se que o objetivo é não somente o de reduzir custos e aumentar a produtividade, mas de também quebrar a espinha dorsal do movimento sindical: o poder da coletividade (Kirton, 2017).

Cresce assim o discurso da unidade, de aproximação com os movimentos sociais e da necessidade de transformação social, com a retomada da defesa do socialismo. Como nunca foi fácil para as mulheres se manterem no sindicalismo, elas nunca abandonaram esse discurso de forma mais ou menos efetiva, nem tampouco

115 Exemplo dos EUA com janitors e bancários – um sindicalismo forte no setor mais precarizado, tem mais direitos que o setor mais rico que não tem organização. Em matéria publicada na página do sindicato, “EUA são exemplo da falta que faz um sindicato”, os dirigentes procuram mostrar a diferença entre um país que tem sindicato de bancários organizado, como no Brasil, com os EUA que não tem sindicato de bancários como no Banco do Brasil porque lá o sindicato é por empresa. Compara também com os trabalhadores da limpeza no mesmo país, que têm mais direitos que bancários, graças ao sindicato. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/08/2015/eua-sao-exemplo-da-falta-que-faz-um-sindicato>

a sua prática. Em outras palavras, a mulher tem a chance de intensificar a principal vocação do sindicalismo: a coletividade. Resta agora se apropriarem dessa vocação e inverterem a lógica economicista de segmentação e hierarquia imposta pela divisão sexual do trabalho.

Torna-se cada vez mais claro que o sindicalismo tradicional não pode, por si só, abrir espaço para as mulheres. Assim, também discutimos uma gama mais ampla de formas de organização coletiva, novamente como exemplos. Finalmente, concluímos que não se pode apontar um modelo/método como 'o melhor', mas que sindicatos de sucesso para as mulheres têm características que podem ser identificadas e então aplicadas em situações bastante diversas (Ledwith e Walsh, 2017:292).

Para umas das diretoras executivas entrevistada nesta tese (DE05), as mulheres precisam estar no poder para executar a política e fazer o tema da igualdade de gênero crescer para que não fique só no discurso e se torne medidas concretas de combate à discriminação. Para ela, existem formas diferentes de exercer o poder, sobre “ser e estar” no poder. Com base na própria experiência, argumenta:

Quando eu estava no poder, o meu poder era compartilhado, o que não existe hoje, eu como estando na direção, o poder da CUT não é compartilhado. Tudo para nós é reivindicação, tudo para nós é disputa, é negociação.” [...] E no último período com agravamento da crise vejo a gente [as mulheres] correndo risco. Porque a crise vai concentrar poder nos machos – porque não estamos na linha de frente como já estivemos anteriormente. Não estamos no mesmo nível de mobilização interna como há 4 anos atrás – em função da crise (DE05, 2019).

A mesma diretora executiva, ainda alerta para a concentração de poder na CUT nas categorias que detêm maior possibilidade de contribuição financeira. Isto “não é declarado, mas é praticado” e isto também leva a uma concentração de poder regional, no sudeste do país, onde se localiza a sede da Central. Para ela, as mulheres vão ser afetadas “não vão acabar com a paridade, mas vão diminuir espaços (...) Vamos continuar no rodapé como a gente estava, com o agravamento de não ter debate público, só nos bastidores como na montagem da próxima direção” (DE05, 2019). Para ela, a nova direção da CUT vai concentrar poder nas mãos de quem não tem representatividade¹¹⁶. Se fosse uma candidatura feminina teria grande

116 Segundo relatório da REMIR em parceria com o Observatório Social da CUT, os ramos de maior representatividade, ou seja, predominante entre as delegações do 13º Concut, foram: Educação

impacto na sociedade. “Talvez se a Carmen fosse realmente candidata e se elegeesse, a gente colocaria a CUT no patamar da sua fundação” (DE 05, 2019).

Já para diretora executiva (DE06), “a CUT somos nós”, ou seja, ela é aquilo “que os sindicatos estão fazendo”. As mulheres são importantes porque ampliaram a pauta por meio de debates e reflexões. Ela enfatiza que sua entrada na CUT se deu pelo ramo de atividade com sindicatos atuantes no Brasil inteiro, ramo este composto por pessoas “que pensaram a CUT, junto com os metalúrgicos”, que têm dedicação plena para CUT em diversos espaços, que “ajudam a construir e tocar a CUT”. Segundo ela, tem sindicatos que são grandes, mas não priorizam as CUT(s) nos Estados e nem na direção nacional. A composição ampliou para fazer a paridade, e entraram mulheres importantes que foram presidentas e tesoureiras de suas entidades de origem. Porém, ela levanta uma preocupação para a manutenção dessa representação para o futuro, pois as “novas profissões, têm muito mais homens que mulheres”, com o avanço das novas tecnologias. Como incluir as mulheres?

Se a tarefa é pensar a organização sindical para os próximos 30 anos, segundo a entrevistada, deve-se começar agora.

O trabalho formal está diminuindo cada vez mais e a parte informal, precarizada está aumentando cada vez mais. Como que a gente vai se apropriar dos ganhos que a tecnologia vai trazer para o mundo? Só concentrar mais renda? E ainda, nas mãos dos homens? Homens e brancos. Desafio é pensar o futuro do trabalho formal e informal – os informais precisam de políticas públicas. A CUT vai ter que mudar o foco de atuação para os desorganizados, criar legislação de proteção, políticas públicas (DE06, 2019).

Para ela, a Central tem capacidade e sempre se dispôs a isso, porque é o “guarda-chuva” da classe trabalhadora, um ator importante e “que vai ficar mais importante ainda”. A mesma diretora executiva cita a relação da CUT com as duas frentes Frente Brasil Popular (FBP) e Frente Povo Sem Medo (FPSM) que ajuda articular com vários atores para fazer política e políticas públicas. Porém, para ela, não é possível discutir a Central sem discutir os sindicatos: “quem os sindicatos vão representar? Como? E como financiar a organização?” Neste ponto, ela mesma

(29,9%); Rurais (12,3%), Setor financeiro (11,4%), Administração pública (7,0%), Comércio e serviços (6,9%), Metalúrgico (5,7%), Saúde e seguridade social (5,5%), Servidores municipais (4,5%), Químico (3,5%), Urbanitários (2,7%), Comunicação e informação (2,3%), Transporte (1,5%), Construção e madeira (1,4%), Alimentação (1,2%), Vestuário (0,8%), Aposentados 1,8%, profissionais liberais 0,3% e não responderam a qual ramo pertencem 1,3% do total dos/ delegados/as (CUT, 2020:3).

responde: “quem financia a Central são os sindicatos”. E acrescenta que é importante unificar as lutas, a exemplo dos bancários, que “já conquistaram isso com a convenção coletiva nacional” e coloca em dúvida o poder de negociar de um sindicato com, por exemplo, 250 trabalhadores na base.

Precisamos ter sabedoria em construir a unidade – fortalecer a unidade em todos seus ramos por meio dos macrossetores – tem setor que é mais fácil, como o da educação, tem outros que já são desarticulados desde baixo, é mais difícil. Esse é um desafio da CUT, na comunicação também, nas redes sociais. A CUT tem 200 mil seguidores no *Face*, precisamos de uma plataforma de comunicação mais eficiente (DE06, 2019).

Essa reflexão, remete-me à “falsa naturalidade dos conceitos” de qualificação e consciência de classe apontada por Souza-Lobo (2011). A autora procura desmitificar a ideia de que essa consciência só viria dos setores mais qualificados, mais empregáveis e estáveis, logo as mulheres não a teriam. Ou seja, recae sobre elas mais uma “culpa” pela própria condição de subalternidade, pois não possuem qualificação necessária para acessar certos setores econômicos da sociedade, logo perdem a importância da representação nos sindicatos. “Efetivamente, para as mulheres, o trabalho na fábrica se sobrepõe ao trabalho doméstico, o trabalho reprodutivo, o que repercute nas suas práticas sociais” (Souza-Lobo, 2011: 129).

Já para Guillaume (2018), conforme apontei no Capítulo 2, é preciso reconhecer as tensões que as relações de gênero e classe ainda provocam no movimento sindical, a ponto de e, até em nome do feminismo, continuar reproduzindo um distanciamento social no interior da classe e entre as próprias mulheres, caso as mulheres que atingiram um grau de relevância profissional e disponibilidade para o sindicalismo, não enxerguem as questões sistêmicas que as subalternizam, em especial, as negras, precárias e/ou migrantes.

A diretora executiva (DE07), por sua vez, questiona essa tentativa de qualificar as lideranças pelo prestígio que alguns setores econômicos têm. Para ela, não adianta querer representar os desempregados, os trabalhadores autônomos “e quando vem pra cá” (para direção da Central), continuar com os mesmos problemas com relação às mulheres, negros, LGBT’s e os mesmos problemas entre

trabalhadores urbanos e rurais. “Aqui na CUT tem uma coisa assim: se é urbano, sabe, se é rural, é caipira. É assim que vamos continuar?”

Não adianta querer representar um outro bloco e as pessoas não serem parte do processo. E ser parte e pensar um novo modelo de organização, não é pensar um modelo de organização de quem paga ocupa espaço, porque é assim que é nossa CUT, quem paga ocupa os espaços. O movimento é outro, é o da horizontalidade. Assim caminham esses processos (de unidade com movimentos e não organizáveis) e não do financiamento. Se quiser pensar a perspectiva daqui pra frente, é repensar as relações internas. E não é culpa do presidente ou secretário geral, é minha também, eu faço parte desse jogo. Quem está no comando tem responsabilidade maior – mas também as mulheres (DE07, 2019).

Sobre a ausência de mulheres nos cargos de mando da Central, o diretor executivo entrevistado nesta pesquisa afirma que: “Precisamos fazer crescer a participação de mulheres na base. Porque a CUT organiza sindicato, ela não organiza gênero, ela organiza ramos e sindicatos”. E que elas deveriam “brigar” por esses postos dentro dos seus respectivos ramos de atividade.

Uma opinião pessoal – quando as mulheres vão presidir? – quando vocês crescerem dentro do ramo de vocês. Em lugar nenhum do mundo você presidiu uma central porque é homem ou porque é mulher. É porque ele representa um setor. Por isso que é de fundamental importância ter política na base. Isso vai acontecer porque as mulheres estão crescendo em participação e qualidade. Exemplo dos bancários de São Paulo que tem 70% de mulheres na direção porque trabalharam, tem política. Tá crescendo nos metalúrgicos no congresso de CNM tinha 30% de mulheres – uma hora a CNM será presidida por uma mulher porque está crescendo. Os químicos têm uma participação importante na base que não reflete nas direções – precisa reforçar (DE08, 2019).

Da mesma forma que Souza-Lobo chama atenção para a falsa naturalidade de conceito de qualificação e Mary Castro identifica na narrativa do conto de Alice “ela ainda não está preparada”, percebo aqui uma nova forma de explicar a exclusão de cargos importantes: “ela não tem apoio no ramo”, a categoria não tem “força de indicação”, em outras palavras, “ela não representa um setor de peso na CUT”. Porém, Carmen Foro representa hoje aquilo que o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva representou no passado: um nordestino, com baixa escolarização que presidiu um sindicato importante no sudeste do país graças ao seu carisma e poder de mobilização.

O mesmo diretor executivo, que justifica a não participação da mulher na presidência da CUT por falta de representatividade, diz que no atual cenário é preciso ter “um projeto com a cara do Brasil”:

E a relação com o movimento social, mais importante ainda, porque um governo de extrema direita que é homofóbico, tem preconceito com negro, com mulheres e destila... esse tema é mais importante ainda. O que a gente mais lamenta, é que o Lula é a cara do Brasil e as pessoas que prenderam ele politicamente, não gostam do Brasil. Porque se você tem preconceito com pobre, com índio, com negro, você não gosta do país. Precisamos ter um projeto que tenha a cara do Brasil, que goste do povo brasileiro. A gente nasceu em 83 sem dinheiro, agora nós vamos reaprender. A dificuldade é enorme, mas é nesse período que a gente muda, que a gente faz mudança importante (DE08, 2019).

Neste sentido, um projeto que tenha a cara do Brasil deve reconhecer o protagonismo das mulheres nas mobilizações, no enfrentamento contra a extrema direita que avança no país e no diálogo com setores historicamente discriminados representados numa candidatura como a de Carmen Foro, mulher negra, rural do norte do país.

Nós mulheres não podemos tampar o sol com a peneira, ainda tem muito machismo na CUT. Temos que construir formas de continuar avançando porque estamos vivendo um mundo de bastante conservadorismo também, isso atinge também o movimento sindical, então a gente tem que continuar avançando (DE07, 2019).

Para uma das diretoras executivas entrevistadas, a solidariedade e unidade feminina é muito importante nesse processo, e sempre existiu isto entre as mulheres da executiva nacional porque já sentiram na pele as discriminações. “Eu acho que quando uma companheira nossa está em dificuldade, com algum problema ou vai fazer uma coisa... há uma coisa tão natural de se juntar e apoiar as mulheres que você não precisa dizer” (DE07, 2019). Ao mesmo tempo tem um processo de disputa bastante pesado — “nós disputamos entre nós” — fruto dos grupos políticos.

Nesta mesma perspectiva, uma outra diretora executiva também entrevistada para esta tese, complementa:

E no último período, com agravamento da crise, vejo a gente (as mulheres) correndo risco. Porque a crise vai concentrar poder nos machos – porque não estamos na linha de frente como já estivemos anteriormente. Não estamos no

mesmo nível de mobilização interna como há 4 anos atrás – em função da crise. (DE05, 2019).

Esta nova situação, apontada pela entrevistada, é um grande desafio à resolução do 13º Concut por ampliação da representatividade: “Priorizar, fortalecer e ampliar a organização e representação das mulheres, da juventude e da população negra é imperativo para o sindicalismo que busca representar o conjunto da classe” (CUT, 2019: 16). A meu ver, as lideranças cutistas perderam a oportunidade de demonstrar seu real compromisso com essa bandeira ao inibir uma candidatura como a de Carmen Foro à presidência da CUT.¹¹⁷ Trata-se de uma mulher negra, rural e do norte do país que, além de ter vasta experiência sindical, por ter ocupado em diferentes momentos a vice-presidência da CUT, conduziu mobilizações como a Marcha das Margaridas, com forte interlocução com os movimentos sociais.

Kirton (2017) fala em símbolos masculinizados no movimento sindical que perpetuam e criam barreiras para a participação das mulheres, enquanto Guillaume (2018) retoma um antigo debate sob uma pseudo neutralidade da classe, que igualmente continuam a reproduzir a exclusão dos setores mais precários e marginalizados, marcados pela tensão de gênero e raça. Sob o argumento de evitar disputas internas, diante da conjuntura extremamente difícil para o movimento sindical, o que prevaleceu, em nome da unidade, foi uma representação marcada pelo poder financeiro, regional, de uma categoria tradicional da classe trabalhadora, predominantemente masculina. Perpetua-se, dessa forma, o poder sindical na representação de um homem, branco, metalúrgico do sudeste do país, na figura de Sérgio Nobre.¹¹⁸

Transcrevo abaixo o discurso de Carmen Foro logo após a eleição da direção executiva no 13º Concut, já na condição de primeira mulher a ocupar a titularidade de um dos principais cargos de poder na CUT (presidência, secretaria geral, tesouraria e relações internacionais). Trata-se de um dos poucos registros públicos sobre sua candidatura à presidência da Central e das tensões que essa “ameaça” representou.

117 Pude dectatar essa informação a partir de depoimentos nas entrevistas, em reunião do Coletivo Nacional da SNMT/CUT e em discurso de posse da nova direção executiva.

118 Consultar <http://www.cntsscut.org.br/galeria-de-video/288/carmem-foro-e-sergio-nobre-secretaria-geral-e-presidente-falam-dos-desafios-no-13-concut-outubro-2019>

Eu preciso agradecer todas aquelas mulheres que partiram, que já estavam nessa luta e foram mulheres invisíveis, mulheres negras, mulheres invisíveis ao longo da história, mulheres trabalhadoras. Elas não estão aqui, mas elas passaram por aqui, para que nós pudéssemos chegar aqui. Eu quero agradecer ao meu sindicato, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri, lá do norte do Brasil [...], mas eu quero agradecer profundamente à Contag, eu me tornei uma grande liderança nacional a partir da Contag e da luta das mulheres. Eu gostaria muito de agradecer à companheira Maria (secretária geral adjunta), é verdade, a Maria carregou a organização desse congresso e merece o nosso reconhecimento. Eu quero agradecer à direção política da CUT. Eu tenho uma concepção de vida que a gente só vai enfrentar os desafios se nós tivermos muita solidariedade entre nós, companheiro Sergio Nobre. O processo de construção dessa chapa, foi um processo não tão fácil. Até porque, **pode até não reconhecer**, mas você sabe que meu nome estava colocado para presidir a CUT Brasil (aplausos da plateia). E em nome de um processo, fundamental e necessário que nós viemos construindo, nós fechamos essa chapa e eu aceitei ficar na Secretaria Geral, porque a CUT precisa estar, mais do que nunca, unida, mais do que nunca, firme, sem nenhuma guerra entre nós. Até nesse congresso passaram questões que várias forças políticas não gostaram muito, mas em nome da unidade estamos todas aqui, estamos todas juntas porque a guerra estabelecida no próximo período, requer de nós coragem, força e muita determinação e muita unidade. [...] A história da classe trabalhadora nunca foi uma história fácil, tem momentos que nós estamos bem, tem momentos que nem tanto. No entanto, ter uma central sindical como a CUT, como a maior central sindical do Brasil e a quinta maior central sindical do mundo, requer de nós bons exemplos, requer de nós, sermos aguerridos para fazer jus ao nosso tamanho e à nossa força na defesa da classe trabalhadora, acho que a CUT tem tudo isso. Quero te dizer que você (Sergio Nobre) pode contar comigo e com nossos companheiros rurais com todos aqueles outros que teriam pensado outra possibilidade. Quero dizer que tudo que a gente combinar a gente vai fazer juntos, se não combinar a gente vai ter umas briguinhas [risos] (Discurso no 13º Concut, grifo nosso).

Na sequência, é possível observar no vídeo reproduzido na página da Confederação dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS) e no canal da Confederação no YouTube¹¹⁹, em sua fala, o então presidente Sergio Nobre não se refere à Carmem em nenhum momento como a primeira mulher a ocupar a titularidade da Secretaria Geral. Ao puxar pelo braço o ex-presidente da CUT, Vagner Freitas, para se colocar ao lado dele, diz que não conseguiu implantar o projeto dos dois (durante os mandatos dele na Secretaria Geral e o de Vagner na Presidência) de preparar a CUT para as inovações tecnológicas e de reformar a estrutura sindical. Atribui essas frustrações às jornadas de junho de 2013 e ao esforço que empenharam para reeleição de Dilma Rousseff, em 2014. E conclui: “Minha gestão é continuidade da sua, tenho orgulho de ter você como vice-presidente”.

À luz de várias contribuições teóricas (Castro, 1995; Ledwith, 2012; Bertolin e Kamada, 2012; Kirton, 2017; Guillaume, 2018) e de relatos das próprias

¹¹⁹ Carmem Foro e Sérgio Nobre, secretária geral e presidente, falam dos desafios no 13º CONCURT. Acessado em 06/07/2021, disponível em: <https://youtu.be/UsMwSpxn8fU>

sindicalistas, podemos interpretar esses gestos — tanto da não citação do nome da Carmen, como da “puxada” de Vagner para o seu lado — como símbolos do patriarcado sindical e como formas de invisibilizar as mulheres na condução política da Central. Também não deixa de ser a confirmação daquilo que Leoncio Martins Rodrigues (1999) previa para a manutenção do movimento sindical, ou seja, a representação de uma elite de trabalhadores oriundos de categorias com poder financeiro e, até por esse mesmo motivo, masculinizada.

Por outro lado, as mulheres continuam arcando com os prejuízos das crises, tanto econômica como política, conforme alertado por diversos estudos e nos depoimentos das sindicalistas. O resultado disto, pode ser observado na composição da direção executiva da CUT nacional para o mandato de 2019 – 2023, que curiosamente, não consta no caderno de resoluções como de costume.

Quadro 10 – Composição da direção executiva nacional da CUT (gestão 2019-2023) por cargo, sexo, categoria e Estado.

Cargo	Sexo	Ramo	Estado
Presidente	MASC	metalúrgico	SP
Vice-Presidente	MASC	bancário	SP
Secretária-Geral	FEM	rural	PA
Secretário-Geral Adjunto	MASC	químico	SP
Secretário de Administração e Finanças	MASC	professor	SP
Secretária-Adjunto de Administração e Finanças	FEM	seguridade social	SP
Secretário de Relações Internacionais	MASC	professor	DF
Secretário-Adjunto de Relações Internacionais	MASC	metalúrgico	RS
Secretário de Assuntos Jurídicos	MASC	comerciário	SC
Secretário de Comunicação	MASC	petroleiro	PR
Secretário-Adjunto de Comunicação	MASC	processamento dados	PE
Secretário de Cultura	MASC	professor	MG
Secretário-Adjunto de Cultura	MASC	portuário	ES
Secretária de Formação	FEM	rural	SC
Secretária-Adjunta de Formação	FEM	professora	MS

Secretária de Juventude	FEM	rural	RR
Secretário de Relações de Trabalho	MASC	bancário	RS
Secretária-Adjunta de Relações de Trabalho	FEM	correios	DF
Secretária da Mulher Trabalhadora	FEM	municipais	SP
Secretária de Saúde do Trabalhador	FEM	rural	PE
Secretária-Adjunta de Saúde	FEM	seguridade	GO
Secretário de Meio Ambiente	MASC	bancário	DF
Secretária de Mobilização e Movimento Sociais	FEM	professora	PR
Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos	FEM	municipais	SP
Secretária de Combate ao Racismo	FEM	professora	SP
Secretária-Adjunta de Combate ao Racismo	FEM	química	SP
Secretária de Organização e Política Sindical	FEM	municipais	CE
Secretário-Adjunto de Organização e Política Sindical	MASC	cooperativa transportes	DF

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do site da CUT. Disponível em: <https://www.cut.org.br/conteudo/executiva-nacional>

Conforme previu a diretora executiva (DE05) em depoimento concedido para esta pesquisa e conforme se pode verificar no quadro acima, os cargos com maior poder de mando e recurso (da Presidência até as Relações Internacionais) continuam concentrados nas mãos de homens, de setores considerados de “elite” entre os trabalhadores e do sudeste e do sul do país.

Ao observar o Quadro 10, é evidente a linha que separa os principais cargos dos demais. A paridade é efetivada a partir desse limite de poder para baixo, ou seja, em secretarias consideradas menos importantes. Mesmo entre essas, vale a pena destacar outra secretaria estratégica que é a de comunicação que tem homens como titular e adjunto. Quando essa secretaria esteve no comando de uma mulher, conforme relata uma ex-diretora executiva da Central, as mulheres tiveram maior visibilidade na imprensa da CUT: “precisou uma mulher ser secretária de comunicação da CUT, para as fotografias das mulheres estarem no site da CUT” (ex-DE08, 2019).

Ao contrário do que se verifica nos movimentos sociais, onde existe uma certa tensão entre os e as ativistas de diferentes grupos por disputa de protagonismo (como feministas brancas e negras, LGBT, geracional ou racial), na CUT é possível verificar

especialmente em depoimentos fornecidos nas entrevistas, que as dirigentes prezam pelas parcerias entre elas no interior da Central e que existe uma espécie de “acordo” de prestigiarem umas as outras nas atividades e eventos organizados por secretarias co-relatas. Facilitado por serem na sua maioria tocadas por mulheres e por se identificarem dentro de um campo mais voltado para as questões sociais.

Como é possível verificar no quadro acima, as mulheres estão concentradas em secretarias/temas de maior aproximação e diálogo com outras organizações da sociedade civil, a começar pela juventude, mulheres, de combate ao racismo, de direitos humanos, saúde e relação com os movimentos sociais. Além disso, constituem os setores com maior poder de mobilização dos últimos anos no Brasil e em diversas partes do mundo. Eis aqui outra importante evidência de que as mulheres cutistas estão mais próximas de um tipo de sindicalismo visto como uma alternativa para a crise que o movimento vem sofrendo em diversas partes do mundo: o sindicalismo de movimento social.

Priorizar, fortalecer e ampliar a organização e representação das mulheres, da juventude e da população negra é imperativo para o sindicalismo que busca representar o conjunto da classe. A discriminação, a exclusão e a precarização desses trabalhadores e trabalhadoras fazem com que o machismo, o patriarcado, o racismo e exploração do trabalho juvenil, que são componentes estruturantes da formação da sociedade brasileira, contribuam para que mulheres, negros e jovens sejam os mais explorados pelo capital (CUT, 2019: 16).

A resolução acima revela que existe uma compreensão, e até mesmo uma consciência do quanto a interseccionalidade de gênero, raça, orientação sexual entre outras, são importantes para atacar a lógica de exploração e precarização imposta aos setores mais vulneráveis e por consequência para a sociedade brasileira, por se tratar de um problema estrutural e lucrativos para o sistema capitalista. Resta saber qual a disposição das direções em acolher as representações e demandas desses grupos e, mais ainda, em admitir que assumam o protagonismo das mudanças necessárias para inverter uma lógica economicista de representação e poder para uma lógica social, inclusiva e mais democrática. É possível contar com aliados?

Um ex-diretor executivo da Central, nos dá algumas pistas para responder essa questão. Segundo ele, toda instituição tem que ser multicultural – tem que ter mulher, negros e jovens – “não é só paridade de gênero, tem que haver uma

concertação da instituição. Quando só tem homem, branco e paulista, isso é um problema” (ex-DE04, 2019).

O mesmo diretor relata que quando a Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) foi eleita, ela chamou duas representações por central sindical para uma reunião e a direção executiva discutiu os nomes que deveriam representar a CUT. O mesmo apresentou a proposta de ir o presidente (no caso o vice porque o presidente estava em férias) e a representante das mulheres da época, Antonio Feijó e Rosane Silva, para que fosse a única central a levar mulher.

Infelizmente a decisão da CUT foi de ir o companheiro Feijó (que estava cobrindo férias do Arthur) e o companheiro Quintino (Sec. Geral), a CUT perdeu a chance histórica. A partir desse momento, desse fato - eu aprendo com os fatos, com os gestos - eu acho que a CUT deveria de ter um sistema, que deveria estabelecer... porque a tese que prevaleceu foi a seguinte: quem vai para audiência são os dois principais cargos – a presidência e a secretaria geral – tá bom! Então vamos estabelecer daqui para frente que os cargos serão de gêneros diferentes: se presidir a CUT for um homem, a secretária geral da CUT será uma mulher. Então acho que a questão de gênero não está resolvida porque os principais cargos – sem dúvida nenhuma, implantar as cotas foi importante, implantar a paridade foi importante, mas isso não significa poder (ex-DE4, 2019)

O ex-diretor executivo da CUT é bastante explícito no seu argumento: “para empoderar as mulheres, precisa desempoderar os homens, para impoderar a juventude, precisa desempoderar os que não são jovens” (ex-DE4, 2019). Porém, admite que não é tão fácil quanto parece porque “o poder é um vício” e que deve haver um preparo (dos homens) para desapegarem. Para isto, ele cogita a criação de um curso combinado com a secretaria de formação e a secretaria de mulheres para preparar homens para perda do poder. “Da mesma forma que para corrigir um vício da bebida, do cigarro, você tem que ter um tratamento. Então tem que ter um curso que ensina isso: que eles possam ser felizes sem tem poder”. E assim, “compartilhar com a felicidade das mulheres que estão fazendo valer suas propostas” (ex-DE4, 2019) . Esse depoimento indica aquilo que bell hooks (2019) propõe, que o feminismo é para todo mundo, inclusive para libertar os homens do seu mandato de machista para a manutenção do sistema patriarcal.

CONCLUSÕES

Ao longo da minha pesquisa pude constatar que, apesar do conceito de sindicalismo de movimento social (SMS) ter inspiração brasileira, especificamente no novo sindicalismo que deu origem a CUT, ele é pouco discutido entre os estudiosos do país. Por isso, tracei um caminho para apresentar o modelo de SMS, seus limites e potencialidades, considerando a experiência da CUT.

O sindicalismo de movimento social e suas derivações resultam de reflexões acerca da globalização e de um resgate do “velho internacionalismo operário”, para se repensar as antigas formas de atuação dos sindicatos diante do novo cenário político, econômico e social (Waterman, 2002; Santos; Costa, 2004; Munck, 2010). O sindicalismo de movimento social, em que pesem as polêmicas em torno da validade e efetividade desse modelo, segundo Seidman (2011), continua vigorando nos debates e reflexões do mundo acadêmico, especialmente fora do Brasil.

Trata-se de um modelo orientado sobretudo para novos caminhos sintonizados com a ideia de “Sul global”. Apresenta-se como uma alternativa à crise de representação expressa na queda das taxas de filiação dos sindicatos. A aposta em um modelo como o de SMS acontece graças ao poder de ampliação da pauta para além das questões corporativas e de atração de setores antes excluídos ou arredios ao movimento sindical: mulheres, jovens, imigrantes, comunidade LGBT.

Se será transitório ou definitivo, se servirá como estratégia de revitalização em determinado momento ou se se consolidará como um novo modelo a ser seguido dependerá, em larga medida, das escolhas e respostas às questões levantadas por Maite Tapia e Gabriella Alberti (2019), quanto à disposição das direções em promover mudanças, tanto nas pautas e na relação com os movimentos sociais, quanto na ampliação dos espaços democráticos e acesso aos recursos do movimento sindical.

É comum ouvir dos dirigentes sindicais os esforços que fazem por incluir mais mulheres nas direções. Elas são bem-vindas, pois, além de melhorar a imagem quanto a representação de uma importante parcela da classe trabalhadora, elas podem atrair mais mulheres para filiação sindical e, assim, aumentar o poder de arrecadação financeira para a entidade. As parcerias com os movimentos sociais também são bastante aclamadas, especialmente em remos de ataques aos direitos trabalhistas, desemprego e perda de mobilização na base. Porém, tanto a inclusão

de setores historicamente discriminados e vulneráveis da classe trabalhadora, como a parceria com os movimentos sociais, para serem verdadeiras, precisam sair do discursos e rever comportamentos e práticas que alteram as relações de poder.

Feminismo: politização das desigualdades

As tentativas de explicar as desigualdades e a opressão pela diferença biológica – mulher predestinada à procriação – caem por terra na medida em que as mulheres também são convocadas para o trabalho produtivo, porém sem deixar de fazer o reprodutivo. O conceito de gênero surge para explicar que as desigualdades não têm a ver com biologia, mas com papéis historicamente construídos e que são suscetíveis de ser desfeitos e refeitos. Para as feministas marxistas, as desigualdades são materializadas na divisão sexual do trabalho sustentada pelo sistema capitalista e patriarcal – seus beneficiários diretos.

Existem outras tentativas de explicação das desigualdades de gênero – do plano individual, das escolhas e da falta de oportunidade ou da segmentação. Para os modelos de análise do tipo estruturalista, as desigualdades são parte de uma engrenagem válida para todos os grupos, ou seja, produzem visões totalizantes dos problemas que abatem diferentemente grupos de mulheres: pobres, negras, indígenas, lésbica, trans. Entram em cena o debate da decolonialidade, da negritude e da orientação sexual, para desafiar o feminismo branco a romper com essa visão totalizante. As pautas ditas identitárias surgem para expressar as demandas subjetivas relacionadas ao cotidiano, para detectar aquilo que não se explica por categorias tradicionais universalizantes. Isso porque as mulheres foram vítimas dessa mesma lógica de exclusão – universalização da classe trabalhadora como se todos fossem homens, e dos estudos na sociologia como se mulher fosse um objeto específico.

As relações sociais de gênero revelam que as diferenças entre ser homem e ser mulher (pensando ainda em uma relação binária para efeito do exercício) foram culturalmente construídas e estabelecem uma relação de poder de um sexo sobre o outro. Portanto, entra um outro ingrediente para além do econômico, para pensarmos aquela primeira e ingênua constatação, materializada nas diferenças de salários: o componente político. Essa relação de poder explícita nas relações sociais de sexo, ou gênero, coloca o homem em vantagens evidentes: recebem mais, ocupam os

melhores cargos, estão no comando de empresas, governos, partidos, sindicatos e são “chefes” de família. A essa vantagem, ao privilégio do homem nessa relação de poder, tem sido dado o nome de patriarcado.

O patriarcado é mais evidente, explícito, nas relações privadas e interpessoais de homens e mulheres, a começar pela primeira forma de instituição, o casamento, detectado por Marx e Engels. A partir dele, o corpo da mulher passou a ser território a ser controlado pelo marido, pelos filhos, pelo Estado, pelas igrejas e, porque não dizer, pela própria academia ao negar as demandas desse corpo e suas diferentes formas de ser mulher. Assim, esse sistema de diferenças e opressões envolvem diferentes ambientes, instituições e extrapolam os muros das fábricas. É visto como estrutural, obedece a uma lógica de exploração e opressão firme e atuante, e por isso é duradouro, persistente.

Isto tudo se dá de forma passiva, sem resistência por parte das mulheres? Obviamente que não. Acontece que a correlação de força é totalmente desigual. Elas não detêm o poder institucional para impor restrições à exploração e opressão. Conseguem essa imposição pelo poder da coletividade, pela mobilização e diferentes formas de resistência. Dessa forma, o feminismo e os movimentos de mulheres deram importantes contribuições para desvelar essa realidade, como propor mudanças para fortalecer a capacidade de mobilização e ação dessas mulheres. Quais mulheres? O que as unifica? O que as divide?

Volto então à divisão sexual do trabalho, que nos ajuda a compreender os diversos componentes dessa engrenagem da exploração e opressão das relações sociais de sexo ou gênero. Se o ponto de partida para pensar essas relações é materializado nas relações de trabalho, a classe é uma importante referência para uma primeira distinção: se trabalhadora ou burguesa, se das classes populares ou das elites. Ambas sofrem a opressão de gênero por meio do patriarcado, mas a exploração da classe trabalhadora é mais intensa (ou exclusiva). Portanto, a questão de classe é uma das primeiras marcas que distinguem as lutas das mulheres e dos diferentes feminismos (do liberal ao radical, do socialista ao anti-colonial, das autonomistas, etc.).

Porém, a questão de classe impacta diferentemente as mulheres conforme a cor da pele. Enquanto a história oficial brasileira data a entrada da mulher no mercado de trabalho nos anos 1970, as mulheres negras experimentam essa participação

muito antes, desde o período escravocrata. Ao observar os dados atuais, verificamos que essa herança lhes rende ainda mais prejuízos. Não é possível pensar as mulheres da classe trabalhadora como se todas fossem brancas, e esta é uma primeira e grande lição ao feminismo branco, em especial às feministas socialistas.

Como se não bastasse o fator econômico, que prejudica as mulheres negras, elas carregam outras marcas que intensificam ainda mais a exploração e opressão: não são consideradas mulheres, porque seus corpos são invisíveis aos olhos do colonizador; servem para o sexo, mas não para o casamento; são fortes e resistentes para desempenharem trabalho braçal e, ainda sim, o trabalho doméstico e os cuidados. A questão da subjetividade é colocada com força pelas mulheres negras, que vai desde a questão do cabelo ao fato de não poder “fraquejar” diante dos problemas.

Os reflexos desse movimento entre prática e teoria, entre o micro e o macro, entre o que é ou não estrutural nas relações sociais de gênero, ou o que é construtivo dessa relações, vão revelar formas ainda mais complexas de relações. Essas formas não se explicam pelo economicismo, mas pela identidade e pela cultura. Pode até ter a priori uma base material, mas vai desafiando em especial a tradição marxista, de impor uma hierarquia nessas relações, sendo a classe a mais importante.

O conceito de gênero em torno da dualidade homem e mulher passa a ser questionado com mais força, e o corpo, considerado território, ganha centralidade inédita com as obras de Judith Butler – a teoria queer, corpo como resistência (negro, gordo, sexuado, asexuado, periférico). O aumento das complexidades das relações sociais, o questionamento dos privilégios e a necessidade de se respeitar o lugar de fala trouxeram certo stress para a militância, especialmente a de esquerda. Isso porque se viram desafiadas a rever seus próprios fantasmas e contradições.

Abrem-se também algumas tensões internas aos movimentos, a exemplo da polarização entre o feminismo branco e o negro, entre as *cis* e as *trans*. Surge daí a necessidade de se pensar as diferenças internas do ponto de vista da interseccionalidade de gênero, raça e classe, introduzida pelas feministas negras a partir das análises de Kimberle Chenshaw e Patricia Hill Collins, que levantaram a preocupação da infinidade de interseccções que podem ser consideradas, além das já bastante discutidas (gênero e raça) como orientação sexual, deficiência,

nacionalidade, etc. Como então priorizar as lutas? Como não fragmentar o movimento?

Quanto ao movimento sindical, é possível verificar as mesmas movimentações dos diferentes grupos, porém sem o mesmo grau de stress que se observa nos movimentos sociais. Verifiquei maior sintonia entre as temáticas transversais, até porque são todas tocadas por mulheres que aprenderam, ao longo da experiência de atuação na CUT, que a unidade entre elas sempre foi uma estratégia a ser adotada.

Em *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*, bell hooks (com as iniciais em minúsculo por exigência da própria autora) assume que o feminismo não deve ser um movimento exclusivo das mulheres, visto que pode ser dos homens também. De forma muito didática, a autora procura aproximar o feminismo das camadas populares, a fim de construir um movimento de massa. Tenta desfazer medos e mitos que se formaram em torno do feminismo, por causa da sua proposta radical de transformação, tanto individual como coletiva, no combate ao sexismo (de homens e de mulheres). Um dos mitos é que, para ser feminista, a mulher precisa ser acadêmica, e um de seus medos é o fato de que ser feminista signifique que seja inimiga de homens.

A meu ver, o feminismo assusta porque nos tira da zona de conforto, por isso é tão difícil para muitas mulheres (e homens) se autodeclararem feministas. O alto poder de crítica e autocrítica traz uma série de revisões, em termos de comportamento, e da necessidade de alinhar teoria e prática em uma sociedade repleta de contradições – dentro de nós mesmas. Ao mesmo tempo, o feminismo é libertador, na medida em que passamos a entender que toda má sorte de ser mulher nessa sociedade não diz respeito a incompetência pessoal ou coletiva, mas, e até mesmo, a nossas qualidades ameaçadoras à lei e à ordem de grupos socialmente privilegiados. Para bell hooks, o feminismo liberta até mesmo os homens do pacto de manutenção do poder do macho, que também os oprime.

O feminismo segue questionando o privilégio dos homens sobre as mulheres, das mulheres ricas sobre as pobres, das brancas sobre as negras, das heterossexuais sobre as homossexuais, das cisgênero sobre as transgênero, das idosas sobre as jovens (e vice-versa), e novos questionamentos estão por vir. Com tantos questionamentos e polaridades, não surpreende que o feminismo se divida por

diferentes campos de visões e ações. Porém, ao contrário de muitas organizações no campo da esquerda, o feminismo enxerga nesse caldeirão de opiniões e posições a possibilidade de crescimento de um movimento forte, maduro e autêntico, que possa abarcar todas as tribos e unificar as ações de todas e todos que buscam romper com a discriminação e a opressão inerentes ao capitalismo, ao patriarcado e ao racismo.

A CUT, o SMS e as mulheres sindicalistas

Considerar o modelo de sindicalismo de movimento social olhando para experiências internacionais é uma coisa; olhar para a experiência brasileira é outra. O sindicalismo dos países centrais tem um histórico de independência, em referência aos movimentos sociais, porque atuavam em ambientes com estabilidade econômica e política favoráveis, diferentemente dos países periféricos, como o Brasil. No caso da CUT, observo melhor fluidez, devido sua formação. A relação da CUT com os movimentos sociais passou por diferentes fases de amadurecimento: em seu nascimento, foi de igualdade; na adolescência, de independência; e, na fase adulta, de interdependência.

A CUT não é um todo monolítico o tempo todo; a sua atuação varia entre a instituição e a contestação, mais ou menos próxima aos movimentos sociais, conforme a conjuntura política e econômica, porém não se desvincula totalmente das pautas dos movimentos. Isso porque “Os sindicatos são inevitavelmente atores econômicos e políticos, mas a relação entre os dois papéis é complexa e contraditória, e a prioridade atribuída a cada um varia entre países e ao longo do tempo¹²⁰” (Bernaciak, Gumbrell-McCormick, Hyman, 2014:48).

Para ilustrar o comportamento da Central ao longo da sua existência, proponho a imagem de uma balança, em que o peso e o contrapeso medem a tendência política da CUT conforme os contextos históricos, se mais combativa, moderada ou pragmática. Vito Giannotti (ex-dirigente da CUT-SP falecido em 2015)¹²¹, referência importante como educador sindical, ao analisar o futuro da CUT

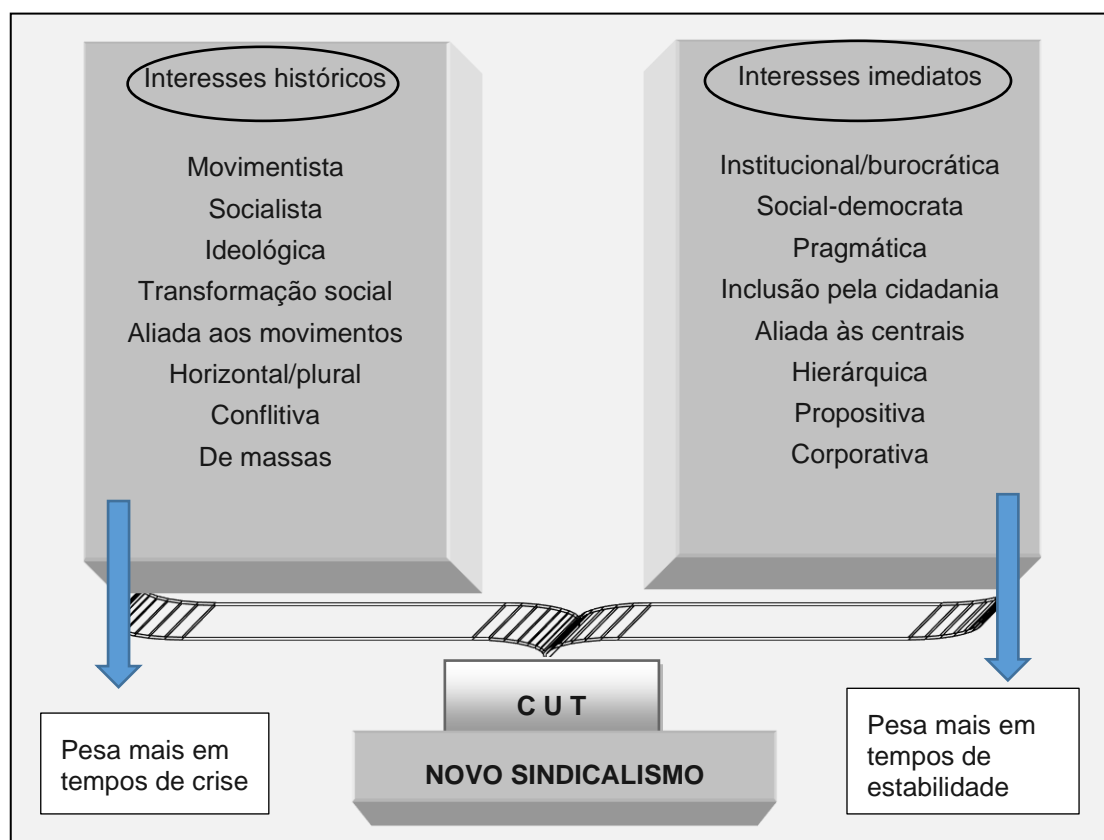
¹²⁰ “Unions are inescapably both economic and political actors, yet the relationship between the two roles is complex and contradictory, and the priority assigned to each varies across countries and over time”.

¹²¹ “O Brasil perdeu nesta sexta (24/07/2015) Vito Gianotti, o escritor italiano que escolheu o Brasil para viver e para lutar em prol dos trabalhadores. Operário, dirigente sindical, educador e comunicador popular, ele era coordenador do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), o principal centro de treinamento e produção em comunicação popular e sindical do país”

na *Revista Debate Sindical*¹²² considera que seu projeto político varia conforme o peso que dá para os interesses históricos e imediatos da classe trabalhadora. Em consequência disso, ele diferencia o papel transformador do rumo ao socialismo ou reformista da CUT, e coloca em dúvida se é possível conviver com as duas concepções.

Utilizarei esse referencial, a respeito dos interesses históricos e imediatos, para desdobrá-los em outras categorias bastante difundidas, dentro e fora da Central, por sindicalistas e especialistas acadêmicos. São categorias aparentemente dicotômicas, mas não excludentes, ou seja, a CUT pode ser as duas coisas ao mesmo tempo, pendendo mais para um lado ou para outro, conforme o período histórico. Ao pender para um dos blocos, ela desencadeia uma série de outras categorias coerentes com os interesses de cada um deles.

Figura 5: Balança política ideológica da CUT conforme interesses históricos e imediatos



Fonte: Elaboração própria.

¹²² Revista Debate Sindical, ano 14, n. 34, jun/jul/ago 2000. Disponível em: <http://www.cesforma.org.br/publicacoes/revista-debate-sindical/34-revista-debate-sindical-n-34/file>

O peso sobre os interesses históricos normalmente recai em tempos de crise aguda, quando se observa um discurso mais voltado para o retorno às origens e à construção de uma sociedade socialista. Quando pende para a defesa de interesses imediatos, coincide com os momentos de uma certa abertura política para institucionalização (Constituição de 88 e câmaras setoriais), ou, ainda, em tempos de governos amigos, como os do PT, especificamente o de Lula.

Essa guinada mais pragmática e corporativa expressa-se, por exemplo, na crítica de Krein e Dias (2017), pois a CUT, segundo esses autores, perdeu a chance de avançar em interesses históricos da classe. A atuação das correntes políticas no interior da Central por muito tempo explicou o seu peso e seu contrapeso ideológico. Porém, mesmo em tempos de hegemonia da ala sindical mais conservadora, como no momento atual, observam-se atuações mais ou menos conflitivas, de acordo com a conjuntura. Definitivamente, não é uma coisa só o tempo todo, porém com uma característica marcante: de aliada dos movimentos sociais.

Contudo, ser aliada dos movimentos sociais não é motivo suficiente para que se possa considerá-la como um modelo de SMS. A meu ver, os propósitos do sindicalismo de movimento social estão muito mais próximos da forma de atuação das mulheres sindicalistas, pois as demandas das mulheres extrapolam as relações de trabalho, ampliam-se para o ambiente familiar, entre outros espaços, e rompem com as dicotomias público\privado e pessoal\político (Varikas, 2016). Portanto, não é possível separar as demandas das mulheres trabalhadoras, por exemplo, das relações sociais estabelecidas com base numa sociedade machista, racista e patriarcal. É reforçada, assim, a necessidade de as sindicalistas buscarem alianças com os movimentos sociais e de assumirem um papel transformador das atuais relações sociais pautadas na exploração e opressão das mulheres.

Os dados levantados ao longo desta tese demonstram que a CUT mantém vocação para o sindicalismo de movimento social, ainda mais evidente quando analiso a atuação das mulheres organizadas a partir da SNMT. Se a relação com os movimentos sociais é, para a CUT, pontual ou de vanguarda, para as mulheres é permanente e de causa comum ou por incorporação das pautas. As mulheres ampliam a pauta e o próprio conceito de trabalho, ao abordarem aspectos do trabalho reprodutivo. E fazem conexões, a partir da condição de exploração e opressão com

os sistemas patriarcal, racista e capitalista, que subalternizam a classe, porém com maior intensidade o gênero, a raça e outras variáveis interseccionais que jogam para a informalidade e precarização setores como jovens da periferia, população LGBT, excluídos até mesmo do direito de se organizarem em sindicatos.

Assim, acredito que as mulheres, no interior do movimento sindical, estão mais aptas ao SMS, pois convivem com essas experiências de forma intensa, em sua militância sindical e feminista. Reforço a hipótese de que o movimento sindical tem muito que aprender com as feministas, entre outros movimentos, para manter-se vivo e atuante nesse mundo globalizado.

Ao recorrer à literatura internacional, percebi que não sou a única a propor que as mulheres sigam aperfeiçoando o modelo de SMS, para exemplo de superação da crise que o sindicalismo vem sofrendo em diversas partes do mundo. Existem outros estudos que apontam as mulheres como protagonistas, quando o assunto é sindicalismo de movimento social, porém nenhum deles é sobre a experiência das sindicalistas brasileiras.

No Brasil temos estudos importantes, como os de Elizabeth Souza-Lobo (ou Beth Lobo, como é conhecida no meio sindical) e de Maria Berenice Delgado Godinho (ou Didice Delgado), com ricos diagnósticos sobre a situação das mulheres nos sindicatos, sobre a histórica relação das sindicalistas com as feministas e as mudanças e desafios que essa participação vem provocando. Apontam questões que ainda estão em aberto no campo de estudos do sindicalismo. No entanto, não identifiquei nos estudos em questão um questionamento mais explícito sobre o modelo de sindicalismo, até porque a formulação de SMS, por exemplo, é posterior a esses estudos.

Essa perspectiva teórica guiou minha atenção para a atuação das mulheres no interior da CUT e mostrou-me que se a CUT continua a ampliar sua pauta, isso se deve, em larga medida, à intervenção das sindicalistas organizadas na Central. A auto-organização das mulheres é necessária para que, primeiro, mostrem-se presentes, depois, para marcarem presença. Inicia-se de forma espontânea e vai se institucionalizando internamente. Era preciso inserir as mulheres e suas questões de diferentes formas: na criação de um espaço (departamento ou comissão); em números, a partir das cotas; e na política, por meio de teses, resoluções e publicações. Para se manterem atuantes no sindicalismo, as sindicalistas utilizam

estratégias que as unifiquem, que as fortaleçam e que as tirem do isolamento político, contribuindo também para a construção de um ambiente mais democrático no sindicalismo.

As lutas, reivindicações ou bandeiras são vistas como principal razão de existência dessa forma de organização, normalmente classificadas como especificidades. Por esse motivo, são secundarizadas, e a grande batalha persiste em fazer com que as pautas sejam reconhecidas e incorporadas como política sindical, e não como problema somente das mulheres. Isso exige um grande esforço das integrantes do coletivo, para um retorno muito modesto. Isso porque essas lutas patinam nas barreiras evidenciadas por muitas estudiosas a partir da divisão sexual do trabalho e seus efeitos, entre eles a ausência de mulheres em cargos de poder. A busca por ampliação da pauta revela outra importante dimensão para esta pesquisa, pois, ao pautarem as demandas, ditas específicas (podemos ainda problematizar o que é ou não específico), as mulheres alargam ainda mais o papel social da CUT.

As conquistas emergem, sob duras penas, das brechas e contradições das relações do mundo do trabalho e de gênero, dentro e fora do movimento sindical. Apesar de uma “história de sucesso” (Delgado, 2020), ainda são grandes os desafios para se alcançar a igualdade de oportunidade entre homens e mulheres. E o principal deles, a meu ver, diz respeito ao modelo de sindicalismo a seguir, diante das transformações no mundo do trabalho.

Para cada um desses processos, o feminismo esteve sempre presente, de forma direta ou indireta, o que faz dele um elemento constituidor, quando o assunto é a organização de mulheres da CUT. No processo de organização, as feministas oriundas das organizações de esquerda impulsionaram as primeiras iniciativas e recrutaram as dirigentes para o debate. Na formação política como estratégia, o casamento entre teoria feminista e prática sindical nunca foi tão bem sucedido. A intervenção e a forma de atuação das sindicalistas melhoraram, e elas passaram a incorporar conceitos discutidos na academia, desvendando assim as relações de discriminação e opressão historicamente estabelecidas.

Da mesma forma, as feministas ganharam com essa parceria, que possibilitou maior aproximação das teóricas do feminismo (ou feministas teóricas) da realidade social dos seus sujeitos de pesquisa ou de um ativismo mais classista. Graças à parceria das sindicalistas com o feminismo, a CUT segue ampliando sua

pauta para além das demandas trabalhistas propriamente ditas, incorporando novos temas, na perspectiva de classe e também na de gênero e raça.

Se partir do reconhecimento, pelo movimento sindical, de que a classe operária tem dois sexos (não é homogênea, pois as mulheres já não são mais acusadas ou hostilizadas por “dividir a classe” com suas pautas “específicas” e são bem-vindas aos sindicatos, pois fortalecem as estruturas) é possível que seja a hora e a vez de alterar as relações de desigualdades, dentro e fora do movimento sindical. Acontece que uma coisa é o discurso, a outra coisa é a prática, como pondera Beth Lobo.

Se o SMS é um modelo em resposta à crise do sindicalismo, a situação da mulher no movimento sindical está distante de ser confortável, ou seja, elas sempre atuaram em situação de crise, pelo fato de o ambiente ser hostil à presença feminina. Em decorrência dessa situação, buscaram (e buscam) alianças com outros movimentos, com vistas a aumentar seu raio de atuação e seu poder de influência. As demandas das trabalhadoras somam-se às dos trabalhadores: melhores condições de trabalho, salário e emprego. A essas pautas ditas gerais acrescentam-se outras, ditas específicas. As mulheres estão submetidas às mesmas regras que o mercado de trabalho define para os homens, porém estão sujeitas ao trabalho reprodutivo, invisível e desvalorizado, trabalho este, revertido em vantagens para a manutenção do capitalismo e do patriarcado.

As mulheres desenvolveram a capacidade de abraçar novas causas graças às contribuições teóricas e analíticas do feminismo, que desnaturalizou as diferenças por meio de conceitos, como de gênero, divisão sexual do trabalho, e da adoção de estratégias, como transversalidade e interseccionalidade. Além disso, o feminismo politizou a compreensão das diferenças por meio da denúncia do patriarcado.

Ao refletir sobre o modelo de sindicalismo e a atuação das mulheres, eu me perguntava se elas faziam diferente no interior da mesma Central, ou melhor, se elas aperfeiçoaram o modelo de SMS que um dia serviu de modelo para a formulação do conceito. Em resumo: as mulheres aprimoraram o modelo de SMS da CUT?

Para responder a essa questão, lancei-me ao desafio de aplicar um questionário, tanto no Coletivo Nacional de Mulheres da CUT, como para delegados e delegadas do 13º Concut. Interessava-me confrontar os pontos elencados por Peter Waterman para definição de SMS, considerando duas formas de atuação: de

coletivos/secretarias de mulheres e da CUT em geral. Os dados coletados revelaram que existe um alto grau de concordância dos participantes (tanto do coletivo quanto da delegação do 13º Concut) quanto ao fato de que a CUT pratica um modelo próximo ao SMS.

No entanto, se considerarmos o resultado apontado pelo Coletivo Nacional, as mulheres são mais críticas quanto à forma da atuação da CUT, em relação aos pontos que caracterizam o SMS, e se diferenciam por se colocarem mais de acordo com os mesmos pontos levantados. Ou seja, elas confirmam a minha hipótese inicial de que as mulheres desenvolveram as habilidades que as classificam em uma posição melhor para o modelo de SMS. Ao meu ver, isto ocorre não porque são melhores ou piores que aqueles ou aquelas que atuam em outros temas, mas por questão de sobrevivência política.

A CUT pode até oscilar entre um modelo e outro, mais combativo ou mais pragmático, ao longo da sua história, porém uma coisa não muda: o poder continua concentrado nas mãos de homens advindos de categorias com peso econômico na sua direção. Pode até pregar no seu discurso e nas suas resoluções congressuais a necessidade de aumentar a representação nos setores mais vulneráveis da sociedade, mas o núcleo duro do poder permanece nos setores mais privilegiados da classe trabalhadora, a exemplo da eleição da última direção executiva da Central.

Sendo assim, concluo que as mulheres não ocupam cargos de poder na estrutura da CUT porque não possuem, elas próprias, capacidade de influência suficiente nos setores “de ponta” da CUT; conseqüentemente, a noção de representatividade parece assumir contornos de seletividade e não de abrangência.

Para se fazer essa disputa no campo do sindicalismo, não basta ser mulher, é preciso ser feminista. É o que aponta a literatura, em especial a estrangeira, o depoimento das sindicalistas e o resultado do questionário aplicado no 13º Concut, que constata que o movimento feminista está à frente, em termos de adesão das sindicalistas. Mas, como conclamou Carmen Foro, durante discurso de abertura da Plenária Nacional e Mulheres da CUT, às vésperas do 13º Concut, “precisamos de um feminismo anticapitalista, e não de um feminismo liberal”, de legitimação da lógica economicista de poder, ou seja, que privilegie a representação dos setores de ponta da economia. Precisamos de um feminismo que considere a pluralidade entre as

mulheres e, principalmente, aquelas que estão nos trabalhos mais precários ou à margem do mercado formal de trabalho.

Se antes as feministas buscavam proximidade com as sindicalistas, que sofriam com os efeitos da exploração de classe, gênero ou raça, hoje estão mais distantes, devido ao fosso que se abre entre aquelas que têm um trabalho formal e aquelas que estão na informalidade ou na extrema pobreza. Junéia Batista, atual secretária de mulheres da CUT, desabafa, em Oficina com o Coletivo de Mulheres na Praia Grande: “os movimentos querem que eu acompanhe, mas ninguém do movimento quer acompanhar as mulheres da CUT.” As sindicalistas, por sua vez, precisam firmar as bases para a definição de um feminismo sindical, para que possa caminhar com suas próprias pernas.

O sindicalismo de movimento social, como foi identificado ao longo desses estudos, apresenta-se como um modelo mais adequado para a superação da crise e, acrescento, para inclusão e participação de mais mulheres e de outras identidades interseccionais. As mulheres que contribuíram com a ampliação da pauta, que continuam fazendo parceria com os movimentos sociais e visam transformar as relações sociais que as subatervizam, podem também optar por um modelo de sindicalismo que corresponda melhor a suas demandas. Caso contrário, se continuar a prevalecer uma lógica patriarcal de relações de poder, a tão almejada revitalização sindical vai continuar sendo adiada pelas lideranças sindicais (essencialmente masculinas).

Por fim, outras formas de opressão para além das desigualdades marcadas no mundo do trabalho submergem. No fechamento desta tese, a direção nacional da CUT se vê obrigada (sob algumas resistências) a criar um código de conduta em combate ao assédio moral e sexual no interior da Central.¹²³ O enfoque no corpo como um território a ser controlado pode ser mais uma faceta de um patriarcado

¹²³ Durante o 13º Concut aconteceu uma reunião com as mulheres para discutir a criação de um código de conduta interno para conter os casos de assédio moral e sexual. Houve um princípio de tumulto, porque uma parcela das mulheres reforçou o coro da cúpula (maioria de homens) de que não se deveria expor a central publicamente nesse tema. Depois de muito debate, a redação do Estatuto da Central Única dos Trabalhadores aprovado no 13º Concut, ficou assim: “I) desenvolver, organizar e apoiar por meio de suas instâncias, ações de sensibilização e de combate ao assédio moral no mundo do trabalho e na sociedade, seja ele praticado nos âmbitos, interno ou externo à estrutura da Central, conforme a CONVENÇÃO 190 da OIT - Organização Internacional do Trabalho” (CUT, 2019:11).

sindical agonizante? Eis uma questão pertinente a ser explorada que se apresenta como lacuna em minha pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anderson, P. (1980). Possibilidades e limites do sindicato. *Revista Oitenta*, v.3.
- Andrade, J. E. (2020). A política identitária como parte fundamental do projeto revolucionário. In D. E. Martuscelli (org.), *Os desafios do feminismo marxista na atualidade* (pp. 75-88). - 1. ed. – Chapecó: Coleção marxismo21.
- Antunes, R. & Silva, J. B. (2015). Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. *Caderno CRH*, 28(75), 511-527. Obtido de <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000300005>. Acesso em 20/11/2016.
- Aragão, E. (07/10/2019). Para as mulheres, o 13º Concut já começou [versão eletrônica]. CUT. Acesso em 08/02/2020. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/para-mulheres-13-congresso-nacional-da-cut-ja-comecou-3338>
- Araújo, A., & Ferreira, V. (1998). Construindo um espaço: a participação das mulheres no movimento sindical (1978-1988). *Revista de Sociologia e Política*, 0(10-11), 55-81. Recuperado de <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39277>
- Araújo, A. (2007). O sindicalismo brasileiro na encruzilhada: desafios e mudanças recentes. *Revista Trabajo*, Ano 3. N. 4, 217-250. México: OIT.
- Araújo, A. & Vêras de Oliveira, R. (2014). O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas. In R. Vêras de Oliveira, M. A. Bridi, M. Ferraz (orgs.). *O sindicalismo na Era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares* (pp. 29-59). Belo Horizonte: Fino Traço.
- Articulação de Mulheres Brasileiras (2019). *AMB 25 anos, transformando o mundo pelo feminismo/S*. Shumahr/REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano, Rio de Janeiro, 152p.
- Batista, J. (02/08/2016). 30 anos de Política de Gênero: a história de luta das mulheres no movimento sindical [versão eletrônica]. CUT Acessado em 12/06/2019. Disponível em: <https://www.cut.org.br/artigos/30-anos-de-politica-de-genero-a-historia-de-luta-das-mulheres-no-movimento-sindi-c55e>
- Belluzzo, L. G. (2009). O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. In: Os antecedentes da tormenta: Origens da Crise Global. 1a

Edição. São Paulo: Unesp.

- Bernaciak, M., Gumbrell-mccormick, R., & Hyman, R. (2014). *European trade unionism: From crisis to renewal?* Brussels: ETUI, European Trade Union Institute.
- Bertolin, P. T. M. & Kamada, F. L. (2012). Ausentes ou invisíveis? A participação das mulheres nos sindicatos. *Caderno Espaço Feminino* - v. 25, n. 1 - Uberlândia-MG – ISSN online 1981-3082
- Blass, L. (1999). Novo Sindicalismo: Persistência e Descontinuidade. In Rodrigues, I. J. (Org), *O novo sindicalismo vinte anos depois.*(pp. 33-49). Petrópolis: Vozes.
- Boito, A; Galvão, A. & Marcelino, P. (2009). Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000. In OSAL Año X, Nº 26, octubre. Buenos Aires: CLACSO.
- Boito Jr., A. & Marcelino, P. (2010). O sindicalismo deixou a crise para trás?: um novo ciclo de greves na década de 2000. *Caderno CRH*, 23(59), 323-338. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000200008>
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. 1ª ed Oeiras: Celta Editora. ISBN 9727740464
- Braga, R. (2014). Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: Um olhar a partir da indústria do *call center*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, 25-52.
- Braga, R. (2015). *A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e Rebeliões Sociais*. São Paulo, Alameda.
- Braga, R. & Santana, M. A. (2015b). Dinâmicas da Ação coletiva no Brasil contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora. *Caderno CRH*, 28(75), 529-544. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000300006>
- Brickner, R. (2013). Gender conscientization, social movement unionism, and labor revitalization: a perspective from México. *Labor History*, 54:1, 21-41. Acesso em 03/11/2018. Disponível em <https://doi.org/10.1080/0023656X.2012.759805>
- Burawoy, M. (2009). *The extended case method: four countries, four decades, four great transformations, and one theoretical tradition*. Berkeley: University of California Press. ISBN 9780520259010
- Cappellin, P. (1994). Viver o Sindicalismo no Feminino. *Estudos Feministas*, 0, 271.

- Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16110>. Acesso em 25/10/2016.
- Cardoso, A. M. (2003). *A Década Neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo, Boitempo.
- Cardoso, A. M. (2015). Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. *Cad. CRH*, Dez 2015, vol.28, no.75, p.493-510. ISSN 0103-4979
- Carvalho, F. F. (2013). *Os dilemas da CUT no início do século XXI: rumo a uma nova institucionalização sindical?* Coimbra. Tese (Doutorado em Sociologia: Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo), Universidade de Coimbra.
- Carvalho, F. F. & Costa, H. A. (2019). A CUT no quadro da governança do PT: da disputa pela representatividade aos dilemas da ação cidadã. In I. J. Rodrigues (org.), *Trabalho e ação coletiva no Brasil: contradições, impasses, perspectivas (1978-2018)* (pp. 333-357) São Paulo: Annablume.
- Casaca, S. F. & Bould, S. (2012). Gênero, idade e mercado de trabalho. In S. F. Casaca (org.), *Mudanças Laborais e Relações de Gênero* (pp. 87-132). Coimbra: Almedina,.
- Castro, M. G. (1995). Gênero e Poder no espaço sindical. *Estudos Feministas*. n. 1. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16913/15475. Acesso em: jun. 2019.
- Castro, M. G. (2016). Gênero e poder. Leituras transculturais – quando o sertão é mar, mas o olhar estranha, encalha em recifes. *Cadernos Pagu*, n. 16, 49–77, Campinas, SP,. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644537>. Acesso em: 1 fev. 2021.
- Cisne, M. (2014). *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo, Cortez.
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política de empoderamento*. Tradução Jamile Pinheiro Dias – 1º ed. – São Paulo: Boitempo.
- Colombi, A. P. F. (2018). *A institucionalização do consenso: atuação da CUT e da FS durante os governos do pt (2003-2014)*. Tese de doutorado, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.

- Costa, A., Àvila, M. B. M. & Silva, R. (orgs.) (2010). *Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo*. Recife: SOS CORPO.
- Costa, H. A. (2008). *Sindicalismo global ou metáfora adiada? discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Porto, Afrontamento.
- Costa, H. A. (2011). Do enquadramento teórico do sindicalismo às respostas pragmáticas. In E. Estanque, H. Costa (orgs.) *O sindicalismo português e a nova questão social: crise ou renovação?* (pp. 13-48). Coimbra: Almedina.
- Costa, H. A. (2017). Sindicalismo e atores sociolaborais em contexto de austeridade: do voluntarismo dos protestos ao receio das alianças. *Análise Social*, 224, LII (3.º), 662–688.
- Costa, H. A. (2018). O sindicalismo ainda conta? Poderes sindicais em debate no contexto europeu.) *Lua Nova*, 104, 259–285. Obtido de <http://dx.doi.org/10.1590/0102-259285/104>
- Costa, H. A. & Estanque, E. (2019), Trade unions and social movements at the crossroads: a Portuguese View. In J. R. Grote & C. Wagemann (eds.), *Social movements and organized labour Passions and interests* (pp.149-170). London: Routledge.
- Costa, H. A., Estanque, E., Fonseca, D. & Carvalho da Silva, M. (2020). *Poderes Sindicais em Debate: desafios e oportunidades na Autoeuropa, TAP e PT/Altice*. Coimbra: CES e Edições Almedina.
- Crain, M. (1993). Between Feminism and Unionism: Working Class Women, Sex Equality, and Labor Speech. *Geo. LJ*, 82, 1903-1909.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. Acesso em 04/09/2017, disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Crompton, R. & Mann, M. (1986). *Gender and stratification*. Cambridge: Polity Press. Undefined. ISBN 0745601685
- Crozier, M. (1962). Sociologia del Sindicalismo. In G. Friedmann e P. Naville (eds.), *Tratado de Sociologia del Trabajo*, México, Fondo de Cultura Económica, 1963, II Vol. (Tradução brasileira, in: Leôncio Martins Rodrigues (org.), *Sindicalismo e Sociedade*, São Paulo, Difusão Européia do Livro.

- CUT (1986). Resoluções do 2º Congresso Nacional da CUT (2º Concut). São Paulo: CUT.
- CUT (1988). Resoluções do 3º Congresso Nacional da CUT (3º Concut). São Paulo: CUT.
- CUT (1991). Resoluções do 4º Congresso Nacional da CUT (4º Concut). São Paulo: CUT.
- CUT (1994). Resoluções do 5º Congresso Nacional da CUT (5º Concut). São Paulo: CUT.
- CUT (1997). Resoluções do 6º Congresso Nacional da CUT (6º Concut). São Paulo: CUT.
- CUT (2000). Resoluções do 7º Congresso Nacional da CUT (7º Concut). São Paulo: CUT.
- CUT (2003). Resoluções do 8º Congresso Nacional da CUT (8º Concut). São Paulo: CUT.
- CUT (2005). Relatório 7º Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora. São Paulo: CUT.
- CUT (2006). Resoluções do 9º Congresso Nacional da CUT (9º Concut). São Paulo, CUT.
- CUT (2006b). Quem são e o que pensam Delegadas e Delegados do 9º CONCUR. São Paulo: CUT.
- CUT (2012). Resoluções do 11º Congresso Nacional da CUT (11º Concut). São Paulo: CUT.
- CUT (2013). Liberdade e Autonomia se constroem com igualdade. Paridade: uma política, um compromisso. 2ª edição, São Paulo: SNMT e FES.
- CUT (2015). 8º Encontro Nacional de Mulheres da CUT : Trabalhadoras em Luta por Igualdade, Liberdade, e Autonomia. *Caderno de Resoluções / Comissão Organizadora do 8º Encontro Nacional de Mulheres da CUT*. São Paulo : CUT. 76 p. ; il.
- CUT (2015b). Resoluções do 12º Congresso Nacional da CUT (12º Concut). São Paulo: CUT.
- CUT (2019). Resoluções do 13º Congresso Nacional da CUT (13º Concut). São

- Paulo: CUT.
- CUT (2020). Relatório da Pesquisa Perfil dos Delegados e das Delegadas e das Entidades filiadas à CUT - 13º CONCURTO. São Paulo: CUT.
- CUT (2020b). Estatuto da Central Única dos Trabalhadores aprovado no 13º Concurto. São Paulo: CUT.
- Delgado, M. B. G. (1996). Mais Mulheres na Direção da CUT. *Estudos Feministas*, 4(1), 138. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16663>. Acesso em 17/04/2017.
- Delgado, M. B. G. (1996a). *A organização das Mulheres na Central Única dos Trabalhadores: A Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora*. Dissertação de mestrado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Delgado, D. (2020). El desafío de compartir el poder sindical. In Goren N. & Prieto V. (Eds.), *Feminismos y sindicatos en Iberoamérica* (pp. 27-66). Argentina: CLACSO. doi:10.2307/j.ctv1gm038x.5
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos & Organização Internacional do Trabalho (2011). *Negociação de cláusulas relativas à equidade de gênero e raça (2007-2009)*. Brasília: OIT.
- Dias, H. (2011). *Sindicalismo de Movimento Social? Experiências de renovação da prática sindical num contexto de transição de paradigma produtivo*. Tese de Doutorado, Programa de Sociologia Relações do Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal.
- Díaz, E. & Socolovsky, Y. (2020). Sindicalismo y feminismo, la potencia de un encuentro. Algunas reflexiones en torno al caso argentino. N. Goren y V. Prieto (eds.). *Feminismos y sindicatos en Iberoamérica*. CLACSO-UNPAZ.
- Estanque, E. & Mendes, J. M. (1998). *Classes e desigualdades sociais em Portugal : um estudo comparativo*. Porto : Edições Afrontamento (Saber Imaginar o Social ; 11).undefined. ISBN 972360440X
- Estanque, E. (2009). Sindicalismo e movimentos sociais: ação coletiva e regulação social no contexto europeu e português. *Lutas Sociais*, n. 23, 55-67. Acesso em 25/06/2018, disponível em: <http://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18931/14095>

- Estanque, E. & Costa, H. A. (2011). *O sindicalismo português e a nova questão social : crise ou renovação?* Coimbra : Almedina : CES, (Série Trabalho e Sociedade ; 3). ISBN 9789724044989
- Estanque, E., Costa, H. A. & Silva, M. C. (2015). O futuro do sindicalismo na representação sociopolítica. In A. Freire (org. e introd.) *O futuro da representação política democrática* (pp. 119-142). Lisboa : Vega.
- Estermann, V. (2020). El sindicato por asalto. Feminismo y revitalización sindical en Argentina. N. Goren y V. Prieto (eds.). *Feminismos y sindicatos en Iberoamérica*. CLACSO-UNPAZ.
- Ferraz, A. S. (2014). Novos rumos do sindicalismo no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29(86), 109-123. Acesso em 01/06/2017, disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092014000300008..>
- Ferreira, V. (2002). O efeito Salieri : o sindicalismo perante as desigualdades entre mulheres e homens no emprego. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62. pp. 121-148. Acesso em 13/05/2017, recuperado de <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/62/RCCS62-120-148-Virginia%20Ferreira.pdf>. Acesso em 10/10/2016.
- Flores, D., Silva, F. P. M., Vaneti, V. C. & Braga, R. (2011). Social Movement Unionism and Neoliberalism in São Paulo, Brazil: shifting logics of collective action in telemarketing labor unions. *Societies Without Borders*, 6:1, 73-101.
- Fonseca, D. (2016). *Movimentos sociais e sindicalismo em tempos de crise : o caso português : alianças ou tensões latentes?* Tese de doutoramento em Sociologia (Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo), Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal.
- Fraser, N. (2002). Redistribuição ou reconhecimento? Classe e status na sociedade contemporânea. Interseções – *Revista de Estudos Interdisciplinares*. UERJ, ano 4, n.1.
- Frege, C., Heery, E. & Turner, L. (2004). The New Solidarity? Trade Union Coalition-Building in Five Countries. In C. Frege & J. Kelly, J. E. (eds.) *Varieties of unionism: Strategies for union revitalization in a globalizing economy* (pp. 137-158). Oxford /New York.
- Freire, J. (2001). O sindicalismo dos assalariados. In *Sociologia do Trabalho: uma*

- introdução (pp. 167-183). Porto: Afrontamento.
- Front Matter. (2020). In Goren N. & Prieto V. (Eds.), *Feminismos y sindicatos en Iberoamérica* (pp. 1-6). Argentina: CLACSO. doi:10.2307/j.ctv1gm038x.1
- Galvão, A. (2014). O sindicalismo enquanto movimento social: enfrentando rupturas e dicotomias. In ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 38., Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu: Anpocs, 2014. GT-14 Entre as ruas e os gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais latino-americanos.
- Ganga, R. & Fonseca, L. (2013). *A Produção de Conhecimento Situado e Implicado: caminhos e descobertas de uma etnografia global sobre educação cultural e artística contemporânea* (pp. 31-53). *Educação, Sociedade & Culturas*, 40. ISSN 0872-7643
- Gohn, M. G. (2011). *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 9. ed. São Paulo: Loyola.
- Golçalves, T. (2013). Entrevista com Maria Ednalva Bezerra de Lima. *Revista Feminismos* Vol.1, N.2 Mai. - Ago.
- Grosfoguel, R. (2010), Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global, in B. S. Santos & M. P. Meneses (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo, Cortez, pp. 455-491.
- Guillaume, C. (2018). Women's Participation in a Radical Trade Union Movement That Claims to be Feminist. In *British Journal of Industrial Relations* 56:3 September 2018 0007–1080 pp. 556–578
- Harding, S. (1993). A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, 1(1), 7. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15984>. Acesso em 15/02/2017.
- Hirata, H. & Kergoat, D. (1994). A Classe Operária Tem Dois Sexos. *Revista Estudos Feministas*. Vol.2 N.3/1994. IFCS/UFRJ-PPCIS/UERJ. Rio de Janeiro, pp. 93-99.
- Hirata, H., Laborie, F., Doaré, H. & Senotier, D. (orgs.) (2009). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo, Editora UNESP.

- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>. Acesso em: 4 set. 2017. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>
- hooks, b. (2019) *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução Ana Luiza Libânio, 4º ed, Rio de Janeiro, Rosas dos Tempos.
- Humphrey, J. (1983). Sindicato; um mundo masculino. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 47-52, abr.
- Hyman, R. (1994). Changing trade union identities and strategies. In R. Hyman & Ferner A. (eds.). *New frontiers in European Industrial Relations*. Oxford: Blackwell, p. 108-39.
- Hyman, R. (2001). *Understanding European trade unionism: between market, class and society*. London: Sage.
- Jornal ArtSind 30 anos (agosto 2017). 1987 – 2017: Articulação Sindical 30 anos de história e luta [versão eletrônica]. Acesso em: 08/02/2021. Disponível em: <https://issuu.com/artsind/docs/jornal-artsind-3059ad9.pdf>
- Kainer, J. (2009). Gendering Union Renewal: Women’s Contributions to Labour Movement Revitalization. In J. Foley & P. Baker (eds.) *Unions, Equity, and the Path to Renewal*. Vancouver: University of British Columbia Press, 249 pp., ISBN 978-0-7748-1680-9
- Kergoat, D. (2019). O trabalho, um conceito central para os estudos de gênero? In M. Maruani (org.) *Trabalho, logo existo: perspectivas feministas*. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- Kieller, M. (09/03/2015). A construção da consciência de gênero nos homens, fomento da luta por uma sociedade igualitária [versão eletrônica]. CUT Acesso em: 28/04/2019. Disponível em: <https://www.cut.org.br/artigos/a-construcao-da-consciencia-de-genero-nos-homens-fomento-da-luta-por-uma-socieda-520c>
- Kirton, G. (2017). From ‘a woman’s place is in her union’ to ‘strong unions need women’: changing gender discourses, policies and realities in the union movement. *Labour & Industry: a journal of the social and economic relations of work*, 27:4, 270-283, disponível em: <https://doi.org/10.1080/10301763.2017.1406175>

- Köhler, H-D. & Jiménez, J. P. (2015). They don't represent us! opportunities for a social movement unionism strategy in Spain. *Relations Industrielles/Industrial Relations*, v. 70, n. 2, pp. 240-261.
- Kovács, I. & Lopes, M. C. (2012). A juventude e o emprego: entre a flexibilidade e a precariedade. In S. F. Casaca (coord.) *Mudanças Laborais e Relações de Género. Novos Vetores de Desigualdade*. Lisboa : Fundação Económicas e Editora Almedina, pp. 51-86.
- Krein, J. D. & Dias, H. (2017). Os caminhos do sindicalismo nos anos 2000. *Revista Ciências do Trabalho*, n.8.
- Ladosky, M. H. & Vêras de Oliveira, R. (2014). O “novo sindicalismo” pela ótica dos estudos do trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 6, n. 11, jan.-jun.
- Ladosky, M. H. & Rodrigues, I. J. (2018). A CUT e o sindicalismo brasileiro nos anos recentes: limites e possibilidades. *Tempo Social*, 30(1), 53-76. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138079>
- Ledwith, S. & Colgan, F. (2002) Tackling Gender, Diversity and Trade Union Democracy: A Worldwide Project? In F. Colgan & S. Ledwith (eds.) *Gender, Diversity and Trade Unions: International Perspectives*, London: Routledge.
- Ledwith, S. (2012). Gender politics in trade unions. The representation of women between exclusion and inclusion. *Transfer: European Review of Labour and Research*, Vol 18, Issue 2, pp. 185 - 199 [10.1177/1024258912439145](https://doi.org/10.1177/1024258912439145)
- Ledwith, S. & Walsh, T. (2017). Mulheres e sindicatos pelo mundo. In E. Leone, J. D. Krein & M. Teixeira (Orgs.) *Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade*. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres. Campinas, SP: Unicamp. IE. Cesit, p. 291-318.
- Lewis, C. (1977). Estrutura e conflito. In P. Blau (org.), *Introdução ao Estudo da Estrutura Social*, Rio de Janeiro, Zahar, 231-240.
- Lima, M. E. (2005). Mulheres na CUT: uma história de organização e conquista. In C. Silva, M. B. Ávila & V. Ferreira (Orgs.) *Mulher e Trabalho: encontro entre feminismo e sindicalismo*. Recife: SOS Corpo – Instituto para a Democracia. 2005. p. 59-66.
- Lima, M. E., Dau, D. M., Silva, R., Almeida, G. & Krigner A. M. (Orgs.) (2006).

- Mulheres na CUT: Uma História de Muitas Faces*. Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT Brasil, São Paulo.
- Martins Rodrigues, L. (1998). O declínio das taxas de sindicalização: a década de 80. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(36). <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000100003> . Acesso em 03/06/2017.
- Martins Rodrigues, L. (1999). *Destino do Sindicalismo*. São Paulo: Edusp.
- Medeiros, J. (2015). A constituição de um sindicalismo sociopolítico: o caso da Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA). *CLACSO: Documento de trabalho/ Informes*, Buenos Aires, 65p. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20150406094958/CSA.pdf>. Acesso em 24/02/2017.
- Moody, K. (1997). *Workers in a Lean World: Unions in the International Economy*. London: Verso.
- Moreira Borges, P. (2021). Trabalhadoras do Brasil, uni-vos: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) - uma história escrita sob uma perspectiva de gênero. *Revista Trabalho Necessário*, 19(38), 391-395. <https://doi.org/10.22409/tn.v19i38.45654>
- Munck, R. P. (2010). Globalization and the Labour Movement: Challenges and Responses. *Global Labour Journal*. Vol. 1: Iss. 2, acesso em 05/05/2018, p. 218-232. Disponível em <http://digitalcommons.mcmaster.ca/globallabour/vol1/iss2/1>
- Pinto, C. R. J. (2010). Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política* [online]. v. 18, n. 36 [Acessado 23 Julho 2021] , pp. 15-23. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>>. Epub 14 Out 2010. ISSN 1678-9873. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>.
- Pinto, C. R. J. (2014). O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti (presença do marxismo). *Revista Estudos Feministas*, vol. 22, núm. 1, enero-abril, 2014, pp. 321-333
- Pinto, C. R. J. (2020). SAFFIOTI REVISITADA: a atualidade do enfrentamento entre feminismo e capitalismo. *Caderno CRH* [online]. v. 33 [Acessado 23 Julho 2021] , e020026. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.37977>>. Epub 08 Jan 2021. ISSN 1983-8239. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.37977>.

- Piscitelli, A. (2002). Recriando a (categoria) mulher? In L. Algranti (Org.) *A prática feminista e o conceito de gênero*. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, pp. 7-42.
- Pochic, S. (2019) Feminismo de mercado e igualdade elitista? In M. Maruani (Org.) *Trabalho, logo existo: perspectivas feministas*. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- Rago, M. L. (1995-1996). Adeus ao feminismo. Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. *Cadernos AEL*, n. 3/4, p. 1-33. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_publicacoes/cad-3/Artigo-1-p11.pdf. Acesso em 03/03/2017.
- Recoaro, D. (2018). Mirem-se no exemplo: Sindicalismo de Movimento Social e a organização das mulheres. Anais XX Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), GT 07 - Feminismo, Política e Poder. Disponível em: <https://sinteseeventos.com/site/index.php/acervo/anais/anais-encontro-internacional-da-rede-feminista-norte-e-nordeste-de-estudos-e-pesquisa-sobre-mulher-e-relacoes-de-genero-redor>. Acesso em: agosto 2021.
- Recoaro, D. (2021, fevereiro 22). Por um feminismo sindical ou um sindicalismo feminista? *Le Monde Diplomatique Brasil* [versão eletrônica]. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/por-um-feminismo-sindical-ou-um-sindicalismo-feminista/>
- Recoaro, D. (2020). Sindicalismo de movimento social e a organização das mulheres. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, n.93, 1-24. Disponível em: http://anpocs.com/images/BIB/n93/BIB_0009301_deise2.pdf
- Recoaro, D., de Menezes, M. A., Jard da Silva, S. & Santos Júnior, J. (2020b). Invisibilidades, insurgências e emergências: “Mulheres Briguentas” no Movimento Sindical do ABC Paulista. *Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho*, 1(52), 87-105. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n52.51528>
- Rodrigues, I. J. (1997). *Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT*. São Paulo, Scritta/Fapesp.
- Rodrigues, I. J. (2015) Trabalhadores e sindicalismo no Brasil: para onde foram os sindicatos? *Caderno CRH*, v. 28, n. 75, p. 479-

491, <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000300003>

- Rodrigues, I. J., Guedes Ladosky, M. H. & Bicev, J. T. (2016). Sindicalização e representatividade das centrais sindicais no Brasil. *Trabajo y sociedad*, (27), 43-62.
- Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. São Paulo: Paz e Terra.
- Saffioti, H. I. B. [1969](2013). *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade*. 3. ed. São Paulo, Editora: Expressão Popular.
- Santana, M. A. (1998). O 'novo' e o 'velho' sindicalismo: análise de um debate. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, UFPR, 10(11): 19-35. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/viewFile/39274/24094>, acesso em 13/06/2017.
- Santana, M. A. (2015). Para onde foram os Sindicatos? *Caderno CRH*, 28 (75), 453-456. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000300001>. Acesso em [07/09/2016](https://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000300001).
- Santos Jr. J. & Menezes, M. A. (2019). À margem da história? Mulheres metalúrgicas e a memória das greves do ABC (1978-1983). In J. S. L. Lopes & B. H. (Orgs.) *Movimentos cruzados, histórias específicas: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros/organização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Santos, B. S. (2000). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.
- Santos, B. S. & Costa, H. A. (2004). Introdução: para ampliar o cânone do internacionalismo operário. In B. S. Santos (org.). *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário* (pp. 17-61). Porto: Afrontamento.
- Santos, B. S. (2010). *Um discurso sobre as ciências*. 16ª ed. Porto : Edições Afrontamento. (Histórias & ideias; 1). ISBN 9789723601749
- Santos, B. S. & Meneses, M. P. [orgs.] (2010b). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez.
- Santos, E. M. (2010). *A construção de relações igualitárias no trabalho: a experiência sindical bancária*. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

- Scipes, K. (2014). Social Movement Unionism or Social Justice Unionism? Disentangling Theoretical Confusion within the Global Labor Movement. *Class, Race and Corporate Power*. Vol. 2 : Iss. 3, Article 9, p. 1-43. Disponível em <http://digitalcommons.fiu.edu/classracecorporatpower/vol2/iss3/9>. Acesso em: 6 jun. 2018 <https://doi.org/10.25148/CRCP.2.3.16092119>
- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.
- Seidman, G. (1994). *Manufacturing Militance: Workers' Movements in Brazil and South Africa, 1970-1985*. University of California Press, London, England
- Seidman, G. (2011). Social Movement Unionism: From Description To Exhortation. *South African Review of Sociology*. 2011, 42:3, acesso em 12/11/2018, pp. 94-102. Disponível em DOI: 10.1080/21528586.2011.621241
- Silva, C., Ávila, M. B. & Ferreira, V. (Orgs.). (2005). *Mulher e Trabalho: encontro entre feminismo e sindicalismo*. Recife: SOS Corpo – Instituto para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005.
- Silva, C. (2016). *Feminismo popular e lutas antissistêmica*. Recife, Edições SOS Corpo.
- Silva, R. (29/09/2009). Legalização do aborto: essa luta também é nossa! [versão eletrônica] CUT acessado em: 02/11/2018. Disponível em: <https://www.cut.org.br/artigos/legalizacao-do-aborto-essa-luta-tambem-e-cd0c>
- Soares, J. L. (2016). As políticas de gênero no sindicalismo brasileiro contemporâneo. In 40º Encontro Anual da ANPOCS ST 34 - Trabalho, trabalhadores e ação coletiva. Disponível em : <http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st34-3/10499-as-politicas-de-genero-no-sindicalismo-brasileiro-contemporaneo/file>. Acesso em 05/05/2017.
- SOF – Sempreviva Organização Feminsita (2012) *Perspectivas feministas para a igualdade e autonomia das mulheres*. Organização Renata Moreno/ SOF - Sempreviva Organização Feminista, São Paulo.
- Sorj, B. (2019). No Brasil, novas perspectivas. In M. Maruani (Org.) *Trabalho, logo existo: perspectivas feministas*. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- Souza-Lobo, E. (2011). *A Classe Operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2 ed., São Paulo: Edit. Fundação Perseu Abramo. 304p.

- Tapia, M. & Alberti, G. (2019). Social movement unionism: a toolkit of tactics or a strategic orientation? A critical assessment in the field of migrant workers campaigns. . In J. R. Grote & C. Wagemann (eds.). *Social Movements and organized labour*. Passions and interests (chapter 6). London: Routledge
- Teixeira, M. O. & Leone, E. T. (2010). As mulheres no mercado de trabalho e na organização sindical. In Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_8/abep2010_2200.pdf>. Acesso em: 14/06/2017.
- Therborn, G. (2012). *Do marxismo ao pós-marxismo?*. São Paulo : Boitempo Editorial. 152, [4] p. ISBN 9788575591666
- Touraine, A. (1970). *Sociedade pós-industrial*. Lisboa: Moraes Editores.
- Varikas, E. (2016). *Pensar o Sexo e o Gênero*. Campinas, Editora Unicamp.
- Véras de Oliveira, R. (2002). *Sindicato Cidadão: Novos Rumos do Sindicalismo Brasileiro?* Other Publications and Book Series · *Oficina do CES*; Números. Oficina nº 166. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/166.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2017.
- Véras de Oliveira, R. (2011). *Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*. São Paulo: Annablume Editora.
- Véras de Oliveira, R., Galvão, A. & Campos, A. (2019). Reforma trabalhista: impactos imediatos sobre os sindicatos e primeiras reações. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*. Salvador, n. 248, set./dez., p. 668-689. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2019.n248.p.668-689>
- Waterman, P. (1999). The New Social Unionism: A New Union Model for a New World Order. In R. Munck & P. Waterman (eds) *Labour Worldwide in the Era of Globalization* (pp. 247-264). London, International Political Economy Series.
- Waterman, P. (2002). O internacionalismo sindical na era de Seattle. *Revista crítica de ciências sociais*. Coimbra. ISSN 0254-1106. Nº 62 (Jun. 2002), p. 33-68. Disponível em [www:URL:http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/62/RCCS62-033-068-Peter%20Waterman.pdf](http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/62/RCCS62-033-068-Peter%20Waterman.pdf) . Acesso em: 7 ago. 2017.

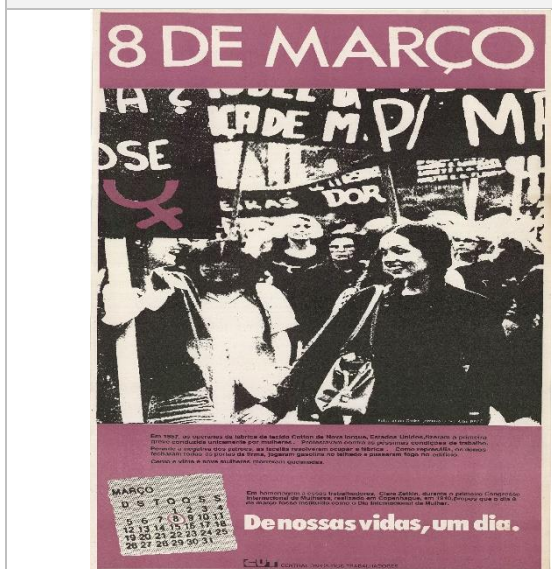
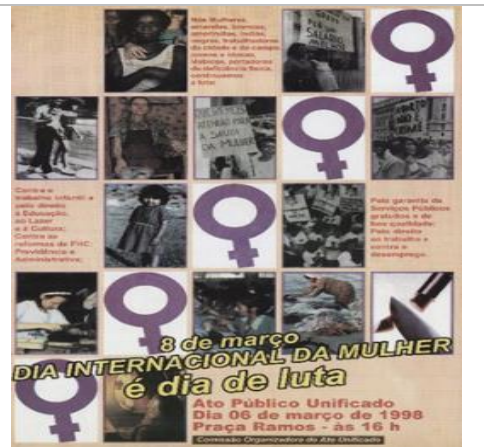
Waterman, P. (2008). Social Movement Unionism' in Question: Contribution to a Symposium. *Employee Responsibilities and Rights Journal*. Volume 20, Issue 4, acesso em 25/04/2018, pp 303–308. Disponível em <https://doi.org/10.1007/s10672-008-9093-z>

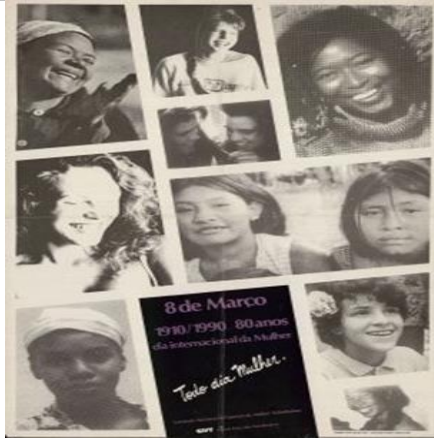
Wright, E. O. (1994). Análise de classes, história e emancipação. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra. ISSN 0254-1106. Nº 40 (Out. 1994), p. 3-35. Disponível em www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/40/Erik%20Olin%20Wright%20-%20Analise%20de%20Classes,%20Historia%20e%20Emancipacao.pdf

Yannoulas, S. C. (2002). Dossiê: Políticas Públicas e relações de Gênero no Mercado de Trabalho. Brasília: CEFEMEA; FIG/CIDA.

ANEXO

Cartazes do 8 de março produzidos a partir da antiga CNMT e atual SNMT da CUT





**Garantir o que temos.
Conquistar o que queremos**

Todas são iguais perante a lei
Proteção ao mercado de trabalho da mulher
Estabilidade no emprego
Licença gestante
Creche
Legalização do aborto
Respeito no local de trabalho
Respeito às nossas conquistas
Sem violência

**8 de março Dia
Internacional da Mulher**
1993

CNOT Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora **CUT**

Por mais da metade queremos igualdade

8 de março
Dia Internacional da Mulher
1995

CNOT **CUT**

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

CONTRA A POBREZA E A VIOLÊNCIA SEXISTA

Marcha das Mulheres 2000
DE 8 DE MARÇO A 17 DE OUTUBRO

Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora **CUT**

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

SOLIDARIEDADE ENTRE AS MULHERES

08 DE MARÇO

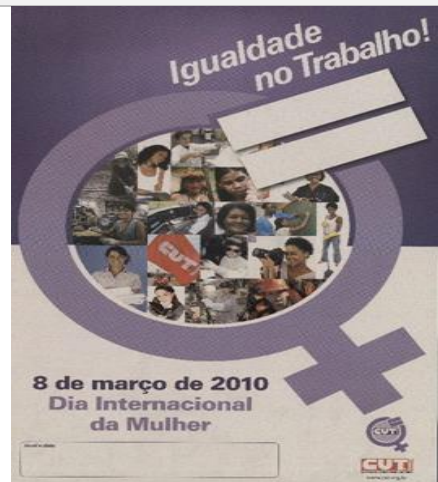
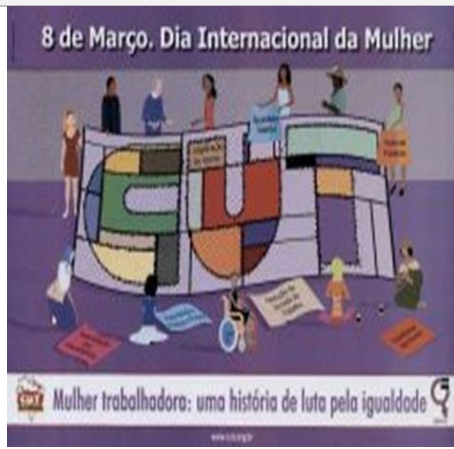
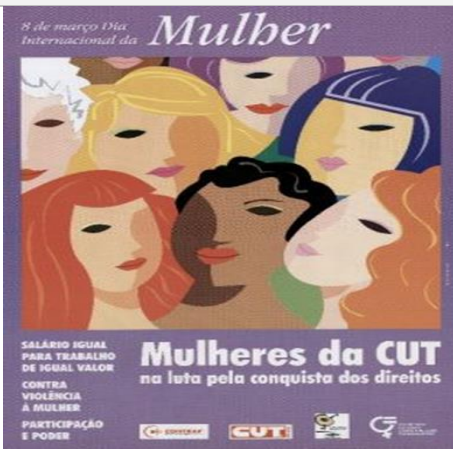
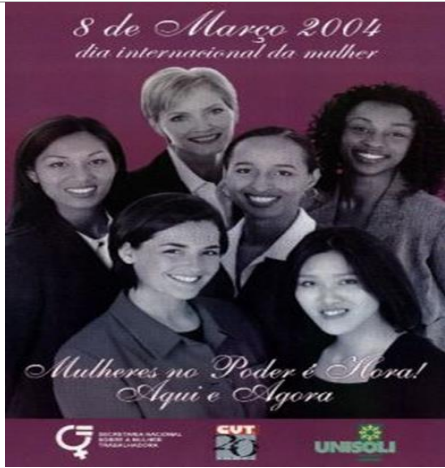
.DESEMPREGO .DIREITOS SOCIAIS .POLÍTICAS PÚBLICAS .SALÁRIO IGUAL

Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora **CUT**

8 de março dia Internacional da *Mulher*

PARTICIPAÇÃO E PODER: AS MULHERES CONSTRUÍDO E TRANSFORMANDO

Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora **CUT**





QUESTIONÁRIO VOLTADO PARA INTEGRANTES DO COLETIVO NACIONAL DE MULHERES DA CUT, vinculado à Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora (SNMT/CUT), em Oficina realizada nos dias 1 e 2 agosto de 2019, na Praia Grande/SP.

Elaborado e aplicado por Deise Aparecida Recoaro, no âmbito da pesquisa de doutorado em Relações do Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo da Universidade de Coimbra. Utilização para fins acadêmicos.

Perfil

Gênero:

Feminino Masculino

Idade:

Identidade de gênero:

Raça/cor:

Cisgênero Transgênero

Estado civil:

Orientação sexual:

Filhos/as? Sim. Quantos?

Hétero Homo Bi

Não

Representação

Que tipo de entidade você representa no Coletivo Nacional?

Sindicato

CUT Nacional

Movimentos

CUT Estadual

Ramo

Acadêmia

Qual o seu cargo no movimento sindical?

Diretor(a) Executiva

Militante

Diretor(a)

Outros

Com liberação: Integral Parcial Sem liberação

Quanto tempo participa do Coletivo Nacional de Mulheres da CUT?

Até 4 anos

De 11 a 15 anos

De 20 a 25 anos

De 5 a 10 anos

De 16 a 20 anos

Mais de 25 anos

Sobre a atuação sindical

Considerando as afirmações abaixo, assinale a alternativa que melhor corresponde à **forma de atuação**: dos **Coletivos de Mulheres** – Nacional, Estadual ou por Ramo (na primeira coluna) e da **CUT em geral** (segunda coluna).

Não se restringe às demandas imediatas, mas também das consequências delas para toda sociedade de modo a articular com outros interesses, para potencializar as mobilizações em causas conjuntas.

Coletivos de Mulheres:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

CUT em geral:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Mantém relações estreitas com setores mais vulneráveis da classe trabalhadora, como os informais, as domésticas, agricultores, profissionais liberais.

Coletivos de Mulheres:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

CUT em geral:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Mantém relação estreita com movimentos democráticos e não classistas como igrejas, ONG's e associações.

Coletivos de Mulheres:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

CUT em geral:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Preza por uma relação de igualdade e independência com outros movimentos – não ao vanguardismo ou disputa de protagonismo.

Coletivos de Mulheres:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

CUT em geral:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Incorpora causa sociais, como por exemplo de combate ao racismo e ao sexismo.

Coletivos de Mulheres:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

CUT em geral:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Privilegia os fóruns democráticos desde o local de trabalho, com horizontalidade e participação.

Coletivos de Mulheres:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

CUT em geral:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Estimula a cultura classista e popular para fortalecer a democracia e o pluralismo dentro e fora das instituições e aponta para meios alternativos de comunicação.

Coletivos de Mulheres:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

CUT em geral:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Se mostrar aberta e flexível para possíveis alianças com associações e grupos de interesses.

Coletivos de Mulheres:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

CUT em geral:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Visa transformar as relações sociais e as estruturas (econômica, política, social, residencial, doméstica, sexual e cultural) de forma democrática.

Coletivos de Mulheres:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

CUT em geral:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Articula com forças políticas, partidos ou governo.

Coletivos de Mulheres:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

CUT em geral:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Articula com potenciais aliados de igual para igual, não de forma subordinada.

Coletivos de Mulheres:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

CUT em geral:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Toma para si e para dentro dos sindicatos os novos eixos, a exemplo da luta contra o racismo, sexismo e autoritarismo.

Coletivos de Mulheres:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

CUT em geral:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Mantém uma relação horizontal (sem hierarquia) de militância.

Coletivos de Mulheres:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

CUT em geral:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Democratiza a mídia pelo pluralismo, dentro e fora do movimento sindical.

Coletivos de Mulheres:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

CUT em geral:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Favorece a relação com a base e a comunidade, cria uma sociedade global e uma cultura de solidariedade global.

Coletivos de Mulheres:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

CUT em geral:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Abertura para redes dentro e entre organizações, valorizando o informal, horizontal e flexível através de coalizão, alianças e interesses estimulando uma democracia organizacional, pluralismo e inovação.

Coletivos de Mulheres:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

CUT em geral:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

ESPAÇO RESERVADO PARA COMENTÁRIOS, CRÍTICAS OU INDAGAÇÕES ESPONTÂNEAS. SINTA-SE À VONTADE!

Obrigada pela sua participação nesta pesquisa!

QUESTIONÁRIO AOS DELEGADOS E DELEGADAS do 13^o CONCURTO – Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores, durante os dias 07, 08, 09 e 10 de outubro de 2019, na Praia Grande/SP.¹

Elaborado e aplicado por Deise Aparecida Recoaro, no âmbito da pesquisa de doutorado em Relações do Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo da Universidade de Coimbra. A utilização da informação recolhida destina-se a fins estritamente académicos.

Será garantido o anonimato (FAVOR **NÃO** IDENTIFICAR NOME).

Perfil

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade:

- () menos de 25 anos
- () De 25 a 35 anos
- () De 36 a 44 anos
- () De 45 a 54 anos
- () De 55 a 64 anos
- () 65 anos ou mais

Estado civil:

- () Casado(a) ou relação estável
- () Separado(a)/ Divorciado(a)
- () Solteiro(a)
- () Viúvo(a)
- () Outra situação

Raça/cor:

- () Branca
- () Amarela/Asiática
- () Negra
- () Indígena
- () Parda
- () Prefiro não classificar

Filhos/as?

- () Sim. Quantos?
- () Não

Você tem alguma deficiência?

- () Não tenho nenhuma
- () Sim. Qual?

Representação

Qual seu principal vínculo de representação no 13^o CONCURTO?

- | | | |
|------------------|-----------------------|----------------|
| () Sindicato | () Ramo Profissional | () Acadêmia |
| () CUT Estadual | () Base | () Assessoria |
| () CUT Nacional | () Movimentos | () Outros |

Qual o seu cargo/função no movimento sindical?

- | | |
|-----------------------------|--------------------|
| () Presidente(a) | () Funcionário(a) |
| () Diretor(a) Executivo(a) | () Pesquisador(a) |
| () Diretor(a) | () Outro. Qual? |
| () Militante | |

Com liberação: () Integral () Parcial () Sem liberação

É ativista/militante de outro movimento social (além do sindical)?

Sim Não

Se sim, qual ou quais desses? Marque até 3 movimentos, por grau de prioridade (sendo: 1 de maior prioridade, 2 de prioridade média e 3 de baixa prioridade).

- | | |
|--|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Religioso | |
| <input type="checkbox"/> Feminista | |
| <input type="checkbox"/> Antirracista | <input type="checkbox"/> Indígena |
| <input type="checkbox"/> LGBT+ | <input type="checkbox"/> Quilombola |
| <input type="checkbox"/> PCD | <input type="checkbox"/> MAB |
| <input type="checkbox"/> Juventude | <input type="checkbox"/> Por moradia |
| <input type="checkbox"/> Ambientalista | <input type="checkbox"/> Sem Terra |
| | <input type="checkbox"/> Outro. Qual? |

Como você classificaria sua relação com o movimento de maior prioridade (1) listado acima?

- militante
 simpatizante
 autônomo(a)
 integrante da coordenação

Participa de alguma frente dos movimentos populares?

- Frente Brasil Popular
 Frente Povo sem Medo
 Não participa de nenhuma
 Parcialmente das duas

Percepção sobre a organização de mulheres na CUT

Considerando as afirmações abaixo, tendo em conta a SUA VIVÊNCIA, assinale a opção que melhor corresponde à forma de atuação tanto de Coletivo, Comissão ou Secretaria de Mulheres (na primeira coluna); quanto da CUT em geral (segunda coluna).

Não se restringe às demandas imediatas, mas também das consequências delas para toda sociedade de modo a articular-se com outros interesses, para potencializar as mobilizações em causas conjuntas.

Coletivos de Mulheres:

- Discordo totalmente
 Discordo parcialmente
 Indiferente
 Concordo parcialmente
 Concordo totalmente

CUT em geral:

- Discordo totalmente
 Discordo parcialmente
 Indiferente
 Concordo parcialmente
 Concordo totalmente

Mantém relações estreitas com setores mais vulneráveis da classe trabalhadora, como os informais, as domésticas, agricultores, profissionais liberais.

Coletivos de Mulheres:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

CUT em geral:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Preza por uma relação de igualdade e independência com outros movimentos – ou seja, não pretende assumir uma atitude vanguardista ou de disputa de protagonismo.

Coletivos de Mulheres:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

CUT em geral:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Visa transformar as relações sociais e as estruturas (econômica, política, social, residencial, doméstica, sexual e cultural) de forma democrática.

Coletivos de Mulheres:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

CUT em geral:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Articula-se com potenciais aliados (forças políticas, partidos ou governo) de igual para igual, não de forma subordinada.

Coletivos de Mulheres:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

CUT em geral:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Toma para si e transporta para dentro dos sindicatos novos eixos, a exemplo da luta contra o racismo, sexismo e autoritarismo.

Coletivos de Mulheres:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

CUT em geral:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Democratiza a mídia pelo pluralismo, dentro e fora do movimento sindical.

Coletivos de Mulheres:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

CUT em geral:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Atua com abertura para redes dentro e entre organizações, valorizando o informal, horizontal e flexível através de coalizão, alianças e interesses estimulando uma democracia organizacional, pluralismo e inovação.

Coletivos de Mulheres:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

CUT em geral:

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Obrigada pela sua participação nesta pesquisa!

Questões elaboradas a partir das características apresentadas por Peter Waterman para a definição do conceito/modelo de Sindicalismo de Movimento Social ou Novo Sindicalismo Social. (WATERMAN, Peter. "Social Movement Unionism' in Question: Contribution to a Symposium" *Employee Responsibilities and Rights Journal*. 2008, Volume 20, Issue 4, acesso em 25/04/2018, pp 303–308. Disponível em <https://doi.org/10.1007/s10672-008-9093-z>)

Cordel

Encontro Nacional de Mulheres da CUT*
de Susana Morais de França Medeiros**

1

Companheiras vão chegando
Ao encontro nacional
Celebrando e lutando
Com pauta primordial
Direito e democracia
Igualdade e autonomia
Numa luta magistral

2

Nós mostramos liderança
Expressão, resiliência
Força e disposição
Sem perder a resistência
Anseios e amor e paz
A gente busca e faz
Agimos com sapiência

3

O machismo dá rasteira
Quer a história apagar
Mas nós estamos aqui
Para juntas celebrar
As que desataram nós
Hoje não estamos sós
Temos muito pra contar

4

Mas hoje quero falar
Da grande Luci Paulino
Uma líder metalúrgica
Tinha brilho cristalino
Mas durante a pandemia
O vírus lhe afetaria
Transformando seu destino

5

Rendemos nossa homenagem
A essa mulher precursora
Da comissão nacional
Ela foi coordenadora
Vivia a cantarolar
A família era seu lar
Da arte admiradora

6

Em nome dessa memória
Resistiremos enfim
Nós nunca descansaremos
Lutando até o fim
Para uma nova paisagem
Girando essa engrenagem
Com tantas iguais a mim.

7

No campo ou na cidade
Em casa ou na empresa

Que nunca mais nos falte
Respeito e gentileza
Educação, empatia
Nós lutamos pra que um dia
Reconheçam a grandeza

8

Sem calma ou sutileza
A gente ganha lutando
Mulheres trabalhadoras
Há anos seguem cobrando
Salários equivalentes
E direitos condizentes
Que o tempo foi negando

9

Buscando fazer o bem
Na CUT ou sindicato
A força de uma mulher
Hoje se tornou um fato
Dirigente sindical
Lutadora sem igual
Mudando este retrato

10

E na CUT tem de fato
Um Coletivo que luta
Que combate e articula
Outras mulheres recruta
Conquistando a paridade
Provando que igualdade
É o pilar da conduta

11

Não se trata de disputa
Mas sim de reparação
Mulheres trabalhadoras
Contribuem com a Nação
Em conjunto decidimos
E em grupo exigimos
Espaços de decisão

12

Há muito pra conquistar
A luta não é em vão
Temos metas e princípios
Pauta e organização
Dos plantios e colheitas
Nós sabemos as receitas
Temos força e coração

13

Dessa nossa união
Viramos sindicalistas
Montamos as nossas pautas
Nos formamos ativistas
Atuando em várias frentes
Conquistando ambientes
Somos mulheres Cutistas

14

Acumulamos conquistas

No curso de nossa história
Frutos de muitas batalhas
Com derrotas e vitórias
Por isso comemoramos
E sempre valorizamos
Essa imensa trajetória
15
Combatendo o machismo
Seguimos os calendários
Os assuntos são extensos
Urgentes e necessários
São agendas nacionais
Sociais e sindicais
Que merecem comentários
16
Vou puxando da memória
A CUT e seus Congressos
Começa em 86
Nosso primeiro sucesso
Era o início da inclusão
E da organização
À Central temos acesso
17
Adiante mais progresso
Conquistamos garantia
De ter a cota de gênero
Nem igual, nem maioria
E dentro da direção
Nossa participação
Ainda pouco se via
18
Pois uma Secretaria
Se fazia necessária
Para discutir as pautas
De maneira igualitária
Dos direitos da mulher
Ser e estar onde quiser
Inclusive na plenária
19
A causa prioritária
Culminou na paridade
Incluída no Estatuto
Espaços e atividades
Inclusive a direção
Disso não abrimos mão
Luta não é caridade
20
Temos força e vontade
Lutamos em coletivo
No combate a violência
Direito reprodutivo
Maior participação
Em espaços de decisão
Num coro afirmativo

21
Não me falta adjetivo
E nem verbos de ação
Abaixo o patriarcado
E qualquer exploração
Ampliamos nosso passo
Fincamos o nosso espaço
Resultado da união
22
Com mais participação
Se pautando no respeito
Em movimentos sociais
Ampliamos o conceito
Dando visibilidade
Respeito e dignidade
A que todas têm direito
23
Muitos são os nossos feitos
No combate ao machismo
A mulher trabalhadora
Dentro do sindicalismo
Não se julga ou submete
Nossa batalha reflete
Os ganhos do feminismo
24
Abaixo o sexismo
Queremos autonomia
Com trabalho, emprego e renda
Nada nos diferencia
No momento atual
Queremos salário igual
Não é mera utopia
25
Temos força e vontade
E isso ninguém discute
Somos forte em coletivo
E quem não gostar que lute
Nós estamos nessa Terra
Pro amor e para guerra
Somos mulheres da CUT!

*Cordel apresentado durante o 9º Encontro Nacional de Mulheres da CUT – Luci Paulino “Trabalhadoras em luta por democracia, direitos, igualdade e autonomia” realizado nos dias 17 e 18 de setembro de 2021 – de forma virtual.

**Trabalhadora bancária e Diretoria de Cultura, Lazer e Esportes do Sindicato dos Bancários do Estado de Pernambuco. É também poeta cordelista, escritora de literatura infantil e contadora de histórias há mais de 15 anos.

